U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

2.º CICLO DE ESTUDOS
HISTÓRIA DA ARTE, PATRIMÔNIO E CULTURA VISUAL

O Solar do Manguinho

Uma arquitetura classicista nos arrabaldes do Recife do século XIX

Bruno Vitorino Silva Aguiar

M

2020

Bruno Vitorino Silva Aguiar

O Solar do Manguinho
Uma arquitetura classicista nos arrabaldes do Recife do século XIX

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História da Arte, Patrimônio e Cultura Visual, orientada pelo Professor Doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha e pelo Professor Celso Francisco dos Santos

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2020

Bruno Vitorino Silva Aguiar

O Solar do Manguinho
Uma arquitetura classicista nos arrabaldes do Recife do século XIX

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História da Arte, Patrimônio e Cultura Visual, orientada pelo Professor Doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha e pelo Professor Celso Francisco dos Santos

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

A Tatiana, Theo e Joaquim, por tornarem a paisagem de minha existência tão cheia de sentido.

À memória de Pedro Aguiar e de Maria José.

Sumário

Declaração de honra 5

Agradecimentos 6

Resumo 10

Abstract 11

Índice de Figuras 12

Lista de abreviaturas e siglas 16

Introdução 18

a. Estado da Arte 23

b. Justificativa da dissertação e objetivos 36

c. Metodologia 41

d. Estrutura da dissertação 44

1.A desenvolução urbana do Recife: um panorama histórico 47

1.1. O Povo dos Arrecifes: os primórdios urbanísticos da capital pernambucana 47

1.2. O período holandês: o planejamento urbanístico e a expansão territorial do Recife 52

1.3. Do Recife pós-holandês ao Recife oitocentista: a transformação da paisagem, a busca pelo continente e a integração urbanística da freguesia da Boa Vista 63

2.A efervescência modernizadora do Recife oitocentista 76

2.1. Contexto histórico 76

2.2. Os agentes da modernização do Recife em meados do Oitocentos 84

2.3. O Teatro Santa Isabel: a apoteose do projeto modernizador 107

3.O solar de Herculano Alves da Silva em seu tempo 114

3.1. Entre os sobrados e as casas arrabaldinas: o habitar das elites no Recife oitocentista 114

3.2. Vauthier e a arquitetura doméstica: o palacete de Francisco do Rego Barros 131

3.3. Herculano Alves da Silva: o homem, a família, os modos e formas de habitar 143

3.4. O solar do Manguinho: a apoteose do habitar do «Sr. Herculano» e família 163

Considerações finais 188

Fontes documentais e referências bibliográficas 196

a. Fontes documentais 196

a.1. Documentação cartorial 196

a.2. Fontes impressas 196

a.3. Jornais 199
a.4. Manuscritos 207
a.5. Periódicos 208
a.6. Processos 209
a.7. Relatórios da presidência da província de Pernambuco 209
b. Referências bibliográficas 210
b.1. Bibliografia 210
b.2. Artigos em linha 214
b.3. Normativos 215
Anexos 216
Anexo 1 – Tabela com bens de raiz de Herculano Alves da Silva em 1852 216
Anexo 2 – Apontamentos – Inventário de Herculano Alves da Silva (pai) 217
Anexo 3 – Índice Onomástico – Díario de Vauthier (por ordem de aparição) 250
Anexo 4 – Documentos manuscritos referenciados na dissertação 294
Anexo 5 – Imagens, cartografias e afins 329
Apêndices 400
Apêndice 1 – Quadro «Bens imóveis do casal Francisco Antonio de Oliveira e Mª Gertrudes Carneiro» 400

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Recife, 17 de agosto de 2020

Bruno Vitorino Silva Aguiar

Agradecimentos

Na construção deste trabalho, aprendi que toda dissertação transpira. Transpira o esforço de seu autor, agente que percorre inúmeras instituições em busca de fontes, debruça-se sobre uma miríade de documentos na esperança de neles encontrar os tão necessários elementos factuais que sustentem sua investigação científica e se dedica a leituras aparentemente intermináveis de referências bibliográficas. Coletados os dados e esmiuçado seu conteúdo, este mesmo autor procura um território ermo para nele levantar uma arquitetura íntima onde possa se dedicar inteiramente ao processo de escrita. Na quietude desse espaço, labora paulatinamente o texto científico à luz da chama nascida do atrito entre o fluxo do pensamento e os crivos da razão. No entanto, ao percorrer esse longo e árduo caminho, o autor não o faz só, e sim amparado, esporádica ou continuamente, por pessoas que constituem uma fundamental rede de apoio sem qual a realização de seu intento não seria possível. E é justamente a essas pessoas que gostaria de agradecer a consecução deste trabalho.

Primeiramente à minha família, a quem dedico esta dissertação. A Tatiana Cruz, minha esposa, companheira incansável, alicerce fundamental nesta jornada acadêmica, grande incentivadora de minha candidatura ao mestrado e presente em todas as etapas de meu percurso. A meu filho mais velho, Theo Aguiar, por me irradiar com sua alegria e inocência, atributos que tornaram a chegada de nossa família ao Porto tão leve e jubilosa, uma espécie de prelúdio da promissora estada em Portugal que vivenciamos juntos. A meu filho mais novo, Joaquim Aguiar, por me inspirar, do alto de seus dois anos de idade, com sua força e determinação. Sem vocês, a realização deste trabalho seria impossível.

Esta dissertação é igualmente dedicada à memória de duas pessoas amadas: meu filho nascido no Firmamento, Pedro Aguiar, que tanto me ensinou acerca do amor incondicional, da generosidade e da abnegação; e minha avó materna, Maria José, pessoa tão querida e presente em minha vida que muito cedo deixou nosso convívio.

Ainda no meu entorno familiar, não poderia deixar de agradecer o estímulo, o apoio e o desvelo de minha mãe, Cristina Silva, durante esses dois anos de mestrado. Obrigado

por estar tão próxima nos momentos cruciais e pelo suporte constante nas horas mais atribuladas. Deixo também palavras de gratidão à minha irmã, Camila Aguiar, pela dedicação fraternal nos tempos em que estive imerso na construção deste trabalho. E igualmente agradeço a Fred Monteiro e Edla Araújo, meus estimados sogros, por preencherem com tanto zelo e sensibilidade alguns espaços que precisei deixar na rotina da família por conta da feitura desta dissertação.

Agradeço a meus orientadores, o professor Celso Francisco dos Santos e o professor Manuel Joaquim Moreira da Rocha, por iluminarem com sua erudição e experiência todo o caminho por mim trilhado na elaboração deste trabalho; pelo acompanhamento dedicado e presente, não obstante a distância geográfica existente entre o Porto e o Recife; pela disponibilidade para o esclarecimento de dúvidas e pelo cuidado com as demandas por mim trazidas. Ao professor Celso Santos, gostaria de agradecer em particular por insuflar tanta leveza e tranquilidade em todas as etapas do processo, tão importantes para aplacar a ansiedade que não raro insinuava me assombrar, e partilhar comigo de forma absolutamente generosa seu vastíssimo repertório. Já ao professor Manuel Joaquim, agradeço por me ensinar a ler arquitetura como quem ouve música. As aulas de «Estudos de Arquitetura I» foram para mim uma verdadeira epifania, a revelação de um universo desconhecido e fascinante o qual desejo explorar no decurso de minha vida acadêmica daqui para frente. Muito obrigado por isso. Espero sinceramente que esta dissertação faça jus às expectativas dos professores.

Gostaria de agradecer também a todos os professores do curso do mestrado em História da Arte, Patrimônio e Cultura Visual com os quais tive o privilégio de estudar. À professora Maria Leonor Botelho, por me apresentar as potencialidades dos bens patrimoniais na transformação da realidade socioeconômica de uma comunidade. Ao professor Nuno Resende, por me convidar a refletir acerca dos laços estabelecidos entre as pessoas e a cidade, o que transmutou a minha própria relação com o Recife. Às professoras Lúcia Rosas e Ana Cristina, por expandirem meus horizontes com o estudo das imagens. Ao professor Hugo Barreira, por revolucionar a minha forma de encarar a produção fílmica.

Estendo os agradecimentos a meus colegas de mestrado por propiciarem um ambiente rico, estimulante e dialógico, de excelentes debates e trocas constantes de informação. Um ambiente engrandecedor que extrapolou a sala de aula e firmou, entre boa parte de nós, uma sólida amizade. Registro um agradecimento especial a Inês Costa, João Borges, Mariana Fernandes, Marina Cabral, Marta Ariana e Tiago Mazza pelo forte senso de coleguismo, os bons momentos de camaradagem e a partilha do conhecimento.

Agradeço a todos os colegas do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco envolvidos no expediente gerador de minha licença para cursar o mestrado. Em especial, registro agradecimentos à dra. Isabela Landim pelo patrocínio institucional de meu afastamento para estudo no exterior; ao desembargador Luiz Carlos Figueirêdo, à altura presidente do Egrégio, pela anuência a meu requerimento; aos colegas da Seção de Transportes, companheiros de longa data, em particular a Sérgio Costa e Mário Alves, pelo incentivo; aos colegas Eduardo Japiassú, Hugo Belfort, José Jeovane e Télia Gaspar, da Escola Judiciária Eleitoral, minha «nova casa», pelo acolhimento, suporte e confiança.

Agradeço imensamente às equipes das instituições arquivísticas e museológicas visitadas durante a fase da recolha documental pela atenção que costumeiramente me dedicaram. Em minhas pesquisas nesses estabelecimentos, conheci verdadeiros guardiões da memória pernambucana os quais, apesar das enormes dificuldades enfrentadas cotidianamente, dedicavam-se com entusiasmo à preservação das fontes. Gostaria de registrar um agradecimento especial ao dr. Reinaldo Carneiro Leão, do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, por demonstrar tamanho interesse em minha pesquisa, pela paciência com minhas demandas (às vezes fora do horário de atendimento) e por generosamente me apresentar dois documentos inéditos sem os quais esta dissertação seria consideravelmente mais pobre: o álbum privado de Annunciada Adelaide Alves da Silva e o inventário de Annunciada Camilla Alves da Silva.

Expresso ainda minha gratidão ao professor José Luiz Mota Menezes por ter me recebido em sua residência para uma conversa sobre a casa solarenga do Manguinho e outras arquiteturas notáveis do Recife de meados do Oitocentos. Uma conversa transfigurada em aula e orientação tutorial por um mestre que, por generosidade e vocação, não se recusa a dividir seu conhecimento com quem o procura.

Aos amigos André Maranhão, Angelo Mongiovi, Fernanda Coelho, Fernando Lucchesi, José Coelho, Ricardo Costa e Valquíria Monteiro da Cruz, obrigado por estarem por perto sempre que necessitei.

Finalmente, a todas as pessoas as quais de algum modo colaboraram com a realização deste trabalho e que, perdido nos labirintos da memória, eventualmente deixei de mencionar, minhas escusas e minha mais sincera gratidão.

Resumo

O solar de Herculano Alves da Silva é uma obra notável. Construído em meados do século XIX no Manguinho, zona arrabaldina do Recife, na linguagem classicista, o edifício marca um ponto de viragem no código construtivo das casas de residência das elites locais. Por sua arquitetura, cronologia estimada de edificação e afinidades estilísticas estabelecidas com o Teatro Santa Isabel, a tradição científica decantou sobre a casa solarenga a atribuição de seu risco a Louis-Léger Vauthier, engenheiro francês contratado pela província de Pernambuco para atuar nas Obras Públicas e autor do projeto do sobredito teatro.

Considerando que inexistem trabalhos acadêmicos dedicados especificamente ao prédio arrabaldeiro, pretendemos com esta dissertação investigar o solar do Manguinho para além da atribuição apriorística de seu plano a Vauthier, propondo, sob a égide do trinômio «a encomenda, o artista, a obra», uma nova abordagem da casa partindo não do suposto autor de seu projeto, mas do próprio objeto de estudo. Dessa forma, enquadramos a casa solarenga em seu contexto histórico e, outrossim, analisamos a figura de seu dono, o proprietário e capitalista Herculano Alves da Silva, em seu tempo.

Para tanto, nos três capítulos componentes deste trabalho, debruçamo-nos sobre a desenvolução urbanística da cidade do Recife; as dinâmicas da vaga modernizadora a qual se espraia pela cidade nos anos 1840, bem como os agentes desencadeadores desse processo; a dualidade do habitar das elites recifenses entre o centro e os arrabaldes na primeira metade do século XIX; a história, a mundividência, o entorno familiar, os modos e formas de habitar do «Sr. Herculano»; e, finalmente, o solar do Manguinho, desde o exame de suas características arquitetônicas até a elaboração de conjecturas acerca do plano do edifício à luz de documentos inéditos.

Palavras-chave: arquitetura doméstica; classicismo; urbanismo; solar do Manguinho; Recife.

Abstract

The Herculano Alves da Silva's manor is a remarkable work. Built in the mid-19th century in Manguinho, a suburb of Recife, in classicist language, the building marks a turning point in the construction code of the local elite's houses. Due to its architecture, estimated building chronology and stylistic affinities established with the Teatro Santa Isabel, the scientific tradition decanted over the manor the attribution of its plan to Louis-Léger Vauthier, French engineer hired by the province of Pernambuco to work in Public Works and author of the project of the aforementioned theatre.

Considering that there are no academic studies dedicated specifically to the building, on this dissertation we intend to investigate the manor of Manguinho beyond the a priori attribution of its plan to Vauthier, proposing, under the aegis of the trinomial «the order, the artist, the work», a new approach to the house starting not from the supposed author of his project, but from the object of study itself. In this way, we fit the manor in its historical context and, furthermore, we analyse the figure of its owner, the capitalist and owner Herculano Alves da Silva, in his age.

Therefore, throughout the three chapters of this paper, we examine the urban development of Recife; the dynamics of the wave of modernization that spread throughout the city in the 1840s, as well as the agents that triggered this process; the duality of the inhabitants of Recife between the city's center and the suburbs in the first half of the 19th century; the history, the worldview, the family environment, the ways of living of «Mr. Herculano»; and, finally, the manor of Manguinho, from the examination of its architectural characteristics to the elaboration of conjectures about the building plan in the light of unpublished documents.

Key-words: domestic architecture, classicism, urbanism, manor of Manguinho, Recife.

Índice de Figuras

FIGURA 1 - ASPECTO DA FRONTARIA DO ANTIGO SOLAR DE HERCULANO ALVES DA SILVA. 20
FIGURA 2– PORMENOR DO «PROJETO DE ALARGAMENTO DA RUA QUE LIGA O PARQUE AMORIM AO DO ENTRONCAMENTO EFETUADO PELA PREFEITURA DO RECIFE (CÓPIA)». DATA: 24 DE MAIO DE 1979. 35
FIGURA 3 – DETALHE DO «LOTEAMENTO DO TERRENO DO 'SÍTIO DA CRUZ'. PRAÇA DO ENTRONCAMENTO. 'ESC:500'». DATA: 9 DE ABRIL DE 1968. 39
FIGURA 4 – «VILA DE OLINDA E PORTO DO RECIFE», C. 1582-1585. AUTOR: LUÍS DE TEIXEIRA [ATRIBUÍDO]. 48
FIGURA 5 – PORMENOR DA CARTA «ATAQUE E TOMADA DE OLINDA E DO RECIFE PELOS HOLANDESES A MANDO DO ALMIRANTE HENDRICK CORNELISZOON LONCK E DO CORONEL D. VAN WEERDENBURCH». [AUTOR: NICOLAU JANS VISCHER]. DATA: [1630]. 51
FIGURA 6 – PORMENOR DO MAPA «LE PLAN DE I'ILLE ANTHONY VAAZ LE RECIFF E TERRE FERME AU HAVRE DE PERNAMBUCO EN BRÆSIL, AVEC TOUTES LES FORTIFICATIONS» CONSTANTE NA CARTA «NOVA TOTIUS BRASILIÆ ET LOCORUM A SOCIETATE INDIÆ OCCIDENTALIS CAPTORUM DESCRIPTIO 1635». AUTOR: WILHELMUS HONDIUS. DATA: 1635. 55
FIGURA 7 – PORMENOR DA GRAVURA «FRIBURGUM». AUTOR: FRANS POST. DATA DA EDIÇÃO: 1647. 59
FIGURA 8 – DETALHE DA CARTA «PERFECT CAERTE DER GELEGEN THEYT VAN OLINDA DE PHARNAMBUCO MAURITSSTADT ENDE T'RECIFFO GECARTAERT DOOR CORNELIS GOLYATH». AUTOR: CORNELIS GOLIJATH. IMPRENTA: PAÍSES BAIXOS, CLAESZ YANSZ VISSCHER, 1648. 62
FIGURA 9 – DETALHE DA CARTOGRAFIA «FERNAMBOUC À LA CÔTE DU BRÉZIL. SITUEE PAR LA LATT. DE 8 DEG. SUD». DATA DA EDIÇÃO: 1720. 68
FIGURA 10 – «PLAN OF THE PORTO OF PERNAMBUCO» (1816). 71
FIGURA 11 – PORMENOR DO MAPA «PLANO TOPO-HIDROGRAPHICO DO PORTO E CIDADE DE PERNAMBUCO». AUTORES: ELISIARIO ANTONIO DOS SANTOS E JOSÉ MAMEDE ALVES FERREIRA. DATA: 1848. 72
FIGURA 12 – DIGITALIZAÇÃO DA LITOGRAFIA «PRAÇA DA BÔA VISTA». DESENHO: L. SCHLAPPRIZ. LITOGRAFIA: F. H. CARLS. DATA: 1863. AO FUNDO, A IGREJA MATRIZ DA BOA VISTA E O FIM DA RUA DO ATERRO. .. 75
FIGURA 13 – PORMENOR DA ESTAMPA «PONTE DA BÔA VISTA», COM VISTA DA RUA DA AURORA E SEU CASARIO, DESDE O PRIMEIRO TRECHO, A PARTIR DO BAIRRO DE SANTO ANTÔNIO. DATA: [1843-1855]. 82
FIGURA 14 – GRAVURA «PERNAMBUCO.», DESTACANDO A MIRÍADE DESORDENADA DE SOBRADOS NO BAIRRO DO RECIFE À DIREITA E A PELEJA ENTRE A ARQUITETURA CIVIL E A RELIGIOSA PELO DOMÍNIO DA PAISAGEM EM SANTO ANTÔNIO, DO OUTRO LADO DO RIO. DATA: [C. 1838]. 84

FIGURA 15 – FRANCISCO DO REGO BARROS REPRESENTADO NA LITOGRAFIA «BARÃO DA BOA VISTA». DESENHO: L. A. BOULANGER. LITOGRAFIA: ALF. MARTINET. LITH. DE HEATON E RENSGURG, RUA DA AJUDA, 68, RIO DE JANEIRO. DATA: [1840-1858]. 85
FIGURA 16 – PORMENOR DA FOTOGRAFIA «PALÁCIO DA PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA» COM ASPECTO DA FRONTARIA DO PRÉDIO. AUTOR: JOÃO FERREIRA VILLELA. DATA: 1875-1889. 96
FIGURA 17 – O ENGENHEIRO LOUIS-LÉGER VAUTHIER. SEM DATA. 97
FIGURA 18 – VISTA DA RUA DA AURORA, A PARTIR DA PONTE DA MAXAMBOMBA, COM O TEMPLO DOS INGLESES E A RUA DO CONDE DA BOA VISTA, ANTIGA FORMOSA, À ESQUERDA E, AO CENTRO, ASPECTO DA FACHADA DO CONJUNTO DE SOBRADOS CONSTRUÍDOS POR FRANCISCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA NOS ANOS 1840. DATA: C. 1914. 106
FIGURA 19 – FOTOGRAFIA «TEATRO DE SANTA ISABEL». AUTOR: AUGUSTO STAHL. DATA: C. 1855. 111
FIGURA 20 – PORMENOR DA «PLANTA DAS CIDADES DO RECIFE, OLINDA E SEUS ARRABALDES» COPIADA POR ILDEFONSO ILÍDIO DE SOUZA, DESTACANDO: A VERMELHO, DA ESQUERDA PARA A DIREITA, A PARTIR DA PONTE DA BOA VISTA, O PRIMEIRO TRECHO DA RUA DA AURORA COM O TEMPLO DOS INGLESES FECHANDO O QUARTEIRÃO, A RUA FORMOSA NA PERPENDICULAR, A SEGUNDA SEÇÃO DA RUA DA AURORA E, POR TRÁS DESTA, A RUA DA UNIÃO; EM AZUL, DA ESQUERDA PARA A DIREITA, O TEATRO SANTA ISABEL E O NOVO PALÁCIO DO GOVERNO PROVINCIAL. 112
FIGURA 21 – FOTOGRAFIA «BAIRRO DO RECIFE» COM ASPECTO DO CASARIO DA ZONA PORTUÁRIA DA CIDADE. AUTOR: JOÃO FERREIRA VILLELA. DATA: C. 1865. 116
FIGURA 22 – DIGITALIZAÇÃO DE PLANTAS RISCADAS POR VAUTHIER COM A DISTRIBUIÇÃO DOS CÔMODOS DE UM SOBRADO DE ELITE. 119
FIGURA 23 – FOTOGRAFIA «SÍTIO DA MADALENA, COM ARMAS IMPERIAIS». AUTOR: AUGUSTO STAHL. DATA: 1855. 127
FIGURA 24 – DETALHE DA «PLANTA DAS CIDADES DO RECIFE, OLINDA E SEUS ARRABALDES» COPIADA POR ILDEFONSO ILÍDIO DE SOUZA COM ENFOQUE NAS IMEDIAÇÕES DOS AFFLICTOS E NAS DEMARCAÇÕES DO SÍTIO DE OLIVEIRA NA LOCALIDADE. DATA: [1850-1862]. 130
FIGURA 25 – DETALHE DA FOTOGRAFIA «RIO CAPEBERIBE», ENFOCANDO ASPECTO DO CASARIO DA RUA DA AURORA. À ESQUERDA, DESTACANDO-SE DA ENVOLVÊNCIA POR SEU CÓDIGO CONSTRUTIVO, O PALACETE DO BARÃO DA BOA VISTA. CONTÍGUO AO PRÉDIO, O SOBRADO DO COMERCIANTE MANOEL ALVES GUERRA, FALECIDO À ÉPOCA DA IMAGEM. À DIREITA, DOIS EXEMPLARES DO SOBRADO TÍPICO – ESTREITO, ALTO E COMPRIDO – COM ELEMENTOS CLASSICISTAS: PLATIBANDA CHEIA E, NO CASO DO PRÉDIO ESQUERDO, VERGAS DE VOLTA PLENA. FOTO: JOÃO FERREIRA VILLELA. DATA: 18 DE JANEIRO DE 1862. 140

FIGURA 26 – DETALHE DA «PLANTA N.º 13220» ELABORADA PELOS TÉCNICOS DA REPARTIÇÃO DE SANEAMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO COM PARTE DA PLANTA DO IMÓVEL N.º 405 DA RUA VISCONDE DE RIO BRANCO, NOMINAÇÃO TEMPORÁRIA DA RUA DA AURORA. À ESQUERDA, O PAVIMENTO TÉRREO. À DIREITA, O PISO SUPERIOR. AUTOR: A. FIGUEIREDO. DATA: 1935. 142

FIGURA 27 – DETALHE DA «PLANTA DAS CIDADES DO RECIFE, OLINDA E SEUS ARRABALDES» COPIADA POR ILDEFONSO ILÍDIO DE SOUZA, DESTACANDO A AZUL A LOCALIZAÇÃO DO PALACETE DO BARÃO DA BOA VISTA E A VERDE, A DO SOBRADO DE FRANCISCO ANTÔNIO DE OLEVEIRA. DATA: [1850-1862]. 143

FIGURA 28 – PORMENOR DA CARTOGRAFIA «PARTE DA PLANTA DO MELHORAMENTO DO PORTO DO RECIFE», MOSTRANDO A PONTE DA BOA VISTA, A RUA DO ATERRO E A PROJEÇÃO DO CAIS DO CAPIBARIBE. NOTAR OS TERRENOS ALAGADOS AO FUNDO DO CASARIO SITUADO NO LADO SUL DA RUA DO ATERRO. AUTOR: DESCONHECIDO. DATA: 1848. 150

FIGURA 29 – DIGITALIZAÇÃO DA LITOGRAFIA «CAES DA RUA DO TRAPICHE» COM ASPECTO DO CAIS DO TRAPICHE NOVO, ZONA DE INTENSO MOVIMENTO PORTUÁRIO. EM 1852, HERCULANO ALVES DA SILVA POSSUÍA SEIS IMÓVEIS NA DITA RUA, DOIS SOBRADOS DE TRÊS ANDARES E QUATRO SOBRADOS DE QUATRO ANDARES, OS QUAIS PROVAVELMENTE SÃO OS FIXADOS PELO ARTISTA NA ICONOGRAFIA DE 1863. DESENHO: L. SCHLAPPRIZ. LITOGRAFIA: F. H. CARLS. DATA: 1863. 153

FIGURA 30 – DETALHE DA «PLANTA DA CIDADE DO RECIFE E SEUS ARREBALDES», FOCALIZANDO A ZONA DA SOLEDADE E O CAMINHO NOVO CONECTANDO A RUA FORMOSA À ESTRADA DO MANGUINHO. A PARTIR DO NOME «SOLIDADE» ATÉ AS PROXIMIDADES DA «PONTE DO MANGUINHO», A ESTRADA DE JOÃO FERNANDES VIEIRA. NA SEÇÃO INFERIOR ESQUERDA, PARTE DO NÚCLEO URBANO DA FREGUESIA DA BOA VISTA. AUTOR: JOSÉ MAMEDE ALVES FERREIRA. DATA: 1855. 160

FIGURA 31 – DETALHE DA FOTOGRAFIA «RUA DA AURORA E PONTE DA BOAVISTA.» CONSTANTE NO «ANSICHTEN PERNAMBUCO'S» COM ASPECTO DO CASARIO DO TRECHO PRIMITIVO DA RUA DA AURORA NA DÉCADA DE 1880. AUTOR: MORITZ LAMBERG. DATA: 1880-1885. 162

FIGURA 32 – PORMENOR DA «PLANTA DAS CIDADES DO RECIFE, OLINDA E SEUS ARRABALDES» COPIADA POR ILDEFONSO ILÍDIO DE SOUZA, DESTACANDO RESPECTIVAMENTE EM AZUL, VERDE E AMARELO, AS LOCALIZAÇÕES DO PALACETE DO BARÃO DA BOA VISTA, DO SOBRADO DE FRANCISCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA E DO SOBRADO DE HERCULANO ALVES DA SILVA. DATA: [1850-1862]. 163

FIGURA 33 – DETALHE DA «PLANTA DA CIDADE DO RECIFE E SEUS ARREBALDES», ENFOCANDO O ARRABALDE DO MANGUINHO. AUTOR: JOSÉ MAMEDE ALVES FERREIRA. DATA: 1855 164

FIGURA 34 – CROMOLITOGRAVURA «PONTE DO MANGUINHO». NA ESTAMPA, UM ASPECTO DO MANGUINHO A PARTIR DA PONTE DE MESMO NOME. À DIREITA, INTEGRADO À VEGETAÇÃO E DOMINANDO A PAISAGEM, O

SOLAR DE HERCULANO ALVES DA SILVA. DESENHISTA: EMIL BAUCH. [GRAVADOR: F. KAUS.] DATA: C. 1852..... 166
FIGURA 35 - PORMENOR DA «PLANTA DA CIDADE DO RECIFE.» COM DESTAQUE, EM AZUL, DO SÍTIO DO MANGUINHO. NA CARTA, É POSSÍVEL COMPROVAR TANTO A EXISTÊNCIA DE ESTRUTURAS APARTADAS DA CASA E A ARTICULAÇÃO DA COZINHA E DEPENDÊNCIAS COM O PRÉDIO MEDIANTE TELHEIRO. AUTORES: SIR DOUGLAS FOX E H. MITCHELL WHITLEY. DATA: 1906..... 169
FIGURA 36 – DETALHE DA PLANTA BAIXA DO ANTIGO SOLAR DO MANGUINHO, TRAZENDO À ESQUERDA, O PAVIMENTO TÉRREO. NO LADO DIREITO, O PISO SUPERIOR. DATA: [193?]. 174
FIGURA 37 – «LEVANTAMENTO / SEDE ENTRONCAMENTO. PLANTA DE SITUAÇÃO E PLANTA DE LOCAÇÃO E COBERTA. ESCALAS:1/500». AUTORA: SENILDA LOPES. DATA: 14 DE ABRIL DE 2008. 177
FIGURA 38 – DIGITALIZAÇÃO DA ICONOGRAFIA «MORALE DE L'ARABIE». AUTOR: L. A. BOULANGER. DATA: 18 DE DEZEMBRO DE 1844. DESTAQUE PARA AS INFORMAÇÕES DE DATA E LOCAL..... 185
FIGURA 39 – ESTAMPA «SITIO DE JOÃO JOSÉ RODRIGUES MENDES.» CONSTANTE NO LIVRO «ALBUM DE PERNAMBUCO E SEUS ARRABALDES». DATA: 1878. [AUTOR: L. KRAUSS]. GRAVADOR: F. H. CARLS. .. 189
FIGURA 40 – O «PALACETE DA BENFICA». DATA: 1984. 193

Lista de abreviaturas e siglas

2ºORIR ..... 2º Ofício de Registro de Imóveis do Recife

APEJE ..... Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

Art. ..... Artigo

BNDB ..... Biblioteca Nacional Digital do Brasil

BNF ..... Bibliothèque Nationale de France

BNP ..... Biblioteca Nacional de Portugal

CEPE ..... Companhia Editora de Pernambuco

CRL ..... Center for Research Libraries

DPPC ..... Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural

Fl. ..... folha

FUNDAJ ..... Fundação Joaquim Nabuco

FUNDARPE ..... Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco

IAHGP ..... Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano

IPHAN-PE ..... Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Pernambuco

IRB ..... Instituto Ricardo Brennand

MJPE ..... Memorial da Justiça de Pernambuco

N.º ..... número

Pág. ..... Página

PUCRS ..... Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

PCR ..... Prefeitura da Cidade do Recife

s/n ..... sem número

Séc. ..... século

SEI ..... Sistema Eletrônico de Informações

TRE-PE ..... Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

UFPB ..... UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

UFPE ..... UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Introdução

> «Há casas cujas fachadas indicam todo um gênero de vida nos seus mais íntimos pormenores. Todo um tipo de civilização.»
>
> Gilberto Freyre[1]

A epígrafe do «mestre de Apipucos» parece a mais adequada para se abordar o solar de Herculano Alves da Silva. Construído no Manguinho, arrabalde da cidade do Recife, na década de 1840, sua arquitetura materializa uma inflexão no gosto de um estrato das elites locais que, embora insistentemente patriarcal e escravista, conduzia o processo de modernização da antiga urbe colonial impelido pela inserção do Brasil no contexto internacional com a abertura dos portos em 1808 e pelas pressões oriundas do aumento populacional e da expansão do tecido urbano.

Concretiza uma nova forma de habitar dessa elite citadina: dos sobrados contíguos, estreitos e verticalizados com dois, três ou mais pavimentos situados no centro do Recife, aos solares e palacetes, edifícios de grandes dimensões isoladamente dispostos em vastos terrenos arborizados localizados nos arredores da cidade. Verdadeiros complexos de habitar distantes da dinâmica conturbada do centro[2] e de seu ambiente insalubre[3]. Por conseguinte, marca também o protagonismo social de seu proprietário e família, já que edificado numa área nobre da cidade, zona de afirmação do prestígio socioeconômico da burguesia emergente do Recife, cenário e território de outros tantos palacetes e solares a impor na paisagem a condição abastada de seus donos: Manguinho, Capunga, Ponte D'Uchoa, Torre.

Figura, portanto, como um notável exemplo dessas residências periurbanas conhecidas em Pernambuco por «sítio» que, nos termos de Pereira da Costa, significa uma «limitada propriedade territorial, suburbana, com casa de habitação, jardim e pomar»[4]. Definição esta não apenas confirmada pelo confronto com as fontes primárias, mas também

[1] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 226, 30 de setembro de 1923, coluna «24», pág. 1.
[2] *Vide* PRIORI, 2016: 154.
[3] *Vide* FREYRE, 1997: 236.
[4] COSTA, 1976: 715.

largamente expandida ante a revelação de inúmeros pormenores: os espaços internos das casas e sua decoração; as novas técnicas em Artes Aplicadas introduzida no Recife pelos operários alemães[5]; os espécimes de árvores plantados no terreno; a localização geográfica do sítio; os equipamentos lá presentes e os elementos de aparato que o integram. Nem mesmo o choque entre as reminiscências escravocratas do período colonial e as novas dimensões do indivíduo oitocentista, embevecido pelas noções de pitoresco e de fruição da paisagem urbana, passa despercebido.

Assim, na seção «Avisos diversos» do Diário de Pernambuco de 2 de maio de 1859, deparamo-nos com anúncio de arrendamento de um sítio no arrabalde da Torre, nas imediações do Manguinho, o qual segue abaixo integralmente transcrito nos termos da época:

> «Arrenda-se um sítio com excelente casa de vivenda no lugar da Torre á margem do rio Capibaribe confronte á estrada do Manguinho, cuja casa além de ser edificada com muito gosto e ser collocada em um ponto de vista agradavel tanto por della avistar-se todas as casas da Capunga, Passagem [da Madalena] e Ponte de Uchôa, contém 4 salas de 30 palmos quadrados cada uma, sendo 3 forradas de rico papel e o tecto de estuque, 11 quartos, sendo 5 forrados de papel e o tecto de estuque, cozinha fóra, bastante espaçoso, cocheira para 3 carros, quartos de criado e de pretos, estribaria para 6 cavallos, casa para gallinheiro e animais domesticos, 2 cacimbas, uma com excellente agua de beber, outra com bomba, da qual deita agua para a casa de banho que fica ao pé, jardim com figuras e jarros de louça finos, murado na frente com portão de ferro, baixa de capim que sustenta annual dous cavalos, pomar de larangeiras, selectas e de umbigo, além de outras fructeiras do paiz: os pretendentes dirijam-se ao aterro da Boa Vista n.2, segundo andar.»[6]

Com alguma antecedência, no início de seu desencadeamento, o solar de Herculano Alves insere-se justamente neste contexto.

---

[5] Cf. FREYRE, 1960a: 291.

[6] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 99, 2 de maio de 1859, seção «Avisos diversos.», pág. 3.

Todavia, seu grande interesse histórico reside no fato de, para além de documentar a mudança dos gostos e das sociabilidades no Recife oitocentista, materializar uma viragem enquanto código arquitetônico: da habitação arrabaldina em *estilo colonial* ao edifício classicista. A primeira relacionada às «casas de rés-do-chão e andar, de linha horizontais, 'pesadonas' e 'acaçapadas', com telhados de quatro águas, e com o aspecto atarracado das construções barrocas portuguesas»[7], cujas origens remetem à primitiva Olinda. Já o segundo, caracterizado pela regularidade e simetria das fachadas, pela sobriedade das linhas e a utilização de elementos classicistas – tais como a platibanda, os arcos de volta perfeita nas fenestrações e esculturas alegóricas – e decorrente do afluxo das novas ideias, valores e hábitos propagados pelos centros difusores de cultura do mundo ocidental, com predominância quase absoluta da França no caso recifense.

Em específico, o dito solar concretiza a vanguarda no tocante à arquitetura doméstica local e está profundamente ligado à vaga modernizadora que espraiava no Recife sob a égide de um Neoclássico trazido à cidade pelos técnicos franceses no início dos anos 1840, com destaque para a ação do engenheiro Louis-Léger Vauthier, formado na *École Polytechnique* de Paris e na *École des Ponts et Chaussées*.

Figura 1 - Aspecto da frontaria do antigo solar de Herculano Alves da Silva.

[7] OLIVEIRA & GALHANO, 1986, 22.

Fonte: Prova digital a cores do autor. Recife, 18 de outubro de 2019.

Retomando o anúncio do jornal, podemos extrair outras informações relevantes para a contextualização dessas residências arrabaldinas e a desenvolução urbanística do Recife na cronologia. Como se vê na propaganda, o sítio da Torre estabelece um elo com um bairro mais central da cidade, aquele que será o motor da expansão de sua malha urbana por todo o século XIX: a Boa Vista. Ao fim do texto, o anunciante informa aos interessados estar situado à rua do Aterro, uma das principais da freguesia à altura.

Assim, pesquisando na lista de devedores do imposto da décima para os anos de 1857-1858 publicada no mesmo Diário de Pernambuco em 20 de outubro de 1857, encontramos informações sobre o provável dono do sítio descrito no anúncio acima e a tipologia do prédio que possuía no centro da cidade:

> «1857 a 1858.
>
> Rua do Aterro [da Boa Vista].
>
> Numero 2.–João José de Carvalho Moraes, um sobrado com uma loja e 3 andares, arrendado por 1:200$, importancia da decima . . . . . 108$0[00]»[8]

O que comprova a dualidade nas formas de residir das elites no Recife em meados do Oitocentos. A primeira caracterizada por uma vivência entre o urbano e o idílico em casas amplas e nobilitadas, cercadas por árvores que garantiam ar puro e vistas pitorescas. Já a segunda, ligada à efervescência da vida comercial de uma cidade portuária, capital do «terceiro centro econômico e político do Império»[9].

Mais ainda, além de ratificar esta dinâmica do habitar, mostra que o crescimento da cidade era acompanhado pelo *boom* construtivo conduzido por negociantes, capitalistas e proprietários, como é o caso do senhorio do edifício à rua do Aterro e provável dono do sítio anunciado na zona da Torre, João José de Carvalho Moraes. Muitos dos quais,

---

[8] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 240, 20 de outubro de 1857, seção «Consulado Provincial. Lançamento da decima, da freguezia da Boa Vista, feito pelo lançador do consulado provincial Francisco Carneiro Machado Rios Junior, publicado pela imprensa de conformidade com a portaria do Sr. administrador da mesa do consulado provincial de 11 de agosto do corrente anno.», pág. 1.
[9] PONCIONI, 2010a: 20.

diga-se, endossavam os melhoramentos materiais promovidos pela província de Pernambuco e mantinham estreita relação com os protagonistas desse processo.

É o caso de Herculano Alves da Silva.

Residindo com sua família em sua casa solarenga no Manguinho, o «Sr. Herculano» ou «Cidadão Herculano», como algumas vezes surge na documentação, possuía vários imóveis dispersos pelo Recife os quais arrendava – inclusive para o governo provincial[10]: prédios comerciais, imóveis de uso misto e para residência.

As fontes consultadas revelaram ser o dono do sítio do Manguinho igualmente o possuidor de prédios nas mais importantes freguesias da cidade: São Frei Pedro Gonçalves, também chamado «Bairro do Recife», zona portuária; Santo Antônio, centro administrativo e polo comercial; e a Boa Vista, reduto da emergente burguesia local, zona mista de comércio e residências e palco de muitas ações urbanísticas promovidas ou franqueadas pelo governo da província. Ações estas com as quais, ultrapassando o entusiasmo de espectador, o Sr. Herculano chegou a efetivamente colaborar em pelo menos duas ocasiões (embora as evidências apontem para mais): na disponibilização de porções de terra de um sítio que possuía na Soledade, bairro da Boa Vista, à Companhia do Beberibe para a passagem do encanamento para condução das águas do Açude do Prata ao centro do Recife; e no traçado de ruas da planta da Soledade elaborada pelo engenheiro cordeador da Câmara Municipal do Recife.

Desta forma, temos que o solar de Herculano Alves da Silva não é apenas uma arquitetura notável do Recife, mas o produto de um inédito e complexo arranjo das circunstâncias históricas que atingem frontalmente a cidade em meados do séc. XIX. Portanto, analisar esses eventos para o enquadramento tanto do edifício quanto de seu proprietário em seu contexto é o propósito desta dissertação.

---

[10] BNDB – Diário Novo, n.º 167, 1º de agosto de 1845, seção «Parte Official.», item «Governo da Provincia. Expediente do dia 29.», pág. 1. Transcrição: «Dito [ofício] – Ao comissario pagador, auctorisando-o a pagar os 12 mil rs. mensaes de aluguel das casas pertencentes a Herculano Alves da Silva, em que morão os tenentes Manoel Luciano da Camara Guaranà, Alexandre José da Rocha e o alferes Antonio Pedro Ferreira Campello, todos do 1º batalhão de caçadores de 1ª linha e dizendo que desta maneira hia satisfeito o seu pedido em officio de hontem.»

a. Estado da Arte

A produção científica que encontramos acerca do solar de Herculano Alves da Silva não é extensa. Em sua grande maioria, trata-se de trabalhos desenvolvidos por investigadores pernambucanos os quais não têm a edificação por objeto central de estudo, fazendo-se, por conseguinte, menção ao prédio de forma pontual e circunscrita a poucas linhas.

Suas especificidades enquanto arquitetura notável ficam, quando muito, adstritas à uma ligeira leitura de suas fachadas, sem uma investigação de seus espaços internos e das sociabilidades que lhe animavam. Poucas palavras são igualmente dedicadas ao proprietário, o sobredito Herculano Alves, e à sua esposa, Annunciada Camilla Alves da Silva. E no mesmo diapasão, pouco se escreve sobre os herdeiros da casa solarenga nas sucessivas partilhas dos bens deixados pelo casal, e como esta dinâmica intrafamiliar repercutiu no prédio e no terreno que o envolvia com o passar dos anos.

De tal modo, o discurso científico presente nas obras consultadas anda às voltas com a atribuição do plano da casa a Louis-Léger Vauthier, engenheiro francês contratado pela província de Pernambuco para trabalhar na Repartição de Obras Públicas e que permaneceu no Recife de 08 de setembro de 1840 a 18 de novembro de 1846[11]. Atribuição esta que a tradição científica tanto reverberou a ponto de cristalizá-la.

A respeito do tema, escreve Gilberto Freyre no seu artigo introdutório às cartas redigidas por Vauthier, sobre as casas de residência brasileiras, para a prestigiosa revista especializada *Revue générale de l'architecture et des travaux publics*:

> «Atribuem-se a Vauthier o plano da casa no Largo do Entroncamento, hoje da família Correia de Araújo-Tavares, e o da casa na velha Estrada de Ponte d'Uchoa, hoje dos herdeiros de Loio de Amorim. Sejam os planos de Vauthier ou de colaborador ou imitador seu, nenhuma dessas duas boas casas senhoris desonra o gosto dos revolucionários franceses que, servindo-se principalmente dos operários alemães vindos de Hamburgo, iniciaram na capital de Pernambuco e

[11] *Vide* VAUTHIER *in* PONCIONI, 2010a: 83 e 259.

> nas próprias cidades do interior da província a construção e reconstrução de residências e cadeias, e a adaptação de velhos mosteiros a casas de ensino ou repartições públicas.»[12]

Ao se referir ao Largo do Entroncamento, assim nominado por marcar no espaço urbano o encontro das antigas linhas da «Estrada de Ferro do Recife à Várzea e Dous Irmãos»[13] em direção aos arrabaldes mais profundos da Várzea, Dois Irmãos e Monteiro[14], Freyre aponta para a Praça Correia d'Araújo, mais conhecida por Praça do Entroncamento[15], no atual bairro das Graças. Este largo, e depois praça, situa-se no entorno do antigo solar, o qual surge no texto do sociólogo pernambucano vinculado aos descendentes do casal Herculano Alves e Annunciada Camilla: os Tavares da Silva, família que marcará a história do edifício no séc. XX. Ademais, neste excerto Freyre expõe que, apesar de sua atuação como engenheiro das Obras Públicas, Vauthier também se dedicou à arquitetura doméstica no tempo que esteve no Recife, coadunando, portanto, suas atribuições de funcionário público às demandas de ordem privada de uma abonada clientela local.

Em sentido semelhante, o «mestre de Apipucos» brevemente comenta em seu extenso trabalho dedicado à presença e atuação de Vauthier em Pernambuco:

> «Também consta que [Vauthier] inspirou os traçados de algumas casas-grandes de sítio ou de engenho, como a do aterro do Manguinho, a da esquina da hoje Avenida Malaquias com a Ponte de Uchoa.»[16]

Uma referência clara aos antigos solares de Herculano Alves e ao do comerciante português e representante dos empreendedores lusitanos radicados no Recife, o Barão Rodrigues Mendes[17]. Contudo, importante destacar, Freyre registra essa suposta relação entre Vauthier e o plano dos ditos imóveis como se fosse uma espécie de rumor,

---

[12] FREYRE, 1997: 230.
[13] FERREIRA, Julio Pires (diretor) – Almanach de Pernambuco para o anno de 1904 com a biographia de Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama, 6º Anno, 1904, seção «Estradas de Ferro e Ferro Carril», fls. LXXV.
[14] *Vide* SETTE, 2018: 156.
[15] *Cf.* CAVALCANTI, 2018: 249.
[16] FREYRE, 1960a: 358-359.
[17] Cf. MENEZES, 2019: 82-83.

uma informação repetida a esmo no círculo acadêmico, porém sem sustentação documental ou investigativa.

Será, contudo, Freyre quem fará a analogia entre a casa solarenga e o monumental teatro projetado por Vauthier para o Recife, o Teatro Santa Isabel, erigido entre 1º de dezembro de 1840[18] e 18 de maio de 1850, data de sua inauguração[19], no bairro de Santo Antônio. É o sociólogo pernambucano quem enxerga uma relação entre os dois prédios pelas afinidades estilísticas mantidas da casa com o teatro, interpretado por Freyre como uma espécie de matriz a qual pode ter servido de modelo tanto para o solar de Herculano Alves quanto para o do Barão Rodrigues Mendes:

> «A terem resultado de plano ou inspiração de Vauthier as duas casas suburbanas do Recife cuja planta é atribuída ao francês – e que guardam, com efeito, muitos traços ou sugestões do edifício como que materno que é o Teatro Santa Isabel […].»[20]

No caso do objeto de estudo, provavelmente essa relação arquitetônica estabelecida por Freyre não desconsiderou a compleição longitudinal do prédio, tal como a do teatro.

Por sua vez, no trabalho do historiador recifense Fernando da Cruz Gouvêa sobre Honório Hermeto Carneiro Leão, o futuro Marquês do Paraná, político que governou a província de Pernambuco entre 2 de julho de 1849 a 18 de maio de 1850[21], encontramos a informação que o mesmo, para fugir das atribuições do cargo e ter momentos de lazer, buscava os salões e os saraus das abastadas famílias recifenses[22]. Assim, para comprovar sua afirmação, cita em sua investigação o seguinte texto:

> «Para citar apenas um exemplo, em 1849, como já se viu, após os dramáticos eventos da Revolução Praieira, foi indicado para o governo da Província, com a missão de pacificá-la, o futuro Marquês do Paraná, Honório Hermeto Carneiro

---

[18] VAUTHIER *in* PONCIONI, 2010a: 159: «2 de dezembro [de 1840]. Ontem, finalmente, deu-se início à construção do teatro.»
[19] FERREIRA, Julio Pires (diretor) – Almanach de Pernambuco para o anno de 1899 com a biographia do pernambucano Dr. Antonio Peregrino Maciel Monteiro, 1º anno, 1898, «Theatro Santa Isabel», pág. 49.
[20] FREYRE, 1997: 233.
[21] *Cf.* COSTA, 1984d: 166.
[22] *Vide* GOUVÊA, 2008: 68.

> Leão[.] Este vivia em Palácio, mas frequentava com sua família (*) os salões do Recife. Um desses salões era o de Dona Anunciada Camilo [sic] Alves da Silva, viúva de Herculano Alves da Silva e irmã do conselheiro Anselmo Francisco Peretti, poderoso homem do Império que governou Pernambuco. Dona Anunciada, dama belíssima, extremamente inteligente e culta, manteve em seu palacete de São José do Manguinho, casarão neoclássico situado na Praça do Entroncamento e também projetado por Louis Léger Vauthier, um salão literário, onde recebia Gonçalves Dias, Maciel Monteiro, o miniaturista e heraldista Boulanger e outros.»[23]

O trecho acima referido foi escrito pelo genealogista Reinaldo Carneiro Leão e pelo arquiteto, professor e uma das maiores autoridades sobre o Recife, suas arquiteturas e seu desenvolvimento urbano, José Luiz Mota Menezes; ambos, membros do IAHGP. Suas breves linhas nos colocam dentro da casa, em seu salão nobre, onde vislumbramos os novos hábitos do escol citadino recifense praticados pela então viúva Annunciada Camilla no solar e certamente cultivados quando seu marido era ainda vivo. Dá-nos também uma ideia do círculo de pessoas que frequentavam os espaços, como Maciel Monteiro, médico formado em Paris, dono de um sítio na zona do Manguinho[24] e um dos grandes amigos que Vauthier deixa no Recife[25]. Ao referir-se ao prédio, os autores afirmam ser o «casarão neoclássico» obra de Vauthier, o que demonstra não apenas a permanência, mas a força do discurso repetido pela tradição científica quanto à autoria do risco do solar.

No entanto, o professor José Menezes em recente trabalho voltado aos palacetes e solares dos arrabaldes da Passagem da Madalena, Ponte d'Uchoa, Poço da Panela e Apipucos cerca-se de maior rigor metodológico ao abordar o solar de Herculano Alves da Silva, no texto identificado por «Sítio da Cruz», como ficará conhecida a propriedade no séc. XX. Diz o arquiteto:

---

[23] MENEZES & LEÃO *in* GOUVÊA, 2008: 69.
[24] *Cf.* VAUTHIER *in* PONCIONI, 2010a: 184.
[25] *Vide* PONCIONI, op. cit.: 128.

> «O Sítio da Cruz, como era conhecido, imagem à esquerda, por conta de uma cruz situada no muro fronteiro da casa, pertence ao gosto neoclássico, derivado dos Tratados de Arquitetura adotados no Recife, na 1ª metade do século 19 e mesmo antes. Trata-se de arquitetura erudita e tem sido atribuída por suas características arquitetônicas ao engenheiro Louis Legèr Vauthier, pelo menos o risco inicial.»[26]

Assim, tem-se novamente a atribuição ao engenheiro francês do projeto da casa. Todavia, para além da reiteração do discurso científico, o autor reconhece o traço erudito presente em sua composição, vinculando-a à tratadística circulante no Recife em meados do Oitocentos e ao «gosto neoclássico». Uma prova de que a edificação estava na vanguarda de seu tempo.

Neste mesmo livro, ao discorrer mais à frente sobre a tratadística, o professor José Menezes ecoa Gilberto Freyre. Ao relacionar arquitetonicamente a «casa do Sítio da Cruz» com o Teatro Santa Isabel, o pesquisador reconhece que este possível vínculo fortalece a tese de ser Vauthier o autor do plano da casa. Mesmo assim, o investigador não desconsidera a possibilidade de outros técnicos ou artistas franceses situados no Recife serem responsáveis pela dita traça, demonstrando com isso não apenas a circulação dos tratados na cidade, mas também a dos artistas:

> «O traçado da casa do Sítio da Cruz, hoje de propriedade da família Arsênio Tavares (no Parque Amorim, diante do Colégio Vera Cruz), é bem fiel a Vignola e muito identificado com o risco do Teatro de Santa Isabel. Em estampa cromolitografada, de 1852, por Emil Bauch, a casa dos Tavares já se encontra construída, sendo edificação, senão contemporânea, pelo menos de logo depois do teatro. A atribuição do projeto dessa residência a Vauthier é bastante procedente, embora outros franceses também o pudessem criar.»[27]

[26] MENEZES, 2019: 69.
[27] MENEZES, op. cit.: 99.

Sobre este trecho, resta-nos apenas pontuar que atualmente a casa não pertence à «família Arsênio Tavares» e sim ao TRE-PE, visto que foi adquirida por esta corte especializada de justiça em 23 de dezembro de 2009[28].

Em contraponto à tradição científica, o único dos autores consultados que nega a imputação feita a Vauthier do risco da casa é o arquiteto paraibano Alberto José de Sousa. É igualmente o investigador que mais se demora em suas análises e argumentações a respeito do solar em pauta. Tais incursões sobre o prédio encontram-se em seu precursor trabalho «O Classicismo Arquitetônico no Recife Imperial», livro inteiramente dedicado à arquitetura recifense construída sob o código do, assim chamado pelo autor, «classicismo imperial» entre as décadas de 1830 e 1870. Nesta publicação, Sousa rechaça, com alguma veemência, a possibilidade histórica de atribuição do projeto a Vauthier.

No início de sua argumentação, o autor reconhece a primazia do solar dos «Tavares da Silva» enquanto arquitetura de morar na linguagem classicista, de modo que aponta no capítulo cujo tema é a arquitetura residencial:

> «Não temos condições de argumentar com segurança quando tal capítulo [arquitetura doméstica no que chama de *classicismo imperial*] iniciou-se, devido à insuficiência dos registros históricos sobre o assunto disponíveis no momento presente. Mas parece-nos bastante aceitável convencionar fixar-lhe o princípio numa obra destacada e de valor, ainda hoje existente, que foi retratada em gravura por volta de 1850 (o que é indicador de sua notoriedade na época) e que provavelmente já existia no começo dos anos 1840, pelo que podemos deduzir: o solar que pertenceu aos Tavares da Silva, situado junto à praça do Entroncamento, bem perto do local outrora denominado Ponte do Manguinho. Reconhecemos a possibilidade de outras residências recifenses, menos conhecidas e de menor valor, terem recebido a linguagem classicista antes dele, mas isto não invalida a convenção que estamos adotando.»[29]

[28] 2ºORIR – Certidão, lavrada por escrevente autorizada do cartório em 8 de agosto de 2016, fls. 2-5.
[29] SOUSA, 2000: 109-110.

Para alicerçar seu raciocínio quanto à cronologia da edificação, Sousa esclarece que se baseia na descrição feita por Vauthier das casas que viu no caminho para o Poço da Panela numa de suas cartas publicadas na *Revue générale de l'architecture et des travaux publics*[30], em 1853[31]. Faz também algumas conjecturas quanto à existência de outras casas de fisionomia assemelhada no percurso do engenheiro francês pelos arrabaldes do Recife e desenvolve especulações sobre a provável fixação iconográfica desses prédios, caso existissem, pelos retratistas das paisagens urbanas por suas qualidades arquitetônicas, mais particularmente a presença de pórtico saliente com terraço:

> «O que nos leva a crer que tal solar já existia no início dos anos 1840 é a descrição feita por Vauthier a respeito da arquitetura das casas do caminho em direção ao Poço da Panela – na qual ele faz referência a uma residência provida de um pórtico com arcadas encimado por um terraço, que parece-nos tratar do solar em questão. Além deste, só sabemos da existência, no referido caminho, de uma outra casa com semelhante pórtico, a qual, todavia, só surgiu bem depois, por volta de 1870 (a já mencionada sede da Academia Pernambucana de Letras), e portanto não pode ser aquela à qual Vauthier se referiu. Se outra moradia com idêntico componente ali existia no período em foco, ela deve ter sido demolida sem que tivesse sido registrada pela iconografia da época, hipótese que nos parece improvável por sabermos que normalmente as residências mais interessantes (como é o caso de um sobrado com um pórtico do tipo indicado) eram retratadas pelos artistas encarregados de documentar visualmente a paisagem arquitetônica recifense. É mais sensato, pois, deduzir que era do solar Tavares da Silva que Vauthier estava falando na sua descrição, mesmo porque suas características estilísticas o identificam com a fase inicial do classicismo do Recife imperial.»[32]

[30] *Vide* a nota n.º 2 em SOUSA, 2000: 160.
[31] *Cf.* PONCIONI, 2010a: 21.
[32] SOUSA, op. cit.: 110-111.

Finalmente, arremata sua prelação – com uma exacerbação que transparece nas entrelinhas de seu texto – refutando a atribuição do plano do solar dos «Tavares da Silva» a Vauthier:

> «Estando correta nossa dedução, como os fatos o sugerem, estaria comprovada a inveracidade do argumento, tantas vezes aventado, que o solar em questão foi projetado por Vauthier, uma vez que a narrativa deste deixa claro que a casa com pórtico assinalada não era criação sua, já existindo antes que ele a conhecesse.
>
> Na verdade, desconhece-se o nome do projetista do solar Tavares da Silva, da mesma forma que se desconhece a autoria dos demais exemplares principais da arquitetura doméstica aqui estudada [...].»[33]

Concordamos com a prioridade do solar de Herculano Alves enquanto exemplar de arquitetura doméstica ao gosto classicista no Recife não pelas suposições elaboradas pelo autor e muito menos pela cronologia proposta para sua existência, mas pelo enquadramento da casa em seu tempo. Ademais, entendemos que a argumentação de Sousa é frágil por uma questão muito simples. Parece passar despercebido ao investigador que Vauthier escreveu as suas cartas sobre «as casas de residência do Brasil» não no tempo em que esteve no Recife, e sim quando estava preso em Paris (entre 1852 e 1854[34]) por participação do motim de junho de 1849, reprimido pelas forças governamentais francesas no *Conservatoire des Arts et Métiers*[35]. Ou seja, diferente de seu diário íntimo, escrito para si de forma personalíssima no calor dos acontecimentos que vivenciou principalmente no Recife e seus arredores entre 1840 e 1846, as suas missivas enviadas para publicação na *Revue générale de l'architecture et des travaux publics* foram escritas de memória, na prisão, anos após sua partida da cidade «a partir de lembranças, de anotações e provavelmente da releitura de seu diário íntimo»[36]. O que não pode ser desconsiderado, pois esta circunstância confere aos textos constantes em suas cartas um tom completamente diferente de suas anotações

[33] SOUSA, 2000: 111.
[34] *Vide* PONCIONI, 2010a: 377-380.
[35] Cf. PONCIONI, 2010b: 128.
[36] *Ibidem*.

pessoais no diário, estas ríspidas e não raro mordazes. São linhas escritas sob a pena do técnico para um público especializado, porém tingidas pela emoção de um homem encarcerado por questões políticas e pela lembrança de um Pernambuco transfigurado em Brasil[37]: o único que conheceu a fundo e cuja capital e entornos intensamente sorveu profissional, intelectual e socialmente, enquanto figura de ponta da elite local, nos seis anos em que nela morou. Não sem razão o próprio Vauthier registra na abertura de sua primeira carta:

> «Meu caro Daly,
>
> Vosmecê manifestou o desejo de que eu lhe escrevesse algumas palavras sobre questões de interesse, para arquitetos ou engenheiros, sobre aquele belo país além do Atlântico, a que a imaginação do turista em perspectiva empresta, conforme a afirmação de seus antecessores, as mais alegre cores e cujo clima ameno e a vegetação sempre em flor inspiram saudosas recordações aos que o conhecem quando, açoitados pelo vento glacial, pisam a neve no inverno e tiritam de frio sob nossas árvores atrofiadas.»[38]

Daí que, em sentido diametralmente oposto a Sousa, a descrição de Vauthier da «residência provida de um pórtico com arcadas encimado por um terraço» vista no caminho de um implícito Poço da Panela pode ser, justamente, a evocação de uma obra por ele projetada, no caso o solar de Herculano Alves da Silva: obra de vanguarda num Recife que buscava se modernizar sob a inspiração francesa, planeada e construída para um comitente abastado e integrado ao ideário modernizador o qual guiava certo segmento da elite da cidade.

Por sinal, na carta imediatamente anterior, a segunda, o engenheiro francês faz referência tácita ao seu projeto mais marcante no Recife, o já comentado Teatro Santa Isabel:

---

[37] Vide PONCIONI, 2010b: 128-129.
[38] VAUTHIER *in* PONCIONI, 2010a: 267.

> «Recentemente, ainda, para a fachada de um teatro edificado nesta cidade [Recife], há alguns anos, o arquiteto esforçou-se em vão por empregar pedra nacional, tendo, afinal, de ceder aos preconceitos locais e mandar vir do Porto a pedra necessária, que, entre parênteses, chegou bastante maltalhada [sic].»[39]

Logo, se Vauthier menciona a «casa dos Tavares da Silva», como deduz Sousa – dedução com a qual concordamos –, não podemos descartar a possibilidade de aquele referir-se a um notório projeto de sua autoria no âmbito da arquitetura de habitação.

No entanto, no decorrer da investigação, constatamos que a imputação do plano da casa a Vauthier não ficou circunscrito às fronteiras do universo acadêmico. Ao contrário, irradiou deste para outro ramo da produção textual historicamente constituído: a imprensa. A pesquisa nos jornais do Recife revela que o discurso da tradição científica também circulou neste suporte de grande capilaridade no tecido social, o que ajudou a difundi-lo e popularizá-lo.

Em meados da década de 1960, a opinião pública ocupou-se do debate sobre a importância da preservação do patrimônio edificado da cidade do Recife, em especial dos antigos palacetes e solares localizados nos outrora arrabaldes, os quais desapareciam, já nesta época, ante a especulação imobiliária. Assim, localizamos a reportagem intitulada «Esvazia-se a Campanha de Preservação dos Velhos Solares» que denuncia a precariedade das políticas públicas de conservação deste casario e a sua situação vulnerável. Abaixo das ilustrações da dita matéria, encontramos o seguinte texto, o qual mais parece a tradução jornalística da tese de Gilberto Freyre sobre o risco do solar de Herculano Alves e de seu elo arquitetônico com o teatro Santa Isabel:

> «A casa do comerciante João Tavares, (à esquerda) no Entroncamento, é outro exemplo excelente do estilo neo-clássico que predominou nas construções dos meados do século passado. Também há quem diga ter sido projetada pelo engenheiro Vauthier. Terá sido, pelo menos, um dos seus discípulos, pois é

[39] VAUTHIER *in* PONCIONI, 2010a: 285.

> notável a semelhança de suas linhas com as do nosso Santa Isabel, a maior obra daquele arquiteto em Pernambuco.»[40]

No entanto, coube ao já octogenário Freyre, à altura experiente investigador e mais do que renomado cientista social, ser categórico quanto à incerteza de a autoria do plano da «casa da família Tavares da Silva» ser de Vauthier. Embora resgatando sua propalada tese de afinidade arquitetônica estabelecida entre os solares de Herculano Alves e o do Barão Rodrigues Mendes com o Teatro Santa Isabel, o «mestre de Apipucos» transpõe as fímbrias do próprio discurso para uma abordagem mais aberta e, ao mesmo tempo, metodologicamente mais rigorosa a respeito da questão. Diz o sociólogo em entrevista concedida ao Diário de Pernambuco em janeiro de 1982:

> «Em todas as minhas pesquisas em torno da vida e obra de Louis Vauthier, especialmente quanto ao seu trabalho desenvolvido em Pernambuco, nada encontrei que pudesse levar-me a afirmar serem frutos do seu talento os projetos de construção da casa da família Tavares da Silva, nem tampouco a hoje sede da Academia Pernambucana de Letras, erguida em Ponte D'Uchoa, no então sítio de João José Rodrigues Mendes.
>
> […]
>
> Com efeito […], em que pese a semelhança entre os estilos arquitetônicos dos dois imóveis e do Teatro Santa Isabel (o mais bonito dos teatros brasileiros), nada encontrei que me permitisse afirmar serem seus os projetos provenientes do gênio do grande francês que, aqui, ainda jovem, aportou trazido pelas mãos do Conde da Boa Vista.
>
> [...]
>
> Não se vá, por isto […] contestar o valor dos imóveis mencionados, os quais constituem verdadeiros monumentos, obras-primas da arte, orgulho dos

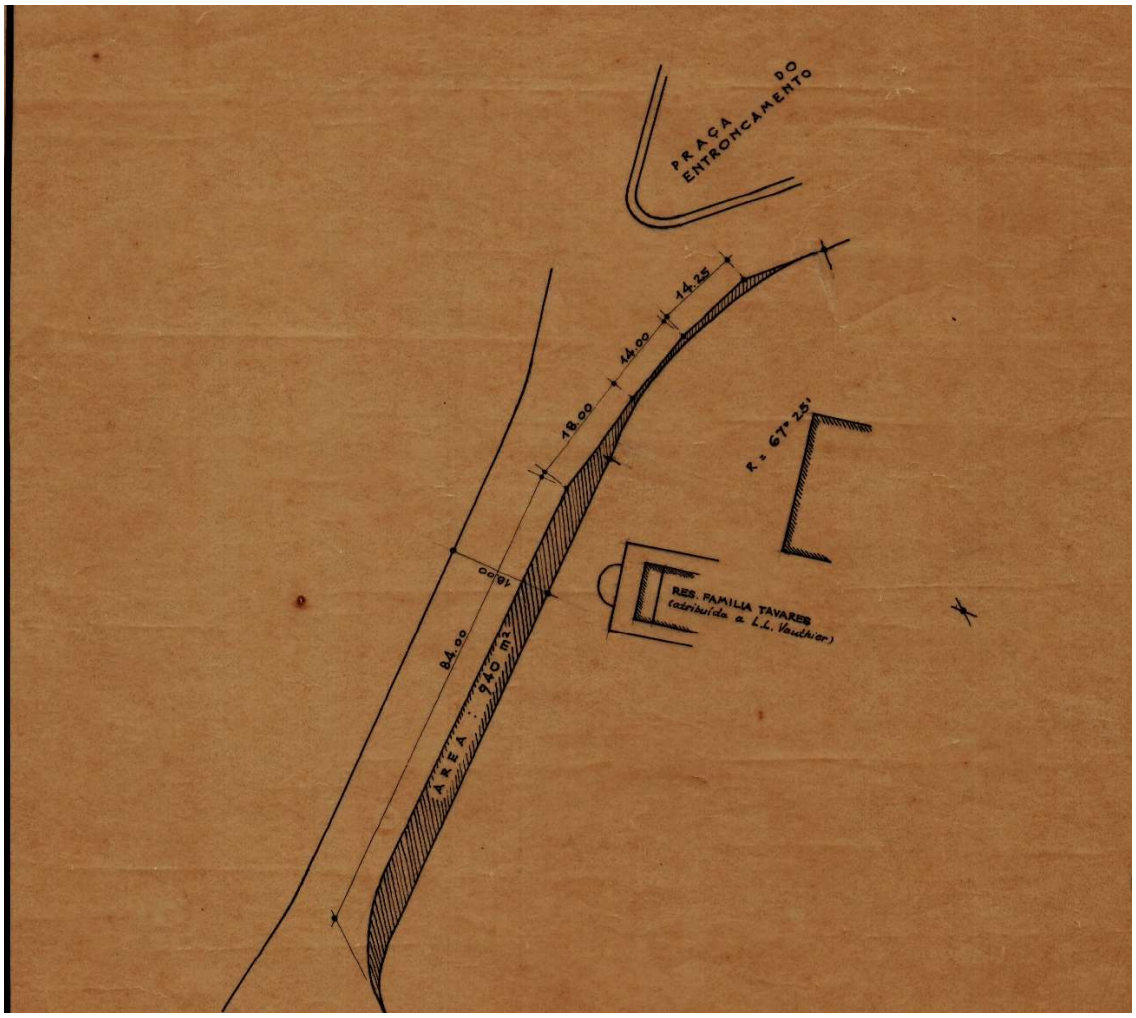
[40] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 93, 24 de abril de 1966, Terceiro Caderno, «Esvazia-se a Campanha de Preservação dos Velhos Solares», pág. 3.

pernambucanos. Contudo, o que não se pode, sem fugir ao rigor científico, é afirmar sua autoria sem uma base histórica convincente.»[41]

Finalmente, em pesquisa na mapoteca do IPHAN, encontramos uma cópia da planta do projeto de alargamento da rua Dom Bosco, interligação da Praça do Entroncamento com o Parque Amorim, realizado pela Prefeitura do Recife. Neste plano, a residência dos «Tavares da Silva» é parcialmente desenhada com a observação «atribuída a L. L. Vauthier», o que ratifica a propagação do discurso da tradição científica e a sua manifestação em diferentes suportes, quer acadêmico, quer técnicos.

[41] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 4, 5 de janeiro de 1982, Caderno Geral, «Freyre pesquisa Vauthier», fl. A-10.

Figura 2– Pormenor do «Projeto de alargamento da rua que liga o Parque Amorim ao do Entroncamento efetuado pela Prefeitura do Recife (cópia)». Data: 24 de maio de 1979.



Fonte: Acervo IPHAN – PE.

Em conclusão, resta demonstrado que o solar de Herculano Alves da Silva é bastante marcado, sob a ótica do trinômio «a encomenda, o artista, a obra», pela figura do hipotético artista responsável por seu plano, Louis-Léger Vauthier. Não existem trabalhos acadêmicos focados no edifício, e a bibliografia consultada perpassa pelo prédio por suas qualidades estilísticas e, confinada no discurso da atribuição, seja em concordância, seja em oposição, esgota-se na superfície do problema. É necessária, portanto, uma mudança no enfoque da investigação dessa arquitetura para se desvelar veredas historiográficas ainda não exploradas. O que só é possível se desviarmos do

suposto artista, sem assumir a priori a imputação do projeto ao engenheiro de Pontes e Calçadas ou muito menos negá-la de partida, e enquadrarmos a obra em seu tempo.

b. Justificativa da dissertação e objetivos

Conforme provamos, o cânone acadêmico acerca do solar de Herculano Alves da Silva gravita em torno da imputação do plano da casa a Louis-Léger Vauthier. Uma imputação de superfície que, aferrada ao aspecto arquitetônico do prédio e à sua semelhança fisionômica com o Teatro Santa Isabel, exaure-se na própria repetição. Não há uma problemática que ponha o edifício em outra perspectiva, ampliando, consequentemente, as possibilidades de análise e de investigação do objeto. Desse modo, inexistem estudos aprofundados sobre o prédio, e os trabalhos científicos até então produzidos apenas abordam de soslaio a casa, sem encará-la como objeto central de pesquisa. Tal vacuidade da produção acadêmica justifica por si só, entendemos, o desenvolvimento da presente dissertação, investigação científica inédita no âmbito da História da Arte em Pernambuco.

Ademais, por não partir da repetição pura e simples do cânon da atribuição, o estudo da casa solarenga desenvolvido nesta dissertação explorou questões transversais ao objeto situadas além do suposto projetista as quais descortinaram frentes de investigação até então não percorridas pela historiografia pernambucana. Desse modo, procuramos compreender, dentre outros pontos, a inserção e o trânsito do proprietário nas elites locais, as transformações urbanísticas da cidade e sua relação com a casa e outras residências arrabaldinas, os porquês da utilização da gramática classicista na arquitetura de habitação no Recife de meados do Oitocentos, o lar enquanto símbolo social de protagonismo de seu dono[42]. Por conta disso, adentramos na cidade para entender suas circunstâncias, conhecer os agentes responsáveis por sua modificação (e onde residiam), percorrer suas ruas, interpretar sua paisagem urbana, perceber a vida social presente em suas freguesias à altura e como estas se inter-relacionavam. Novas abordagens as quais permitiram, efetivamente, a superação da esfera do «artista» para

[42] *Vide* PALLASMAA, 2017: 29.

focalizar «a obra» e seu contexto, o que em nosso entender corrobora a importância desta investigação.

Além disso, se o solar fora construído como residência de uma figura da elite dominante da cidade, além de representar uma modificação no habitar por sua localização, código arquitetônico e organização dos espaços internos, desdobra-se também num intrincado jogo simbólico de projeção da imagem de seu proprietário para o mundo exterior e de reforço desta imagem para si mesmo[43]. Uma morada, de fato, mas não só isto: igualmente um cenário e um discurso concebido para seu dono, um capitalista e proprietário, homem letrado e de posses num fervilhante Recife que passava por profundas transformações urbanísticas e que incorporava gostos e hábitos emanados de Paris. Por isso, julgamos que a pertinência deste trabalho se encontra também no fato de ter se debruçado, a partir de fontes primárias, na reconstituição histórica de seu senhorio, Herculano Alves da Silva. Algo até então não realizado.

Outrossim, julgamos que com este estudo sobre casa solarenga do Manguinho, obra de notório valor artístico, contribuímos com sua difusão enquanto patrimônio edificado. Exemplar pioneiro na zona periurbana do Recife a se valer da linguagem classicista na arquitetura de habitação, o antigo solar de Herculano Alves é hoje uma dentre tantas outras edificações silentes, invisíveis a uma cidade verticalizada cuja paisagem parece esmaecer ante a «descorporalização do mundo» imposta pela ordem digital[44]. Além do mais, o dito solar é um dos poucos sobreviventes de especulação imobiliária a qual dizimou muitas dessas arquiteturas arrabaldinas para a construção de condomínios verticais nos lotes resultantes da divisão dos terrenos dos sítios[45], um processo de autofagia[46] conduzido pelo «fetichismo da técnica»[47] o qual até hoje persiste. A documentação revela, inclusive, que houve o perigo real da demolição do «solar do Sítio da Cruz» nos anos 1970 para que em seu lugar fosse construído um «edifício de

[43] *Cf.* PALLASMAA, 2017.: 21.
[44] *Cf.* HAN, 2018: 53.
[45] *Vide* BARRETO, 1994: 110 e MENEZES, 2019: 55-58.
[46] *Cf.* AMORIM *in* JORDÃO, 2019: [6].
[47] CHOAY, 2010: 25.

apartamentos». É o que aponta o ofício de Gilberto Freyre, à época presidente do Conselho Estadual de Cultura, endereçado ao IPHAN-PE:

> «Tenho a honra de comunicar a V. Sª que em sessão plenária deste Conselho ontem realizada[,] o Conselheiro Valdemar de Oliveira trouxe a notícia de que estava sendo cogitada a demolição do tradicional solar do Sítio da Cruz, na praça do Entroncamento, e a construção em seu lugar de um edifício de apartamentos.
>
> Tratando-se de uma relíquia arquitetônica do século XIX, deliberou unanimemente o Conselho dirigir-se a V. Sª formulando um apelo a esse Instituto, ao Governo do Estado e à Prefeitura do Recife para que seja resguardado o prédio, tão significativo para a cultura pernambucana.»[48]

Portanto, estudar o solar é também uma forma de jogar luz sobre as temporalidades do Recife ainda presentes em seu tecido urbano e, de alguma maneira, reaver à cidade parte de sua memória[49].

[48] IPHAN-PE – Processo de Tombamento N.º 320-T-42 – Casa a Avenida Rosa e Silva, 36, Recife/PE, Processo SEI n.º 01498.001912/2017-73, «Ofício nº 47/72-P», Conselho Estadual de Cultura – Pernambuco, 12 de maio de 1972, pág. 45 [fl. 23].
[49] *Vide* CHOAY, 2010: 26.

Figura 3 – Detalhe do «Loteamento do terreno do 'Sítio da Cruz'. Praça do Entroncamento. 'Esc:500'». Data: 9 de abril de 1968.

Fonte: Acervo IPHAN-PE.

Soma-se às razões apresentadas, a motivação pessoal em investigar o solar do Manguinho acalentada durante as aulas de Estudos de Arquitetura I e II no mestrado em História da Arte, Patrimônio e Cultura Visual. Afinal, as leituras, as pesquisas e a recolha documental empreendidas nessas unidades curriculares para o estudo da casa mostraram um objeto particularmente intrigante e desafiador marcado por uma atribuição sedimentada pelo discurso acadêmico por anos a fio. O que acabou estimulando nossa curiosidade científica, força motriz de tantos investigadores, a aprofundar os estudos sobre a edificação e, numa perspectiva mais ampla, ensejou também uma epifania. Pois, por trás desse prédio suburbano havia um Recife

absolutamente desconhecido com o qual este mestrando nunca tinha travado contato, mesmo sendo natural da cidade e tido encerrado seu primeiro ciclo da vida acadêmica, a graduação em História, na capital pernambucana. Assim, mais do que tema de dissertação, o solar do Manguinho converteu-se, simbolicamente, no marco zero de um novo percurso acadêmico e o início da trilha para um vasto campo de investigação que, em nosso entendimento, necessita ser perscrutado: o estudo das arquiteturas do Recife.

A convergência de todos esses fatores resultou na presente investigação que estabeleceu por objetivo principal enquadrar historicamente o solar de Herculano Alves da Silva nas dinâmicas que regiam a cidade do Recife em meados do séc. XIX. A partir desta meta fundamental, três objetivos específicos foram traçados. Primeiramente, propõe-se a investigar a figura do proprietário em seu contexto, de modo a identificar sua mundividência, o estrato da sociedade em que se situava, seu trânsito nas elites locais e quais relações mantinha com os protagonistas do processo de modernização do Recife. Já no segundo, procura-se compreender o fenômeno da difusão da gramática classicista na arquitetura doméstica do Recife na cronologia. Por fim, busca-se construir uma hipótese quanto à autoria do risco da casa solarenga em análise alicerçada nos fatos e na documentação coletada.

Diante do exposto, entendemos que este trabalho científico no âmbito da História da Arte representa contributo para o estudo da arquitetura no Recife, temática quase não examinada pela historiografia pernambucana atual, tão afeita às esferas social, política e econômica. Mais ainda, defendemos que esta dissertação colabora com o entendimento histórico da cidade do Recife no séc. XIX por acrescentar conhecimentos e discussões novos acerca do solar do Manguinho e de seu proprietário, o que lhe assegura, por conseguinte, interesse acadêmico. Finalmente, não deixamos de vislumbrar na presente dissertação um horizonte de relevância social. Numa cidade que se faz esquecer e que transforma seus habitantes em «urbanitas amnésicos; sujeitos sem lugar e sem tempo»[50], estudar a casa de Herculano Alves da Silva não deixa de ser

[50] AMORIM *in* JORDÃO, 2019: [9].

também uma maneira de interligar e compreender as temporalidades do Recife, instilando, por sua vez, no leitor o sentimento de pertença.

c. Metodologia

Esta dissertação é um estudo investigativo baseado em documentos primários e secundários, cartografias, plantas, alçados, iconografias e referências bibliográficas, a fim de alcançar os objetivos principal e específicos anteriormente propostos.

Em nível estrutural, o presente trabalho segue as normas de citação e de referenciação documental e bibliográficas adaptadas da NP 405-1, conforme preconiza o Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM). Subsidiariamente, utiliza-se do «Manual de Boas Práticas para Elaboração de Trabalhos Académicos em História da Arte» organizado pelo professor Nuno Resende no âmbito do Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio desta Faculdade de Letras. Por fim, ainda no tocante aos aspectos formais, esta dissertação foi escrita em consonância com o «Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa», restringindo-se as exceções aos excertos transcritos das fontes documentais os quais, por rigor metodológico, respeitam a grafia original.

Cientes da escassez de documentação acerca do objeto de estudo e adjacências temáticas e dos constrangimentos epistemológicos da escrita da História, visitamos diversas instituições arquivísticas no Recife para um minucioso escrutínio dos códices com o objetivo de construir o mais vasto acervo de fontes possível. Pretendíamos, com isso, alicerçar todos os passos desta investigação em documentos da época a fim de mitigar os espaços deixados em aberto pelas «pistas fragmentárias e distorcidas de um acontecimento» e evitar a tentação dos «saltos» aos eventos históricos desprovidos de esteio documental, algo vedado ao historiador conforme adverte Carlo Ginzburg:

> «Tolstói supera de um salto a brecha inevitável entre as pistas fragmentárias e distorcidas de um acontecimento (uma batalha, por exemplo) e o próprio acontecimento. Mas, esse salto, essa relação direta com a realidade, só pode se

dar (ainda que não necessariamente) no terreno da ficção: ao historiador, que só dispõe de rastros, de documentos, a ele é por definição vedado.»[51]

Ao final, a consulta aos acervos das instituições durante aproximadamente quatro meses resultou profícua, concorrendo todas para a composição do repositório das fontes utilizadas neste trabalho. No entanto, algumas dessas entidades se destacaram graças aos achados documentais que por vezes agregaram à pesquisa informação inédita. É o caso do Arquivo Público Jordão Emerenciano, onde localizamos importante documentação sobre os melhoramentos materiais e o ordenamento urbano do Recife, bem como expedientes oficiais relativos a Herculano Alves da Silva. Já no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano tivemos acesso à coleção dos inventários e testamentos, fundo em que estavam guardados os vultosos processos de inventário de Annunciada Camilla Alves da Silva, viúva de Herculano Alves, e de seu filho homônimo falecido em Paris em 1890. No mesmo Instituto, foi-nos apresentado também o álbum de Annunciada Adelaide Alves da Silva, filha do casal, valiosa fonte documental sobre a cosmovisão desta e, por conseguinte, de seu entorno familiar. Por sua vez, no Memorial da Justiça de Pernambuco encontramos o inventário dos bens deixados por Herculano Alves da Silva, uma fonte primária essencial para os estudos sobre o dono da casa solarenga: suas propriedades, seus gostos e hábitos, seus herdeiros e outras minudências as quais serão exploradas em momento oportuno.

Não deixamos de utilizar os jornais recifenses da época como valiosa fonte de informação histórica. Em seu primeiro trabalho acadêmico, «Vida Social no Brasil nos Meados do Século XIX», Gilberto Freyre já chamava a atenção dos investigadores para o valor documental dos periódicos[52], fonte largamente utilizada em suas pesquisas seguintes[53]. Em sentido semelhante, Mário Sette também reconhecia nos jornais seu caráter histórico, a ponto de enxergar nos apedidos dos periódicos recifenses do séc. XIX um reflexo fiel da vida da cidade:

---

[51] GINZBURG, 2007: 271.
[52] *Vide* FREYRE, 2009: 34.
[53] *Cf.* TUNA *in* FREYRE, op. cit.: 12.

> «Se, como dissemos, a ação redacional se limitava rigorosamente aos artigos de fundo, aos atos da Presidência, às correspondências da Corte e da Europa, num estilo retórico, massudo, formalístico, quase sempre, as solicitadas contrastavam num à vontade que ia às vezes aos extremos do escândalo. Era nessas páginas feitas pelo balcão que a vida da cidade se refletia fielmente.»[54]

Como não apenas a «vida da cidade» era do nosso interesse, mas também os assuntos oficiais, vasculhamos, senão de modo exaustivo, ao menos de forma ampla, as gazetas recifenses oitocentistas disponíveis na hemeroteca virtual da Biblioteca Nacional do Brasil. Dessa forma, valendo-se dos mecanismos de busca da plataforma e não raro da pesquisa folha a folha, percorremos matérias, artigos, colunas, crônicas, notas satíricas, cartas, expedientes governamentais, relatórios, normativos, atas de sessão, cobrança de impostos, editais, anúncios e avisos diversos. O que se mostrou extremamente proveitoso em termos recolha documental, porque foram nesses fundos que encontramos inúmeras menções a Herculano Alves da Silva, seus familiares e descendentes, informações sobre as transformações urbanísticas do Recife e seus patrocinadores, a publicação de posturas municipais sobre construção de prédios, as discussões a respeito da presença dos engenheiros franceses na Repartição de Obras Públicas, anúncios com descrições pormenorizadas dos imóveis situados no centro da cidade e nos arrabaldes; enfim, um sem número de elementos factuais para a construção desta investigação científica.

Toda a documentação reunida encontra-se inventariada e sistematizada em planilhas especificamente criadas para a estruturação dos dados. As tabelas constantes nos anexos desta dissertação foram geradas a partir desses arquivos e se referem aos documentos escritos efetivamente usados na elaboração deste trabalho. Da mesma forma, encontram-se nos anexos reproduções das fontes manuscritas, iconografias, plantas, mapas e outros documentos usados nesta investigação. No tocante aos jornais citados, apontamos sempre o endereço eletrônico, na seção «a.3. Jornais» da referenciação documental, para acesso aos mesmos na plataforma digital acima

[54] SETTE, 2018: 175.

mencionada. Com a divulgação desse material, esperamos contribuir com outras pesquisas relacionadas ao tema central desta dissertação.

d. Estrutura da dissertação

Estruturamos esta dissertação em duas seções. A primeira, nomeada «seção principal», diz respeito à investigação desenvolvida sobre o solar de Herculano Alves da Silva e está dividida em três capítulos. Por seu turno, a segunda parte é atinente a toda documentação utilizada na supracitada investigação e é composta por anexos e apêndices.

No primeiro capítulo da seção principal, discutimos a intensa vaga modernizadora do Recife em meados do Oitocentos. Para tanto, perpassamos historicamente seu desenvolvimento urbano num panorama que abarca do surgimento da povoação do Recife, passando pelo período holandês e descambando na agitação do séc. XIX. Neste mesmo capítulo, dedicamos especial atenção à freguesia da Boa Vista, epítome das transformações urbanísticas da cidade na cronologia em análise e território por excelência da ascendente burguesia local que as patrocinava.

Ato contínuo, no segundo capítulo, fazemos uma análise dos agentes da modernização do Recife corporizados nas esferas política, econômica e técnico-artística, a saber: Francisco do Rego Barros, presidente da província de Pernambuco entre 1837 e 1844[55]; Francisco Antônio de Oliveira, negociante de grosso trato[56], «proprietário, milhionario e Veriador»[57]; e Louis-Léger Vauthier, engenheiro francês egresso das *École Polytechnique* de Paris e *École des Ponts et Chaussées* contratado pela província em 1840[58], chefe da Repartição de Obras Públicas entre 1842[59] e 1846, quando regressa à Europa[60]. Finalmente, desenvolvemos uma interpretação do Teatro Santa Isabel enquanto

[55] *Vide* COSTA, 1984d: 163-164.
[56] *Cf.* GOMES, 2016: 97.
[57] BNDB – O Lidador, n.º 176, 18 de maio de 1847, «Relação dos cidadãos excluidos da lista de jurados pela junta revizora, em 15 de janeiro de 1847.», pág. 2.
[58] PONCIONI, 2010a: 332.
[59] *Cf*. FREYRE, 1960a: 312-313 e PONCIONI, 2010a: 344.
[60] *Vide* FREYRE, op. cit.: 336 e PONCIONI, op. cit.: 357.

apoteose do processo modernizador do Recife desencadeado em fins dos anos 1830 pelo governo de Rego Barros.

Já no terceiro capítulo, enquadramos a casa solarenga de Herculano Alves da Silva em seu contexto. Assim, discutimos as edificações arquetípicas do Recife à época, isto é, os «sobrados magros» do centro da cidade e as casas *acaçapadas* em *estilo colonial* nos sítios. Na sequência, debruçamo-nos sobre a atuação renovadora de Vauthier na arquitetura doméstica da cidade mediante a inserção de um novo código construtivo: o classicismo oriundo dos tratados de J. N. L. Durand. Para demonstrar nossa argumentação, esquadrinhamos o palacete de Francisco do Rego Barros, à altura Barão da Boa Vista, construído na freguesia de mesmo nome, obra do engenheiro francês e edifício difusor da linguagem classicista na arquitetura de morar na cidade. A partir daí, investigamos a figura histórica do «Sr. Herculano», a fim de elaborar suas notas biográficas, delinear as relações que mantinha com os agentes modernizadores do Recife, entender sua mundivisão e analisar seus modos e formadas de habitar. Conhecido o proprietário, estudamos o solar do Manguinho nos mais diversos níveis: a zona onde foi edificado, a própria obra, a organização dos espaços, bem como o sítio e sua vizinhança. Em conclusão, assente na documentação e nos estudos empreendidos, apresentamos uma hipótese quanto à autoria do risco da casa solarenga do Manguinho.

Por sua vez, na segunda seção, os anexos reúnem as tabelas concebidas para a sistematização das informações extraídas das fontes e os documentos em si usados na feitura desta dissertação, isto é, iconografias, cartografias, plantas, alçados, manuscritos e outras fontes escritas. Assim, no «Anexo 1 – Tabela com os bens de raiz de Herculano Alves da Silva em 1852», relacionamos os trinta e três imóveis possuídos pelo «Sr. Herculano» no ano de sua morte. No «Anexo 2 – Apontamentos – Inventário de Herculano Alves da Silva (pai)», condensamos nosso escrutínio, folha a folha, da mencionada fonte primária e a transcrição dos excertos julgados mais relevantes de seu conteúdo, atualizando a grafia para agilizar o acesso à informação. No «Anexo 3 – Índice Onomástico – Diário de Vauthier (por ordem de aparição)», perscrutamos os apontamentos do engenheiro francês em seu diário com vistas à elaboração de um quadro de todas as pessoas referidas no documento e à visualização da trama de

relações cultivada por Louis-Léger no Recife durante sua estada. No «Anexo 4 – Documentos manuscritos referenciados na dissertação», como a denominação deixa patente, apensamos cópia de cada manuscrito referenciado neste trabalho. E no «Anexo 5 – Imagens, cartografias e afins», reunimos as fotografias, iconografias, cartografias, plantas e alçados enxertados ao longo do texto da seção principal, mas também outras imagens não inseridas, componentes de um banco de dados referente ao objeto de estudo produzido durante a fase de recolha documental.

Finalmente, no «Apêndice 1 – Quadro 'Bens imóveis do casal Francisco Antonio de Oliveira e Mª Gertrudes Carneiro» apendemos o quadro-resumo elaborado por Amanda Gomes em sua dissertação sobre Francisco Antônio de Oliveira com as propriedades possuídas pelo «Sr. Oliveira» e esposa no ano de 1845, quadro este devidamente referenciado neste trabalho acadêmico.

1. A desenvolução urbana do Recife: um panorama histórico

1.1. O Povo dos Arrecifes: os primórdios urbanísticos da capital pernambucana

O «Povo». Assim era conhecido na segunda metade do séc. XVI o diminuto povoado situado no extremo sul da península ligada à vila de Olinda, sede da empresa colonial lusitana na capitania de Pernambuco fundada por Duarte Coelho em 1537. Geograficamente localizado entre o mar e a confluência dos rios Beberibe e Capibaribe, protegido por um banco de recifes areníticos e com uma barra de águas tranquilas e profundidade suficiente para o funcionamento de um ancoradouro[61], o «Povo dos Arrecifes» ou «Porto dos Navios»[62] figurou durante toda a primeira fase da colonização portuguesa como porto natural para, principalmente, o escoamento da produção açucareira de Olinda e dos engenhos situados nas áreas continental e interiorana da capitania.

No fim do istmo, de onde partiam as cargas de açúcar e, em menor quantidade, as toras de pau-brasil para a metrópole e chegavam víveres e produtos de luxo para a aristocracia olindense[63], a população trabalhava no carregamento e descarregamento das embarcações, habitando uma embrionária estrutura urbana[64] erigida sem um plano predefinido[65] ante a disponibilidade de terra seca. Sobre o assunto, explana o professor José Menezes:

> «O povoado, ou 'povo', talvez 'pueblo', 'Land Recif' holandês, possuía desenho urbano muito simples e decorrente da própria terra seca disponível para construção. Na organização urbana as casas, armazéns, e a ermida [de São Telmo] foram distribuídos em linha, isto tendo uma rua por eixo. Um largo com

[61] *Vide* MELO, 2012: 49.
[62] SETTE, 2018: 44.
[63] *Vide* SETTE, 2018: 44-46.
[64] *Cf.* REINALDO & ALVES, 2013: 2.
[65] *Cf.* CAVALCANTI, 1977: 63.

uma ermida e ruelas transversais. Becos muito estreitos e ruas hierarquizavam e caracterizavam o tecido urbano.»[66]

Figura 4 – «Vila de Olinda e Porto do Recife», c. 1582-1585. Autor: Luís de Teixeira [atribuído].

Fonte: Acervo Biblioteca da Ajuda (Portugal). Disponível em Wikimedia Commons.

O sistema *plantation*, o domínio português dos métodos de fabrico e as condições favoráveis do solo e clima pernambucanos garantiram o êxito da indústria açucareira e uma vultosa produção, o que levou ao aumento gradual da população dos arrecifes e, consequentemente, o adensamento construtivo do Povo com o passar das décadas. As

[66] MENEZES, 2015: 19.

limitações impostas à construção pela escassez de solo eram superadas com a realização de aterros. Nos termos de Pereira da Costa:

> «As construções que foram se levantando, disseminadamente, e em épocas diferentes, partiam do centro para as extremidades, acomodando-se à forma curvilínea da península, e se foram espraiando à proporção dos aterramentos lentamente feitos, quer na margem oriental banhada pelo mar, quer na oposta, pelo rio Beberibe.»[67]

Tal expansão, embora sem plano, não feita a esmo, mas ditada tanto pela experiência construtiva angariada desde os primórdios da povoação quanto por certo senso de racionalidade na organização dessa incipiente trama urbana.[68]

Por regra, os autores consultados para este trabalho divergem no tocante ao número de edificações e de habitantes na povoação dos arrecifes por volta de 1630, ano da conquista holandesa e fim da primeira fase do desenvolvimento urbano do futuro bairro do Recife. Assim, Mário Melo, citando indiretamente o Frei Vicente Salvador, aponta que o Povo «em 1627, contava umas duzentas casas, uma igreja, algumas casas de comércio, além de armazéns de açúcar.»[69] Por sua vez, Sebastião de Vasconcelos Galvão afirma que:

> «Em 1630, a povoação do Recife se compunha de 150 casas, a maior parte armazens ou depósitos de generos do paiz. Sua população, depois da de Olinda e Iguarassú, era a mais crescida da capitania.»[70]

Já o professor José Menezes defende o pouco crescimento do povoado até o ano de referência. Segundo o pesquisador, o Recife em 1630 tinha «cerca de duzentos habitantes e aproximadamente quarenta casas».[71] O único ponto de convergência encontrado foi entre Vanildo Bezerra Cavalcanti e Pereira da Costa. Ambos falam – nos

---

[67] COSTA, 1983b: 114.
[68] *Cf.* MENEZES, 2015: 20.
[69] MELO, 2012: 50.
[70] GALVÃO, 2006b: 12.
[71] MENEZES, op. cit.: 20.

mesmos termos – em aproximadas «130 casas e alguns armazéns»[72] existentes no povoado em 1630, como se o primeiro replicasse o último, autor da monumental coleção «Anais Pernambucanos».

O fato, porém, é que às vésperas da invasão holandesa contava o Povo dos Arrecifes com a igreja do Corpo Santo organizando o espaço, trapiches para o armazenamento das mercadorias e algumas casas térreas e de mais de um pavimento em pedra de cantaria premidas umas às outras. Casas estas, já nesta época, tendentes à verticalidade[73], haja vista a permanente tensão entre o pouco terreno propício às edificações, a estreiteza dos lotes e o paulatino crescimento urbanístico impulsionado pelo «desenvolvimento comercial da colônia pela frequência de navios no seu porto»[74].

Em termos defensivos, protegia a povoação os fortes de São Jorge e o do Mar ou do Picão. O primeiro construído na península, ligeiramente ao norte do Povo, como «um palácio feudal, com quatro frentes e torres circulares nos angulos, sendo em dous andares com cinco troneiras, por face, em cada andar»[75]; e o segundo, do lado oposto, sobre os arrecifes. Circundando o povoado, complementando o sistema defensivo e arrematando seu perímetro urbano, uma paliçada, obra do sargento-mor Pedro Correia da Gama[76], com três portas de acesso: a do mar, por onde saiam e entravam as mercadorias; a da terra, no istmo, guarnecida pelo forte de São Jorge; e a terceira, ao sul, situada próximo ao ponto de travessia de barco para a Ilha de Antônio Vaz[77].

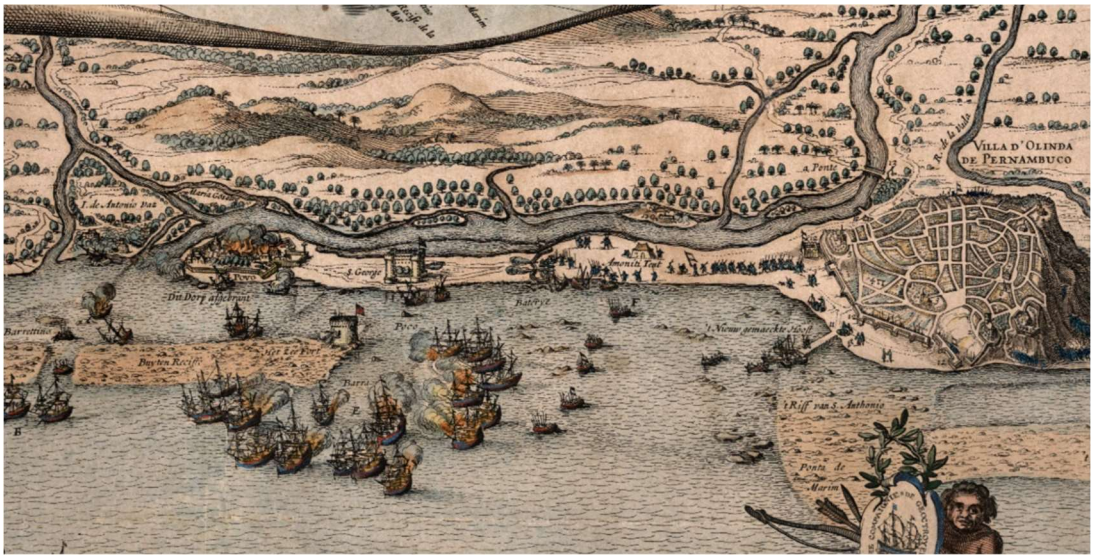
Tal era o aspecto do Povo em 1630, núcleo primitivo daquilo que será a cidade do Recife no séc. XIX. A oeste, a referida Ilha de Antônio Vaz, zona onde posteriormente aflorarão os bairros de Santo Antônio e São José, continha poucas edificações na cronologia: apenas o convento dos franciscanos descalços e algumas casas de morar[78]. O continente, no território no qual surgirá a freguesia da Boa Vista na viragem do séc. XVII

[72] CAVALCANTI, 1977: 64 e COSTA, 1983b: 116.
[73] *Vide* MENEZES *in* OLIVEIRA & GALHANO, 1986: 7 e FREYRE, 2007: 31.
[74] COSTA, op. cit.: 115.
[75] GALVÃO, 2006b: 13.
[76] *Cf.* MENEZES, 2015: 71.
[77] *Vide* MENEZES, op. cit.: 19.
[78] *Cf.* COSTA, op. cit.: 41.

para o XVIII[79], cabanas de pescadores pontuavam esparsamente uma paisagem marcada por mangues, alagados e vegetação[80]. Ao norte, Olinda, cuja densa malha urbana denunciava o sucesso da indústria açucareira, a expertise lusitana na ocupação desses terrenos outeirais e o fausto da nobreza condutora do empreendimento colonial.

Essa disposição territorial do Povo e seus arredores está fixada numa cartografia de 1630 que narra a conquista da capitania de Pernambuco no dito ano pelos holandeses da Companhia das Índias Ocidentais. É possível ver na carta, inclusive, as tropas flamengas as quais, após o assalto de Olinda, dirigiram-se ao povoado pelo istmo. Na povoação, ardiam os armazéns e navios ancorados no porto, incendiados não pelo invasor, mas por ordem do general Matias de Albuquerque, cônscio da derrota, a fim de prejudicar o espólio da vitória almejado pelos conquistadores e privá-los das «2.000 caixas de açúcar e imensa quantidade de outras mercadorias»[81] guardadas nos trapiches.

Figura 5 – Pormenor da carta «Ataque e tomada de Olinda e do Recife pelos holandeses a mando do Almirante Hendrick Corneliszoon Lonck e do Coronel D. Van Weerdenburch». [Autor: Nicolau Jans Vischer]. Data: [1630].



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional (Brasil). Disponível em BNDB.

[79] *Vide* CAVALCANTI, 1977: 232.
[80] *Cf.* GALVÃO, 2006b: 12.
[81] COSTA, 1983b: 117.

Com o domínio holandês, o Povo dos Arrecifes, povoação notadamente mercantil, não agrária, nascida da comercialização do açúcar e não de seu fabrico, conhecerá uma nova fase de seu desenvolvimento urbano. Uma espécie de primeira efervescência urbanística, que só tornará a ser vista na já «cidade do Recife» no Oitocentos.

1.2. O período holandês: o planejamento urbanístico e a expansão territorial do Recife

A dominação holandesa do outrora Povo dos Arrecifes suscita a efetiva ocupação do istmo, o início de seu processo de urbanização[82] e igualmente o princípio de sua marcha territorial enquanto cidade, através dos séculos, em direção ao continente[83]. Desencadeia também um processo de rearranjo da ordem político-econômica em Pernambuco cujo epicentro passará a ser o «Recife», sede escolhida para o empreendimento colonial flamengo[84], em detrimento de Olinda, que entrará numa irreversível decadência[85]. As linhas escritas por Gilberto Freyre, as quais abaixo seguem, dão-nos uma impressão vivaz das profundas transformações ocasionadas pelos holandeses no tempo em que estiveram entre o povoado dos arrecifes e a Ilha de Antônio Vaz, nos anos de 1630 a 1654:

> «Com o domínio holandês e a presença, no Brasil, do conde Maurício de Nassau […] o Recife, simples povoado de pescadores em volta de uma igrejinha, e com toda a sombra feudal e eclesiástica de Olinda para abafá-lo, se desenvolvera na melhor cidade da colônia e talvez do continente. Sobrados de quatro andares. Palácios de rei. Pontes. Canais. Jardim botânico. Jardim zoológico. Observatório. Igrejas da religião de Calvino. Sinagoga. Muito judeu. Estrangeiros das procedências mais diversas. Prostitutas. Lojas, armazéns, oficinas. Indústrias urbanas. Todas as condições para uma urbanização intensamente vertical.»[86]

---

[82] *Vide* REINALDO & ALVES, 2013: 2.
[83] *Cf.* JUREMA, 1971: 28-29.
[84] *Vide* CAVALCANTI, 1977: 65.
[85] *Vide* SETTE, 2018: 59.
[86] FREYRE *in* MELLO, 2010: [6].

O afluxo de pessoas, estrangeiros e egressos de Olinda[87], aumentou a demanda por habitações na povoação peninsular. Assim, a Companhia das Índias Ocidentais, para viabilizar a exploração comercial da valiosa produção açucareira pernambucana e assegurar os lucros dela advindos o quanto antes, precisava dar solução à questão premente dos alojamentos. O espaço peninsular era limitado e, apesar da manutenção dos esquemas construtivos sobre lotes estreitos, insuficiente para o adequado funcionamento das engrenagens mercantis do açúcar. Esta foi uma das razões pela qual, desde os primórdios da ocupação, os flamengos riscaram plantas e planos urbanísticos que abarcavam não apenas o istmo, mas a pouco construída Ilha de Antônio Vaz[88].

Outro problema de imediata solução era a escassez de material construtivo. Neste sentido, o incêndio geral de Olinda em 1631[89], decisão primordialmente estratégica, ganha uma dimensão pragmática. Além da eliminação dos focos de resistência à invasão flamenga e da destruição simbólica da presença e sucesso dos antigos colonizadores, o incêndio de Olinda prestou-se ao fornecimento de material para as novas edificações no Recife. Gaspar Barléu, em sua obra apologética ao governo do conde João Maurício de Nassau, governador-geral do Brasil holandês entre 1637-1644, publicada na Amsterdam em 1647, registra a venda dos escombros de Olinda no Recife para a construção de novos prédios: «Transferidos ao Recife, venderam-se os entulhos desta grande cidade, usados para a construção de novos edifícios.»[90]

Eram os sobrados magros, de mais de dois andares[91], os quais começavam a marcar a paisagem urbana por sua verticalidade e proximidade. Prédios impelidos à altura pela exiguidade de solo, pelo aproveitamento máximo e racional de seus espaços e também pela introdução do tijolo flamengo, inovação material a qual logo se firmará nos processos construtivos locais[92] e que tecnicamente viabiliza a adoção do telhado agudo

[87] *Vide* BARRETO, 1994: 31
[88] *Cf.* CAVALCANTI, 1977: 61.
[89] *Vide* COSTA, 1983a: 472.
[90] BARLÉU, 2018: 215.
[91] JUREMA, 1971: 35.
[92] *Vide* JUREMA, op. cit.: 61.

de duas águas, uma singularidade da arquitetura civil recifense[93] provedora de espaço extra habitável: o sótão[94]. Juntando-se aos novos sobrados, os edifícios preexistentes crescidos para cima com a adição de pavimentos[95], prédios improvisados nascidos das incontornáveis pressões do aumento da densidade demográfica.

Uma cartografia datada de 1635 dá-nos um vislumbre da fisionomia do Recife nos primeiros anos da presença batava. Com base nesta carta, constatamos que o adensamento predial na antiga povoação, regido pelas constrições do território e pelo «sentido imediatista da construção vertical que os holandeses seguiram no Recife»[96], respeitou o primitivo tecido urbano do Povo, uma vez que construído nos seus entornos, à custa de aterros. Verificamos também o caráter militar da ocupação e a preocupação dos conquistadores no estabelecimento de robusto sistema defensivo, conforme comprovam os fortes e redutos dispostos no istmo e na Ilha de Antônio Vaz, levantados, pelo que se vê na planta, nos primeiros instantes do domínio holandês. Sobre estas fortificações, escreve Pereira da Costa:

> «O Recife ficou fechado por uma linha de trincheiras abaluartadas, tendo para a defesa do litoral e do pôrto os fortes do Buraco [Madame ou Auffroude Bruyn], Brum, São Jorge e Picão, sobre os arrecifes.
>
> A ilha de Antônio Vaz, ou cidade Maurícia, o atual bairro de Santo Antônio, ficou também dentro de uma cinta de trincheiras, tendo como chave, ao norte, o forte Ernesto, e ao sul, o de Frederico Henrique [Fredrick Hendrick], ou Cinco Pontas, que tinha como avançada o reduto Amélia.
>
> Para o lado do continente, levantaram-se também quatro redutos equidistantes, que faziam a primeira linha de defesa por esse lado. O primeiro reduto ficava à retaguarda do forte Ernesto, no local em que se levanta hoje o convento de S. Francisco.

---

[93] *Cf.* JUREMA, 1971: 44, SOUSA, 2000: 120 e FREYRE, 2007: 151.
[94] *Vide* MELLO *in* JUREMA, op. cit.: 53.
[95] *Vide* JUREMA, op. cit.: 42-43 e CAVALCANTI, 1977: 62.
[96] JUREMA, op. cit. 32.

> Outras fortificações foram também levantadas em pontos importantes, como os fortes Waerdenbourgh e Guilherme, assim como no litoral e pontos interiores.»[97]

Igualmente se destacam as condições do terreno da dita ilha, marcada por mangues e alagados, uma planície pantanosa que os holandeses, familiarizados com esse tipo de solo, saberão domar quando de sua efetiva ocupação mais à frente, nos tempos de Nassau:

> «[Nassau] Achou os mangues e riachos que envolviam a Ilha dos Navios ou de Antônio Vaz propícias a um novo núcleo de habitações. Um quê de Holanda. Planície, águas, futuros canais, intensos aterros.»[98]

Figura 6 – Pormenor do mapa «Le plan de i'Ille Anthony Vaaz le Reciff e Terre Ferme au Havre de Pernambuco en Bræsil, avec toutes les Fortifications» constante na carta «Nova totius Brasiliæ et locorum a Societate Indiæ Occidentalis captorum descriptio 1635». Autor: Wilhelmus Hondius. Data: 1635.

[97] COSTA, 1983b: 236.
[98] SETTE, 2018: 50.

Fonte: Acervo BNF. Disponível em Gallica.

Contudo, o inchaço da povoação, o surgimento de ruas paralelas e a verticalização das arquiteturas desorganizou a paisagem urbana do Recife[99]. Além disso, a questão das moradias e arrendamentos atingiram o paroxismo do insustentável pela falta de alojamentos e pelos preços elevados dos aluguéis cobrados pela Companhia. Não havia outra opção senão a expansão do tecido urbano do istmo em direção à Ilha de Antônio Vaz[100], o que foi levado a cabo por Maurício de Nassau:

> «Foi ao ano de 1638 que o Recife começou a se firmar fisicamente como cidade. Aquela ilha [de Antônio Vaz] e seus mangues e alagados passaram a ser drenados ou aterrados, pois necessário se fazia ampliar o território do 'Povo', confinado na estreita língua de terra da península já super-habitada. Foi Nassáu [sic] e seus acompanhantes, homens de cultura e arte, quem imprimiu o ritmo civilizador à nova urbe obedecendo a um plano devidamente estudado e delineado por técnicos.»[101]

Desta forma, a ocupação ordenada da Ilha de Antônio Vaz, denominada Cidade Maurícia ou *Mauritsstadt*, território onde efetivamente o urbanismo holandês atuou[102], dá-se segundo traça do arquiteto Pieter Post[103], datada de 1639. Em direção ao sul, a partir da zona mais antiga da cidade, a praça do mercado, ruas amplas e reticuladas são projetadas, formando quadras simétricas onde antes só existiam alagados[104]. Os lotes delas resultantes são mais valorizados nas imediações da parte mais antiga e central[105] e menos, no trecho ao sul[106], onde posteriormente se desenvolverá a freguesia de São José. O espaço compreendido entre o Forte Ernesto e o das Cinco Pontas é unificado em praça abaluartada, com fosso e estacada, conforme aponta Pereira da Costa[107] e ratifica

[99] *Vide* MENEZES, 2015: 20.
[100] *Vide* BARRETO, 1994: 31.
[101] CAVALCANTI, 1977, 151.
[102] *Cf.* MENEZES, 2015: 21.
[103] *Vide* BARRETO, 1994: 33, GALVÃO, 2006b: 20-21, MENEZES, op. cit.: 40 e SETTE, 2018: 50.
[104] *Cf.* COSTA, 1983c: 102.
[105] *Ibidem.*
[106] *Vide* BARRETO, 1994: 34.
[107] *Cf.* COSTA, *ibidem.*

a gravura «Boa Vista.», de Frans Post, constante no sobredito livro de Barléu; o que reforça o aspecto defensivo da cidade às hostilidades da reconquista luso-brasileira baseadas no continente. Por sua vez, canais são abertos para a drenagem de charcos e camboas com vistas ao saneamento do território, e áreas alagadas são aterradas, gerando novos espaços para ocupação. Ou seja, a Ilha de Antônio Vaz, erma e quase selvagem, é convertida por Maurício de Nassau no enorme espaço vazio onde pôde realizar novos grandes programas de colonização e urbanização[108]. Programas estes onde enxergamos remitências à cultura do Renascimento e aos tratados de Vitrúvio e Alberti mencionados por Leonardo Benevolo[109], haja vista a regularidade geométrica presente no plano holandês para a Cidade Maurícia, então «um hábito comum e uma exigência prioritária na técnica produtiva»[110] da civilização europeia.

Nassau transfere do Recife para a Cidade Maurícia a sede do empreendimento flamengo e manda construir na ilha, ao extremo norte, no terreno ao lado do Forte Ernesto, seu palácio nominado Friburgo ou *Vrijburg*. Prédio construído, segundo Freyre, «de acordo com os modelos de Palladio e Serlio»[111] e que, além de marcar na paisagem o estatuto social do governador-geral, assume funções náuticas e defensivas:

> «O palácio, chamado *Vrijburg* ou cidadela livre, tem duas torres altas, erguidas no meio dos jardins. Do mar, avistavam-se-nas a uma distância de seis ou sete léguas, servindo como ponto de referência para os marinheiros. Numa delas, havia no cimo um farol que guiava os marinheiros à entrada do porto, apontando o ângulo do castelo e a torre. A sentinela das torres observava os arredores e avistava as embarcações que vinham ainda que estivessem muito longes. Durante o dia, serviam as torres como vigia contra a chegada de corsários. Desta maneira, o edifício, além de dar prazer aos olhos, era útil.»[112]

[108] *Vide* BENEVOLO, 2019: 557.
[109] *Cf.* BENEVOLO, op. cit.: 577
[110] *Ibidem*.
[111] FREYRE, 2007: 155.
[112] BARLÉU, 2018: 212.

A própria disposição do palácio no terreno denota uma impactante retórica de poder. Voltado para o Recife[113], Friburgo impunha-se enquanto símbolo: concretizava a um só tempo a força da Companhia das Índias Ocidentais, o protagonismo de Maurício de Nassau e o arrojo de sua administração, que derramava sobre o tecido expandido do núcleo primitivo do Recife transformações urbanísticas e melhoramentos materiais nunca vistos até então. Por outro lado, destacava-se também Friburgo como arquitetura, arquitetura notável e vertical a qual estabelecia uma relação silenciosa e hierarquizada, já que palácio, com as demais edificações levantadas e por se levantar no istmo e agora na Cidade Maurícia, em especial com os ditos sobrados esguios, cuja primazia adensava o espaço urbano. Não sem razão, o «mestre de Apipucos» especula a respeito do impacto da verticalidade de Friburgo sobre as construções civis recifenses desde o período holandês:

> «Esse fato [as ruínas do palácio em meados do séc. XVIII], porém, não deve ter impedido tão nobre exemplo de arquitetura vertical de ter influído, com suas altas torres, de cinco pavimentos, sobre as construções civis do Recife, que desde então parecem ter se especializado em verticalidade ou em altura[...].»[114]

Uma especulação não desprovida de certo esteio quando confrontada com fontes documentais, uma vez que Barléu discorre sobre o poder simbólico do palácio de Nassau:

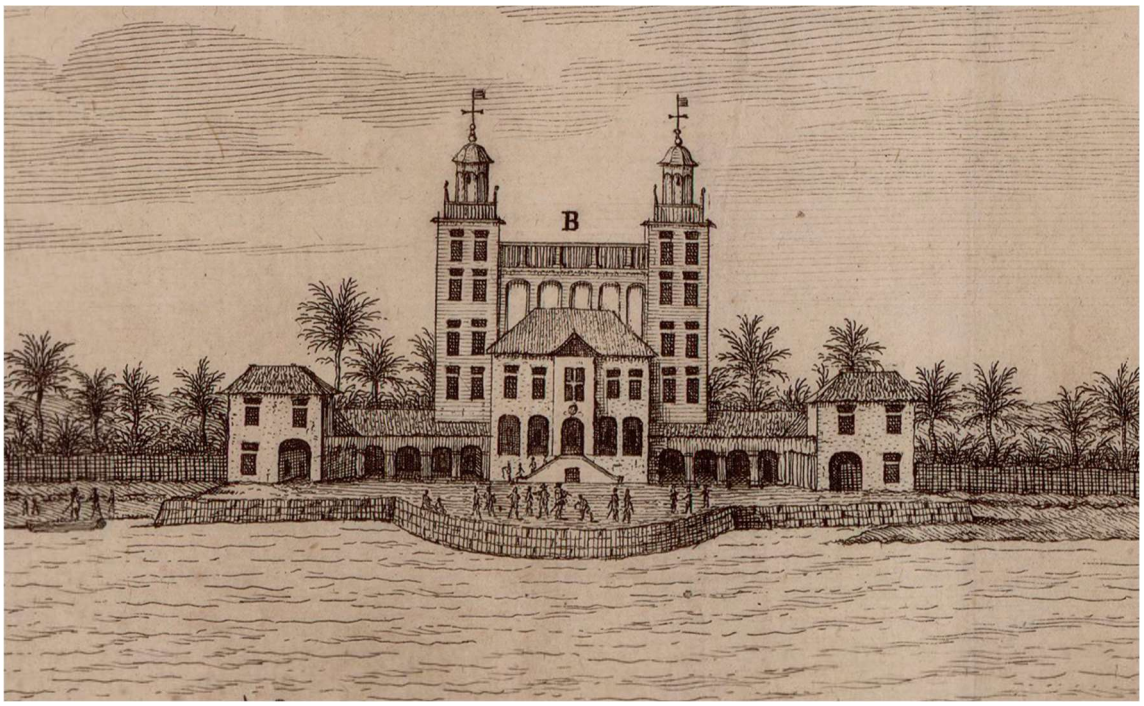
> «Agora o esplendor do *Vrijburg* domina a Ilha de Antônio Vaz, o que apraza os cidadãos e serve como monumento perene à magnanimidade do conde Nassau no Novo Mundo. É admirável o quanto estas edificações abalavam a confiança dos portugueses e aumentavam a dos nossos, porquanto esses edifícios mostravam a estabilidade do nosso governo, fortalecida pelo conde com o dinheiro de seu bolso.»[115]

---

[113] *Vide* GALVÃO, 2006b: 21.
[114] FREYRE, 2007: 155.
[115] BARLÉU, 2018: 212.

Portanto, em paralelo às questões ecológicas, funcionais e técnico-construtivas da verticalidade dos primevos sobrados recifenses, o palácio de Friburgo empresta-lhes uma dimensão simbólica de pertencimento a um tempo de prosperidade comercial, desenvolvimento urbano, vigor defensivo e ordem política. Um tempo guiado por Nassau.

Figura 7 – Pormenor da gravura «Friburgum». Autor: Frans Post. Data da edição: 1647.



Fonte: Acervo BNF. Disponível em Gallica.

Com o aumento populacional e o desenvolvimento de dois núcleos urbanos, era necessário comunicar o Recife à Cidade Maurícia. O sistema de travessia por meio de pequenos barcos mostrava-se precário para a circulação das gentes e do açúcar[116] que vinha para expedição no porto. Assim, por ordem de Nassau, uma ponte foi construída no período de 1641 a 1644, partindo da Ilha de Antônio Vaz em direção ao istmo. Por conta de contratempos na obra que quase a inviabilizaram, não fosse a insistência do conde[117], a ponte resultou numa composição mista: parte em alvenaria, parte em

[116] *Cf.* BARLÉU, 2018: 215-216.
[117] *Vide* CAVALCANTI, 1977: 127-128.

madeira[118]. Aberta ao uso, possibilitou a circulação de «pessoas, carros e cavalos»[119] mediante o pagamento de pedágio.

Neste ínterim, Nassau mandou construir outra ponte, longa e em madeira, com o propósito de viabilizar o trânsito de pessoas do continente à Ilha de Antônio Vaz e ao Recife. Sobre este equipamento, registra Barléu no tom laudatório que lhe é peculiar:

> «Com suas constantes atividades, o conde continuou suas obras utilíssimas à Companhia, mandando construir outra ponte sobre o Rio Capibaribe, a qual aumentaria o lucro da ponte do Rio Beberibe [ligando Antônio Vaz ao Recife]. Foi isto feito para que os habitantes do continente pudessem ir e vir continuamente à Ilha de Antônio Vaz, e da ilha para o Recife sem empecilho nenhum. [...] As estacas, atadas umas a outras e cravadas profundamente, vieram de *Bibaraba* [ibabiraba], madeira imputrescível e capaz de durar séculos. A ponte era de 86 varas de comprimento.»[120]

A mencionada ponte foi construída no terreno comprado por Nassau à Companhia das Índias Ocidentais, ao lado de sua casa de campo, o palácio da Boa Vista. Edificado no extremo oeste da Ilha de Antônio Vaz, fronteiro ao continente, o palácio foi concebido para o descanso do conde de sua atribulada agenda administrativa[121], contudo guardava outrossim serventia defensiva, funcionando como uma espécie de posto avançado de proteção da ilha das eventuais incursões da resistência luso-brasileira, o que justifica a construção da ponte à sua sombra:

> «Era essa mesma casa um edifício quadrado, com seis janellas por frente, tendo em cada canto um pavilhão, que rematava em coruchéo; e no meio deste edifício se erguia outro quadrangular também, de mais de dous andares, com tres janellas de frente em cada pavimento. Na parte terrea de tal vivenda havia peças

[118] MENEZES, 2015: 42.
[119] BARLÉU, 2018: 217.
[120] BARLÉU, op. cit.: 218.
[121] *Vide* BARLÉU, *ibidem*.

em canhoneiras que podiam servir à defesa da própria ilha pelo lado da frente.»[122]

Partindo à esquerda do edifício, a ponte seguia em linha reta sobre o Capibaribe até fazer, mais ou menos na metade, um desvio para a esquerda seguindo até uma fortificação situada nas imediações da entrada da atual Rua Velha[123]. Do ponto de vista urbanístico, este equipamento representa o primeiro contato do Recife com a zona continental, sintoma de uma expansão territorial por vir cujo resultado será o afloramento do bairro da Boa Vista.

Toda a configuração do espaço urbano do Recife e da Ilha de Antônio Vaz após a gestão de Maurício de Nassau está fixada no mapa traçado por Cornelis Golijath em 1648. Nele é possível ver claramente o rápido desenvolvimento dos dois polos, se o compararmos com a carta feita por Wilhelmus Hondius em 1635 (Figura 6). O Recife, zona portuária, acha-se mais construído, quase abarrotado, numa trama não planeada, porém racional, que inflou concentrando as residências burguesas, armazéns e demais atividades ligadas ao porto. Em contraponto, a Ilha de Antônio Vaz, notadamente residencial, comercial e administrativa, exibe a regularidade de um tecido urbano planificado, plano que ordena e hierarquiza o território: ao extremo norte, apartada do restante, a seção nobre com o palácio de Friburgo e seus equipamentos integrados – jardins, viveiros e pomares[124]; ao centro, o grande mercado; ao sul, a área residencial. Comunicando os núcleos urbanos entre si e estes com o continente, as pontes, uma integração embrionária das partes da futura cidade do Recife. O continente permanecia predominantemente rural e pouco construído, marcado pelos engenhos, suas povoações envolventes e a produção açucareira.

[122] GALVÃO, 2006b: 22.
[123] *Cf.* GALVÃO, 2006c: 29 e MENEZES, 2015: 49.
[124] *Cf.* COSTA, 1983b: 39.

Figura 8 – Detalhe da carta «Perfect Caerte der Gelegen theyt van Olinda de Pharnambuco Mauritsstadt ende t'Reciffo gecartaert door Cornelis Golyath». Autor: Cornelis Golijath. Imprenta: Países Baixos, Claesz Yansz Visscher, 1648.

Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional (Brasil). Disponível em BNDB.

A expulsão dos holandeses do Recife em 1654 abre uma nova fase da desenvolução do tecido urbano da antiga povoação na qual o levantamento de igrejas e a ação construtiva das irmandades religiosas, erigindo seus espaços de fé e de sociabilidade, fazem-se bastante presentes[125]. Lado a lado, o aumento populacional gerado pela consolidação portuária e comercial da futura vila enxameia o espaço urbano com sobrados esguios e casas terreiras. Juntas, essas arquiteturas irão transformar e caracterizar a paisagem recifense e conduzir a expansão da malha citadina, condensada na península e na então

[125] *Vide* MAIA & MENEZES, 2019: 15.

Ilha de Antônio Vaz, em direção ao continente. Uma marcha paulatina que atravessa centúrias.

1.3. Do Recife pós-holandês ao Recife oitocentista: a transformação da paisagem, a busca pelo continente e a integração urbanística da freguesia da Boa Vista

A derrocada holandesa e a reconquista lusitana dos territórios brasileiros propiciam novo impulso urbanístico da trama expandida do Recife. O rastro de destruição deixado pelos conflitos demandou um grande esforço construtivo, em especial na Ilha de Antônio Vaz, onde os próprios holandeses, na sanha de proteger seu empreendimento mercantil pelo aumento das fortificações e resistir aos ataques da reconquista luso-brasileira, dilapidaram habitações, arruinaram os jardins e grande parte do próprio palácio de Friburgo anos antes da capitulação, em 1654[126]. A respeito da transição do «tempo dos flamengos» para o da Restauração Pernambucana, Galvão comenta:

> «Em seguida a esses acontecimentos [a capitulação e saída dos holandeses], a povoação do Recife, no goso de tranquilidade e num remanso de paz, desde logo se reorganizando, sob diferentes pontos de vista, começou a crescer. A datar dahi, seu povoamento gradualmente se estendeu, além daquelle ambito peninsular, pelo outro lado do rio, onde fôra a cidade Mauricia, então completamente destruida.
>
> Aos poucos, os edifícios de utilidade publica e particular se foram sucedendo aqui e ali. A vida voltava, o commercio nascia e se engrandecia, chegando também a ocasião de se manifestar livremente o sentimento do culto religioso do christianismo, tanto tempo coacto, sem expansão nem liberdade.»[127]

O fluxo de portugueses a Pernambuco é retomado, predominando mercadores e mestres de ofício os quais se apresentavam para ocupar os espaços deixados pelos

[126] *Vide* GALVÃO, 2006c: 29.
[127] GALVÃO, 2006b: 28.

holandeses[128], outrora condutores da intensa dinâmica do funcionamento do empório colonial. Com a normalização do comércio entre a capitania e o reino, as engrenagens da economia tornam a se mover, gerando condições propícias para outra onda de desenvolvimento urbano. Segundo Maria Berthilde Filha:

> «Neste contexto, havia espaço de atuação para homens que quisessem investir recursos e um mercado de trabalho receptivo, absorvendo a mão de obra apta a participar daquele processo de reconstrução.»[129]

Firmadas as condições políticas e econômicas para o desenvolvimento das atividades comerciais e portuárias, emerge no Recife uma nova classe comerciante – em contraponto ao escol latifundiário de Olinda[130] – financeiramente bem-sucedida que precisa de espaços de afirmação do prestígio social. Em paralelo, impõe-se a necessidade de afirmação da presença da igreja católica, braço importante no processo colonizador português, num território até pouco tempo ocupado por calvinistas, luteranos e judeus. Por conseguinte, a partir da segunda metade do século XVII, a ação das irmandades religiosas e o levantamento de várias igrejas transformam a paisagem urbana – de forma mais notória na antiga Cidade Maurícia, agora Ilha de Santo Antônio[131] – e contribuem para a expansão da malha construtiva recifense, num processo que se espraia pelo século XVIII. Conforme explana o professor José Menezes:

> «Ao ser porto e sede da capitania de Pernambuco, diante da destruição do Recife pela gente de tal empresa mercantil [Companhia das Índias Ocidentais], após a capitulação referida de 1654, todos os esforços foram aplicados na restauração da povoação dos arrecifes. Deste modo, e com tal interesse, Olinda foi sendo recuperada da destruição resultante do incêndio de 1631, isto muito lentamente, enquanto o Recife cresceu mais depressa. As igrejas e a casa religiosa das ordens mais diversas são as primeiras ações culturais valiosas nessa

[128] *Vide* MOURA FILHA, 2010: 361.
[129] MOURA FILHA, op. cit.: 360.
[130] *Cf.* SETTE, 2018: 59.
[131] *Vide* COSTA, 1983c: 105.

> recuperação urbana. Uma necessidade natural, após a presença marcante de calvinistas, luteranos, além de judeus, na povoação.
>
> Dentro de tal perspectiva é que são edificadas, depois de 1654, no Recife, várias igrejas, conventos e um colégio de jesuítas. Para atingir tais objetivos, a Fazenda Real doou terras consideradas suas, uma vez que antes foram confiscadas pela companhia holandesa. Terras que correspondiam a lugares de fortificações ou cortinas de defesa edificadas pela Companhia das Índias Ocidentais, além dos canais aterrados.»[132]

Portanto, é nesta cronologia que se desencadeia a construção de vários exemplares da arquitetura religiosa recifense, muitos dos quais ainda hoje presentes na cidade, como a capela de Nossa Senhora do Pilar, no istmo, erigida sobre as ruínas do Forte de São Jorge entre 1680 e 1683[133]; a igreja do colégio dos jesuítas, localizada na Ilha de Santo Antônio, nascida da remodelação profunda da igreja dos calvinistas franceses entre 1686 e 1689 pelos padres da Companhia de Jesus[134]; e a igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares, construída no fim da Rua Nova a partir década de 1720 num aterro a oeste da ilha de onde partia a nova ponte de madeira para o continente[135]. Todos esses prédios, e outros mais levantados nesse período, dispersos no espaço urbano, marcam presença por meio de suas torres, pronunciando na paisagem o predomínio arquitetônico requerido por seus edifícios. Finalmente, ainda como resultado direto das demandas construtivas das irmandades e ordens religiosas, para além das questões urbanísticas abordadas, está o florescimento de uma classe de artífices e artistas a qual se desenvolve na cidade nos séculos XVIII e XIX, gerando renomados profissionais locais dedicados à construção, pintura, ourivesaria, talha, marcenaria[136].

---

[132] MAIA & MENEZES, 2019: 15.
[133] *Vide* GUERRA, 1960: 11.
[134] *Cf.* GUERRA, op. cit.: 31-32.
[135] *Vide* MAIA & MENEZES, op. cit.: 10-11 e 15-16.
[136] *Cf.* MOURA FILHA, 2010: 364.

No tocante à arquitetura civil, a pujança construtiva não foi diferente, alimentada pelo aquecimento da economia e pelo aumento populacional dela decorrido[137].

Na península, o povoado contava em 1654 com aproximados trezentos edifícios, dentre casas térreas e sobrados de um e dois andares[138], comprimidos nas fímbrias de sua fortificação. Uma descrição de Pereira da Costa nos dá a conformação do Recife após a saída dos holandeses:

> «Convenientemente fortificado, ficava o bairro encravado dentro das suas linhas de contôrno, que partiam, pelo lado do mar, do extremo oriental da bateria situada junto às portas que fechavam o povoado ao norte, no termo da rua do Bom Jesus, e correndo pelos fundos dos prédios desta rua, avançava depois para o mar, em linha reta, pelo beco da Lingüeta, em cujo extremo dobrava, abrindo um pouco até às confrontações da capela do Corpo Santo, partindo daí em direção oblíqua até cortar a frente do local em que se construiu depois a igreja da Madre de Deus. Dêste ponto tomavam então as linhas de defesa a direção norte, marginando o rio, passavam pelos fundos da rua da Cadeira, e seguindo pelas ruas da Senzala nova e velha, terminavam, por este lado, no correspondente ponto de partida, no oposto, junto à respectiva fortificação das Portas, ao extremo norte da rua do Bom Jesus.»[139]

Todavia, o crescimento urbanístico que garante ao Povo dos Arrecifes predicação à freguesia de São Frei Pedro Gonçalves em 1655[140] é, ao mesmo tempo, evidência da falta de espaço disponível para novas edificações dentro de seus limites, haja vista a saturação construtiva do solo. O que força a ocupação territorial da zona situada ao norte, do lado de fora da «fortificação das Portas» até a fortaleza do Brum[141]. Vem daí

---

[137] *Vide* GALVÃO, 2006b: 30.
[138] *Cf.* COSTA: 1983b: 117.
[139] COSTA, 1983b: 118-119.
[140] *Cf.* GALVÃO, op. cit.: 29.
[141] *Vide* CAVALCANTI, 1977: 68.

o surgimento de Fora de Portas, povoado nascido nos entornos da capela de Nossa Senhora do Pilar[142] que em meados do séc. XVIII contava com cento e quarenta casas[143].

No entanto, apesar dos permanentes problemas com a falta de terreno, o Recife não parou de crescer. Novos aterramentos ao mar e ao rio permitiram a ampliação de seu perímetro urbano e o levantamento de sobrados de dois, três e quatro andares, tumultuando ainda mais a paisagem da freguesia, que chegava por volta da metade do Setecentos a quatro mil, setecentos e cinquenta e sete habitantes e a mil e oitenta e dois prédios erguidos[144].

Do outro lado do rio, os mesmos fatores econômico-populacionais transformam a Ilha de Santo Antônio. Ao norte, a povoação (e futura freguesia) homônima à ilha consolidava-se enquanto zona comercial, de tal forma que os 174 edifícios inventariados após a expulsão dos holandeses[145] multiplicam-se com o percurso do tempo em inúmeros sobrados. Já ao sul, no lugar onde surgirá o bairro de São José – oficialmente criado em 1844[146] –, o prédio ao rés do chão dominava o espaço construído, imputando à zona um caráter notadamente residencial. Por conseguinte, o sobrado e a construção térrea firmam-se como tipologias arquetípicas das áreas comercial e habitacional respectivamente[147]. Tipologias estas que se integram à nova composição urbana e chegam, no caso dos sobrados, a disputar com a arquitetura religiosa a hegemonia visual do tecido urbano do Recife de então.

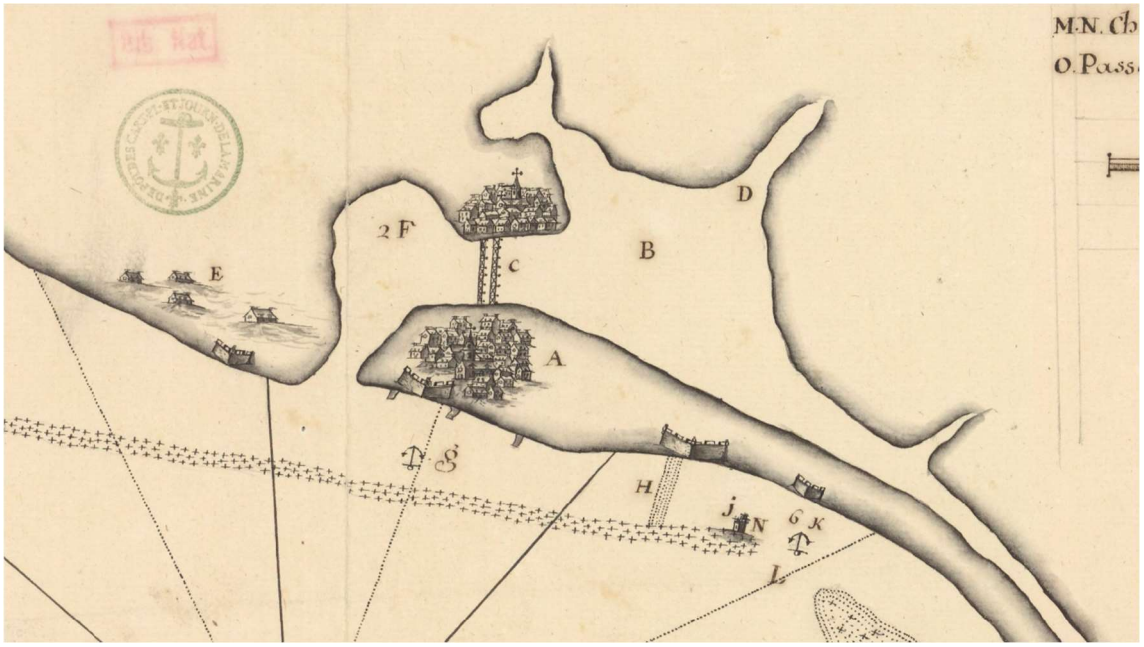
Uma peculiar cartografia francesa, datada de 1720, representa imageticamente o processo de reconfiguração do espaço urbano em andamento no Recife setecentista. No documento, saltam aos olhos o adensamento e a aparente desorganização dos núcleos edificados, São Frei Pedro Gonçalves, no istmo, e Santo Antônio, fixado pelo cartógrafo como se fosse uma península. Em ambos, é igualmente flagrante a disputa entre os sobrados e as igrejas pelo domínio da paisagem. A zona continental

---

[142] *Cf.* GUERRA, 1960: 11, CAVALCANTI, op. cit.: 115-116 e COSTA, 1983b: 119.
[143] *Vide* GUERRA, *ibidem*.
[144] *Cf.* COSTA, 1983b: 120.
[145] *Vide* COSTA, 1983c: 384.
[146] *Cf*. GALVÃO, 2006c: 62.
[147] *Vide* REINALDO & ALVES, 2013: [4].

correspondente ao vindouro bairro da Boa Vista não é riscada. Lugar onde «a povoação parecia um grande pomar, de vida amena e franca»[148], com sítios, casarias, hortas e arvoredos[149], provavelmente deixou de constar na carta porque o autor não o achou ocupado o suficiente para a constituição de um núcleo urbano digno de registro. Contudo, a cartografia documenta os casebres de pescadores na Ilha do Nogueira (E) e a antiga ponte construída por Maurício de Nassau, a qual, arruinada, será profundamente transformada em 1739[150].

Figura 9 – Detalhe da cartografia «Fernambouc à la côte du Brézil. Située par la latt. de 8 deg. Sud». Data da edição: 1720.



Fonte: Acervo BNF. Disponível em Gallica.

O contato com o continente é reafirmado pela substituição da velha ponte da Boa Vista do tempo dos holandeses por outra também em madeira, mas levantada um pouco mais ao norte, no final da rua Nova, durante o governo de Henrique Luís Pereira Freire (1737-1746)[151]. Sua construção demandou a realização de dois aterros: um menor no lado de

[148] CAVALCANTI, 1977: 235.
[149] *Ibidem*.
[150] *Vide* SANTOS *in* MENEZES, 2015: 45.
[151] *Cf.* CAVALCANTI, op. cit.: 135 e COSTA, 1983c: 148.

Santo Antônio, aumentando a rua Nova a oeste; o outro, vultoso, na Boa Vista, medindo «129 metros de comprimento por 7 metros de largura»[152]. É este aterro que viabiliza o desígnio comunicativo da nova ponte da Boa Vista e permite o efetivo adentramento da malha urbanística iniciada no istmo na zona continental após séculos de gradual expansão. Conforme aponta Mário Sette em sua crônica sobre o desenvolvimento da cidade:

> «O Recife crescera. Da península à ilha e desta ao continente eram três florescentes. O comércio abrangera todos. No da Boa Vista uma larga faixa de mangues posta em enxuto tomara o nome de Aterro e por ali se alinhara casario de uma bonita rua de moradas e de boticas. Vão-se desenhando as artérias onde as casas se grudam, aproximando balcões e postigos para as palestras de vizinhos e comadres, enquanto à noite, na fresca viração habitual, as cadeiras também se atraem para os comentários, os entendimentos, os namoros...»[153]

O escritor recifense refere-se ao surgimento do Aterro da Boa Vista e do arruamento homônimo, local de onde irradia, na zona continental, em toda a sua força, a desenvolução urbanística trazida pela expansão territorial do núcleo primitivo da cidade. E assim o entendemos, porque, se por um lado, na Boa Vista *circa* 1750:

> «[...] os grandes sítios da povoação já estavam retalhados em pequenas propriedades, e bastante desenvolvida a construção de prédios urbanos, principalmente na parte central, e ramificando-se pelas suas imediações, de um e outro lado, as ruas Velhas [Velha], da Glória e S. Gonçalo, e do outro, as do Aragão, Conceição e Hospício [...]»[154]

Por outro, a nova ponte modifica o sentido da ocupação territorial do povoado: da zona sul, onde terminava a velha ponte holandesa, para a zona oriental, tornada disponível pelo mencionado terrapleno e «ainda sem nenhuma construção»[155]. Mais ainda, a nova

---

[152] CAVALVANTI, 2018: 100.
[153] SETTE, 2018: 57.
[154] COSTA, 1983c: 432.
[155] CAVALCANTI, 1977: 254.

estrutura comunicativa termina por estabelecer a rua surgida com a construção de prédios nos terrenos laterais do aterro[156], isto é, mencionada a rua do Aterro, como a principal, logo, novo e definitivo centro da expansão urbanística da Boa Vista na viragem do séc. XVIII para o XIX. Os escritos de Henry Koster, inglês que se mudou para Pernambuco por questões de saúde, confirmam nosso entendimento. Escrevendo suas primeiras impressões da cidade no ano de sua chegada, 1809, aponta o autor:

> «The bridge which connects St. Antonio with Boa Vista is constructed entirely of woods, and has upon it no shops, but is likewise narrow. The principal street of Boa Vista, which was formerly a piece of ground overflowed at high water, is broad and handsome: the rest of this third division consists chiefly of small houses, and as there is plenty of room here, it extents to some distance in a straggling manner.»[157]

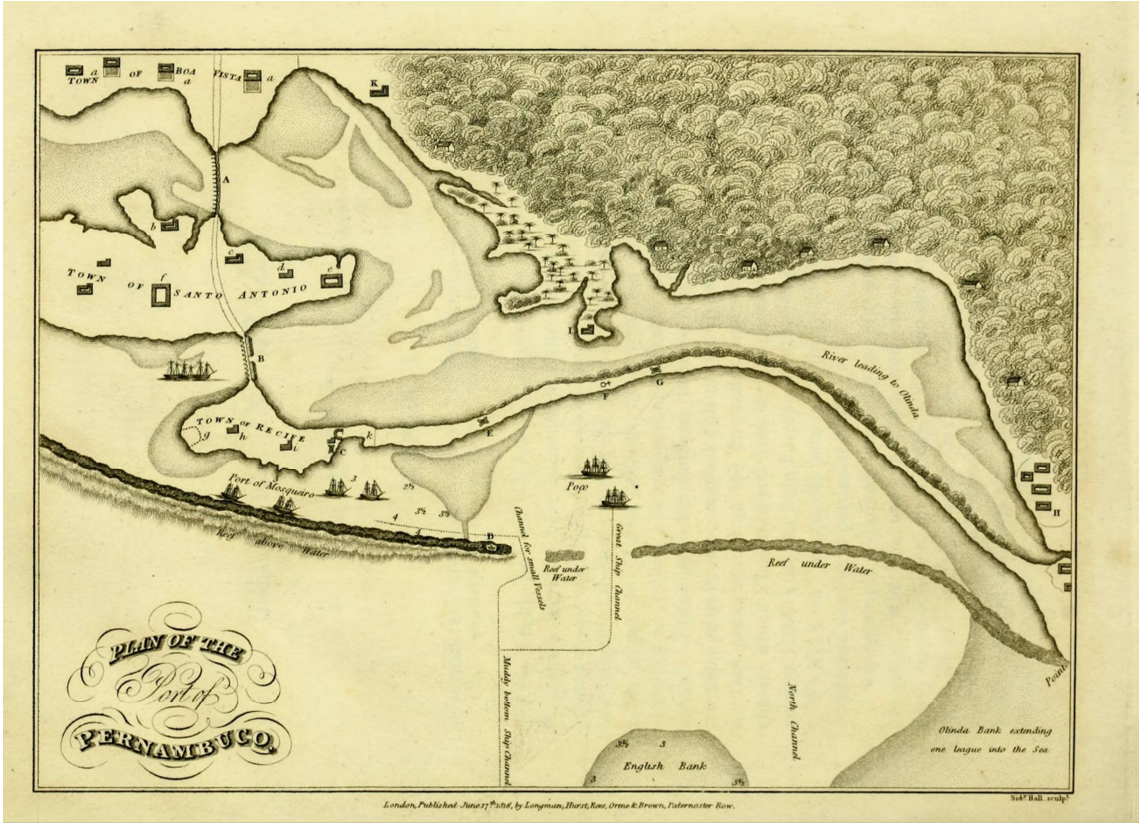
Koster registra a «beleza» da rua do Aterro, uma formosura por certo construtiva, e igualmente a amplidão de espaços disponíveis para novas edificações na Boa Vista, o que explica a importância que assume a freguesia no urbanismo oitocentista.

A cartografia constante no seu «Travels in Brazil», datada de 1816, documenta a completa integração da zona continental ao tecido expandido do Recife proporcionado pela «nova ponte»; o aspecto deste novo polo urbano, zona onde a cidade passará a extravasar as pressões que seu território vetusto não consegue dar conta; e o firmamento do predomínio urbano da rua do Aterro da Boa Vista na localidade.

---

[156] *Vide* COSTA, 1984a: 99 e CAVALCANTI, op. cit. 255.
[157] KOSTER, 1816: 7.

Figura 10 – «Plan of the Porto of Pernambuco» (1816).



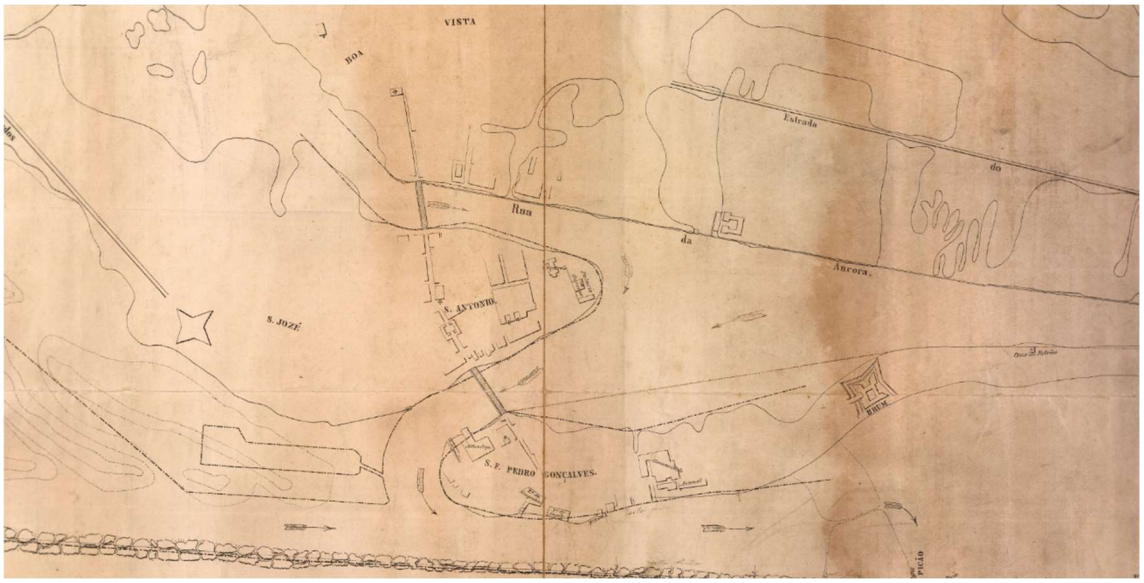
Fonte: KOSTER, Henry (1816) – *Travels in Brazil*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, Paternoster-Row, [pág. XI]. Disponível em *Internet Archive*.

Rua logo tornada pelo frenesi econômico e urbanístico do Oitocentos, século que segundo Joaquim Nabuco começou de sege e terminou de automóvel[158], numa das principais e mais valorizadas do Recife, fechamento de um grande eixo urbanístico, uma espécie de espinha dorsal da cidade oitocentista constituída na travessia de suas temporalidades. Eixo este iniciado na rua da Cadeia, freguesia de São Frei Pedro Gonçalves, que cruza a ponte do Recife, adentra o bairro de Santo Antônio pela Rua do Crespo, passa o Largo da Independência e a rua do Cabugá até chegar à rua Nova, atravessar a ponte da Boa Vista e finalmente alcançar a dita rua do Aterro. Um cordão urbanístico que pode ser, outrossim, traçado pela arquitetura religiosa, pois origina-se

[158] NABUCO *apud* CASCUDO *in* KOSTER, 1942: 25.

nos fundos da Matriz do Corpo Santo, bairro do Recife, é tangenciado exatamente à metade pela Matriz de Santo Antônio e termina na Matriz da Boa Vista.

Figura 11 – Pormenor do mapa «Plano topo-hidrographico do porto e cidade de Pernambuco». Autores: Elisiario Antonio dos Santos e José Mamede Alves Ferreira. Data: 1848.



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional (Brasil). Disponível em BNDB.

Situada no final da rua do Aterro, a Igreja Matriz da Boa Vista está em obras. Obras as quais atravessam quase todo o séc. XIX[159] e não deixam de figurar também materialização do esforço construtivo não apenas da irmandade ou da freguesia, mas da cidade como um todo. O Recife, embalado pela agenda modernizadora concebida pela presidência da província, é palco de melhoramentos materiais e ordenamento do espaço urbano com vistas à integração da cidade portuária no novo cenário internacional delineado pela queda do Antigo Regime, o incremento das relações comerciais entre os países pós-revoluções burguesas e a ascensão do poder público enquanto gestor do interesse coletivo. Inserta neste contexto, a Matriz da Boa Vista não passaria incólume aos sentimentos de transformação e novidade. Não sem razão, a

[159] *Cf.* GUERRA, 1960: 16 e MOURA FILHA, 2010: 371.

fachada do edifício é inteiramente reformada sob o cânone da linguagem neoclássica, código arquitetônico de vanguarda, manifestação dos novos tempos espraiada no mundo ocidental pelos centros difusores europeus e que, no caso recifense, também se traduz em superação da antiga urbe colonial. Projeto riscado em Lisboa por Manuel Joaquim de Souza e conduzido no Recife pelo arquiteto André Willmer[160].

Abdallah-el-Kratif, pseudônimo de Antônio Pedro de Figueiredo, amigo de Vauthier e um dos fundadores, junto com o engenheiro francês, do periódico socialista «O Progresso»[161], publica em 1857 uma série de crônicas sobre as freguesias da cidade do Recife. Na dedicada à Boa Vista, o autor registra o desenvolvimento da rua do Aterro e discorre sobre a sobredita igreja-matriz:

> «A [rua] do Aterro que he uma das mais vastas, regulares e das mais belas, he macadamisada, a primeira por onde se entra para o bairro; tem oitenta e seis edificios, em geral mui elegantes: dez de um andar, vinte e sete de dous, dezesete de tres, e trinta e duas terreas. No fim desta rua está collocada a matriz. Este templo he magnifico; a fachada principal, na qual se trabalha ha muitos annos, he toda de cantaria; entretanto hoje acha-se bastante adiantada, já está na altura de um terço das duas torres, que também são de cantaria. A architetura desta parte do templo he de um bello estylo; o portico principal he mui elegante e guarnecido de grossas columnas dóricas, que se continuam até o frontespicio. Toda pedra tem vindo de Lisboa, onde tem sido preparada, e logo que a obra estiver concluida, não ha duvida que será um dos mais bellos modelos d'arte que se podem contar nesta cidade.»[162]

Portanto, o monumental frontispício erigido em pedra lioz de Lisboa não deixa de ser também a concretização das transformações decorrentes do processo modernizador deslanchado no Recife em fins dos anos 1830 e uma vitrine da proeminência assumida

---

[160] *Cf.* MOURA FILHA, 2010: 371.
[161] *Vide* COSTA, 1882: 147 e PONCIONI, 2010a: 248-249 e 256.
[162] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 245, 26 de outubro de 1857, coluna «A Carteira.», crônica «O bairro da Boa Vista e algumas palavras sobre a organisação de uma correspondencia predial nesta cidade», pág. 1.

pela freguesia da Boa Vista na sua viabilização. Tanto que a pesquisa em fontes primárias revelou dentre os doadores de esmolas para as obras da Matriz da Boa Vista dois dos três agentes das modificações urbanísticas da cidade na cronologia: o «Engenheiro Wauthier[, doador de] 5$»[163] e o capitalista «Francisco Antônio de Oliveira[, doador de] 100,000»[164]. Localizamos nos mesmos periódicos, inclusive, contribuições de apoiadores da agenda modernizadora da cidade, dentre as quais do próprio dono do solar do Manguinho, «Herculano Alves da Silva[, doador de] 20,000»[165]. Os três, por sinal, moradores da Boa Vista.

Ante o exposto, o anúncio publicado pelos administradores da empresa da igreja-matriz no Diário de Pernambuco, em 4 de janeiro de 1843, parece sintetizar a forte vaga urbanística derramada sobre a cidade em meados do séc. XIX e o sentido de urgência inerente à mesma: «Precisa-se de serventes para a obra da matriz da Boa vista [sic], e paga-se bem: a fallar na mesma.»[166]

[163] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 118, 30 de maio de 1843, seção «Publicações a pedido», item «Conclusão da relação das pessoas que derão esmolas para o frontespicio da matriz da Boa-vista.», pág. 2.
[164] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 189, 18 de maio de 1844, seção «Publicações a pedido», item «Relação dos nomes das Senhoras e Senhores tanto nacionaes como estrangeiros, que subscrevêrão com as suas esmolas para se finalizar a obrar interior da Matriz do SS. Sacramento da Boa vista durante a administração dos abaixo assinados.», pág. 2.
[165] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 123, 7 de junho de 1843, seção «Publicações a pedido», item «Relação das esmolas tiradas para a coberta da matriz da Boa-vista, ou reedificação de quasi toda a igreja desde julho de 1842 tè o presente [...]», pág. 2.
[166] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 3, 4 de janeiro de 1843, seção «Avisos diversos», pág. 4.

Figura 12 – Digitalização da litografia «Praça da Bôa Vista». Desenho: L. Schlappriz. Litografia: F. H. Carls. Data: 1863. Ao fundo, a Igreja Matriz da Boa Vista e o fim da rua do Aterro.

Fonte: FERREZ, Gilberto (1981) – *O Álbum de Luís Schlappriz: Memória de Pernambuco: álbum para os amigos das artes, 1863*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, pág. 43.

Sobre esse processo modernizador do Recife, sua contextualização e seus promotores, discorreremos com mais vagar no próximo capítulo.

2. A efervescência modernizadora do Recife oitocentista

2.1. Contexto histórico

O século XIX é para o Recife um tempo de transformações. Após estender-se, como vimos, ao longo de três séculos do istmo ao continente, a cidade chega ao Oitocentos vicejando pela força do comércio e pressionada pelo aumento demográfico. Por seu turno, a vinda da corte portuguesa ao Brasil em 1808 e a abertura dos portos brasileiros às nações amigas no mesmo ano representa um ponto de viragem e um evento catalisador de relevantes mudanças no país. O olhar arguto de L. F. de Tollenare, um francês «sôfrego de negócios»[167], para usar uma expressão de Mário Sette, que aporta no Recife em 1816, não deixa de registrar as transformações decorridas desse evento em âmbito local. Embora se equivoque em dois anos quanto à data do traslado da corte ao Brasil, analisa com precisão os efeitos benéficos da inserção do país no comércio internacional para o desenvolvimento econômico de Pernambuco e pressagia, já nesta época, uma tendência da capitania ao «progresso»:

> «Voltando ao dominio portuguez, Pernambuco floresceu durante o seculo XVIII, mas, não fez mais os mesmos progressos desde que os assucares tiveram que entrar em concurrencia na Europa com os das Antilhas, onde a cultura fazia passos gigantescos; parece mesmo que se achava em declinio, quando ha vinte annos a cultura do algodão lhe veio dar novo vigor; mas, o que o elevou ao gráo de prosperidade de que goza presentemente [1816], e que me parece o preludio de um progresso ainda maior, foi a transladação para o Brasil da côrte de Portugal em 1806 [sic] e a abertura dos seus portos a todos as nações [sic], acontecimento que, libertando-o do monopolio de Lisbôa duplicou o preço de todos os produtos e occasionalmente diminuio na mesma proporção o de todas as mercadorias importadas.»[168]

[167] SETTE, 2018: 60.
[168] TOLLENARE, 1905: 39.

Por conseguinte, a abertura do país ao comércio internacional pós-Revolução Industrial põe Pernambuco, e mais particularmente o Recife, cuja vocação portuária encontrava-se mais do que consolidada, em contato com o mundo. Economicamente, a cidade firma-se como grande centro exportador de açúcar e algodão, beneficiada pelo aumento do valor desses produtos no mercado internacional e pela maior proximidade de seu porto com a Europa e os Estados Unidos, numa comparação com os de Rio de Janeiro e Salvador[169]. Em sentido inverso, afirma-se também como polo importador de manufaturas para um vasto mercado regional[170], haja vista sua área de influência no nordeste brasileiro. Êxito comercial que garante o desenvolvimento de uma elite citadina burguesa, o fortalecimento na cidade das atividades relacionadas ao comércio, bem como sua expansão territorial, com destaque para a zona da Boa Vista, e o estímulo aos melhoramentos materiais capitaneados pela administração pública[171] ante a prosperidade da urbe.

No entanto, a transferência da corte ao Brasil e a abertura dos portos não apenas altera a dinâmica das relações econômicas do Pacto Colonial, pautada pela constrição do binômio colônia/metrópole, mas também desencadeia toda uma série de transformações na sociedade brasileira a qual reverbera fortemente nos grandes centros urbanos do país, o Recife incluso. Neste sentido, o comentário de Câmara Cascudo sobre os primeiros atos do príncipe-regente evidencia seus impactos nos velhos alicerces coloniais, como se aqueles fossem uma espécie de introito para uma nova fase do Brasil que será ratificada com a independência em 1822:

> «O Príncipe D. João franqueara o Brasil ao comércio livre das nações (28 de janeiro 1808), a Tipografia Régia ia espalhar livros (13 de maio de 1808), liberdade da produção industrial (1º de abril de 1808), isenção às matérias-primas nacionais (28 de abril de 18099 [sic]), favores às fábricas brasileiras (6 de outubro de 1810), simplificação para entrada e reexportação de mercadorias nas alfândegas (11 de junho de 1808), autorização para os mercadores ambulantes

[169] *Vide* SOUSA, 2000: 21.
[170] *Ibidem.*
[171] *Cf.* BARRETO, 1994: 43.

> (27 de março de 1810), e as organizações na distribuição da Justiça, novas Capitanias independentes, a multidão de cargos criados, os títulos sonantes, uma aristocracia brasileira que a fortuna pessoal ou o contato régio ia determinar, agitavam o curso do sangue tranquilo, produzindo uma taquicardia que era esperança, ambição, entusiasmo.»[172]

Assim, abertos os portos, muitos estrangeiros aportam na cidade para estabelecer negócio ou tentar a sorte nesse promissor Novo Mundo: «imigrantes europeus, mestres e artesãos de todo o tipo, pequenos comerciantes, empregados domésticos e operários especializados»[173]. Trazem consigo seus produtos e serviços, mas também seus hábitos e cultura. Dentre esses imigrantes, destacam-se os franceses, não obstante a presença maciça de capitalistas ingleses interessados nas *commodities* pernambucanas e na venda de produtos de sua indústria a um mercado regional recém-aberto cujo Recife era o vértice, acessado com facilidade devido à conjuntura geopolítica do período. Contextualiza Freyre:

> «Com a vinda para o Brasil, depois da chegada de D. João VI, de artistas, engenheiros, mestres, parteiras, comerciantes, cozinheiros, pasteleiros, modistas, retratistas, propagandistas de drogas, representante de indústrias, e também de emigrados políticos ilustres, alguns até fidalgos, se afirmou entre nós, de modo mais vigoroso, a influência da cultura e da técnica francesas.»[174]

Em contrapartida, uma «nova camada social para a qual as igrejas já não bastavam como lugar de convívio»[175] começa a despontar no Recife e a promover uma inflexão no gosto das elites locais, insuflando paulatinamente neste estrato da sociedade novos valores, práticas, objetos de consumo e modos de vida. Novamente, se a presença no comércio de grosso trato era sobretudo britânica, estes certamente influindo na emergente sociedade urbana do Recife com seus modos, gostos e práticas, a preponderância

[172] CASCUDO *in* KOSTER, 1942: 25.
[173] PONCIONI, 2010a: 20.
[174] FREYRE, 1960a: 219.
[175] PONCIONI, *ibidem*.

enquanto referência cultural era da França[176], um dos grandes centros difusores do mundo ocidental de antanho e país tido por parte das elites locais como sinônimo de civilização[177]. Uma francofilia manifesta, inclusive, «nas maneiras, nas ideias, nas preferências por música, teatro, literatura»[178]. De tal modo, era necessário atender à crescente demanda dessa elite por produtos e serviços vindos da França, o que termina por promover a circulação de ideias e sentimento de integração ao mundo:

> «E agora, com os portos abertos ao comércio do mundo, já a França serenada, entravam com as modas, as costureiras, as francesias de Paris através de livros e jornais. Soubera-se direitinho de tudo que se espalhava pelo universo.»[179]

E as transformações dão-se a olhos vistos.

Henry Koster, voltando para o Recife em 1811 depois de uma curta temporada na Inglaterra, nota logo em seu início algumas modificações no aspecto da cidade e de seus habitantes, imbuídos daquilo que o inglês chama de «*spirit of alteration*»[180]. Os velhos sobrados perdem a feição sombria trazida por rótulas, sendo introduzidos o vidro e o ferro em janelas e balcões respectivamente, novos materiais construtivos frutos do processo industrial:

> «I perceived a considerable difference in the appearance of Recife and of its inhabitants, although I had been absent from the place for so short a period. Several houses had been altered; the heavy sombre lattice work had given place, in many instances, to glass windows and iron balconies.»[181]

Repara também o inglês na profusão construtiva de casas com jardim na zona arrabaldina da cidade, o que atesta a eclosão do fenômeno «sítio» justamente nessa cronologia de mudanças trazidas pela infiltração do ideário burguês na nova elite urbana em formação. Mais ainda, as observações de Koster sobre «*the country residences*»

---

[176] *Cf.* PONCIONI, 2010a: 20.
[177] *Vide* PONCIONI, op. cit.: 21.
[178] FREYRE, 1960a: 61.
[179] SETTE, 2018: 60.
[180] KOSTER, 1816: 186.
[181] KOSTER, op. cit.: 188.

parecem marcar o estabelecimento da dicotomia do habitar entre duas zonas: a cidade e o campo. A primeira, lugar de morar e trabalhar, de frenesi mercantil e tempo cadenciado pelos negócios (ou pelos sinos[182]). Já a segunda, lugar de veraneio, de fruição e descanso, de banho de rio e de passagem das festas de fim de ano[183]. Por sua vez, suas notas a respeito do sucesso do comércio de tijolo constituem evidência factual de duplo caráter. De um lado, comprovam a consolidação desse material introduzido pelos holandeses, como visto, nos processos construtivos locais. Do outro, servem como indício do aquecimento do mercado imobiliário decorrente do crescimento econômico e populacional do Recife à altura:

> «The country residences which had been lately built, were also numerous; lands in the vicinity of Recife had risen in price; the trade of brick-making was becoming lucrative; work-people were in request; and besides many other spots of land, the track between the villages of Poço da Panella and Monteiro, in extent about one mile, which in 1810 was covered with brushwood, had now been cleared; houses were building and gardens forming upon it.»[184]

O inglês documenta ainda, em seu princípio, a alteração do papel social da rua, outrora mera via de trânsito do patriarcado urbano recifense e que doravante impõe-se como espaço de uso coletivo[185], palco da vida pública e lugar a ser fruído. O que levará mais à frente a seu ordenamento, aformoseamento e arborização[186]. Escreve Koster:

> «Some few families had arrived here from Lisbon, and three from England; the ladies of the former had shown the example of walking to mass in broad day-light; and those of the latter were in the habit of going out to walk towards the close of the day, for amusement. These improvements being once introduced

[182] *Cf.* FREYRE, 2007: 44.
[183] *Vide* SETTE, op. cit.: 65.
[184] KOSTER, 1816: 188-189.
[185] *Cf.* BARRETO, 1994: 45 e PRIORI, 2016: 164.
[186] *Vide* BARRETO, op. cit.: 48.

> and practised by few persons, were soon adopted by some, who had been afraid to be the first, and by others who found that they are pleasant.»[187]

Tal inflexão nos usos da rua materializa-se de modo mais assertivo na ponte da Boa Vista. Reconstruída em 1815 sob o plano e direção do coronel-engenheiro Antônio Bernardino Pereira Lago, a ponte tem seus flancos guarnecidos por varandas de ferro e seu lastro calçado com seixos oriundos da Ilha de Fernando de Noronha[188]. De cada um dos lados, alinhado com o gradil, assenta-se «uma extensa linha de bancos de madeira»[189]. Bancos de que já se tinha notícia por volta de 1808[190], antes da reforma, mas que agora dispostos sobre uma estrutura modernizada e animados pela movimentação de pessoas levam Tollenare a enxergar na ponte da Boa Vista um passeio donde se podia apreciar a paisagem[191].

Finalmente, arrematando suas análises a respeito do progresso do Recife e das mudanças que viu nos hábitos das gentes, Henry Koster constata a chegada de uma época de melhoramentos:

> «The time of advancement was come, and men, who had for many year gone on without making any change either in the interior or exterior of their houses, were now painting and glazing on the outside, and new furnishing within; modernizing themselves, their families, and their dwellings.»[192]

Do ponto de vista urbanístico, dá-se início ao processo de expansão da Boa Vista em direção ao norte, a partir do novo eixo estabelecido pela rua do Aterro. Um terreno alagado de cento e quarenta palmos, à cabeceira da ponte, é aterrado por Casimiro Antônio de Medeiros[193] e no terrapleno são construídas algumas casas, formando com isso um arruamento margeando o rio Capibaribe. É o surgimento da rua da Aurora, uma

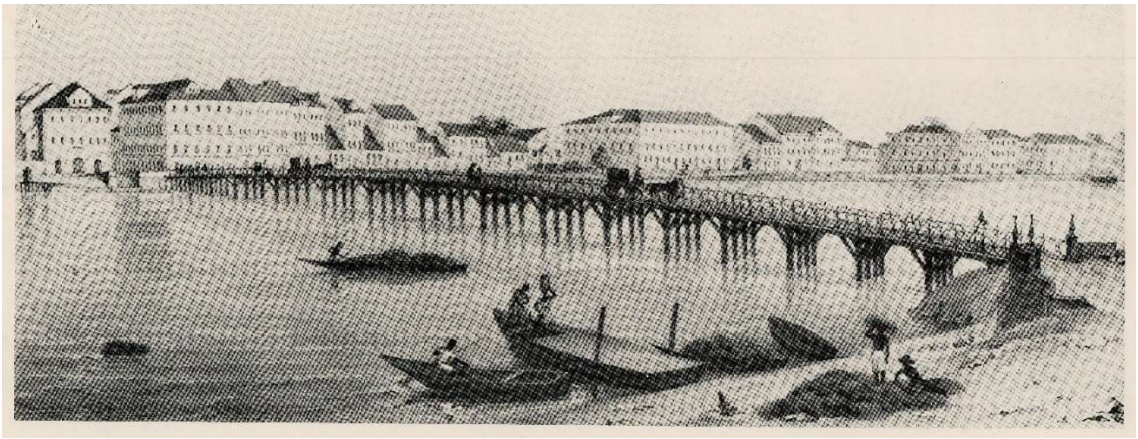
---

[187] KOSTER, 1816: 188.
[188] *Cf.* CAVALCANTI, 1977: 136.
[189] COSTA, 1983c: 149.
[190] *Ibidem.*
[191] *Vide* TOLLENARE, 1905: 28.
[192] KOSTER, 1816: 189.
[193] *Cf.* CAVALCANTI, 1977: 237.

das mais marcantes da cidade do Recife[194] até os presentes dias e local onde serão levantados por todo o séc. XIX edifícios notáveis[195]. A constituição do trecho primitivo da mencionada rua se dá ao longo das três primeiras décadas do Oitocentos, pondo em concreto o frêmito de prosperidade que sacudia a cidade a partir da zona portuária. Prova disso é a instalação em 1829 da Fundição d'Aurora, da companhia britânica Harrington & Starr, um «importante estabelecimento industrial»[196]; e a edificação a igreja dos ingleses no ano de 1838[197], um prédio construído segundo Daniel Kidder, missionário estadunidense de passagem pelo Recife no mesmo ano, em «estilo moderno», ou seja, conforme preceitos classicistas[198]:

> «On the southern or southwestern bank of this river stands the British Chapel, in a very suitable and convenient location. That edifice is built in modern style, and generally well attended by the English residents, on Sabbath-days, both morning and evening.»[199]

Figura 13 – Pormenor da estampa «Ponte da Bôa Vista», com vista da rua da Aurora e seu casario, desde o primeiro trecho, a partir do bairro de Santo Antônio. Data: [1843-1855].



[194] *Vide* FREYRE, 2007: 71.
[195] *Vide* SOUSA, 2000: 22.
[196] COSTA, 1984b: 210.
[197] *Vide* GALVÃO, 2006a: 95.
[198] *Cf.* SOUSA, op. cit.: 39.
[199] FLETCHER & KIDDER, 1866: 517.

Fonte: FERREZ, Gilberto (1984) – *Raras e preciosas vistas e panoramas do Recife: 1755-1855.* Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória e Recife: FUNDARPE, pág. 41.

Toda essa ebulição provocada pela a abertura dos portos acentua-se com a independência do Brasil em 1822[200], atingindo no final dos anos 1830 uma espécie de paroxismo que exige do Poder Público atuação firme no sentido de promover as infraestruturas voltadas para a modernização da agora província de Pernambuco e a sua adequação aos novos tempos de mercado internacional. Não sem razão, o Recife, sua capital, cada vez mais embalado pelo comércio, pelo aumento da população e, consequentemente, pela expansão de seu tecido urbano estará no cerne dessas ações. Apesar dos avanços, havia ainda graves problemas a serem enfrentados para «transformar a velha cidade luso-brasileira numa 'urbe civilizada'»[201]: a situação dramática das condições sanitárias no centro da cidade, a regulamentação das novas construções, o alinhamento das ruas, a distribuição de água potável, as grandes áreas alagadas.

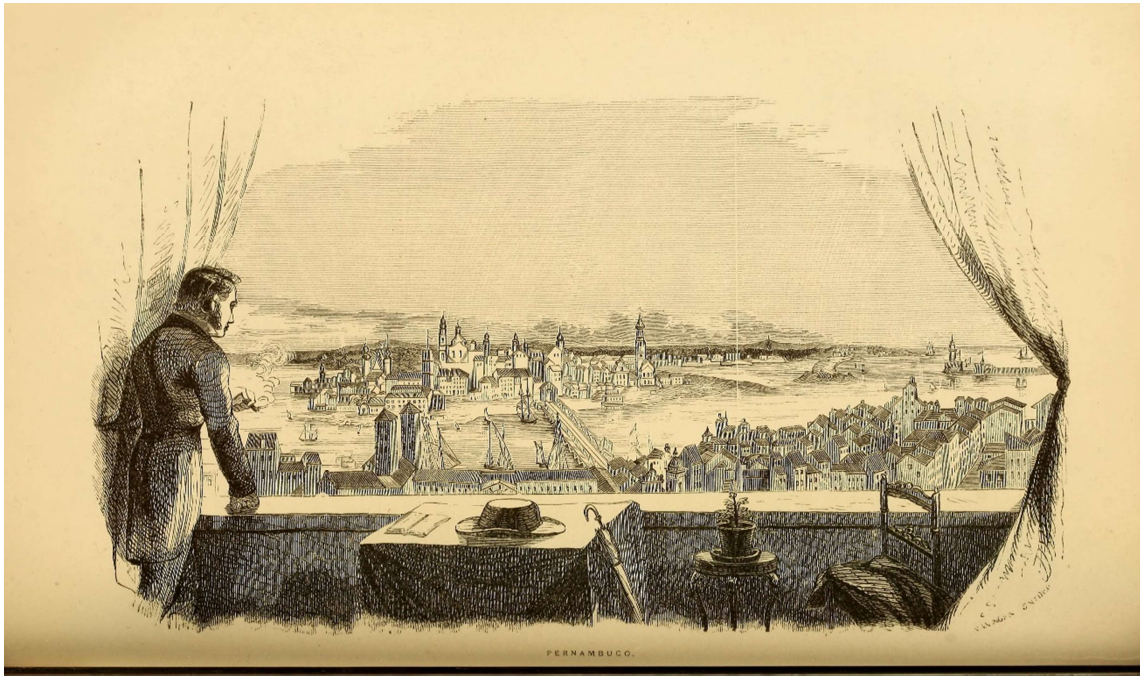
Ademais, sob a ótica estritamente econômica, para superar o ultrapassado paradigma colonial e colocar-se competitiva no cenário internacional, a província de Pernambuco precisava diminuir os custos atrelados a seus principais produtos de exportação, o açúcar e o algodão. Para tanto, a administração pública delimita ações estratégicas e estabelece como prioridade o provimento de equipamentos capazes de dinamizar o escoamento dessas mercadorias até o porto. Daí a profusão, nesta cronologia, de obras voltadas para a articulação das regiões produtoras do interior ao centro do Recife: a abertura de novas estradas e a construção de pontes[202].

É neste contexto que se desenrola a ação daqueles que nominamos agentes da modernização do Recife: Francisco do Rego Barros, Louis-Léger Vauthier e Francisco Antônio de Oliveira. Figuras históricas as quais personificam, respectivamente, o poder político, a força técnico-artística e o poder econômico no processo sucedido nos anos

[200] *Vide* COSTA, 1984a: 146.
[201] PONCIONI, 2010a: 21.
[202] *Cf.* MENEZES, 2015: 36.

1840, sob inspiração francesa, para ascensão do Recife à categoria de cidade de primeira ordem.

Figura 14 – Gravura «Pernambuco.», destacando a miríade desordenada de sobrados no bairro do Recife à direita e a peleja entre a arquitetura civil e a religiosa pelo domínio da paisagem em Santo Antônio, do outro lado do rio. Data: [c. 1838].



Fonte: KIDDER, Daniel P., FLETCHER, James C. (1866) – *Brazil and the Brazilians portrayed in historical and descriptive sketches. Sixth Edition. Boston*: Little, Brown, and Company, pág. s/n [anterior à 513]. Disponível em *Internet Archive*.

2.2. Os agentes da modernização do Recife em meados do Oitocentos

Coube a Francisco do Rego Barros, presidente da província de Pernambuco no período de 1837 a 1844, implementar uma ambiciosa agenda de transformações e ordenamento do tecido urbano do Recife.

Figura 15 – Francisco do Rego Barros representado na litografia «Barão da Boa Vista». Desenho: L. A. Boulanger. Litografia: Alf. Martinet. Lith. de Heaton e Rensgurg, Rua da Ajuda, 68, Rio de Janeiro. Data: [1840-1858].

Fonte: Acervo Museu do Estado de Pernambuco/FUNDARPE.

Originário da fidalguia açucareira, influente e abastada do Engenho Trapiche, no Cabo de Santo Agostinho, Rego Barros nasceu em 3 de fevereiro de 1802, filho de «Francisco do Rego Barros, coronel do regimento miliciano daquela villa [Cabo de Santo Agostinho] e fidalgo cavalleiro da casa real, e sua consorte D. Marianna Francisca de Paula.» [203] Iniciou sua vida pública em 1817 como primeiro-cadete no segundo batalhão da divisão dos «Voluntarios Leaes de El-rei», braço militar criado por ocasião da chegada do general Luiz do Rego Barreto a Pernambuco[204], governador escolhido por D. João VI para comandar a capitania, suprimir os ecos da Revolução Pernambucana, movimento

[203] COSTA, 1882: 387.
[204] FERREIRA, Julio Pires (diretor) - Almanach de Pernambuco para o anno de 1901 com a biographia do pernambucano Francisco do Rego Barros, Conde da Bôa-Vista, 3º Anno, 1900, «Francisco do Rego Barros», fl. IX.

separatista ocorrido no mesmo ano, e estabilizar esse importante entreposto colonial, o que faz à mão de ferro[205].

Era já alferes no ano de 1821 quando ocorreu o mal sucedido atentado contra o sobredito governador na ponte da Boa Vista. O acirramento dos ânimos decorrente dessa tentativa de assassinato, um eco incontido da revolução de 1817, converte-se em oportunidade para Luiz do Rego deportar seus adversários políticos, reais ou supostos, para Lisboa, os quais terminam presos na fortaleza de São Julião da Barra. Dentre os degredados, «quarenta e dois martyres, quasi todos pernambucanos»[206], figuram o próprio Francisco do Rego Barros e seu irmão, o cadete Sebastião do Rego Barros.

Depois de alguns meses no cárcere, e após a atuação do deputado pernambucano Francisco Muniz Tavares junto a Lisboa, Rego Barros é posto em liberdade, logo matriculando-se na Universidade de Coimbra. De acordo com Luna Freire, a escalada das animosidades entre portugueses e brasileiros que se seguiu após a independência da antiga colônia lusitana, em 1822, faz com que o futuro Barão da Boa Vista se mude para a França no ano seguinte, inscrevendo-se na Universidade de Paris onde obtém o grau de bacharel em matemática em 1825[207].

A despeito desse evento, não desconsideramos também que a oportunidade de se transferir para a capital francesa, novo epicentro cultural surgido pós-Revolução, tenha se apresentado a Francisco do Rego Barros como uma forma de superar antigos vínculos coloniais, uma vez que a Universidade de Coimbra era tradicionalmente frequentada por membros da elite luso-brasileira na busca pela mais alta formação acadêmica. Os apontamentos de Pereira da Costa em seu «Diccionario Biographico de Pernambucanos Celebres» permitem-nos esse entendimento. Comentando os êxitos angariados por Rego Barros em sua estada parisiense, o historiador pernambucano refere-se à capital francesa como «moderna Athenas», um epíteto que sintetiza bem a dimensão

[205] *Cf.* COSTA, 1984b: 481-494.
[206] FERREIRA, Julio Pires (diretor) - Almanach de Pernambuco para o anno de 1901 […], 3º anno, 1900, «Francisco do Rego Barros», fl. IX.
[207] FERREIRA, Julio Pires (diretor) - Almanach de Pernambuco para o anno de 1901 […], 3º anno, 1900, «Francisco do Rego Barros», fl. X.

civilizatória e o peso simbólico de Paris para o Ocidente oitocentista. Mais ainda para um Brasil de independência recente, sequioso de afirmação no contexto internacional:

> «Ahi, nessa moderna Athenas, conquistou Francisco do Rego uma reputação honrosa pelos seus talentos e illustração, ainda mais abrilhantados pela [sic] suas distincções e triumphos da vida academica.»[208]

Nesta temporada que passa na capital francesa, Rego Barros tem contato com as novas correntes de pensamento e ideais de progresso que movimentam o país europeu e se espraiam por todo o mundo ocidental. Vivencia os desdobramentos da eclosão da ordem burguesa em seu berço, contata com a profusão do Neoclássico, testemunha a superação da velha monarquia absolutista do Antigo Regime por um poder público que passa a se fazer presente e atuante mediante obras de arquitetura, engenharia e urbanismo e vê em pleno funcionamento a monarquia constitucionalista[209], um regime político que parece ter soado ao pernambucano, um conservador, embora progressista, mais adequado ao Brasil do que a república por coadunar transformações pós-revolucionárias e permanências aristocráticas. Tal experiência parisiense repercute a fundo em sua mundividência a ponto de Joaquim Nabuco afirmar: «Rego Barros tinha-se formado em Paris e guardou as maneiras da Restauração até o fim da vida, o mesmo ar e tom de *grand seigneur*.»[210]

Em 1825, «voltando da capital do mundo civilisado»[211] para o Brasil, retoma sua vida militar, contudo adentra na esfera política nos anos 1830 como deputado da Assembleia Geral eleito pela província de Pernambuco. Inicia, dessa forma, uma longa e exitosa carreira cultivada até a terminação de seus dias[212].

---

[208] COSTA, 1882: 387.
[209] *Cf.* KARN *in* TOMAN, 2007: 62-103.
[210] NABUCO *in* MELLO, 1940: 95.
[211] FERREIRA, Julio Pires (diretor) - Almanach de Pernambuco para o anno de 1901 […], 3º anno, 1900, «Francisco do Rego Barros», fl. XVIII.
[212] *Vide* COSTA, op. cit.: 388.

É nomeado presidente da província de Pernambuco por carta imperial datada de 16 de outubro de 1837 e toma posse do cargo em 2 de dezembro do mesmo ano[213]. Tinha trinta e cinco anos no início de sua administração, traquejo para a condução de pautas no conturbado ambiente da política conquistado após alguns anos enquanto deputado, boas relações estabelecidas com as elites locais – a terratenente (de onde vinha) e a urbana em ascensão – e uma agenda bastante clara para modernizar a província e sua capital em sintonia com o que se passava mundo afora, em especial com a França que conheceu. Se à época, como diz Eric Hobsbawm, «estar perto de um porto era estar perto do mundo»[214], o Recife, uma cidade portuária firmemente integrada ao comércio internacional, precisava exibir os melhoramentos materiais e outros atributos do progresso exigidos de uma cidade moderna. Por todas essas razões, Rego Barros procura em sua gestão atualizar o papel do estado à luz do que experienciou no Velho Mundo muito atento, porém, ao delicado arranjo da conjuntura política na qual está inserido[215] e às fronteiras que lhe impõe. Neste sentido, os assentos de Félix Cavalcanti, um observador contemporâneo ao presidente da província, testemunha de suas ações e entusiasta declarado de sua administração, são imensamente elucidativos:

> «Apesar da guerra insana que lhe movia o partido adverso [Partido Liberal], apesar dos desgostos que lhe causaram alguns membros da sua familia e a fraquesa de alguns correligionários; apesar da deficiência dos recursos que encontrara nos cofres da Provincia, e que lhe difficultaram a consecução dos seus generosos projectos, e, finalmente, de peripecias que o collocaram por vezes em situações bem difíceis, foi um administrador fecundo e um politico superior.
>
> Com prudência examinava as situações; pesava e combinava os meios e os fins; agia dentro do bom senso.

[213] FERREIRA, Julio Pires (diretor) - Almanach de Pernambuco para o anno de 1901 […], 3º anno, 1900, «Francisco do Rego Barros», fl. XV.
[214] HOBSBWM, 2004: 26.
[215] *Vide* PONTUAL *in* PONCIONI, 2010a: 44.

> Foi assim sob sua administração que Pernambuco, ha tanto tempo victima da indiferença do Governo Geral, surgio imponente do ostracismo a que parecia condemnado.»[216]

Apesar das tensões, a conjuntura político-econômica mostra-se favorável ao arranque do projeto modernizador do jovem presidente da província, e Rego Barros o faz com vistas à dinamização da economia de Pernambuco. Como observado por Tollenare, a entrada do açúcar antilhano no mercado internacional impactou a indústria açucareira local[217]. Esta, apesar de se manter competitiva, vê-se impelida à redução dos custos de sua produção mediante a otimização dos processos de fabrico e a mitigação dos problemas de transporte das cargas até o porto[218]. Não à toa, Rego Barros preocupa-se desde o início de seu governo com o provimento das infraestruturas necessárias à melhor circulação de mercadorias e produtos pela província e com o estabelecimento da comunicação dos territórios produtores com a zona portuária, beneficiando assim o escoamento dos dois principais produtos de exportação localista, o açúcar e o algodão. Em seu primeiro relatório de gestão, quase um ponto de situação administrativo da província concernente aos três primeiros meses de seu governo, o presidente aborda o tema. Lendo suas considerações na abertura dos trabalhos da Assembleia Provincial em 1º de março de 1838, Rego Barros não deixa de pontuar, inclusive, a repercussão positiva da concretude de obras públicas no tecido social, algo importante em tempos de construção da identidade nacional e, noutra perspectiva, prova das lições aprendidas em Paris. Diz o gestor:

> «Persuadido, Snrs., de quanto convem estabellecer em nossa Provincia meios faceis de conducção dos generos para o grande mercado desta Cidade, abreviar assim as distancias dos lugares, deminuir os riscos dos viajantes, e evitar o augmento das despesas de producção, foi meu primeiro, e principal cuidado procurar uma exacta, e circunstanciada informação das Obras que se estavão fazendo por arrematação, ou administração, a fim de dar as providencias que

[216] MELLO, 1940: 93.
[217] *Cf.* TOLLENARE, 1905: 39.
[218] *Vide* PONTUAL *in* PONCIONI, 2010a: 44.

> estivessem a meu alcance. Da noticia que colhi cheguei a conclusão de que entre nós muito pouco se ha feito para o melhoramento material de nossa terra, unico, que por mais sensivel as vistas do povo pode afeiçoal-o ao Paiz e ao Governo, em que e sob o qual vive.»[219]

Isto posto, não podemos perder de vista que, por maior que seja sua vontade política, Rego Barros esbarra numa questão operativa que atravanca a desenvolução das obras tão necessárias à província: a limitação técnica dos homens designados para sua condução. Em seu mencionado relatório, detecta o grave problema, cuja superação considera urgente:

> «Quanto á Direcção e Inspeccão das Obras Publicas, acha-se ella incumbida de todos os trabalhos de projecção, e execução das mesmas Obras. E posto que as pessoas, que estão servindo nesta Repartição, á qual se acha unido o Gabinete Topographico, ostentem a melhor vontade de cumprir com os seos deveres, se achão todavia impossibilitadas de os desempenhar, não digo cabal, mas satisfatoriamente por falta dos necessarios conhecimentos, e até por não os poderem adquerir na Provincia, o que mostra a urgente necessidade de ser remediada quanto antes semelhante falta.»[220]

Mais à frente no mesmo documento, Rego Barros reitera a argumentação da falta de técnicos para tocar as inúmeras obras públicas necessárias à província e solicita autorização da Assembleia para engajamento de engenheiros, dentro ou fora do império. Um mote convertido em prelúdio do que está por vir, isto é, a contratação dos engenheiros franceses, mas também o flanco sobre o qual a oposição política nativista investirá, adversa como era, como revelam a bibliografia e as fontes, à presença estrangeira nos negócios públicos. Discorre o presidente:

---

[219] CRL – *Provincial Presidential Reports*: Pernambuco., 1838, «Falla que, na occazião da abertura da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco no 1º de março de 1838, recitou o Exm. Snr. Francisco do Rego Barros, Prezidente da mesma Provincia.», fl. 35.
[220] CRL – *Provincial Presidential Reports*: Pernambuco., 1838, «Falla que [...]», fl. 34-35.

> «A falta de pessoas capazes de levantar as plantas, formar os orçamentos, e de se encarregar da direcção e inspecção das Estradas, Pontes, calçadas, e Edifícios publicos, torna-se muito sensivel nesta Provincia, sendo tantas as obras que se devem fazer, e tão limitado o numero de Engenheiros que nessa existem. Os males que d'aqui resultão são palpáveis, e inútil fora expendel-os. Ora tendo esta Provincia quatro estradas principaes, a do Norte, a do Sul, e as duas do centro, que necessitão de grandes reparos, afim de se tornarem commodamente transitaveis, e devendo estes concertos serem incubidos a Engenheiros habeis e activos, torna-se de urgente necessidade, que autoriseis o Governo para se poder engajar dentro ou fora do Imperio, sob condicções rasoaveis em numero suficiente as necessidades da Provincia.»[221]

No entanto, Rego Barros não descuida de tratar das questões formativas de quadros técnicos em âmbito local. Com a independência do Brasil e a extinção das ordens religiosas, a educação, antes a cargo da igreja, passa a ser assunto do poder público[222]. Dessa forma, enxergando as inter-relações entre agricultura, comércio e engenharia e seu vínculo direto com o desenvolvimento e prosperidade da província, a presidência estabelece a criação de cursos nessas áreas e mais um geral de preparatórios[223] a serem realizados no Liceu do Recife, instalado nas antigas dependências do Convento do Carmo. No tocante à engenharia, nos termos do próprio Rego Barros, com a devida formação de técnicos «evitar-se-hia que para Inspectores parciaes de nossas Estradas fossem nomeadas pessoas ignorantes até dos primeiros elementos de Geometria»[224]. Conquanto possa se tratar de simples retórica para persuasão da Assembleia, não se pode desprezar a afirmação do administrador provincial como outra evidência histórica da situação precária das Obras Públicas à altura.

---

[221] CRL – *Provincial Presidential Reports*: Pernambuco., 1838, «Falla que [...]», fl. 50.
[222] *Vide* PONCIONI, 2010a: 21.
[223] FERREIRA, Julio Pires (diretor) - Almanach de Pernambuco para o anno de 1901 […], 3º anno, 1900, «Francisco do Rego Barros», fl. XIX.
[224] CRL – *Provincial Presidential Reports*: Pernambuco., 1838, «Falla que [...]», fl. 50-51.

De imediato, para solucionar o défice de mão de obra qualificada e destravar andamento dos melhoramentos materiais, o presidente da província termina por trazer da Europa artífices familiarizados com as novas técnicas construtivas. No segundo relatório de gestão apresentado ao legislativo pernambucano em março de 1839, destaca Rego Barros as providências tomadas e os porquês do engajamento dos operários estrangeiros. É importante notarmos um pormenor não desprezível constante na documentação: valendo-se das prerrogativas do cargo, o chefe da administração provincial age *ex officio*, por conta própria com base no normativo vigente. Tanto que a presidência apenas «participa» à Assembleia Legislativa as tratativas para a contratação dos trabalhadores europeus. Fato, entendemos, comprobatório da intenção de Rego Barros em trazer para Pernambuco a vanguarda construtiva e viabilizar sua agenda modernizadora:

> «Devo igualmente participar-vos, que, em consequencia da authorisação, que concede ao Governo Provincial o Art. 31 da Lei Provincial n.º 9 de 10 de junho de 1835, encarreguei ao Doutor Luiz de Carvalho Paes de Andrade o engajar por tres a cinco annos na França, Suissa, Belgica, ou Alemanha, uma Companhia de artifices e trabalhadores em número de 200, para trabalhar nas Estradas e mais Obras Publicas da Província, promettendo-lhes passagem gratuita, e certos vencimentos diarios […]. Segundo as ultimas participações do Encarregado do engajamento, he de suppôr, que em fins de Maio desembarque neste porto a primeira remessa dos artifices, e que cessem os inconvenientes, que actualmente soffrem as Obras Públicas, quaes os de ficarem demoradas, serem quasi sempre imperfeitas, e custarem mais dinheiro, do que deverião gastar, se fossem feitas com gente perita, e com braços sufficientes.»[225]

[225] CRL – *Provincial Presidential Reports*: Pernambuco., 1839, «Relatorio que á Assemblea Legislativa de Pernambuco apresentou na sessão ordinaria de 1839 o Exm.º Presidente da mesma Provincia Francisco Rego Barros», fl. 34-35.

A companhia de operários composta «no seu total de 105 engajados, alem de 15 pessoas pertencentes ás suas familias»[226] aporta no Recife em 21 de julho de 1839. De acordo com Freyre, chega à cidade oriunda de Hamburgo «uma companhia de cento e cinco artistas e operários dirigidos pelo alemão Augusto Koersting»[227]. Profissionais estes «introdutores de várias inovações nas artes de pedreiro e carpinteiro, de técnicas ignoradas pelos bons mestres portugueses e mulatos dessas artes»[228], como o estuque[229], que representam um ponto de viragem nos processos construtivos da cidade, tornados mais céleres, baratos e eficazes. São esses mesmos técnicos os executores das novas posturas municipais, de 1839, voltadas para a uniformidade, simetria e regularidade do Recife, tornando a urbe «quanto possível lógica, geométrica, medida»[230].

Ainda assim, faltava a figura de comando, alguém que capitaneasse a agenda modernizadora idealizada por Rego Barros. A contratação do engenheiro francês Jules Boyer para as Obras Públicas em 1838 não resultou satisfatória, de modo que ele é dispensado do serviço dois anos depois. Apesar de ter elaborado projetos importantes, como um plano de melhoramentos do porto do Recife[231], e conduzido a construção do Cais do Colégio, em Santo Antônio, arrematado por um passeio público[232], Boyer foi amplamente questionado: administrativamente como gestor das Obras Públicas e tecnicamente enquanto engenheiro[233]. Um texto satírico publicado no jornal «O Carapuceiro» é prova documental disso. Nessa fábula cujas personagens são a ponte da Boa Vista e o Cais do Colégio, a pena ferina de seu autor, Lopes Gama, registra as fragilidades estruturais do novo equipamento da cidade e os comentários da população, numa crítica que também não deixa de ser política e social:

---

[226] CRL – *Provincial Presidential Reports: Pernambuco.*, 1840, «Relatorio que á Assemblea Legislativa de Pernambuco apresentou na sessão ordinaria de 1840 o Excellentissimo Presidente da mesma Provincia Francisco Rego Barros», fl. 12.
[227] FREYRE, 1997: 228.
[228] *Ibidem.*
[229] *Vide* VAUTHIER *in* PONCIONI, 2010a: 288 e FREYRE, 1960a: 291.
[230] FREYRE, 1960a: 290.
[231] *Cf.* COSTA, 1984c: 78.
[232] *Vide* COSTA, 1984d: 521.
[233] *Cf.* PONCIONI, 2010a: 84.

> «Ponte – V. S. está-me muito cortezaõ; mas naõ pense, que com isso escapa ás arcadas das rabecas; e tanto assim he, que naõ obstante a sua camiza lavada, e tantos adornos, que se lhe tem posto, já se diz (valha a verdade) que V. S. tem de viver pouco; por que acha-se com huma fenda na muralha, a qual devera ser feita á maneira de rampa, e naõ perpendicular ás agoas, fora outras cousas, que tenho ouvido.
>
> Caes – Naõ perdeis a manha de ser má lingoa. Deixai fallar os invejosos, e maldizentes. Eu sou jovem, e hoje sou as delicias do Recife. Sou procurado, e vizitado de lindas, e esbeltas senhoritas, do grande esquadraõ dos gamenhos, em summa de toda a gente do bom tom.»[234]

Igualmente, Rego Barros não estava satisfeito com o trabalho de Firmino Herculano de Morais Âncora, diretor das Obras Públicas. Como visto, os relatórios do governo explicitam o andamento lento e dispendioso das obras e as restrições técnicas do corpo funcional do órgão, causando o descontentamento do presidente da província. Ademais, Firmino Âncora, um dos primeiros engenheiros formados na Academia Real Militar do Brasil[235] criada em 1810, Coronel do Imperial Corpo de Engenheiros, talvez parecesse antiquado a Rego Barros por não dominar o novo código construtivo em voga, o Neoclássico, e sim a chamada *arquitetura chã*, demasiado tradicional e lusitana para um projeto modernizador. O novo prédio sede do governo provincial, erguido entre 1841 e 1843 a partir de plano seu, é uma evidência neste sentido. Sua fachada mescla o emprego inseguro de elementos classicistas, como um frontão ornamental demasiado grande, e a utilização de esquemas construtivos setecentistas tais como as vergas em arco abatido nos vãos, gerando uma composição marcada pela hibridez na linguagem[236], algo comum em períodos de transição, e por certo desequilíbrio arquitetural, manifesto na desproporção entre o corpo central e as seções laterais do edifício. Conforme observa

[234] BNDB – O Carapuceiro, n.º 51, 13 de novembro de 1839, artigo «Dialogo entre a Ponte da Boa Vista, e o novo Caes do Colegio.», pág. 3.
[235] *Vide* PONCIONI, 2010a: 87.
[236] *Cf.* SOUSA, 2000: 44-45.

Alberto Sousa, a ambiguidade estilística gerada pelo embate entre o moderno e o antigo define a arquitetura:

> «Na fachada do palácio, o moderno manifesta-se basicamente através do emprego de platibandas cheias, do coroamento do seu trecho central com um frontão triangular ornamental, e da divisão dela em painéis retangulares definidos por pilastras, cunhais e um entablamento. Mas mesmo aí, é possível identificar as hesitações do projetista ou seu domínio imperfeito do novo estilo [classicismo imperial, para o autor]. [...]
>
> [...]
>
> Por outro lado, foi das tradições arquitetônicas herdadas das décadas do século anterior que vieram outros traços marcantes da fachada do prédio, em especial os associados à fenestração: o formato das vergas, em arco abatido, a marcação do fecho nas moldura delas; o espaçamento dos vãos (nos tramos laterais) maior que a largura deles, gerando um predomínio dos cheios sobre os vazios; e a despreocupação de dar maior enquadramento às aberturas através de pilastras e saliências horizontais – características suficientes para tornar a composição ambígua.»[237]

[237] SOUSA, 2000: 45-47.

Figura 16 – Pormenor da fotografia «Palácio da Presidência da Província» com aspecto da frontaria do prédio. Autor: João Ferreira Villela. Data: 1875-1889.

Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional (Brasil). Disponível em BNDB.

Depois de sua estada na França, Rego Barros desejava um engenheiro em chefe das Obras Públicas que corporalizasse a vanguarda dos processos construtivos, conhecesse os materiais mais arrojados, incorporasse também o espírito cientificista dos novos tempos e dominasse o novo código arquitetônico que conheceu em Paris, o Neoclássico, tradução de modernidade e representação do poder público. Queria, outrossim, suplantar o arcaísmo moroso e ineficiente que arrastava e encarecia os melhoramentos na província. Desta forma, encontra na *École Polytechnique* de Paris, «de orientación más práctica y que se ajustaba a los preceptos utilitarios de la época»[238] o nome adequado para encabeçar seu projeto inovador: Louis-Léger Vauthier. E como nos adverte Freyre:

> «Não nos esqueçamos de que vindo para o Brasil, da '*Ecole Polytechnique* de Paris', Vauthier vinha de um dos centros mais adiantados de ciência européia naquela época: na França, então país de vanguarda em várias das ciências não só puras como aplicadas, a '*Polytechnique*' fazia companhia à '*Ecole Normale*

[238] KARN *in* TOMAN, 2007: 87.

Supérieure', na atividade renovadora do ensino, da pesquisa científica e ao mesmo tempo da Filosofia social, na Europa inteira com repercussão nos Estados Unidos, nesses dias, muito afrancesados.»[239]

Era o encontro do poder político com a força técnico-artística.

Nascido em Bergerac, na Dordonha, em 7 de abril de 1815, Louis-Léger é filho de Magdeleine Adèle Lauraine e de Pierre Vauthier, distinto engenheiro formado na *Polytechnique* e na *École des Ponts et Chaussées*, autor do projeto do canal de Lalinde e do porto de Bergerac, profissional cuja carreira foi inteiramente dedicada ao serviço público.[240]

Seguindo os passos do pai e depois de uma dura prova de admissão, Vauthier ingressa na *École* em 1834, aprovado na 16ª colocação dentre 136 admitidos. Nos dois anos que passa na instituição, dedica-se com afinco aos estudos, de modo que termina seu curso como o 4º melhor aluno, o que lhe garante o acesso, em 1836, à tão almejada especialização na prestigiosa *École Royale des Ponts et Chaussées.*[241]

Figura 17 – O engenheiro Louis-Léger Vauthier. Sem data.

[239] FREYRE, 1960a: 54.
[240] *Cf.* PONCIONI, 2010a: 62 e 321.
[241] *Vide* PONCIONI, op. cit.: 325.

Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife/PCR.

Nesses anos de formação acadêmica, Vauthier trava contato com as novas ideias em circulação nas elites pensantes da França: as teorias de Saint-Simon, as de Victor Considerant e, com particular apreço e identificação, as de Charles Fourier. O que lhe assegura, para muito além de um tecnicismo hermético, um sólido *background* humanista. De acordo com a professora Cláudia Poncioni, nessas escolas onde estudou Louis-Léger, a necessidade de uma revolução científica, paralela à revolução política, para conduzir a sociedade francesa em direção a um novo futuro é alçada ao patamar de convicção plena. Logo, não seria possível a existência de um engenheiro ensimesmado nas questões técnicas de sua atuação. Ele precisaria ser capaz de investigar e compreender a realidade social para transformá-la mediante seu trabalho. Escreve a autora:

> «Nas duas escolas paira a certeza de que a sociedade, além de uma revolução política, precisa de uma revolução científica. O desenvolvimento das forças produtivas deve proporcionar uma recomposição da sociedade francesa em novos moldes. O conhecimento científico deve ser aplicado à indústria, para que ambos possam favorecer o surgimento de uma sociedade na qual os trabalhadores já não sejam explorados, e, sim, associados à construção do futuro.»[242]

Assim, jovem, idealista e ávido para pôr à disposição da França todos os conhecimentos adquiridos na Politécnica e nas Pontes e Calçadas, Vauthier parte em busca de uma colocação. Antes mesmo de se formar, já procurava por um estágio como engenheiro-aspirante. Desejava trabalhar na construção de estradas de ferro com Jacques Frimot, condiscípulo e amigo de seu pai, especialista em máquinas a vapor, entretanto acaba parando no projeto do porto de Vannes sob a supervisão de um chefe austero e com uma imensidão de trabalho a fazer.[243] Nos dois anos passados na comuna, Vauthier vê-

[242] PONCIONI, 2010a: 325.
[243] *Vide* PONCIONI, op. cit.: 326-328.

se em situação bastante adversa: atado à função de engenheiro-aspirante, sem o aumento requerido na ajuda de custo, com os pedidos de transferência para outras localidades indeferidos e ainda impossibilitado de desenvolver suas ideias.[244] Precisava de um posto de comando onde pudesse conduzir os trabalhos segundo seus preceitos. Tal era sua situação quando recebe o convite para trabalhar em Pernambuco, uma oportunidade inescapável:

> «Trabalhar no Brasil é, portanto, um daqueles convites que não se recusam! Gustave Coriolis, diretor pedagógico da *Polytechnique* e professor de mecânica aplicada na École des Ponts, verdadeira sumidade no campo das ciências, tinha indicado seu nome a José Lúcio Correia, brasileiro radicado em Paris que procurava atender um pedido do barão da Boa Vista. Pernambuco precisava de um engenheiro competente para executar o projeto modernizador da [sic] Boa Vista.»[245]

Dessa forma, do alto de seus vinte e cinco anos, sem o espaço para atuação em seu país de origem de que se julgava merecedor, desejoso por aplicar seus conhecimentos técnicos e difundir suas utopias de organização da sociedade através de obras de engenharia, aceita o convite da província de Pernambuco. É, portanto, contratado em 06 de maio de 1840 para exercer a função de engenheiro-chefe de serviço na Repartição de Obras Públicas com a atribuição de executar:

> «[…] todas as obras que dependam rigorosamente da província, sendo paga através do orçamento da mesma, como estradas, pontes, obras marítimas e fluviais, prédios públicos, o levantamento topográfico da província e todas as obras da alçada de um engenheiro.»[246]

E há muito trabalho a fazer.

---

[244] *Cf.* PONCIONI, 2010a: 328-329.
[245] PONCIONI, op. cit.: 331.
[246] Excerto do contrato de trabalho firmado entre José Lúcio Correia e Louis-Léger Vauthier, assinado perante Juvêncio Maciel da Rocha, adido na Legação brasileira e encarregado do Consulado Geral do Brasil na França. Arquivo da família de Pierre Vauthier, constante em PONCIONI, op. cit.: 333.

No seu relatório de gestão referente ao exercício 1840 apresentado à Assembleia Legislativa de Pernambuco no ano subsequente, Rego Barros, informa que:

> «Em França forão engajados dous Engenheiros para o serviço da Provincia, hum dos quaes, discipulo da Escola Politechnica de Paris, já ali estava empregado na Repartição das Pontes e Calçadas; e como não são sufficientes á multiplicidade de objectos, que demandão os cuidados especiaes das pessoas d'arte, expedi ordem para que fossem engajados mais dous Engenheiros da terceira classe por conta da Provincia.»[247]

O que demonstra não apenas que havia uma combinação de obras paradas e demanda reprimida no âmbito da Repartição de Obras Públicas a qual precisava ser vencida, como também que Vauthier se entregou com entusiasmo aos trabalhos tão logo pisa no Recife, em 8 de setembro de 1840.[248] Um entusiasmo também movido pela vontade de adentrar o seleto rol de engenheiros egressos da *Polytechnique* os quais derramavam suas luzes em vários países mundo afora:

> «[...] e possuindo eu os mesmo títulos do que esses illustres Francezes não me considero inhabilitado de prestar iguaes serviços ao Brasil, e particularmente a esta província, a cuja prosperidade tenho já com prazer dedicado minhas vigilias, e ocupando-me de [modo] próprio, de projectos mui uteis e trabalhozos que breve darei a luz.»[249]

Ato contínuo, uma série de projetos voltados para a urbanização da cidade são desencadeados: o desenho de uma planta moderna do Recife[250], realizado entre 1840 e 1842; o plano de alinhamento de ruas e dos gabaritos dos prédios[251]; a elaboração de um projeto urbano completo para servir de base ao plano diretor da cidade[252]; a traça

---

[247] CRL – *Provincial Presidential Reports*: Pernambuco., 1841, «Relatorio que á Assemblea Legislativa de Pernambuco Apresentou na Sessão Ordinaria de 1841 o excellentissimo presidente da mesma província Francisco do Rego Barros.», fl. 9.
[248] *Cf*. VAUTHIER *in* PONCIONI, 2010a: 83.
[249] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 258, 25 de novembro de 1841, seção «Correspondencias», pág. 3.
[250] *Cf.* GUERRA, 1973: 69.
[251] *Ibidem*.
[252] *Vide* POUCIONI, op. cit.: 21.

do sistema de coleta de águas usadas[253]; a abertura de estradas e a construção de pontes para a integração do território e o transporte tanto das *commodities* locais ao porto do Recife quanto dos víveres e demais produtos entre a zona urbana e os entornos da cidade. Destaque para a ponte pênsil do Caxangá, «a primeira ponte suspensa do Brazil»[254], equipamento ao qual Vauthier devotou especial atenção no seu afã de deitar no espaço urbano toda sua ciência, materializar na arquitetura sua ideologia do progresso e se afirmar, incontestavelmente, como a vanguarda e a maior autoridade em assuntos construtivos presente em Pernambuco à época.

Num projeto ousado concebido com o auxílio de membros da sua equipe, Pierre-Victor Boulitreau e Henri-Auguste Milet, Vauthier propõe a um só tempo a canalização de água potável para o Recife, o dessecamento do pântano de Olinda e a navegabilidade do rio Beberibe. Plano minuciosamente traçado, cujo esboço remete ao pai[255], um especialista em hidráulica, numa comprovação da estreita relação entre os dois e da importância do julgamento de seu genitor sobre o seu trabalho. Porém, apesar do arrojo do projeto e de sua boa recepção no governo provincial, para a surpresa de Vauthier, o conselho deliberativo da Companhia do Beberibe, concessionária do serviço de encanamento de água na cidade, opta pelo plano dos Srs. Conrado e Bellegarde, engenheiros vindos do Rio de Janeiro a pedido da mesma companhia especialmente para elaborar traça sobre a questão. Assim, depois de uma longa explanação sobre a superioridade técnica de seu projeto em relação ao de seus concorrentes, que legariam à província uma «obra imperfeita, e aquem das suas precisões»[256], o engenheiro francês conclui sua argumentação em artigo publicado no Diário de Pernambuco com a confiança de alguém certo de que deixaria no Recife nada menos do que «uma obra de maior

[253] *Cf.* PONTUAL *in* POUCIONI, 2010a: 50.
[254] CRL – *Provincial Presidential Reports*: Pernambuco., 1844, «Relatorio que á Assemblea Legislativa de Pernambuco Apresentou na Sessão Ordinaria de 1844 o Excellentissimo Barão da Boa-Vista, presidente da mesma província.», fl. 15.
[255] *Cf.* VAUTHIER *in* PONCIONI, op. cit.: 231.
[256] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 98, 7 de maio de 1842, seção «Correspondencias», pág. 3.

importancia e duração, capaz de perpetuar a memoria de nossa vinda a Pernambuco, e de recommendar-nos á estima e consideração dos Brasileiros.»[257]

Deve-se também ao engenheiro francês o plano inicial de um cemitério público fora das áreas de residência[258], segundo as novas diretrizes sanitárias as quais começam a ser implementadas nas grandes cidades devido ao aumento da população. Segundo Freyre, «o primeiro estudo sério para a solução moderna do problema de sepultamento»[259] que impulsionaria, concluídas as obras no início dos anos 1850, uma pequena revolução nos costumes de um Recife apegado por tradição aos enterros nas igrejas.[260] O projeto elaborado por comissão constituída em 1841 por Vauthier e pelos médicos Joaquim de Aquino Fonseca, José Joaquim de Morais Sarmento e José Eustáquio Gomes, este formado na Escócia e os dois primeiros na França[261], definiu o «local, plano, planta, detalhe e mais condições dessa obra»[262]. Após a saída do francês de Pernambuco em 1846, tal projeto é reproduzido com «pequenas alterações»[263] pelo engenheiro José Mamede Alves Ferreira e posto em execução.

Entretanto, a despeito de todos os seus predicados técnicos e da grande quantidade de projetos iniciados, Vauthier é desde sua chegada alvo dos oposicionistas ao governo de Francisco do Rego Barros. Ataque este recrudescido pela assunção do cargo de diretor da Repartição de Obras Públicas em 1842 no lugar de Firmino Âncora, que é desligado do órgão, e pela implementação do novo regulamento elaborado conforme a «organização da administração francesa»[264]. Sobre esse ponto, o «mestre de Apipucos» faz uma análise irretocável:

> «A situação era esta: Vauthier era criticado pelas suas inovações de técnico e de administrador; criticado pelo fato de ser estrangeiro; e criticado pelo fato de

---

[257] *Ibidem.*
[258] *Cf.* FREYRE, 1997: 236.
[259] FREYRE, 1960a: 361.
[260] *Vide* FREYRE, op. cit.: 359-360.
[261] *Cf.* FREYRE, op. cit.: 360.
[262] BNDB – A União: *Virtus unita crescil*, n.º 240, 11 de abril de 1850, «Relatorio», seção «Cemiterio Publico.», pág. 3.
[263] *Ibidem*.
[264] VAUTHIER *in* PONCIONI, 2010a: 88.

> estar ao serviço de um govêrno, durante a maior parte do tempo da sua permanência em Pernambuco, encarnado por uma das figuras da política 'Conservadora' mais combatidas pelos adversários 'Liberais' e pelos demagogos: o Barão da Boa Vista. De modo que muitas vêzes a oposição a Vauthier foi simples expressão de partidarismo político. As inovações do engenheiro, sua condição de francês, sua mocidade, seus 'altos honorarios', apenas ofereciam pretextos magníficos de exploração política numa época, como o terceiro quartel do século XIX no Brasil, de imprensa atrevida, de jornais desbragados na censura aos governos e no ataque aos políticos dominantes.»[265]

Apesar dos ataques da oposição nativista, o engenheiro francês conta com o apoio quase irrestrito de Rego Barros, que «chega a demitir amigos políticos e pessoais para prestigiar a ação de técnico e de administrador de Vauthier»[266], algo tornado manifesto em alguns dos apontamentos feitos por este em seu diário pessoal. Inclusive, o presidente da província faz, aberta e institucionalmente, elogios ao engenheiro em chefe das Obras Públicas no relatório apresentado à Assembleia Legislativa em 1844, reiterando o bom andamento dos trabalhos na repartição não obstante toda a ferrenha crítica de adversários políticos sedimentada nos periódicos recifenses:

> «A Repartição das obras públicas depois que se rege pelo novo Regulamento, vai adquirindo regularidade, e para isso tem em grande parte contribuido a energia, zelo, e inteligencia do Engenheiro em Chefe.»[267]

Elogios não circunscritos ao chefe da administração provincial, mas extensivos a seus aliados, como é o caso do negociante de grosso trato Francisco Antônio de Oliveira, um dos patrocinadores da agenda modernizadora do Barão da Boa Vista.

---

[265] FREYRE, 1960a: 324.
[266] FREYRE, op. cit.: 338.
[267] CRL – *Provincial Presidential Reports*: Pernambuco., 1844, «Relatorio que á Assemblea Legislativa de Pernambuco Apresentou na Sessão Ordinaria de 1844 o Excellentissimo Barão da Boa-Vista, presidente da mesma província.», fl. 14.

Nascido no Recife em 21 de setembro de 1788, Oliveira é filho de D. Maria Joaquina da Conceição e Oliveira e de Francisco de Oliveira Guimarães[268], negociante português mantenedor de importantes relações comerciais com figuras da praça de Pernambuco, «sendo a carne seca um dos itens que comercializava»[269]. Com o falecimento de seu pai, Oliveira herda os negócios e, nos anos 1820, faz fortuna em grande parte com o tráfico negreiro. Adentra na carreira política na década seguinte em busca de novos meios de inserção social dentre as elites localistas e de outros empreendimentos comerciais, embora continue atuando como negociante de grosso trato de mercadorias como algodão, fumo e carne seca, escamoteando, dessa forma, sua atividade na venda de carga humana, impactada pela lei anti-tráfico de 1831.[270]

Ocupa a vereança na Câmara Municipal do Recife, instituição responsável pela estipulação de posturas referentes ao ordenamento urbano da cidade, nas legislaturas «de 1831-1836, 1837-1840, 1841-1844; 1849-1852»[271], assumindo a presidência da casa por duas ocasiões: em 1835 e em 1849. Por questões conjunturais da política pernambucana, incluindo afinidades ideológicas, Oliveira insere-se dentre os conservadores e se aproxima de Francisco do Rego Barros, com quem mantém profícuas relações. Mediante o estímulo do presidente da província, torna-se um dos negociantes de grosso trato envolvidos com as obras públicas[272], o que se dá justamente no momento em que expande seu interesse econômico para outros negócios, tais como a construção civil e outras empresas ligadas aos melhoramentos materiais da cidade, como a Companhia do Beberibe, da qual é um dos fundadores.[273] Por seu engajamento nas obras públicas, o futuro Barão de Beberibe é a corporificação do poder econômico no processo modernizador do Recife, sendo mesmo considerado por asseclas coetâneos um dos beneméritos do desenvolvimento da província em meado do séc. XIX, conforme

[268] *Vide* VASCONCELLOS & VASCONCELLOS, 1918: 77.
[269] GOMES, 2016: 71.
[270] *Cf.* GOMES, op. cit.: 71-72.
[271] GOMES, op. cit.: 84.
[272] *Vide* GOMES, op. cit. 97.
[273] *Cf.* GOMES, op. cit.: 103.

disposto no epitáfio publicado no Diário de Pernambuco por ocasião de seu falecimento, em 24 de setembro de 1855:

> «Mas não devem ficar ainda ahi a lembrança dos actos patrioticos do barão de Beberibe, o seu coração modesto e só dominado por sentimentos nobres, achava todos os dias novos estimulos, novos motivos para bater com força pelo engrandecimento de sua provincia, cujos melhoramentos foram para elle uma profissão de fé. Não houve empreza, associação, ou mesmo idéa de prosperidade e engrandecimento por Pernambuco, que o não tivesse à frente como apostolo, ou colaborador fervoroso e incansavel. Ahi estão a Associação Commercial, a Companhia do Beberibe, o Theatro publico, o Banco Comercial, o cemiterio publico, em que o nome do barão de Beberibe se acha inscripto em seus fundamentos.»[274]

O «Sr. Oliveira», como surge muitas vezes no diário de Vauthier, é também o responsável pela abertura da rua Formosa[275] na freguesia da Boa Vista e pelo surgimento do segundo trecho da rua da Aurora na década de 1840. Tal seção é iniciada com o levantamento de sua morada[276], um grande prédio de três pavimentos «no qual se nota a sua larga e bela porta de entrada, de madeira entalhada, com ornamentações em ferro fundido e algumas peças vazadas»[277] situado no encontro das mencionadas vias. Provavelmente uma obra de mestre-pedreiro cuja linguagem é devedora de fórmulas construtivas tradicionais evidenciadas na predominância do telhado, nas andorinhas arrematando os beirais, na fenestragem em arco abatido e pela fisionomia chã do edifício em si. Os quatro sobrados contíguos à habitação compõem com esta um robusto e coeso casario, marcando a paisagem. São também construções de Oliveira erigidas sob o mesmo código arquitetônico, embora o uso da platibanda cheia em parte do conjunto indique alterações decursivas da consolidação do «estilo moderno» na

[274] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 253, 2 de novembro de 1855, «Communicado», pág. 2.
[275] *Vide* MENEZES, 2015: 57.
[276] *Cf.* GOMES, 2016: 101.
[277] COSTA, 1984b: 211.

arquitetura doméstica. Na rua detrás, a da União, o negociante levanta edifícios correspondentes aos construídos na da Aurora.[278]

Figura 18 – Vista da rua da Aurora, a partir da Ponte da Maxambomba, com o Templo dos Ingleses e a rua do Conde da Boa Vista, antiga Formosa, à esquerda e, ao centro, aspecto da fachada do conjunto de sobrados construídos por Francisco Antônio de Oliveira nos anos 1840. Data: c. 1914.

Fonte: Coleção Benício Dias, código: BD_000454_a, acervo Fundação Joaquim Nabuco – Ministério da Educação – Brasil.

Apesar da baixa instrução, Francisco Antônio de Oliveira era um entusiasta da França e dos franceses, a ponto de mandar seus filhos para estudarem na Universidade de Paris, tal qual seu aliado Francisco do Rego Barros. Esse ponto de contato do poder econômico com o poder político manifesta-se, inclusivamente, no apadrinhamento de Vauthier, a quem o Sr. Oliveira se declara «ardoroso defensor»[279]. Embora não estivesse

[278] *Cf.* CAVALCANTI, 1977: 237-238, COSTA, 1984b: 211 e CAVALCANTI, 2018: 95.
[279] VAUTHIER *in* PONCIONI, 2010a: 199.

pessoalmente no cais do Colégio para recepcionar o engenheiro francês quando de sua chegada, o Sr. Oliveira envia seu filho e herdeiro político, Augusto Frederico de Oliveira, para recebê-lo apropriadamente. Era preciso oferecer um jantar de boas-vindas, introduzi-lo ao presidente da província, adiantar tratativas sobre os melhoramentos e, algo de suma importância, discutir a respeito do prédio concebido por Rego Barros para coroar sua agenda modernizadora: o teatro público.[280] No dia seguinte, os agentes da modernização do Recife debatem com mais vagar o projeto. Não havia tempo a perder:

> «Almoço em casa do senhor Oliveira e fomos a pé à casa da Presidência. Audiência com o presidente. Falamos sobre o teatro. O senhor Oliveira perguntou-me se seria possível colocar a pedra inaugural no dia 12 ou 13!!! Depois de uma hora de palestra, deixei o presidente para ir à Alfândega.»[281]

2.3. O Teatro Santa Isabel: a apoteose do projeto modernizador

De todas as intervenções programadas para o Recife, uma tem peso simbólico ímpar para o projeto modernizador concebido por Rego Barros: a construção de um grande teatro público. A vida cultural experienciada na temporada em Paris certamente foi determinante para que, no regresso ao Brasil e assumindo a presidência de província, desejasse erigir este equipamento na paisagem cultural da cidade. O teatro provincial existente, um barraco *acaçapado* de madeira datado de 1772 conhecido popularmente por «Teatro Capoeira»[282], mostrava-se muito aquém da proeminência concebida para «um centro que se desejava fazer culto e impressivo»[283] e inadequado ao ideal de progresso e civilização que mobilizava Rego Barros:

> «Tornando-se bastante sensivel, Senhores, nesta rica e populosa Cidade a falta de um Theatro Publico, que offereça aos seus habitantes uma licita e honesta distracção, havendo apenas com este nome uma Casa particular tão acanhada e pessima, que ninguem á ella concorre, e tendo semelhantes Estabelecimentos

[280] VAUTHIER *in* PONCIONI, 2010a: 84-85.
[281] VAUTHIER *in* PONCIONI, op. cit.: 86.
[282] *Vide* GUERRA, 1973: 80.
[283] GUERRA, op. cit.: 82.

> merecido em todos os tempos a protecção dos Governos pelas vantagens que d'elles resultão á civilização e moralidade dos Povos: julguei conveniente mandar levantar planta, e fazer orçamento de um Edifício, que sirva de Theatro Publico nesta Capital [...].»[284]

Era necessário dotar o Recife de um estabelecimento em escala monumental e «projetado com requinte, segundo as regras do Neoclássico»[285], em total sintonia com as vanguardas construtivas mundo afora[286]. Um teatro capaz de conectar a capital da terceira mais importante província do país ao sistema cultural vigente à época e que servisse de espaço não só de fruição artística, mas de uma nova sociabilidade das elites. Como o plano apresentado por Boyer foi recusado pelo governo provincial, talvez por ter parecido demasiado modesto às pretensões de Rego Barros[287], coube a Vauthier a traça do projeto, o que explica a inserção em seu contrato da seguinte obrigação:

> «Também devendo, com prazer, construir uma casa de espetáculos, mesmo se a construção da mesma não estiver a cargo do governo da província, confeccionando todos os projetos necessários para tal e acompanhando sua execução.»[288]

Assim, inspirado nos mais modernos teatros franceses, considerando as imposições climáticas do Recife[289] e movido pelo desejo de gravar seu nome na história do lugar, Vauthier recorre ao racionalismo de engenheiro formado na *École Polytechnique* para a criação do projeto. Segundo Alberto Sousa, o francês norteia a concepção volumétrica

---

[284] CRL – *Provincial Presidential Reports*: Pernambuco., 1839, «Relatorio que á Assemblea Legislativa de Pernambuco Apresentou na Sessão Ordinaria de 1839 o Exm.º presidente da mesma província Francisco do Rego Barros.», fl. 36.
[285] MOURA FILHA, 2000: 125.
[286] *Vide* TOMAN *et al.*, 2007: 14-229.
[287] *Vide* GUERRA, 1973.
[288] POUCIONI, 2010a: 333.
[289] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 184, 5 de agosto de 1841, seção «Correspondencia.», «À Pedido.», pág. 2. Escreve Vauthier em sua carta publicada no referido jornal recifense: «Quando fiz o projecto do Theatro, segundo o programa [sic] que me foi traçado pelo Exm. Snr. Presidente Francisco do Rego barros [sic], tomei modelo nos theatros mais modernos, e mais appropriados de França, e não devendo o Theatro de Pernambuco ser dos maiores, escolhí os Theatros proporcionados para mil a mil e duzentas pessoas, o que com as mudanças necessitadas pelo calor deste clima permittia ao Theatro projectado receber com a maior facilidade nos dias ordinarios de setecentas e novecentas pessoas e mais nos dias de grande galla.»

do teatro segundo a ideia de que o edifício deve ser o resultado da articulação criteriosa de volumes independentes que traduzam com precisão as diversas necessidades espaciais e formais dos diferentes setores do prédio, definidos em razão do uso preponderante de cada um[290], o que inclui uma novidade: a presença de um pórtico quase todo em pedra lioz de Lisboa encimado por terraço, com arcada, colunas adossadas e entalhamento toscanos[291]; um elemento arquitetônico tão marcante e essencial do edifício, defendem o arquiteto paraibano e Antônio Oliveira, sem o qual «este ficaria incompleto»[292]. O resultado é uma arquitetura de feição geométrica, volumetria movimentada e cariz funcionalista onde predominam a simetria, a severidade das fachadas e o uso comedido do vocabulário clássico tradicional, de elementos decorativos e de detalhes elaborados, utilizados para amainar a sobriedade da composição[293]. Ou seja, ao projetar o teatro, Vauthier recorre aos princípios estabelecidos pelo tratadista J. N. L. Durand, outrora professor da disciplina de Arquitetura na *Polytechnique*[294], em sua obra *Précis des leçons d'architechture données à l'École Polytechnique*, um livro que por certo conhecia a fundo, haja vista seu empenho nos estudos quando aluno. Acerca de Durand, discorre George Peter Karn:

> «Pero la obra que mejor refleja sus enseñanzas es 'Précis des leçons d'architecture donnée à l'École Polytechnique', publicada entre 1802 y 1805 en forma de libro de ejemplos. Alejándose de las ideas visionarias pictóricas y psicológicas de su maestro Boullée, Durand estandarizó su método de planificación y le confirió de este modo – casi independientemente de los géneros específicos – validez universal. Mantuvo la ruptura con las reglas vitruvianas llevadas a cabo por la generación anterior y dio prioridad a los conceptos de 'convenance' y 'économie' sujetos ambos a criterios funcionales. De acuerdo con ello, la disposición de los edificios era para él algo primordial, que esquematizaba en sus característicos planos reticulados. La reducción

[290] *Vide* SOUSA, 2000: 55.
[291] V*ide* SOUSA, op. cit.: 61.
[292] SOUSA & OLIVEIRA, 2017. [Em linha]
[293] *Cf.* SOUSA, op. cit.: 63.
[294] *Vide* LANCE, 1872: 241.

> consciente a formas de representación ortogonales para la planta y el alzado servía para unificar la elaboración de planos y difundir sus enseñanzas.»[295]

Desta maneira, o Teatro de Santa Isabel figura como uma espécie de apoteose de todo o projeto modernizador concebido por Francisco do Rego Barros para o Recife, uma arquitetura de tamanha monumentalidade e nobreza que eclipsa o novo e também classicista Teatro Apolo[296], «criado por iniciativa da Sociedade Harmônica Teatral – mais tarde denominada Philothalia – composta por pessoas ligadas às artes cênicas»[297] e inaugurado em 19 de dezembro de 1846[298]. Outrossim, o edifício consagra Vauthier enquanto a força técnico-artística responsável pela transformação da cidade, epítome da vanguarda construtiva. O artigo do crítico «O Kapla» publicado no jornal pernambucano «A União» a respeito da inauguração do teatro, em 18 de maio de 1850, referenda esse entendimento:

> «Teve lugar finalmente a abertura do novo theatro de Pernambuco, á tanto esperada e desejada. E porque fossemos um dos que a ella concorreram, e experimentassemos diversas e varidas [sic] sensações, tentamos exprimir aqui tudo quanto sentimos, quanto achámos de bom ou de máo, quanto julgamos digno de louvor ou de vetuperio: queremos escrever um folhetim.
>
> […]
>
> O edifício do theatro, bello em todas as suas formas exteriores, é o mais completo e perfeito typo de architectura moderna que ha no Brisil [sic]. Temos estado na corte e nas principaes provinciaes do imperio, e nenhum outro ainda vimos cuja perspectiva tanto nos agradasse pela belleza e regularidade de construcção. O plano e risco dessa obra, emprehendida e levada a effeito no tempo da administração do Sr. barão da Boa-Vista, o gênio creador das únicas obras a que podemos chamar monumento darte nesta provincia, forão como

[295] KARN in TOMAN, 2007: 87.
[296] *Vide* SOUSA, 2000: 42-43.
[297] MOURA FILHA, 2000: 124.
[298] *Ibidem*.

todos sabem do habilissimo engenheiro Vauthier, que assistio á principal parte de sua execução.»[299]

Figura 19 – Fotografia «Teatro de Santa Isabel». Autor: Augusto Stahl. Data: c. 1855.

Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles. Disponível em Brasiliana Fotográfica.

Por conseguinte, o Teatro Santa Isabel impõe-se como arquitetura notável, dominando a paisagem e difundindo tendências construtivas, tais como a adoção de volumetrias movimentadas, o gosto por fachadas severas e geométricas, o emprego de platibandas cheias, o uso de vergas em arco pleno nas fenestrações e a utilização do frontão triangular arrematando uma empena[300]. Mais ainda, na qualidade de equipamento cultural, o teatro funciona como um divisor de águas, transformando os hábitos de uma

[299] BNDB – A União: *Virtus unita crescil*, n.º 258, 25 de maio de 1850, coluna «Folhetim.», crônica «Theatro de Santa-Izabel. A noite de 18 de maio.», pág. 1.
[300] *Cf*. SOUSA, 2000: 70.

elite urbana acostumada com as sociabilidades dos salões nobres arrabaldinos impregnados pelo gosto difundido a partir da Europa[301], como atesta uma crônica de Antônio Pedro de Figueiredo publicada no Diário de Pernambuco pouco mais de oito anos depois de sua inauguração, prova documental do grande impacto do Santa Isabel nesse segmento da sociedade recifense:

> «A vida que durante os tres mezes da estação mais calmosa costuma todos os annos abandonar a bella cidade do Recife, e levar para o campo os prazeres dos salões, as conversações intimas dos circulos de familia, as festas, o luxo, e todas as condições do bem estar, – essa vida já deixou a sua habitação ephemera das margens do Capibaribe, e voltou para o seu lar ordinario, trazendo com sigo as tristes decepções do passado e as risonhas esperanças do futuro.
>
> Hoje pois já não são os encantos do Poço [da Panela], do Monteiro, nem dos outros sítios, que attrahem a população do Recife. Agora tudo he differente: os passatempos e regabofes mudaram de caracter, tem outra séde: os passeios do Cabo [de Santo Agostinho] pelo caminho de ferro, e o Santa Isabel, que he agora o principal ponto de reunião, onde se ostentam as graças da moda, e o luxo, e as elegancias do bom gosto.»[302]

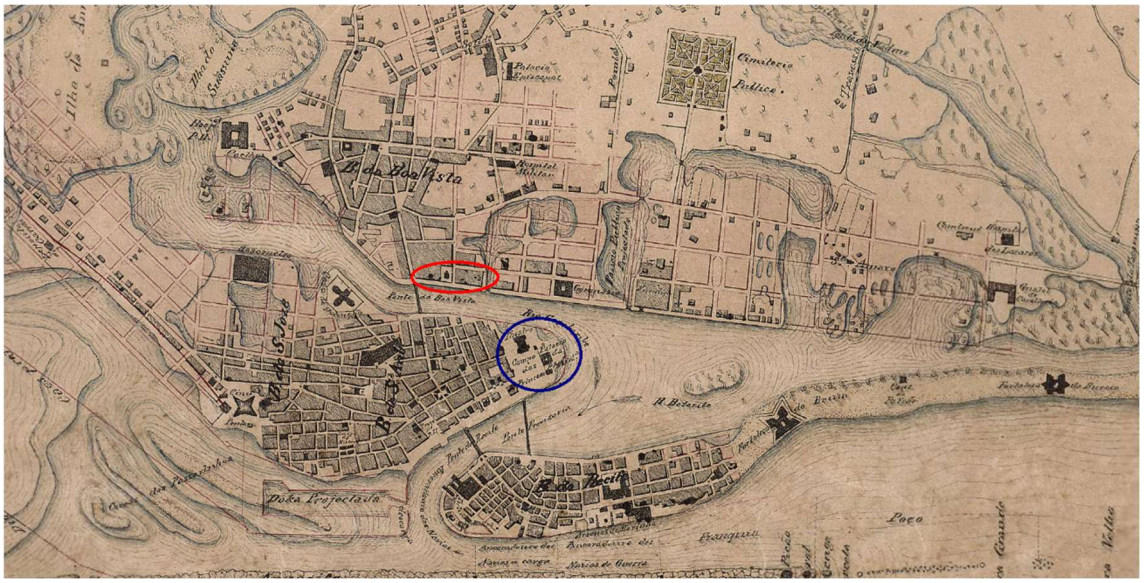
A conjunção desses fatores repercute, como veremos, na arquitetura doméstica.

Figura 20 – Pormenor da «Planta das cidades do Recife, Olinda e seus arrabaldes» copiada por Ildefonso Ilídio de Souza, destacando: a vermelho, da esquerda para a direita, a partir da ponte da Boa Vista, o primeiro trecho da rua da Aurora com o Templo dos Ingleses fechando o quarteirão, a rua Formosa na perpendicular, a segunda seção da rua da Aurora e, por trás

[301] *Vide* MENEZES, 2019: 37-38.

[302] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 54, 8 de março de 1858, coluna «A carteira», crônica «A abertura do teatro de Santa Isabel no dia 27 do mez passado. – Primeira representação da Louca, ou o Castello das Sete Torres. – Espectaculo do dia 3. – Quem tudo quer tudo perde, e a Capa do José. – Estréa dos cantores Italianos.», pág. 1.

desta, a rua da União; em azul, da esquerda para a direita, o Teatro Santa Isabel e o novo palácio do governo provincial.


Cemiterio Publico
Praia da Boa Vista
Rua da Aurora
Rua do Imperador
Rua da Praia
Rua Nova
Rua Duque de Caxias
Rua Visconde de Goiana
Rua Barão da Vitoria
Rua Barão de Sto Leo
Rua Barão da Victoria
Rua Barão de Sto Leo
Rua Barão da Victoria
Rua Barão de Sto Leo
Rua Barão da Vict

3. O solar de Herculano Alves da Silva em seu tempo

Neste último capítulo, realizamos o enquadramento histórico do objeto de estudo, esquadrinhando o solar de Herculano Alves da Silva à luz de seu tempo e das circunstâncias de seu proprietário. Para tanto, discorremos acerca dos modos e formas de habitar das elites recifenses na primeira metade do Oitocentos, realçando a dualidade patente entre as edificações citadinas e as arrabaldeiras, isto é, o contraponto estabelecido entre o sobrado urbano e as casas levantadas nos arredores da cidade. Na sequência, debruçamo-nos sobre a atuação de Louis-Léger Vauthier na arquitetura doméstica, com ênfase no palacete de Francisco do Rego Barros, edifício planeado pelo engenheiro de Pontes e Calçadas, concretização da consciência de classe dos agentes do processo modernizador do Recife e prédio difusor do gosto classicista dentre o escol que orbita em torno desses atores. A partir daí, amparados por fontes primárias, investigamos a figura histórica do «Sr. Herculano»: questões biográficas, atuação, entorno familiar, mundividência, rede de contatos, relações firmadas com os sobreditos agentes modernizadores e, evidentemente, seu habitar. Por fim, lançamo-nos à análise do solar do Manguinho nos mais diversos níveis, desde a sua localização nos arrabaldes do Recife, passando pelos aspectos arquitetônicos do edifício e pelas inovações que materializa, até a elaboração de hipótese quanto à autoria de seu plano baseada em documentação inédita e no cruzamento das informações coligidas nesta investigação científica.

3.1. Entre os sobrados e as casas arrabaldinas: o habitar das elites no Recife oitocentista

Como já visto, as raízes do sobrado magro, alto e comprido recifense encontram-se no período holandês, de modo que em meados do Setecentos a paisagem urbana ostenta a versão primitiva de uma edificação arquetípica da cidade. Os séculos vindouros ratificam a hegemonia desta arquitetura no espaço urbano do Recife e acentuam o aspecto vertical de sua configuração com o aumento do número de andares[303], os quais

[303] *Vide* FREYRE, 2007: 156.

na primeira metade do séc. XIX podiam constituir até seis pavimentos[304]. A prosperidade econômica, o aumento da população, a ausência de terreno disponível para seu crescimento horizontal e, por certo, a tradição construtiva arraigada na cidade com o percurso do tempo são as razões para que o sobrado desenvolva em altura o que não pode conquistar em largura[305], como diz Aderbal Jurema, e se firme enquanto tipologia. Uma tipologia tão característica do Recife que Vauthier, já no médio Oitocentos, não deixa de registrar sua singularidade e a aparência que confere às ruas:

> «As casas de que lhe falei até agora, as que visitamos juntos, são casas de mais de um andar, sobrados, como se diz aqui. [...] A diversidade que reina quanto ao número de andares de casas contíguas, a grande elevação desses e a exiguidade das fachadas, tudo isso imprime à perspectiva das velhas ruas um aspecto singular.»[306]

De modo geral, o sobrado da primeira metade do séc. XIX, erigido em alvenaria de tijolo, é marcado em termos compositivos por vãos de verga reta ou de arco abatido, pela presença de varanda em ferro e pelo telhado de duas águas com empenas agudas no sentido frente-fundo, cujo beiral é arrematado por andorinhas. Não raro, sobre o mesmo telhado, abrem-se trapeiras, estruturas arquitetônicas construídas para ventilar o sótão[307] e proporcionar vistas da cidade, unindo funcionalidade e deleite visual, ou erguem-se mirantes para a fruição da paisagem e assinalamento da proeminência do senhorio no espaço edificado. A fisionomia austera desse prédio-arquétipo resultante do mencionado esquema construtivo desdobra-se em duas perspectivas. De um lado concretiza a prevalência dos elementos estruturais sobre os aspectos decorativos nas fachadas; de outro, materializa a hostilidade da vida «ainda patriarcal e já burguesa»[308] à rua pelos perigos que encerrava: o «olhar pegajento dos donjuans, tão mais afoitos nas cidades do que no interior»[309], o «excesso de sol, [o] perigo dos ladrões e das

[304] *Vide* FREYRE, 2004: 311, REIS FILHO, 2014: 26 e SETTE, 2018: 67.
[305] *Cf.* JUREMA, 1971: 55.
[306] VAUTHIER *in* PONCIONI, 2010: 291.
[307] *Vide* JUREMA, op. cit.: 49.
[308] FREYRE, 2004: 311.
[309] FREYRE, op. cit.: 317.

correntes de ar»[310]. Uma aversão, ainda que paulatinamente amainada pela infiltração de novos gostos e hábitos europeus com a abertura dos portos, refletida na organização dos espaços internos da edificação, contribuindo para sua pouca aeração, luminosidade e higiene. Citando indiretamente o reverendo Kidder, que se hospedou num desses sobrados quando de sua passagem pelo Recife *circa* 1822, Gilberto Freyre discorre sobre os seus pavimentos e respectivos usos:

> «Esse estilo de casa [o sobrado] era típico da habitação dos recifenses mais ricos – os comissários de açúcar[.] Os fidalgos do comércio. No andar térreo, ficavam o armazém e a senzala; no segundo andar, o escritório; no terceiro e no quarto, a sala de visitas e os quartos de dormir; no quinto, as salas de jantar; no sexto, a cozinha. E ainda por cima desse sexto andar havia um mirante, ou cocuruto, de onde se podia observar a cidade, admirar a vista dos arredores, gozar o azul do mar e o verde dos mamoeiros, tomar fresco.»[311]

Figura 21 – Fotografia «Bairro do Recife» com aspecto do casario da zona portuária da cidade. Autor: João Ferreira Villela. Data: c. 1865.

[310] FREYRE, 2004: 325.
[311] FREYRE, op. cit.: 311.

Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles. Disponível em Brasiliana Fotográfica.

Quase três decênios depois, o olhar de engenheiro de Vauthier e a sua curiosidade de cientista social adentram nessas arquiteturas «compridas, que só recebem ar e luz pelas duas extremidades»[312], dissecam-lhe o partido de planta e lhe esmiúçam os aspectos construtivos. No passeio imaginário que faz com César Daly por meio de suas missivas para a *Revue générale de l'architecture et des travaux publics*, o francês visita dois sobrados recifenses. O primeiro, pertencente a indivíduo de «bolsa razoavelmente guarnecida»[313] e mais aferrado às imposições culturais do «sistema patriarcal de família»[314]. Já o segundo, propriedade de gente rica, conhecedora da Europa, de boa educação, leitora de «Balzac, Eugène Sue e Paul de Kock e que, sacudindo um pouco os preconceitos nacionais, tem vida social em casa»[315]. Em ambos os prédios, constata uma rigidez formal pouco afeita à variedade na distribuição dos cômodos, o que leva as duas moradias a terem composição muito parecida. Estão lá presentes no primeiro andar, o pavimento referencial de Vauthier, como um elemento definidor dos espaços internos, duas salas nas extremidades da planta, uma voltada para a rua e a outra, para os fundos. Entre esses compartimentos, alcovas e quartos sem janela, ratificando a ideia da clausura feminina imposta pelas exigências de ordem moral[316] e a precariedade de aeração e iluminação da habitação. Comentando a arrumação dos espaços desse pavimento na casa de morador de prol, escreve Louis-Léger:

> «Examinemos, antes de mais nada, o primeiro andar. Verão que encontramos aqui novamente a famosa sala da frente, dando para a rua, e a sala dos fundos, com vista para o pátio. Somente aqui teremos mais largura: 6m60 a 7m70; 8,80m, talvez; mas isso seria enorme. A primeira dimensão é a mais provável. Graças a esse excesso de largura, o corredor não tem mais a mesma posição e a escada pode subir ao longo da empena. Quanto às alcovas, encontramo-las aqui

[312] VAUTHIER *in* PONCIONI, 2010a: 275.
[313] VAUTHIER *in* PONCIONI, op. cit.: 278.
[314] FREYRE, 2004: 317.
[315] VAUTHIER *in* PONCIONI, op. cit.: 279.
[316] *Vide* FREYRE, *ibidem*.

> novamente, mas em dobro [quatro no total]; e no corredor, do lado oposto à escada, abrem-se dois quartos sem janela. Não teríamos mais nada a notar nesse andar se, por uma fantasia que revela um grande esforço de imaginação, não se prolongasse dando para o pátio um quarto estreito, situado por cima da estrebaria.»[317]

A tal «sala da frente», cuja aparição parece enfastiar Vauthier, destina-se às recepções formais, cerimoniosas. É nela que está disposto o sólido e pesado mobiliário feito de madeiras nobres nativas, como o jacarandá[318], uma insígnia do estatuto social de seu proprietário. Também neste ambiente, encontra-se o piano[319], uma evidência da modificação dos hábitos recifenses decorridos da assimilação da cultura europeia. Um item presente em toda a casa burguesa de elite que se preze para embalar as novas sociabilidades, a ponto de Antônio Pedro de Figueiredo, em uma de suas crônicas, registrar que «rara he a casa de certa ordem onde não se ouça um piano»[320]. A «sala dos fundos», por sua vez, é o cômodo onde se realizam os grandes jantares, são arranjados os aparadores e exibidas a louçaria e a prataria da casa.

No caso específico do sobrado da elite urbana, o número maior de pisos faz com que o plano definido para o primeiro andar se estenda aos pavimentos superiores – à exceção do sótão, onde fica a cozinha –, variando apenas a utilização dos cômodos. Assim, neles desenrolam-se as intimidades da família, a relação cotidiana de seus membros e criados e as ocupações domésticas. Finalmente, o rés do chão, que normalmente é destinado à atividade comercial, é ocupado pelo cocheiro europeu, «empregado livre e privilegiado»[321], os escravos homens, a carruagem do senhorio, a cadeirinha de arruar das mulheres da casa e a estrebaria, que situada no fundo do pavimento térreo denuncia o convívio próximo e insalubre entre os animais e os habitantes da edificação.

---

[317] VAUTHIER *in* PONCIONI, 2010a: 279-280.
[318] *Cf.* FREYRE, 2009: 91.
[319] *Ibidem.*
[320] BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 269, 23 de novembro de 1857, coluna «A carteira», crônica «Casa de banhos no pateo do Carmo. – Projecto de um passeio publico no bairro da Boa-Vista.», pág. 1.
[321] VAUTHIER *in* PONCIONI, op. cit., 280.

Figura 22 – Digitalização de plantas riscadas por Vauthier com a distribuição dos cômodos de um sobrado de elite.

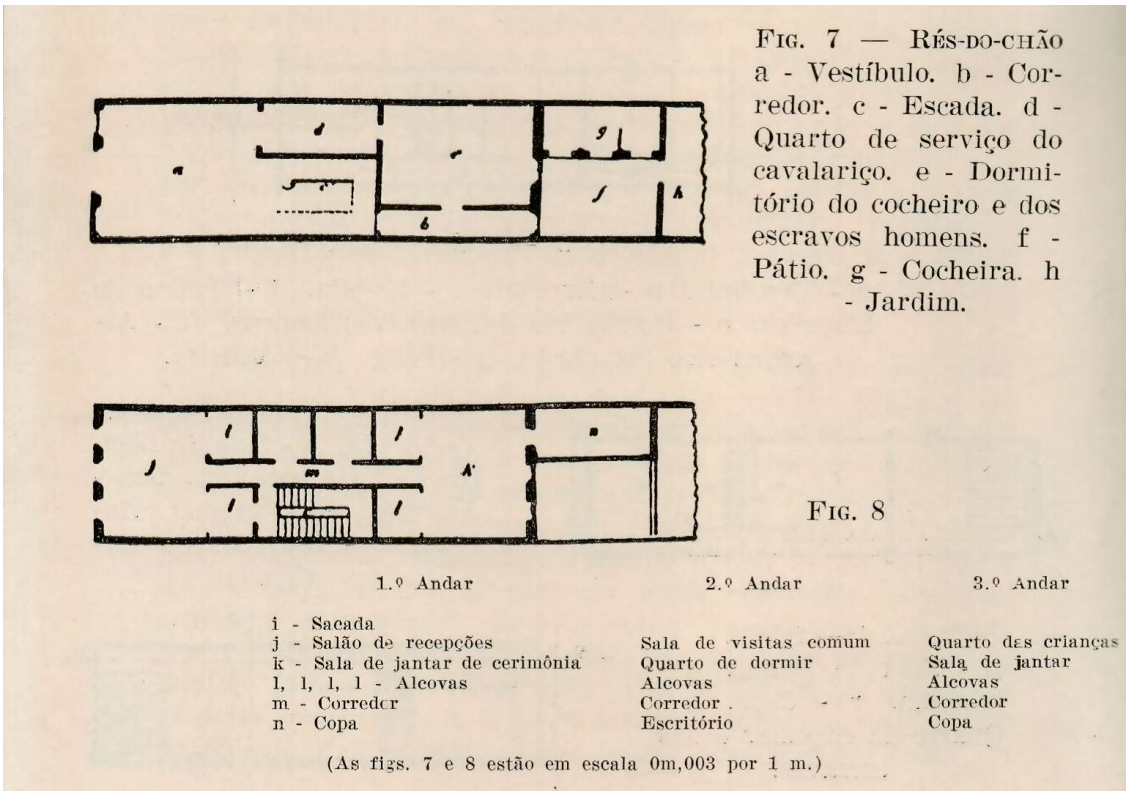


FIG. 7 — RÉS-DO-CHÃO
a - Vestíbulo. b - Corredor. c - Escada. d - Quarto de serviço do cavalariço. e - Dormitório do cocheiro e dos escravos homens. f - Pátio. g - Cocheira. h - Jardim.

FIG. 8

	1.º Andar	2.º Andar	3.º Andar
i - Sacada			
j - Salão de recepções		Sala de visitas comum	Quarto das crianças
k - Sala de jantar de cerimônia		Quarto de dormir	Sala de jantar
l, l, l, l - Alcovas		Alcovas	Alcovas
m - Corredor		Corredor	Corredor
n - Copa		Escritório	Copa

(As figs. 7 e 8 estão em escala 0m,003 por 1 m.)

Fonte: VAUTHIER, Louis-Léger *in* FREYRE, Gilberto (1960b) – *Um engenheiro francês no Brasil. 2º tomo.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, pág. s/n [anterior à 813].

Por sinal, o conhecimento da tipologia sobrado demonstrado por Vauthier, um técnico transfigurado em cronista, ultrapassa as fronteiras da engenharia e das ciências sociais para repousar na condição de morador. Depois de dividir uma casa com seu auxiliar Pierre-Victor Boulitreau na rua Formosa, freguesia da Boa Vista[322], o engenheiro francês muda-se para o sobrado n.º 12 da rua do Aragão, nas imediações da praça da Boa Vista, um exemplar comum do prédio-arquétipo recifense, segundo a descrição constante na lista de devedores do imposto da décima para os anos de 1857-1858: sobrado com loja e cocheira no pavimento térreo, encimado por mais dois andares[323]. Neste edifício, «a

[322] *Vide* FREYRE, 1960a: 302.

[323] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 247, 28 de outubro de 1857, seção «Consulado Provincial. Lançamento da decima, da freguezia da Boa-Vista, feita pelo lançador do consulado provincial João Pedro

princípio casa de solteiro, depois de homem casado, com quem viera também residir seu irmão Eugène»[324], Vauthier começa sua vida matrimonial com Élia Elisa Joubert, no ano de 1845[325], constituindo família. Uma família, em certo sentido, patriarcal refletida na arquitetura. O anúncio do leilão de seus bens pouco antes de sua partida para França, no ano seguinte, dá-nos prova tanto da sua inserção nas elites locais, haja vista os objetos postos à venda, quanto da nobilitação de seu lar bem à maneira de um membro do escol burguês recifense, tal como o abastado dono do segundo sobrado que hipoteticamente percorre em suas missivas arquiteturais. Mais ainda, o documento confirma a assimilação por Louis-Léger de valores do «sistema patriarcal de família» que vivenciou na cidade, não obstante os ridicularizasse, conforme apontamentos de seu diário íntimo. Tal absorção patente na arquitetura que habitava, no vislumbre das salas da frente e de jantar de cerimônias descortinado pelos itens em leilão, nos próprios objetos postos em hasta e na posse de negros cativos também colados à venda. Um vestígio documental do enquadramento do indivíduo histórico na tríade formada por meio, temporalidade e circunstâncias:

> «Luiz L. Vauthier, proximo a retirar-se desta provincia, fará leilão, por intervenção do corretor Oliveira, de toda a mobilia de sua casa, consistindo em aparadores, mesas de jantar, de jogo, de meio de sala, espelhos grandes, um optimo relogio patente inglez, de cima de mesa, marquezas, cadeiras, ditas de balanço, um lindo piano, uma burra de ferro, louça, vidros, varias obras de prata, e outros muitos utensilios assaz necessarios para uma casa: assim como de alguns escravos de ambos os sexos: segunda-feira, 9 do corrente, as 10 horas da manhãa [sic], na sua casa, rua do Aragão, n. 12.»[326]

Outro agente do processo modernizador, Francisco Antônio de Oliveira, foi também um morador dos sobrados. Detentor de vários edifícios na cidade, que em 1845 totalizavam

---

de Jesus da Motta, publicado pela imprensa de conformidade com a portaria do Sr. administrador da mesa do consulado provincial de 11 de agosto do corrente anno.», pág. 2.

[324] FREYRE, 1960a: 302.

[325] *Cf.* PONCIONI, 2010a: 74.

[326] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 250, 7 de novembro de 1846, seção «Leilões.», pág. 2.

«40 imóveis entre casas de vivenda, sobrados e prédios de dois ou três andares»[327] espraiados por zonas marcadas pela atividade comercial, como a Boa Vista, a rua do Aterro e a Rua da Cruz, na freguesia do Recife, o «Sr. Oliveira» habitou o sobrado n.º 2, com uma loja e três andares[328], localizado na dita rua do Aterro. Uma morada decorada com papéis de parede, limpa e suficiente para acomodar uma grande família, conforme anúncio de arrendamento do imóvel publicado no Diário de Pernambuco em 2 de novembro de 1842:

> «Aluga-se a casa n.2 do atterro da Bo-Vista [sic], onde presentemente habita Francisco Antonio de Oliveira, forrada de papeis, com todo o asseio, e com excellentes commodos para uma grande familia: á tratar com o mesmo, ou com seu caixeiro Manoel Joaquim da Silva.»[329]

Do confronto com as fontes documentais, inferimos que à época o casario construído pelo capitalista no segundo trecho da rua da Aurora estava terminado e que Francisco Antônio de Oliveira estava de mudança para o novo endereço. O fato, porém, é que em 1846 o futuro Barão de Beberibe encontrava-se instalado no sobrado n. 26 da mencionada rua, prédio com loja no rés do chão, dois andares acima[330] e trapeira voltada para o sul, lado da ponte da Boa Vista, onde residia e tratava dos assuntos com os quais estava envolvido, como a construção do Teatro Santa Isabel:

> «A commissão administrativa do theatro publico nacional convida á todos os Srs. accionistas do mesmo theatro á se reunirem no dia 11 do corrente, ao meio dia, na casa do director, F. A. de Oliveira, na rua da Aurora, n. 26, afim de se proceder

---

[327] GOMES, 2016: 99. Recomendamos vista do Apêndice 1 – «Quadro 'Bens imóveis do casal Francisco Antonio de Oliveira e Mª Gertrudes Carneiro'» extraído da referida dissertação: GOMES, 2016: 100.
[328] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 240, 20 de outubro de 1857, seção «Consulado Provincial. Lançamento da decima, da freguezia da Boa-Vista, feita pelo lançador do consulado provincial Francisco Carneiro Machado Rios Junior, publicado pela imprensa de conformidade com a portaria do Sr. administrador da mesa do consulado provincial de 11 de agosto do corrente anno.», pág. 1.
[329] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 236, 2 de novembro de 1842, seção «Avisos diversos.», pág. 4.
[330] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 250, 31 de outubro de 1857, seção «Consulado Provincial. Lançamento da decima, da freguezia da Boa-Vista, feita pelo lançador do consulado provincial João Pedro de Jesus da Motta, publicado pela imprensa de conformidade com a portaria do Sr. administrador da mesa do consulado provincial de 11 de agosto do corrente anno.», pág. 2.

> á nomeação para o lugar de thesoureiro, vago pela morte do Sr. José Ramos de Oliveira.»[331]

Em contraponto a esse modo de habitar materializado no sobrado, «o tipo de arquitetura nobre mais intransigentemente urbana que se desenvolveu no Brasil»[332], estava a casa arrabaldina: na primeira metade do Oitocentos, mais casa de veraneio que de residência permanente de gente rica, localizada na zona periurbana do Recife, distante do bulício diário da região central da cidade. Levantado em grandes áreas, sua arquitetura desenvolve-se num sentido horizontal, esparramando-se isolada por um vasto terreno cercado de vegetação e, por isso mesmo, mais dada aos benefícios da aeração e da iluminação em seus cômodos[333]. Um complexo organismo habitacional chamado em Pernambuco de «sítio» cujos elementos constitutivos, como a cocheira, a cozinha, as instalações da criadagem, o jardim, antes comprimidos e quase sufocados nos interiores do sobrado, apartam-se da casa principal. Além disso, morada mais autônoma do que o prédio-arquétipo da cidade por conta de suas árvores frutíferas, do cultivo de verduras, da boa água de beber e da baixa de capim para os animais[334], como atesta um anúncio de arrendamento de sítio publicado no Diário de Pernambuco em 30 de agosto de 1842. Sítio, ao que podemos inferir da fonte, pertencente a negociante de posses, dono de estabelecimento na zona do comércio chique do Recife à altura, a rua do Crespo, bairro de Santo Antônio:

> «Aluga-se por um, ou mais annos hum grande citio [sic] com hum sobrado junto a ponte do Manguinho, contendo excellentes baixas com capim que chega para mais de dez cavallos, boa agoa para beber, bastantes pés de laranjeiras sendo a maior parte de embigo, e selletas, grandes quantidades de pés de coqueiros, mangueiras, cajueiros, pinheiras[,] romeiras, pitangueiras, jambeiros, parreiras &c. todos estes arvoredos dão bastantes fructos, assim como terreno para

[331] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 200, 10 de setembro de 1846, seção «Declaração.», pág. 2.
[332] FREYRE, 2004: 309.
[333] *Cf.* PRIORI, 2016: 159.
[334] *Ibidem*.

> plantar arròs [sic], hortalice com muita abundancia, quem pertender [sic] dirija-se á rua do Crespo[,] D. 7, lado do sul.»[335]

Henry Koster, observador atento, não deixa de reparar nessa dicotomia do habitar recifense, na dualidade das funções sociais do sobrado e da casa arrabaldeira. Circulando nos arredores da cidade pela primeira vez, o inglês descreve a fisionomia dos sítios e da arquitetura das habitações com que se depara, estas, pequenas, bem arranjadas, sóbrias, caiadas, mas, ao que parece, um tanto modestas para um indivíduo familiarizado com as *country houses* da alta burguesia britânica. No caminho percorrido para o encontro com um «rico negociante», vê também na articulação das casas de sítio com o verde luxuriante dos trópicos e nas cenas suburbanas do Recife oitocentista uma manifestação irresistível do pitoresco[336]:

> «One afternoon I rode out with several young men to a village in the neighbourhood, for the purpose of delivering a letter to one of the rich merchants. We passed through Boa Vista, and proceeded along a narrow sandy road, formed by frequent passing and repassing; and along the sides of this are many of summer residences of wealthy inhabitants of the town, which are small, neat, white-washed cottages of one floor, with gardens in front and at the sides, planted with oranges, lemon, pomegranate, and many other kinds of fruit-trees; some few are inclosed [sic] partly by low walls, but for the most part they protected by fences of timber. About half way we came out upon the banks of the Capibaribe; the view is exceedingly pretty; houses, trees, and gardens on each side: the rivers bends just above, and appears lost among the trees; the canoes going gently down with the tide, or more laboriously forcing their way up against it, formed altogether a delightful prospect.»[337]

James Henderson, um outro inglês que esteve em Recife no início dos anos 1820, igualmente se depara com essas arquiteturas periurbanas. Em suas observações sobre

---

[335] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 186, 30 de agosto de 1842, seção «Avisos Diversos», pág. 3.
[336] *Vide* ENGEL *in* TOMAN, 2007: 18.
[337] KOSTER, 1816: 13.

Ponte d'Uchoa, zona fronteiriça ao Manguinho, Henderson deixa seu olhar percorrer os espécimes de árvores os quais povoavam os sítios do local, particularmente encantado com a altura dos coqueiros que se agrupam marcando a paisagem. Uma vista de fato impactante para um inglês, já que a natureza não tolhida, domesticada e submetida a padrões geométricos pelos excessos da ação humana conecta-se diretamente com seu entendimento de jardim[338]. Integradas ao verde e ao rio, «elegantes casas brancas» de excelente aspecto que «adornam» o local, excedendo em qualidade, inclusive, as que conheceu na capital do império brasileiro, o Rio de Janeiro:

> «The rides from Recife to Ponta de Cho [Ponte d'Uchoa], by several roads, are equally delightful, being partly bordered with lime hedges, and fences formed of the cocoa branch, interspersed with verdant foliage, and all the variety of fruit trees peculiar to the clime; groups of the high towering cocoa-nut tree heighten the beauty of the scenery, every where [sic] richly wooded.
>
> The roads branching from Boavista, and meeting in one, about half-way to Ponta de Cho [Ponte d'Uchoa], are adorned with some elegant white houses, in a very excellent state of exterior repair, the grounds being enclosed by lofty walls, and many of the front entrances, consisting of a handsome portico, excelling any thing [sic] in this style near Rio de Janeiro. Every hundred yards, places of this character are met with to Ponta de Cho [Ponte d'Uchoa], where the river opens out and presents a very pleasing scene […]»[339]

Aproximadamente três decênios depois, Vauthier também comenta a respeito das habitações dos arredores recifenses. Seu olhar de engenheiro atrelado à pena de escritor debruça-se com mais atenção a essas arquiteturas e ao contraponto que estabelecem com os sobrados enquanto tipologia. Percebe alguma liberdade na fisionomia dos edifícios possibilitada pelo uso menos ortodoxo dos materiais construtivos habitualmente utilizados nos prédios do centro. Nota igualmente o telhado

[338] *Vide* FERREIRA, 2010: 106-113.
[339] HENDERSON, 1821: 387.

construído «à moda chinesa», isto é, em quatro águas com «beiral arrebitado»[340], uma permanência do *estilo colonial*; o aumento no número de vãos permitido pelo desenvolvimento volumétrico da casa, a qual para Freyre era «quase um cubo»[341] e para Pereira da Costa, um «casarão quadrado e com alpendre»[342]; a utilização de louça nobilitando os edifícios; o uso de pilastras nas fachadas. Todavia, aponta o engenheiro francês uma presença velada do sobrado nessas arquiteturas, ratificando a afirmação de Freyre sobre o sítio enquanto «o ponto de confluência das duas especializações de habitação patriarcal e de arquitetura paisagista no Brasil: a urbana – isto é, o sobrado, com a porta e a varanda para a rua – e a casa de engenho ou de fazenda»[343]. Escreve Vauthier em sua terceira carta sobre as casas de residência brasileiras:

> «À medida que avançamos, as casas diminuem de altura e se afastam umas das outras. Começam a ser divididas por cercas vivas ou muros coroados por uma generosa vegetação. Chegaremos em breve ao campo e, conforme estejamos no Rio de Janeiro, na Bahia ou em Pernambuco, encontrar-nos-emos em meio das 'quintas', das 'chácaras' ou dos 'sítios', tripla apelação que neste país dão às casas de campo.
>
> Aqui, a arquitetura externa se torna um pouco mais fantasiosa. Os materiais são os mesmos [em relação aos sobrados], mas há um pouco mais de liberdade no seu emprego. Os ângulos dos tetos se levantam à moda chinesa e o vermelho vivo com que se pintam os beirais contrasta com a brancura das cornijas. Os ângulos da cumeeira têm ornamentos bizarros, constituídos amiúde por vasos de louça, chumbados pela base na argamassa e pintados também em vermelho vivo. As pilastras, raras na cidade, enquadram aqui numerosas fachadas. Todavia, o eterno 'sobrado' que vimos tantas vezes não nos abandonou completamente. Persegue-nos até em meio dos jardins, com sua face estreita e as compridas empenas que o isolamento da casa permite rasgar de algumas janelas dispostas

[340] FREYRE *in* PONCIONI, 2010a: 506.
[341] FREYRE, 2004: 323.
[342] COSTA *apud* FREYRE, *ibidem*.
[343] FREYRE, op. cit.: 322.

> sem ordem. Esse não constitui, entretanto, o tipo mais frequente. Em vez de duas águas longas e estreitas, os telhados começam a arredondar-se. A essa mudança corresponde um desenvolvimento maior da fachada principal. O número sacramental de três janelas já não é o observado; estas chegam a cinco e até mesmo a mais, e as paredes laterais, construídas como as fachadas, têm múltiplas aberturas.»[344]

Na imagem que segue abaixo, temos uma vista de sítio localizado na «Passagem da Magdalena», zona periurbana do Recife. Ao centro, envolto pelo verde prevalecente na paisagem e cercado por muro de alvenaria, vemos um exemplar típico da arquitetura arrabaldina oitocentista cuja origem remonta à casa *acaçapada* levantada na primitiva Olinda ao gosto do barroco português[345]: casa assobradada de linhas horizontais com dois pavimentos erguida sobre plataforma; pintada em branco; de aspecto robusto e austero, entretanto nobilitada pela durabilidade de seus materiais e pela largueza de sua arquitetura[346], afirmação do prestígio de seu dono; com telhado de quatro águas; beirais vermelhos sobre cornija alva arrematados por andorinhas; a frontaria, com seis vãos por pavimento de verga em arco abatido. As portas-vidraça entreabertas do pavimento superior confirmam o pendor da casa à circulação dos ventos e à aeração de seus cômodos, um atributo de salubridade desdobrado em profilaxia no combate às nuvens miasmáticas propagadoras de moléstias, segundo os preceitos médicos da época[347]. Cômodos estes, aliás, organizados de forma não muito diferente dos encontrados nos sobrados urbanos, exceto por alguns pormenores:

> «Lançando agora um olhar para o interior dessas casas de veraneio, cujo exterior acabamos de examinar, encontraremos ainda, lastimo dizer, o tipo que já conhecemos de cor, porém forçosamente modificado em inúmeros pormenores. Se nas casas compridas a sala da frente e a de trás conservam seu caráter de supremacia; se, mesmo nas mais largas, se contentam em ladear as duas salas

[344] VAUTHIER *in* PONCIONI, 2010a: 298-299.
[345] JUREMA, 1971: 18.
[346] *Vide* FREYRE, 2004: 299.
[347] *Cf.* FREYRE, op. cit. 327 e GOMES, 2016: 102.

de um lado e de outro de pequenos quartos, a fim de que não se afastem demasiadamente da regra, ao menos as alcovas abafadas das casas da cidade se transformam aqui em quartinhos bem arejados. O térreo, sempre elevado de alguns pés acima do solo, não é mais desdenhado. A sala de jantar e o salão estão geralmente instalados ali. O andar superior, pois raramente existe mais de um andar, é reservado às intimidades da família.»[348]

Figura 23 – Fotografia «Sítio da Madalena, com armas imperiais». Autor: Augusto Stahl. Data: 1855.

Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles. Disponível em Brasiliana Fotográfica.

Tal como nos sobrados, o mobiliário, a prataria e a louçaria usados nas casas arrabaldinas são também um componente fundamental na constituição desse habitar

[348] VAUTHIER *in* PONCIONI, 2010a: 300.

de elite inserto no idílico. Se como afirma Juhani Pallasmaa a concepção completa de lar denota três elementos, quais sejam, os de nível biocultural profundo e inconsciente (tais como entrada e cobertura), os relacionados com a vida pessoal e a identidade do habitante e os simbólicos voltados para a exteriorização de uma imagem do proprietário ou para transmissão de uma mensagem às pessoas de fora[349], o mobiliário e os utensílios de mesa desempenham função relevante, em especial nos dois últimos aspectos. A pesquisa nos períodos recifenses embasa tal entendimento. O anúncio de um leilão dos objetos de uma «casa de campo» localizada no Manguinho dá-nos vestígios da opulência de seu mobiliário, prataria e louçaria e novamente ratifica a dicotomia do morar entre o centro e os arrabaldes, uma vez que seu proprietário reside na rua do Queimado, freguesia de Santo Antônio. Diz o anúncio:

> «Antonio José Magalhães Bastos tendo de retirar-se para fóra da provincia a tratar da sua saùde, farà leilão na casa de campo de sua residencia, no Manguinho, e no dia, que se annunciará, da mais rica mobilia, pratas, louças, crystaes, e de um magnifico carro de quatro rodas com todos os pertences, a parelha de cavallos do mesmo, outro dito bem ensinado para carro, e outro de sella; advertindo-se, que os pretendentes ao carro e cavallos, pódem desde já dirigir-se ao seu escritório, na sua casa da rua do Queimado, ou ao corretor Oliveira.»[350]

Além dos muitos imóveis que possuía no centro da cidade, Francisco Antônio de Oliveira era também o proprietário de três sítios nos arrabaldes[351]. O localizado em Ponte D'Uchoa destinava-se a seu uso e há prova documental de sua existência já em 1827[352]. Neste sítio, «que na época era visto como um lugar luxuoso com jardins cheios de esculturas, incluindo réplicas do Apolo de Belvedere e da Vênus de Médici, além de ter um mini zoológico»[353], estava construído o seu «Palacete Beberibe»: prédio onde

[349] *Vide* PALLASMAA, 2017: 29.
[350] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 147, 5 de julho de 1844, seção «Leilões.», pág. 3.
[351] *Cf.* GOMES, 2016: 99.
[352] BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 75, 6 de abril de 1827, seção «Fugidas de Escravos.», pág. 302.
[353] GOMES, *ibidem*.

recebia os próceres da sociedade recifense para saraus, jantares, bailes e recitais de música[354]. Sem dúvida, um salão frequentado pelos outros agentes modernizadores do Recife, mas também por Herculano Alves da Silva por conta da estreita relação mantida com o «Sr. Oliveira», como demonstraremos mais à frente. O próprio Vauthier, inclusive, registra deslumbrado em seu diário os efeitos provocados pelo verde encontrado na casa arrabaldeira do futuro Barão de Beberibe:

> «O aspecto do campo, atrás da casa dos Oliveira e do terraço da casa dos Navarre, causou-me um prazer singular. Achei elegante e bizarra a cabeleira despenteada dos coqueiros; magníficas as folhas compridas e largas das bananeiras. Esta natureza impressiona quem vem da França, pela manifestação de pujança muito maior do que a que lhe é familiar. Vê-se que aqui a água e o fogo combinam-se generosamente para produzir esplêndidas harmonias. Como o homem poderia ser feliz no meio destes esplendores!»[355]

O segundo sítio de Francisco Antônio de Oliveira também estava situado em Ponte d'Uchoa, defronte a sua habitação arrabaldina, margeando o rio Capibaribe. Voltado para aluguel, consistia numa casa terreira disposta em terreno murado, com pomar de laranjeiras[356], espacialidade indutora de «sensações de aprazibilidade e bem-estar, decorrentes principalmente do microclima proporcionado pela vegetação»[357]. Já o terceiro dos sítios de que era detentor ficava em frente à capela de Nossa Senhora dos Aflitos, arquitetura religiosa que empresta o nome à região, «Afflictos» na grafia da época, zona vizinha ao Manguinho. Sítio igualmente voltado para arrendamento, de grande extensão territorial, murado, com abundante vegetação «e com muito boa casa para uma numerosa familia»[358], fronteiriço à propriedade arrabaldeira de «Jozé Teixeira Bastos»: provavelmente o mesmo José Teixeira Bastos negociante de grosso trato de

[354] *Vide* GOMES, 2016: 75.
[355] VAUTHIER *in* PONCIONI, 2010a: 84.
[356] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 61, 16 de março de 1843, seção «Avisos diversos.», pág. 4.
[357] *Vide* OLIVEIRA, 2010. [Em linha]
[358] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 61, *ibidem.*

açúcar e outros gêneros[359] e póstero membro adjunto da Companhia do Beberibe[360]. Nos apedidos do Diário de Pernambuco de 8 de novembro de 1839, encontramos um anúncio de aluguel do dito sítio o qual aduz alguns pormenores a seu respeito:

> «Aluga-se Sitio de Francisco Antonio de Oliveira, na estrada dos Afflitos fronteiro a Capella, o qual tem excelente caza de vivenda, bastantes arvores de fructo, e terra para plantaçoens: quem o pertender [sic] dirija-se ao anunciante no aterro da Boa-vista saindo da Ponte quarta casa do lado direito.»[361]

Figura 24 – Detalhe da «Planta das cidades do Recife, Olinda e seus arrabaldes» copiada por Ildefonso Ilídio de Souza com enfoque nas imediações dos Afflictos e nas demarcações do sítio de Oliveira na localidade. Data: [1850-1862]

Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional (Brasil). Disponível em BNDB.

Outro dono de «casa de campo» nos arredores do Recife foi Francisco do Rego Barros, morador da Passagem da Magdalena[362]. Zona arrabaldina nascida do loteamento das

[359] BNDB – O Liberal Pernambucano, n.º 518, 5 de julho de 1854, seção «Movimentos do Porto.», tópico «Navios entrados no dia 3», pág. 4.
[360] BNDB – Folhinha de Almanak ou Diario Ecclesiastico e Civil para as Provincias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas [...], ano 1860, seção «Companhia de Beberibe», pág. 316.
[361] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 244, 8 de novembro de 1839, seção «Avisos Diversos.», pág. 3.
[362] *Vide* COSTA, 2013: 123.

terras improdutivas do antigo Engenho da Madalena, a «Passagem», abreviatura largamente encontrada nos periódicos recifenses na cronologia, era conhecida pela beleza de suas paragens e pela imponência de seus solares e palacetes, estes articulados com o rio Capibaribe para a fruição deleitosa de suas águas[363], mas também para a utilização funcional de seu curso mediante o transporte em pequenas embarcações[364]. Nesta área periurbana habitada pela nobreza açucareira[365], Rego Barros tinha residência fixa, reafirmando assim sua ascendência na aristocracia terratenente. Em sua casa, por vezes recebia o «Sr. Oliveira» e Louis-Léger para discussões acerca das obras em andamento ou por se iniciar na província e em sua capital – o teatro público incluso –, conforme transparece em apontamentos do engenheiro francês em seu diário íntimo[366].

Todavia, o projeto modernizador do presidente da província para o Recife materializa-se também em arquitetura doméstica. A construção do seu palacete na freguesia da Boa Vista insere-se no contexto das transformações da cidade e põe em concreto uma ideia de modernidade e progresso que os agentes condutores de sua remodelação desejam asseverar. Encomendado pelo Corpo do Comércio do Recife, através de comissão presidida por Francisco Antônio de Oliveira, e planeado por Vauthier, o palacete ofertado a Rego Barros em sessão solene figura, para muito além de uma «homenagem aos relevantes serviços que prestara em prol do desenvolvimento commercial da provincia»[367], peça de retórica a qual desencadeia uma nova moda nas habitações de elite do Recife: o gosto pelo classicismo.

3.2. Vauthier e a arquitetura doméstica: o palacete de Francisco do Rego Barros

A atuação de Vauthier não ficou restrita às obras públicas. No Recife, dedicou-se também à arquitetura doméstica, conectando-se pelo reverso ao movimento chamado pela historiografia brasileira de «Missão Artística Francesa», iniciado no Rio de Janeiro

[363] *Vide* FREYRE, 2004: 313.
[364] *Vide* MENEZES, 2019: 9.
[365] *Cf.* GUERRA, 1960: 194.
[366] VAUTHIER *in* PONCIONI, 2010a: 85-87.
[367] COSTA, 1882: 389.

em 1816, que modificou a linguagem arquitetônica dos padrões barrocos prevalecentes durante o período colonial ao Neoclássico[368] e se espraiou por outras cidades do Brasil[369]. «Pelo reverso», sim, porque diferentemente da vaga estritamente artística desencadeada na capital do império[370] liderada por Joachim Lebreton e cuja força criativa estava corporizada no arquiteto Grandjean de Montigny[371]; o engenheiro Louis-Léger capitaneia no Recife uma «missão técnica», de técnicos alargados em cientistas, preocupados em solucionar as precariedades da engenharia local «considerando o meio social, as condições regionais, as perspectivas sociais brasileiras»[372]. De tal forma, o Neoclássico de Vauthier não é o mesmo de Montigny, «delicado, no trato das perfilaturas, elegantes e presas nas definições dos quatro livros de Palladio»[373], mas o da *École Polytechnique* de Paris aferrado aos princípios racionalistas estabelecidos por Durand. O impacto dessa segunda onda francesa suscitada pelo engenheiro de Bergerac é vultoso. Nos dizeres do «mestre de Apipucos»:

> «Das grandes cidades do Brasil, só a Bahia com suas ladeiras mais rebeldes a inovações que as ruas planas do Recife e que os próprios morros, tantos deles ainda hoje plásticos, do Rio de Janeiro, escaparia a essa espécie nova mais igualmente violenta de revolução francesa: a do sistema e métodos de construção, a dos estilos e gostos de habitação, e dos próprios hábitos dos brasileiros de vida doméstica.»[374]

De tal modo, ainda segundo Freyre, referência incontornável sobre a atividade e a repercussão do engenheiro francês no Recife, Vauthier torna-se «o centro, o nervo, a mola principal da revolução a princípio alemã, depois francesa, de técnica e de estilos de habitação no Recife»[375]. E o prédio responsável por concretizar na arquitetura doméstica esta «revolução» no código construtivo recifense é o palacete de Francisco

---

[368] *Vide* REIS FILHO, 2014: 11.
[369] *Vide* PRIORI, 2016: 159.
[370] *Vide* FREYRE, 1960a: 71.
[371] *Vide* REIS FILHO, op. cit.: 116.
[372] FREYRE, 1960a: 71.
[373] MENEZES, 2019: 98.
[374] FREYRE, 1997: 229.
[375] *Ibidem.*

do Rego Barros. O próprio sociólogo pernambucano, na nota introdutória que escreve acerca das missivas arquitetônicas redigidas por Louis-Léger, aventa, em linhas algo ressentidas, a hipótese de a mencionada edificação ter sido a obra responsável pela propagação do gosto classicista nas casas de residência da cidade. Uma superação paradigmática da casa «feia e forte» pelo que Freyre chama de «casa francesa ou afrancesada»:

> «Mas tendo sido obra sua [de Vauthier] o plano e a edificação da casa de residência de Francisco do Rêgo Barros, daí deve ter resultado grande ímpeto à moda de casa francesa ou afrancesada em Pernambuco, com prejuízo do gôsto ou hábito que foi se tornando arcaísmo, da casa de feitio português com reminiscências mouriscas e orientais adaptadas ao clima e à paisagem da América tropical.»[376]

Uma moda certamente das elites mais conectadas ao ideário modernizador do presidente da província, abrigadas sob a zona de influência dos três agentes implementadores das transformações urbanísticas da capital pernambucana na cronologia e com trânsito, em maior ou menor grau, junto a eles: frequentadores de seus salões privados, de seus gabinetes e dos mesmos espaços de sociabilidade. O contexto histórico das figuras envolvidas na construção do palacete e do edifício em si sustentam, em nosso entender, a factibilidade dessa difusão da linguagem classicista mediante o dito prédio nesse segmento da sociedade recifense. Ao final, não se trata apenas de uma arquitetura construída para o homem que buscou tornar «o Recife cidade comparavel a algumas de importancia da Europa e uma das mais lindas do Brasil»[377], mas a materialização da consciência de classe dos atores responsáveis por tal processo.

Segundo Luna Freire, o Corpo do Comércio do Recife envia ofício em 5 de abril de 1841 a Francisco do Rego Barros agradecendo-lhe pelos serviços prestados nos quarenta meses de sua administração e lhe solicitando autorização para a oferta de um «modesto

[376] FREYRE, 1960b: 779.
[377] MELLO, 1940: 94.

tecto para sua futura residencia»[378]. Uma homenagem, por certo, mas também um gesto político contundente. Dois dias antes, Rego Barros terminava seu governo[379], exonerado em decorrência da mudança do arranjo das forças políticas no poder central, o que ocasionou alterações no corpo administrativo das províncias[380]. Os rumores dessa destituição rodeavam os círculos políticos recifenses[381], de modo que sua saída da presidência era esperada[382] até pelo próprio. Neste sentido, a reação quase imediata do Corpo Comercial é, simultaneamente, um indício de movimento previamente calculado de manifestação de apoio a um forte aliado político e um reconhecimento dos melhoramentos materiais promovidos em Pernambuco os quais dinamizaram as relações comerciais da província, favorecendo a burguesia localista. Ademais, a escolha de uma arquitetura para concretizar a homenagem é recheada de simbolismo. Uma ideia concebida por Francisco Antônio de Oliveira, presidente da comissão de «nacionaes e estrangeiros»[383] instituída pelo Corpo Comercial, que para viabilizá-la doa à empresa do palacete um dos terrenos que possuía na rua da Aurora[384], zona onde ele mesmo tinha um sobrado, como vimos, e encarrega do plano da obra aquele que representa a vanguarda construtiva presente na cidade, o engenheiro Louis-Léger Vauthier. Em outras palavras: o palacete materializa a convergência do poder político, da força técnico-artística e do poder econômico os quais ditavam os rumos do processo modernizador em andamento na cidade, e o fato de seu projeto ser deslanchado pouco depois da saída de Rego Barros do comando da província converte a arquitetura em afirmação ideológica, em peça de retórica desse escol paradoxalmente progressista e conservador.

Anotações de Vauthier em seu diário pessoal comprovam a autoria do projeto por parte do engenheiro francês e ratificam a estreita relação conservada por esses três agentes da modernização da cidade. Num dos apontamentos, Vauthier registra uma carta

---

[378] BNDB – Almanach de Pernambuco, 3º anno, 1901, «Francisco do Rego Barros», fl. XXXI.
[379] *Vide* COSTA, 1882: 388 e VAUTHIER *in* PONCIONI, 2010a: 194.
[380] BNDB – Almanach de Pernambuco, 3º anno, 1901, «Francisco do Rego Barros», fl. XVI.
[381] *Vide* VAUTHIER *in* PONCIONI, op. cit.: 177-178.
[382] *Vide* VAUTHIER *in* PONCIONI, op. cit.: 193.
[383] BNDB – Almanach de Pernambuco, 3º anno, 1901, «Francisco do Rego Barros», fl. XXXI.
[384] *Cf.* GOMES, 2016: 101.

enviada a Francisco do Rego Barros, documento em que comenta «a chegada daqueles senhores» ao Recife, numa referência, deduzimos, a Joseph Morel, Florian Portier e Louis Buessard[385], os dois primeiros engenheiros franceses e o último um técnico belga vindo de Paris, os quais passam a integrar sua equipe na Repartição de Obras Públicas depois de autorizado o engajamento dos estrangeiros por um Rego Barros ainda presidente. Ato contínuo, reafirma os laços com o patrocinador político-institucional de sua contratação enquanto engenheiro a serviço da província, externando o desejo de retorno do «senhor Rego Barros» à presidência, o que termina por acontecer em 7 de dezembro mesmo ano[386]. Por fim, quase como um pormenor, informa sobre a iminente entrega do projeto de seu palacete ao «senhor Oliveira», deixando nas entrelinhas, quiçá, um vestígio de conversas anteriores a respeito do dito prédio mantidas entre os três:

> «24 de maio [de 1841]
>
> […]
>
> Escrevi, hoje, ao senhor do Rego Barros, a fim de anunciar-lhe a chegada daqueles senhores. Exprimi-lhe a esperança de seu regresso [à presidência da província] e anunciei-lhe que, em breve, entregarei o projeto de sua casa ao senhor Oliveira.»[387]

Noutro trecho, Vauthier aponta a entrega do plano do palacete a Francisco Antônio de Oliveira e faz menção a tratativas mais demoradas sobre a empresa. Documenta a existência de propostas de «um alemão chamado Batista» e a bastante provável utilização no empreendimento da mão de obra dos operários alemães estabelecidos no Recife. Profissionais estes cuja capacidade técnica conhecia devido a sua posição dentro das Obras Públicas[388] e não raro elogiava, como no caso do engenheiro Auguste

---

[385] *Vide* VAUTHIER *in* PONCIONI, 2010a: 202.
[386] COSTA, 1984d: 164.
[387] VAUTHIER in PONCIONI, op. cit.: 202-203.
[388] VAUTHIER *in* PONCIONI, op. cit.: 138, 179, 158.

Koersting[389], chegando até a afirmar acerca de um desenhista alemão que além de parecer boa gente «não deixa de ter certa prática e poderemos tirar dele alguma coisa.»[390] Além do mais, foram esses mesmos artífices alemães os ocasionadores do «aperfeiçoamento e progressos das artes de pedreiro e carpinteiro»[391] na capital pernambucana: cornijas feitas a molde, substituição da pedra pela alvenaria na elaboração das vergas, aumento das dimensões dos vãos de portas e janelas rematadas com cimalhas de sobreverga, a introdução do estuque e o barateamento dos processos construtivos[392]. Finalmente, sendo originários de Hamburgo, estavam estes artífices familiarizados tanto com o código neoclássico de estilo internacional que estabeleceu um contraponto arquitetônico ao barroco tardio surgido em meados do séc. XVIII em sua cidade[393] quanto com as teorias racionais sobre arquitetura de Durand, uma vez que o primeiro volume de seu *Precis des leçons d'architecture données a l'École Polytechnique* teve grande influência na Alemanha, sendo inclusive traduzido[394]. Portanto, nada mais óbvio que Vauthier, técnico exigente e «moderníssimo no seu saber especializado de engenheiro»[395], valesse-se dessa qualificada mão de obra em tão relevante projeto de arquitetura. Anota o engenheiro em seu diário:

> «Reminiscências do dia 6 de junho [de 1841]
>
> A 25 de maio à noite, levei à casa do senhor Oliveira o projeto de residência para o senhor Rego Barros. Fui ao seu concerto na quinta-feira, 27. Não falei do negócio. Voltei à sua casa no dia 5 de julho, para lhe apresentar 'Monsieur' Morel. Tratei longamente do caso.
>
> Ele me falou em construir a casa por empreitada. Comentários a esse respeito. Ficou de me mandar as propostas de um alemão chamado Batista que, com o pedreiro alemão, quer a empreitada por vinte e três contos. O dinheiro seria

[389] VAUTHIER *in* PONCIONI, 2010a: 167. Escreve o engenheiro francês: «Tem bom senso e instrução bastante diversificada. Isso cativou meu espírito.»
[390] VAUTHIER *in* PONCIONI, op. cit.: 109.
[391] COSTA, 1900: 39.
[392] COSTA, op. cit.: 39-40.
[393] *Vide* PHILIPP *in* TOMAN, 2007: 160.
[394] *Vide* PHILIPP *in* TOMAN, op. cit: 156.
[395] FREYRE, 1960a: 62.

> adiantado pela firma à medida que fosse necessário, contanto que houvesse um *fiador*.
>
> Trouxe de volta os papéis para me pôr de acordo com o 'Monsieur' Boulitreau.»[396]

De acordo com Pereira da Costa, a construção e o oferecimento do palacete pelo Corpo do Comércio ocorreram em 1841[397], mudando-se Francisco do Rego Barros para o prédio dois anos depois[398]. No entanto, com base nas fontes documentais consultadas, é possível afirmar que a fábrica do palacete durou aproximadamente vinte e um meses, uma vez que as notas de Vauthier em seu diário mencionam a apresentação do projeto ao comitente em fins de maio de 1841, como exposto acima, e a cerimônia de entrega das chaves acontece em 16 de março de 1843. No discurso dirigido em sessão solene a Francisco do Rego Barros, novamente presidente da província e à altura já intitulado Barão da Boa Vista[399], o orador Francisco Antônio de Oliveira[400], ladeado pelos demais membros da comissão formada pelo Corpo do Comércio, exalta a figura do «Benemérito da província» sem olvidar menção aos melhoramentos materiais viabilizados por sua administração. A relevância do documento exorta-nos à transcrição integral da alocução do «Sr. Oliveira» e da fala do homenageado na sequência:

> «Exm. Sr. - Em commissão do corpo do commercio d'esta cidade nós vimos depôr nas mãos de V. Ex. as chaves da casa, que elle mandou construir offerecendo a V. Ex., que dignou-se de acceital-a; fraco simbolo em verdade do reconhecimento devido a V. Ex. pelos beneficios que tem prestado ao Brazil inteiro, especialmente a provincia de que é digno filho, e á corporação, a que pertencemos.
>
> O Imperio proclama V. Ex. um dos seus benemeritos, e o corpo do commercio d'esta capital com elle identificado e unisono rende a V. Ex. a mais pura

[396] VAUTHIER *in* PONCIONI, 2010a: 203.
[397] *Cf.* COSTA, 1882: 389.
[398] *Vide* COSTA, 1984d: 212.
[399] *Cf.* VASCONCELLOS & VASCONCELLOS, 1918: 82.
[400] *Vide* COSTA, 1984d: *ibidem.*

homenagem. Sustentada aordem [sic] publica, suffocada a anarchia, encadeadas as facções por V. Ex. dentro da provincia, e fora dela com o seu concurso, o commercio tinha já então grande beneficio, realizada a primeira condi[ç]ão, para o seu feliz desenvolvimento; mas V. Ex. empregando ainda todo o zelo pela prosperidade da provincia, e pelo progresso da industria, dando-lhe todos os incentivos, e os adiantamentos materiaes que a favorecem, despertando, e creando a policia, e o gosto, fez tudo o que se podia desejar do administrador. Publico [sic] em prol da riqueza social.

O commercio de Pernambuco apreciando devidamente tão relevantes serviços, e agradecido a V. Ex., resolvêo demonstrar por um signal patente a consideração, e reconhecimento, que tributa a V. Ex., e nos encarregou de realizal-o.

Digne-se pois V. Ex. de aceitar este pinhor da gratidão do commercio de Pernambuco, não tomando-o por medida, mas apenas por demonstração dos seus sentimentos para com o Benemerito da provincia. Pernambuco 16 de março 1843. Francisco Antonio de Oliveira, Angello Francisco Carneiro, Manoel Gonçalves da Silva, José Pater, por Bieber, Henry H. Hetctz, L. A. Dubourcq.

S. Ex. respondeu:

Recebo, Srs., este assignalado testemunho de estima e de generosidade do commercio desta provincia, para legar com elle a meos descendentes a gratidão, que devo a tão [di]stincta corporação, na certeza de que forão em desempenho dos meos deveres de cidadão, e de delegado de um governo, que todo se esmera em promover a felicidade do Brazil, os limitados serviços, que por excesso de bondade engrandeceis.»[401]

Outrossim, não deve passar despercebida a retórica contida na localização geográfica do prédio e na sua disposição no terreno. Edificado na rua da Aurora, freguesia da Boa Vista, motor da expansão do tecido urbano do Recife na cronologia, o palacete encontra-

[401] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 68, 24 de março de 1843, «A comissão que por parte do Corpo de Comercial apresentou ao Exm. Sr. Barão da Boo-Vista [sic] as chaves da casa que o mesmo Corpo Commercial offerecera a S. Ex. dirigio ao mesmo Exm. Sr. o seguinte discurso.», pág. 1-2.

se bastante próximo daquele que será o edifício «*símbolo do progresso e civilização*»[402] da agenda implementada por Rego Barros, o Teatro Santa Isabel. Sua fachada de linhas sóbrias, ritmo marcado e tramos bem definidos volta-se para o equipamento, em construção à altura, e proporciona ao ilustre proprietário a vista da paisagem para o lado de lá do rio Capibaribe, paulatinamente transformada pelo processo que desencadeou. Ainda neste aspecto territorial, até mudança de Rego Barros para o novo endereço tem um desdobramento simbólico, pois este deixa sua antiga morada na tranquilidade senhorial da Passagem da Magdalena, «subúrbio da fidalguia pernambucana de antanho»[403], com raízes na monocultura do cana-de-açúcar, para habitar a efervescência urbanística da burguesa Boa Vista, mais especificamente numa rua convertida em cenário da afirmação de uma nova ordem político-econômica emergente na cidade, a dos negociantes:

> «A rua da Aurora era a menina dos seus olhos [de Francisco do Rego Barros]. A seu pedido, os negociantes foram edificando nella casas, sobrados, que deram a esta rua o titulo de Aristocracia, pois ahi passaram a residir as familias opulentas.»[404]

Enquanto arquitetura, a nova residência do «senhor Rego Barros» é um sobrado nobilitado em palacete. Não um sobrado magro, alto e comprido, mas, ampliado no sentido horizontal, com um andar e loja no térreo[405], como que a ostentar e ratificar suas origens na burguesia localista. Seu alçado é definido por um corpo central ligeiramente saliente dividido em dois painéis horizontais com cinco vãos cada: no rés de chão, uma portada organiza a distribuição de quatro janelas de verga reta; no piso superior, dispõem-se simetricamente, emolduradas por pilastras e articuladas com

[402] MOURA FILHA, 2000: 124.
[403] GUERRA, 1960: 194.
[404] MELLO, 1940: 94.
[405] BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 250, 31 de outubro de 1857, seção «Consulado Provincial. Lançamento da decima, da freguezia da Boa-Vista, feito pelo lançador do consulado provincial João Pedro de Jesus da Motta, publicado pela imprensa de conformidade com a portaria do Sr. administrador da mesa do consulado provincial de 11 de agosto do corrente anno.», pág. 2.

balcões, o que parecem ser cinco portas-janela à francesa[406] com vergas em arco pleno. Encimando a seção, um frontão triangular destaca-se da platibanda cheia que envolve o edifício e estampa em seu tímpano a pedra d'armas de seu proprietário[407]. Nos corpos laterais do palacete, também claramente bipartidos, duas aberturas de grandes dimensões em arco pleno, vestígio, talvez, da tecnologia construtiva arrojada dos artífices alemães: no térreo, «portões para a saída das carruagens»[408], diria Mário Sette; no piso superior, largas janelas. Fenestrações estas de clara semelhança com as encontradas nas mesmas seções da fachada do Teatro Santa Isabel, conectando arquitetonicamente as duas edificações tanto quanto a sobriedade das linhas e a presença do frontão triangular. Parecenças as quais não passam despercebidas à lente de Augusto Stahl. Tanto que ao fotografar o teatro (Figura 19) por volta de 1855 enquadra também, ainda que parcialmente, a frontaria do palacete do Barão da Boa Vista, reconhecendo ligações arquitetônicas entre os edifícios e até mesmo políticas, podemos afirmar, haja vista os atores envolvidos na construção de ambos. Finalmente, a claraboia instalada sobre o telhado de duas águas, além de funcionalmente dotar os cômodos superiores com luz natural, sobrepuja a olhos vistos a aversão ao sol presente na arquitetura do sobrado.

Figura 25 – Detalhe da fotografia «Rio Capeberibe», enfocando aspecto do casario da rua da Aurora. À esquerda, destacando-se da envolvência por seu código construtivo, o palacete do Barão da Boa Vista. Contíguo ao prédio, o sobrado do comerciante Manoel Alves Guerra, falecido à época da imagem. À direita, dois exemplares do sobrado típico – estreito, alto e

[406] ALBENAZ & LIMA, 1998: 317. Definição: «Porta-janela de abrir com duas folhas, cujo sentido de rotação é para o interior do edifício, possibilitando o acesso e a utilização de balcões com maior facilidade. Foi usada principalmente nas edificações NEOCLÁSSICAS [sic] da primeira metade do século XIX.»
[407] *Vide* SETTE, 2018: 88.
[408] *Ibidem*.

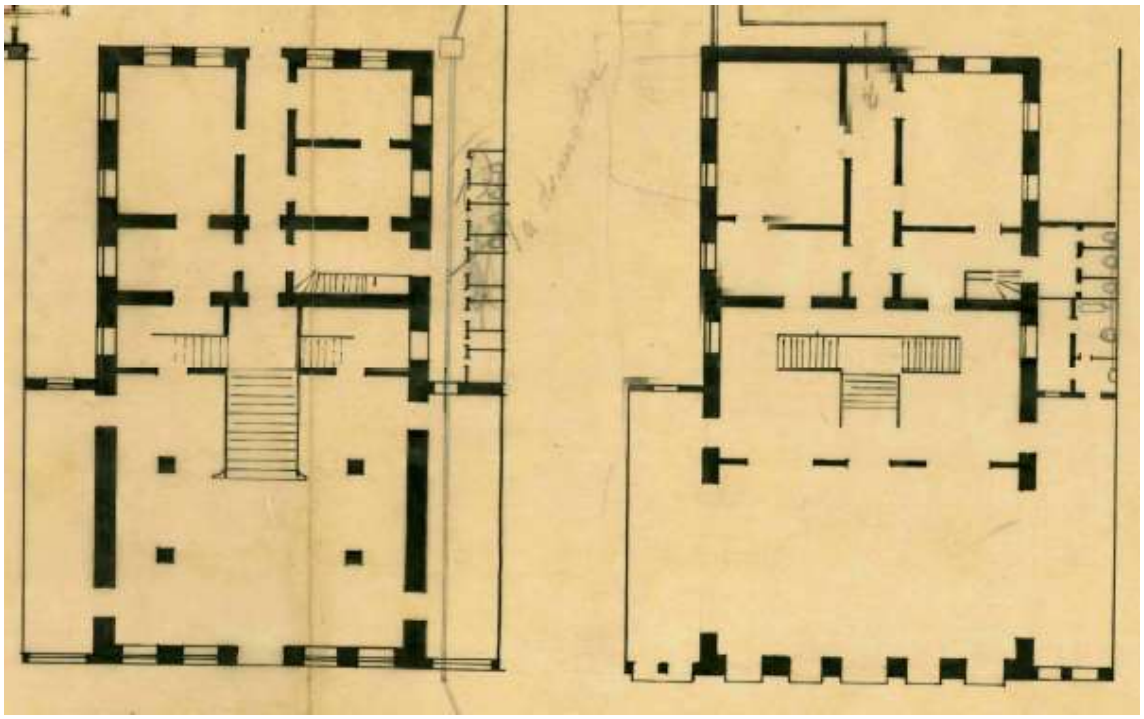
comprido – com elementos classicistas: platibanda cheia e, no caso do prédio esquerdo, vergas de volta plena. Foto: João Ferreira Villela. Data: 18 de janeiro de 1862.

Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles. Disponível em Brasiliana Fotográfica.

Contrastando com a austeridade da fachada, por certo, um interior aparatado de «tetos estucados, lustres de cristal, salões à moda de Paris»[409], «porcelanas marcadas com coroa de barão»[410] e animado por ritos de sociabilidade envoltos na atmosfera francesa, inclusive na indumentária[411]. Mais ainda, uma distribuição dos espaços diversa do consolidado modelo de duas salas entremeadas por alcovas encontradas nos sobrados. Ao menos, é o que podemos inferir da planta elaborada pela Repartição de Saneamento do Estado de Pernambuco no ano de 1935. À altura, o palacete já havia sido modificado em 1909 para adequação ao novo uso, o Senado Pernambucano[412], e seria novamente adaptado para o funcionamento da Secretaria de Segurança Pública[413]. Todavia, na dita planta ainda é possível ver indícios de um vestíbulo de distribuição no pavimento térreo e do salão nobre e dos quartos no andar superior, uma organização simétrica remitente aos modelos encontrados nas *Precis des Leçóns* de Durand os quais Vauthier intimamente conhecia por ser um aplicado e destacado discípulo da *École Polytechnique* de Paris.

[409] SETTE, 2018: 88.
[410] FREYRE, 2004: 398.
[411] *Vide* SETTE, *ibidem.*
[412] *Cf.* COSTA, 1984d: 212.
[413] *Cf.* FERREZ, 1981: 57.

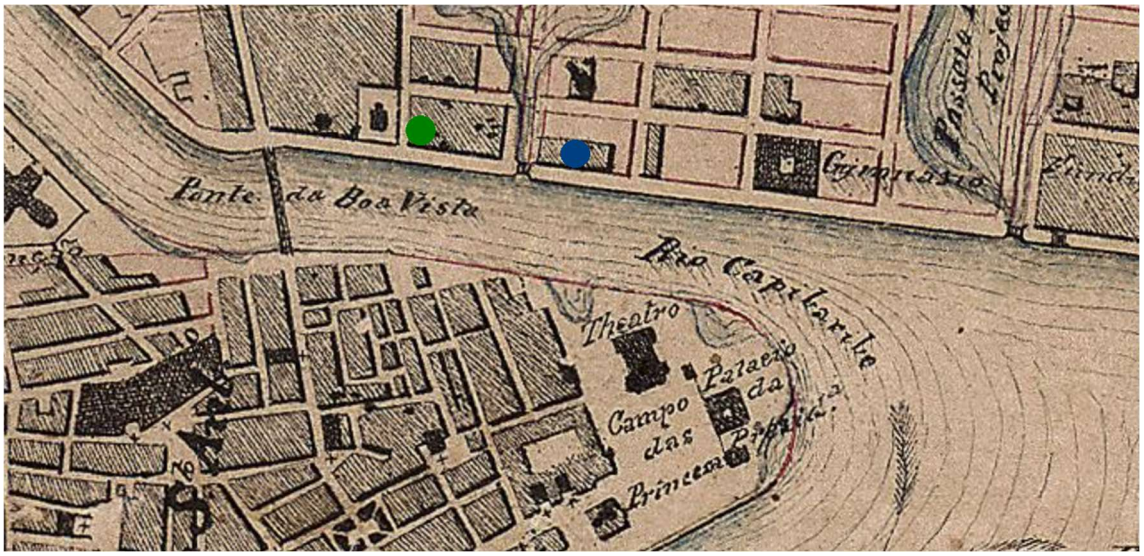
Figura 26 – Detalhe da «Planta n.º 13220» elaborada pelos técnicos da Repartição de Saneamento do Estado de Pernambuco com parte da planta do imóvel n.º 405 da rua Visconde de Rio Branco, nominação temporária da rua da Aurora. À esquerda, o pavimento térreo. À direita, o piso superior. Autor: A. Figueiredo. Data: 1935.



Fonte: Acervo DPPC/PCR.

Assim, como demonstramos, o palacete do Barão da Boa Vista marca uma guinada nos estilos de habitação de um segmento em ascensão das elites recifenses ligado aos negócios, às atividades comerciais. Mais ainda, devido à proeminência de seu dono, ao poder de seu comitente e ao peso simbólico embutido na edificação, a arquitetura consagra também Vauthier como a força técnico-artística dessas mesmas elites, círculo social que não apenas frequentava, mas cuja presença era requisitada, como atestam as anotações em seu diário. A mensagem emanada da obra em análise ecoa fortemente no microcosmo que gravita em torno dos agentes do processo modernizador do Recife, incluindo Herculano Alves da Silva, o proprietário do solar do Manguinho.

Figura 27 – **Detalhe da «Planta das cidades do Recife, Olinda e seus arrabaldes» copiada por Ildefonso Ilídio de Souza, destacando a azul a localização do palacete do Barão da Boa Vista e a verde, a do sobrado de Francisco Antônio de Oleveira. Data: [1850-1862].**



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional (Brasil). Disponível em BNDB.

3.3. Herculano Alves da Silva: o homem, a família, os modos e formas de habitar

Herculano Alves da Silva era casado com dona Annunciada Camilla Alves da Silva, com quem teve três filhas e um filho: Amélia Augusta Alves da Silva, Maria Carolina Alves da Silva, Maria Annunciada Adelaide Alves da Silva e o homônimo Herculano Alves da Silva[414]. De sua ascendência, baseado em informações extraídas das fontes primárias utilizadas para a construção destas notas biográficas, sabemos que o dono do solar do Manguinho era filho de André Alves da Silva, proprietário nos primeiros decênios do Oitocentos do «sítio Fundão»[415], na povoação do Beberibe[416], município de Olinda, zona marcada por sítios, pela exuberância da mata e pela passagem do rio que lhe empresta o nome «cujas aguas são assaz apreciadas.»[417] Embora não possuísse título nobiliárquico

[414] MJPE – Inventario e partilha amigavel que entre si fizerão a viuva, filhos, e genro do finado Herculano Alves da Silva, 1853, fl. [3].
[415] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 143, 2 de julho de 1845, seção «Correspondencias.», pág. 2.
[416] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 127, 11 de junho de 1845, seção «Avisos diversos.», pág. 3.
[417] GALVÃO, 2006a: 53.

ou figurasse dentre os expoentes máximos da burguesia local, o «Sr. Herculano» era um indivíduo de grande cabedal, com alguma influência política, frequentador de salões nobres e espaços de sociabilidade transformados pela inflexão dos hábitos e dos gostos decorrente da abertura dos portos e, outrossim, um apreciador e conhecedor das modas e tendências difundidas da Europa, continente que chegou a visitar com a família, tendo em conta suas viagens a Gênova[418].

De sua vida pública, o primeiro registro documental localizado remete a sua atuação na edilidade do Recife em 1829, viabilizando junto com outras autoridades locais a realização da eleição dos juízes de paz e vereadores da cidade no primeiro domingo de fevereiro do mesmo ano, um desdobramento da determinação de Dom Pedro I de que se procedessem as eleições para os ditos cargos em todas as freguesias e capelas filiais da província de Pernambuco[419]. Mais à frente, em 1836, Herculano Alves da Silva é nomeado pelo presidente da província, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque[420], o porvindouro Visconde de Suassuna[421], tesoureiro da administração dos estabelecimentos de caridade no lugar de João Francisco de Ch[a]by e Antônio José Pires, os quais nomeados para a função declinaram[422]. Em 11 de fevereiro de 1837, no início da administração de Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo[423], é ainda nomeado por portaria do governo provincial, tal como outros tantos indivíduos, «Assignatario das Notas do Novo Padrão»[424], designação do qual é dispensado a pedido onze dias depois[425]. Da análise desses dados, constatamos que o mandato de vereador e as nomeações do governo da província constituem evidência documental da inserção do «Sr. Herculano» na administração pública e, por conseguinte, dos vínculos e do

[418] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 427, 16 de julho de 1832, seção «Noticias Maritimas.», pág. 1690 e n.º 155, 21 de agosto de 1835, seção «Noticias Maritimas.», pág. 4.
[419] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 11, 15 de janeiro de 1829, seção «Edital.», pág. 43.
[420] COSTA, 1882: 370.
[421] VASCONCELLOS & VASCONCELLOS, 1918: 490-491.
[422] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 203, 19 de setembro de 1836, seção «Governo da Provincia. Expediente do dia 17.», tópico «Officios.», pág. 2.
[423] *Vide* COSTA, 1984d: 163.
[424] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 36, 11 de fevereiro de 1837, seção «Parte Official.», Item «Pernambuco.», subitem, «Governo da provincia. Expediente do dia 11», tópico «Portarias.», pág. 1.
[425] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 45, 25 de fevereiro de 1837, seção «Parte Official.», Item «Pernambuco.», subitem, «Governo da provincia. Expediente do dia 22», tópico «Officios.», pág. 1.

trânsito mantido com os atores políticos que a conduziam pelo menos desde fins dos anos 1820, o que lhe assegura certa proeminência na cidade, considerando-se os cargos ocupados. Data dessa cronologia a composição de uma rede de contatos que facilitará, sem dúvida, a tramitação de petições, o atendimento de demandas e os encaminhamentos por vias institucionais de outros expedientes relacionados ao que será sua principal atividade nos anos 1840 à luz das fontes primárias: a de proprietário. Justamente, frise-se, na época da presença e atuação dos agentes modernizadores do Recife.

Neste sentido, damos como certo que Herculano Alves da Silva tinha relações firmadas com Francisco Antônio Oliveira já em 1832. O nome de ambos aparece na lista de doadores, pela freguesia do Recife, da «subscrição promovida pela Sociedade Patriotica Harmonizadora, para ser aplicada ao alimento, e Educação dos Orfãos dos dignos Patriotas mortos sustentando a liberdade em 1817 [Revolução Pernambucana] e 1824 [Confederação do Equador]»[426] publicada no suplemento do jornal «O Olindense» em 13 de dezembro de mencionado ano. Oliveira, encabeçando a listagem, emerge como o doador de «50$000», já Herculano, de «40$000»[427]. Valores consideráveis, da ordem das mais elevadas doações angariadas. Exemplo de altruísmo aos olhos da época, mas também um ato de asserção de um posicionamento político e de afinidade ideológica e uma demonstração de poder de bem-sucedidos capitalistas da zona portuária da cidade, embora não haja indícios na documentação consultada de que Herculano Alves tenha atuado no tráfico negreiro como o fez Francisco Antônio de Oliveira[428].

Fundada em 2 de junho de 1831 numa concorrida cerimônia realizada no salão da residência de dona Ana Cavalcanti de Albuquerque[429], a Sociedade tem por finalidade «sustentar a liberdade legal, e promover a ordem pública e a harmonia dos cidadãos»[430].

---

[426] BNDB – *O Olindense*, n.º 64, 13 de dezembro de 1832, caderno suplementar, «Subscrição promovida pela Sociedade Patriotica Harmonizadora, para ser aplicada ao alimento, e Educação dos Orfãos dos dignos Patriotas mortos sustentando a liberdade em 1817 e 1824», seção «Bairro do Recife.», pág. 295.
[427] *Ibidem*.
[428] *Vide* GOMES, 2016: 34-35.
[429] *Cf.* COSTA, 1984d: 399.
[430] COSTA, op. cit.: 400.

Em outros termos, organizada sob os ecos da notícia da abdicação de D. Pedro I[431], trata-se de uma corporação formada por altos funcionários, proprietários rurais e abastados comerciantes que visa à manutenção da ordem e à contenção da ação de *restauradores* e *exaltados*[432], enxergando na «falta de 'ordem' um descaminho a seus interesses políticos e comerciais»[433]. Portanto, enquanto associação, a Sociedade Patriótica Harmonizadora busca o desenvolvimento de uma estrutura aglutinadora das diversas facções políticas localistas contrárias aos extremos do espírito revolucionário de 1817 e de 1824 e da movimentação reacionária dos entusiastas do restabelecimento dos laços coloniais com o reino em prol de uma alternativa política liberal, mas sem rupturas. A epígrafe da primeira edição do jornal «O Harmonisador», veículo de propaganda da corporação, vale-se de uma citação de Pagès para sintetizar em axioma seu programa: «Quando cada hum quer ser livre a seu modo; a Patria acaba na escravidaõ [sic].»[434] A junção de todos esses elementos factuais torna a presença de Herculano Alves da Silva no rol de doadores num dos primeiros atos promovidos pela associação[435] não mero acaso ou filantropia desinteressada, mas, como dissemos, uma afirmação de alinhamento político com outros nomes da elite recifense. Ademais, a julgar pelas linhas de Pereira da Costa quanto ao alvoroço causado pela solenidade de instalação da associação, é bastante improvável que o «Sr. Herculano» não estivesse presente no evento que elegeu Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, vice-presidente, e Francisco Antônio de Oliveira, tesoureiro, da primeira mesa diretora da Sociedade Patriótica Harmonizadora. Da urdidura dos rastros da História, inferimos ter sido a associação, senão o marco inicial, ao menos o evento consolidador das relações estabelecidas entre Herculano Alves da Silva e o «Senhor Oliveira». Relações as quais serão coroadas muito patriarcalmente, por sinal, com o casamento de seus respectivos

[431] *Cf.* CAVALCANTI JÚNIOR, 2015: 346.
[432] *Ibidem*.
[433] GOMES, 2016: 78.
[434] CEPE – O Harmonisador, n.º 1, 12 de novembro de 1831, pág. 1.
[435] COSTA, *ibidem.*

filhos, Amélia Augusta Alves da Silva e Francisco Antônio de Oliveira Júnior, em cerimônia provavelmente acontecida no início dos anos 1850[436].

Em fins da década de 1830, averiguamos a mudança de atividade do «Sr. Herculano»: da ocupação de cargos na administração pública para a condição de proprietário, senhorio de vários prédios no Recife os quais arrendava, tal como Oliveira. Petições, requerimentos, documentos oficiais do governo da província e até mesmo apedidos dos jornais recifenses revelam o quão envolvido esteve Herculano Alves com os negócios imobiliários na cronologia, empreendimento bastante rentável num Recife dinamizado, como vimos, pela intersecção da expansão urbanística, do aumento populacional e da prosperidade econômica. É na atuação enquanto «capitalista construtor de sobrados[437]» que constatamos a proximidade existente entre o dono do solar do Manguinho e Francisco do Rego Barros, à época já presidente da província. Uma proximidade fruto de afinidades ideológicas e culturais cultivadas, ao que tudo indica, na frequentação dos mesmos ambientes políticos, dos mesmos espaços de sociabilidade e dos mesmos salões privados, como o de Francisco Antônio de Oliveira; ou seja, uma ligação nascida do pertencimento à classe na qual Rego Barros figura em prócer. Neste sentido, o ofício do engenheiro militar e inspetor das Obras Públicas, Firmino Âncora, a Rego Barros comprova a posse de vários imóveis pelo «Sr. Herculano» no Recife e apresenta rastros da iminente expansão de sua atividade construtiva na próxima década. Além do mais, a pressa pela regularização dos terrenos de marinha que o capitalista faz questão de transmitir, sem rodeios, ao presidente da província mediante requerimento e o tom imperativo das providências solicitadas denotam vestígios do trânsito de Herculano Alves da Silva junto ao póstero Barão da Boa Vista. Por sua vez, a reação defensiva e um tanto ultrajada de Firmino Âncora aponta para o desgaste do engenheiro junto à figura de Francisco do Rego Barros, que em breve o irá suplantar nas Obras Públicas por Vauthier. Escreve o «senhor Firmino»[438]:

---

[436] IAHGP – Coleção dos inventários e testamentos, «[Inventário dos bens de D. Annunciada Camilla Alves da Silva]», 1888, fl. 190-190v.
[437] *Vide* FREYRE, 2004: 328.
[438] VAUTHIER *in* PONCIONI, 2010a: 90.

«Cumprindo o respeitavel despacho de V. Ex.ª proferido a 23 de Março proximo passado em o requerimento incluzo, em que Herculano Alves da Silva, declarando ser proprietario de varias cazas nesta Cidade, e estar prompto a reconhecer a Fazenda Publica como direto senhorio dos terrenos que ellas ocupão e de outros ainda não edificados, quando uns e outros estejão comprehendidos nos limites designados pelas Leis e ordens como terrenos de Marinhas, pede que V. Ex.ª me ordene que á proporção que se for fazendo a demarcação e medição dos mencionados terrenos se fação os necessários assentos para se verificar o aforamento ao Sup.e [Suplicante] na forma do estilo, tenho a honra de informar a V. Ex.ª, que o pedido do Sup.e [Suplicante] he o que se está praticando, do que elle mesmo ja tem prova, por ja lhe ter sido medido o terreno que possue em Fora de Portas edificado, e não edificado. Não posso asseverar se os assentos são feitos na forma do estilo dos mais aforamentos, porem certifico que o são na forma determinada pelas Instruções de 14 de novembro de 1832 e mais ordens relativas.

He o que tenho de informar a V. Ex.ª, que determinará o que for conveniente.

Deos Guarde a V. Ex.ª Inspeção das Obras Públicas 17 d'Abril de 1839»[439]

Em outro ofício de Firmino Âncora a Francisco do Rego Barros, datado de 10 de março de 1841, logo um pouco anterior à saída deste da presidência da província pelo período de aproximadamente oito meses, como vimos; o inspetor das Obras Públicas discorre acerca do requerimento de Herculano Alves da Silva para a concessão de terreno alagado existente nos fundos de casa sua na rua do Aterro. O opinativo do engenheiro militar é favorável ao pleito do proprietário, condicionando, porém, o atendimento à construção de um cais para guarnecer o arruamento gradualmente formado a partir da ponte da Boa Vista em direção à «Ponte Velha», isto é, na direção sul, para as bandas onde a primitiva ponte levantada por Maurício de Nassau tocava o continente. O «Sr. Firmino» argumenta a capacidade financeira do suplicante para o cumprimento de tal

[439] APEJE – Obras Públicas, códice 8, 1839, fl. 151-151v.

empreitada, o que termina por configurar mais uma evidência documental da riqueza do «Sr. Herculano». Além do mais, do ponto de vista urbanístico, o ofício do engenheiro militar remete à formação do «Cais do Capibaribe», continuação da rua da Aurora a partir da ponte da Boa Vista em direção aos Coelhos, estrutura que em princípio do século XX será nominada «Cais José Mariano» em homenagem ao político e abolicionista pernambucano José Mariano Carneiro da Cunha[440]. Finalmente, note-se o cuidado de Firmino Âncora em marcar no ofício a presteza de sua análise do expediente, uma vez que o requerimento de Herculano Alves lhe é despachado por Rego Barros em 8 de março de 1841, sendo o mesmo despacho «cumprido» dois dias após, o que nos abre duas veredas conjecturais possíveis. Ou presidente da província impôs no despacho a apreciação «em caráter de urgência», ponderando o requerimento de um assecla, pessoa de seu grupo político, e os rumores de sua iminente saída do cargo. Ou talvez o engenheiro militar, amplamente questionado pelo presidente da província, apesar de ser o responsável pelo projeto do novo palácio do governo, desejasse simplesmente emitir sinais de sua eficiência à frente das Obras Públicas. Escreve Firmino Âncora:

> «Nos fundos da caza que os Supl.es [Suplicantes], Herculano Alves da Silva e sua Mulher, dizem possuir na rua do atterro da Boa-Vista, existe um alagado que deve ser aproveitado até á nova rua, que tem de se dirigir da ponte da Boa-Vista para o lado do lugar dos Coelhos, ou Ponte velha; e como os Supl.es [Suplicantes] tem meios de o beneficiar, e edificar, julgo conveniente que para esse fim lhes seja concedido, obrigando-se elles a fazer o caes, que deve guarnecer a dita rua, em prazo razoavel, depois de ser-lhe dada a direcção que deve ter.
>
> He quanto posso informar a V. Ex.ª sobre a pertenção dos Supl.es [Suplicantes] manifestada no requerimento junto; no aqual [sic] se acha o despacho de V. Ex.ª de 8 do corrente, que assim fica cumprido. Todavia V. Ex.ª determinará o que julgar mais util ao Serviço Público. Deos Guarde a V. Ex.ª. Inspecção das Obras Publicas 10 de Março de 1841.»[441]

[440] *Vide* CAVALCANTI, 2018: 101.
[441] APEJE – Obras Públicas, códice 12, 1841, fl. 83.

Figura 28 – Pormenor da cartografia «Parte da planta do Melhoramento do Porto do Recife», mostrando a ponte da Boa Vista, a rua do Aterro e a projeção do Cais do Capibaribe. Notar os terrenos alagados ao fundo do casario situado no lado sul da rua do Aterro. Autor: desconhecido. Data: 1848.

Fonte: Acervo Museu do Estado de Pernambuco/FUNDARPE.

O requerimento dos suplicantes é atendido, conforme atesta o expediente de 17 de março de 1841 da Tesouraria de Fazenda. Nele registra-se o envio de ofício ao inspetor geral das Obras Públicas – Firmino Âncora – com despacho do presidente da província concedendo o terreno solicitado e determinando sua a demarcação e avaliação. Mais ainda, mediante a fonte temos conhecimento de que se trata não de uma casa apenas, mas de casas conjugadas:

> «Dito [Ofício] -- Ao Inspector Geral das obras Publicas com o requerimento de Herculano Alves da Silva com despacho do Exm. Presidente da Provincia concedendo-lhe por aforamento o terreno de Marinha existente no fundo das Casas, que possue no Atterro da Boa-vista, a fim de se dignar mandar proceder a competente demarcação, e avaliação do mesmo terreno[.]»[442]

No mesmo dia 10 de março de 1841, o «senhor Firmino» dirige a Francisco do Rego Barros um segundo ofício concernente a Herculano Alves da Silva em que, dentre várias considerações, igualmente faz questão de assinalar a celeridade na emissão de seu opinativo. No documento, o inspetor geral das Obras Públicas pronuncia-se sobre um requerimento do capitalista e sua esposa para concessão, por aforamento, do terreno de marinha alagado existente defronte dos sobrados que possuem na rua do Trapiche Novo, bairro do Recife, zona marcada pela intensa atividade portuária. Argumentam «Sr. Herculano» e Annunciada Camilla os benefícios ao interesse público surgidos do aformoseamento da cidade e da «limpeza e comodidade» do mencionado terreno. No entanto, em longa exposição, Firmino Âncora objeta à outorga, aduzindo prejuízos ao comércio do açúcar, um dos «principaes ramos do commercio desta Praça», cujas atividades desenrolam-se numa área demasiado apertada para o volume de seus negócios, especialmente nos períodos de safra. Ademais, o documento traz a informação de que o cais do Trapiche é construção de Ângelo Francisco Carneiro, negociante de grosso trato[443], homem enriquecido com o tráfico negreiro, irmão da primeira esposa de Francisco Antônio de Oliveira[444], um dos membros da comissão instituída pelo Corpo do Comércio para a oferta do palacete a Francisco do Rego Barros e um dos doadores da subscrição promovida pela Sociedade Patriótica Harmonizadora a respeito da qual discorremos anteriormente[445], portanto uma figura do círculo por onde transita Herculano Alves da Silva. Em linhas que nos colocam no burburinho

---

[442] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 71, 31 de março de 1841, seção «Thesouraria de Fazenda.», Item «Idem do dia 17.», pág. 1.
[443] *Vide* VAUTHIER *in* PONCIONI, 2010a: 162-163.
[444] *Cf.* GOMES, 2016: 72.
[445] BNDB – O Olindense, n.º 64, 13 de dezembro de 1832, caderno suplementar, «Subscrição promovida pela Sociedade Patriotica Harmonizadora, para ser aplicada ao alimento, e Educação dos Orfãos dos dignos Patriotas mortos sustentando a liberdade em 1817 e 1824», seção «Bairro do Recife.», pág. 295.

mercantil do bairro do Recife e na constrição tortuosa de suas ruas, explana Firmino Âncora:

> «O Cidadão Herculano Alves da Silva, e sua Mulher, pedem de aforamento precedendo o reconhecimento, medição e avaliação necessarias o terreno alagado que fica em frente das cazas que possuem na rua do Trapixe novo, até ao segmento do caes, q. [que] fez Angelo Francisco Carneiro, alegando que o dito terreno, p. [por] ser de Marinhas, se deve dar de aforamento em virtude da Lei de 15 de novembro de 1831, e que dessa concessão rezulta a observancia da Lei, o aformoziamento da Cidade, e o bem Publico, que nasce da limpeza e comodidade.
>
> Sendo obrigado a informar sobre esta pertenção, em observancia ao despacho proferido no requerimento dos Sup.es [Suplicantes] em 8 do corrente, cumpre-me dizer a V. Ex.ª, que a Lei citada não he obrigatoria como parece inculcar o requerimento; ella permitte, dá faculdade, autoriza o Governo a conceder de aforamento os terrenos de Marinhas, autorização esta que he subordinada ao interesse, commodidade e conviniencia publica. Ora he na minha humilde opinião contraria á commodidade e conveniencia publica a alienação do terreno pedido, por quanto sendo nimiamente mesquinha e acanhada a praça do Corpo Santo, unica do bairro do Recife, e absolutamente insufficiente para o maneio dos volumes, e mercado de assucar, um dos principaes ramos do Commercio desta Praça, o qual deve ir em progressivo augmento, necessidade urgente ha de [proporcionar] os [meios] de haver uma praça com sufficiente capacidade para estes misteres, e em verdade nenhum lugar vejo tão azado para esse fim como a extensão do terreno, que tem de ficar coberto com o caes projectado em continuação do que fez Angelo Francisco Carneiro, desde a lingoeta até ao trapiche novo, e melhor ainda desde a mesma lingueta até ao fortim de Bom-Jezus p. [por] ser este o unico terreno disponivel que fica mais proximo á caza do Consulado e aos trapiches de embarques daquelle genero; acrescendo ainda uma circunstancia attendivel, qual he a de haver no caes actual a maior parte da pedra para edificação do novo caes entre os mencionados pontos. Alem disto

aos Sup.es [Suplicantes] não pode aproveitar o terreno pedido para edificar, porque, rezervada a largura da actual rua do trapiche novo, e a da que deve, a meo ver, existir na margem do porto, vem a restar espaço mui limitado para edificação. Talvez seja conveniente haverem [sic] mais pontes de embarque, ou guindastes estabelecidos sobre o caes para facilitar esta operação, mas em todo o tempo poderão pedir a necessaria concessão ao Governo, que lha dará, ou não conforme julgar do interesse publico, e nem para esse fim serão necessarios 160 palmos de frente que agora pedem. Para convencer a necessidade, que acima indiquei, de se proporcionar uma praça para o mercado do assucar, e para o maneio dos volumes deste genero basta dar uma volta pelo largo do Corpo Santo e ruas adjacentes, que em tempo de safra não dão tranzito, senão para pessoas a pé, e para com muito incommodo e risco.

Por outro lado, ainda que a Lei citada obrigasse absolutamente o Governo a dar de aforamento todos os terrenos de Marinhas, que houvessem [sic] devolutos, ainda assim não se estendia essa obrigação áquelle que os Sup.es [Suplicantes] pedem, visto que como alagada pela maré está excluido dos limites da definição das instrucções de 14 de Novembro de 1832 restringida pela ordem do Thezouro Publico Nacional de 12 de Julho de 1833.

O que fica exposto he o que me occorre informar a V. Ex.ª sobre a pertenção dos Sup.es [Suplicantes] no requerimento que ora devolvo a V. Ex.ª, que não obstante definirá como julgar mais util ao Serviço Publico.

D.s Guarde a V. Ex.ª. Inspecção das Obras Publicas 10 de Março de 1841.»[446]

Figura 29 – Digitalização da litografia «Caes da Rua do Trapiche» com aspecto do Cais do Trapiche Novo, zona de intenso movimento portuário. Em 1852, Herculano Alves da Silva possuía seis imóveis na dita rua, dois sobrados de três andares e quatro sobrados de quatro

[446] APEJE – Obras Públicas, códice 12, 1841, fl. 86-87v.

andares, os quais provavelmente são os fixados pelo artista na iconografia de 1863. Desenho: L. Schlappriz. Litografia: F. H. Carls. Data: 1863.

Fonte: FERREZ, Gilberto (1981) – *O Álbum de Luís Schlappriz: Memória de Pernambuco: álbum para os amigos das artes, 1863*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, pág. 27.

Malgrado o opinativo desfavorável de Firmino Âncora acerca do requerimento, Francisco do Rego Barros concede «o terreno n. 351 defronte da rua do Trapixe»[447] a Herculano Alves da Silva «para estabelecer-se um guindaste para servir ao commercio»[448], valendo-se de uma brecha na trama argumentativa do inspetor geral das Obras Públicas para deferir o pedido. A outorga é formalizada antes da saída de Rego Barros da presidência, mas existem indícios de questionamentos à concessão a qual possivelmente dependeu do regresso do já Barão da Boa Vista ao comando do governo provincial em dezembro de 1841 para se consolidar. Nos expedientes do Tesouro de Fazenda, localizamos o registro de ofício dessa repartição endereçado ao presidente de

[447] BNDB – O Artilheiro, n.º 32, 1º de abril de 1843, «Diz o que lhe parece!», pág. 1.
[448] *Ibidem*.

então, Manuel de Souza Teixeira[449], com a cópia das condições com que foi passado a Herculano Alves da Silva «o título de aforamento do terreno a que se referio o Inspector das obras publicas»[450], vestígio, quiçá, de movimentação de um contrariado Firmino Âncora para revogar o sobredito aforamento diante da mudança do governo da província.

Especulações à parte, o fato é que as concessões de terreno de marinha por Francisco do Rego Barros entram na mira de sua oposição política. Segundo esta, como se não bastasse a entrega das Obras Públicas aos engenheiros franceses em detrimento dos técnicos nacionais, o presidente da província acaba com os terrenos de marinha «dando-os à seus amigos e afilhados, &c. &c.»[451], dentre eles Herculano Alves da Silva. O periódico oposicionista «O Guarda Nacional», «de feição rasgadamente *praieira* ou liberal»[452], em artigo publicado em seu n.º 28, acusa Rego Barros de favorecer seus aliados nos aforamentos dos terrenos de marinha, chegando a «aviltar o Sr. Herculano Alves da Silva, pintando-o indirectamente como bajulador de S. Ex.»[453], o que para nós consiste em prova cabal das firmes relações existentes entre o proprietário do solar do Manguinho e o Barão da Boa Vista na cronologia, não obstante a alcunha difamatória imputada ao capitalista. Por sua vez, o «Cidadão Herculano» responde aos ataques sofridos num breve apedido publicado no Diário de Pernambuco. No artigo, procura desmontar a acusação de ser o «favorito» de Francisco do Rego Barros e expõe a atuação deliberadamente adversativa de Firmino Âncora na tramitação de seu requerimento:

> «Srs. Redactores. – O Sr. Redactor do periodico 'Guarda Nacional', dignou-se de occupar commigo o seu n.º 28, figurando-me, como favorito do Exm. Sr. Presidente da Provincia, em afforamento, que fiz de marinha; por isso que nelle não se encheo o fim da lei, não foi ouvido o Sr. Procurador Fiscal Mello, nem

[449] *Cf.* PONCIONI, 2010a: 194.
[450] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 125, 12 de junho de 1841, seção «Pernambuco», item «Thezouraria de Fazenda.», tópico «Idem do dia 2 do corrente.», pág. 1.
[451] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 29, 6 de fevereiro de 1843, seção «Diário de Pernambuco.», pág. 3.
[452] CARVALHO, 1908: 178.
[453] BNDB – O Artilheiro, n.º 32, 1º de abril de 1843, «Diz o que lhe parece!», pág. 1.

attendida a opinião do Sr. Firmino [Âncora], que julgava o terreno precizo ao serviço publico.

O mencionado Redactor com as provas de direito, que apontou, desfez elle mesmo o seu primeiro ponto. Em verdade ninguem negará, que o estabelecimento de guindastes não coopere para o augmento das rendas publicas: e se esse terreno aforado não soffre habitações, ao menos aproveita por outro lado ao bem publico.

Tambem se engana o Redactor sobre a falta de audiencia do Procurador Fiscal; a qual ouve [sic] e deve existir no archivo respectivo. O Sr. Mello achava-se então empedido [sic], e por isso foi ouvido o empregado interino, que fazia as suas vezes. Quanto ao parecer contrario do Sr. Firmino [Âncora]; era melhor não fallar nisso. Aquelle Sr. depois de demorar em seo poder o requerimento por largo tempo esperando…. não sei o que, sahio-se á final com uma negativa generica. Não foi portanto o aforamento feito com as cores que lhe emprestou o mencionado Redactor, e he por esta razão que peco [sic] aos Srs. Redactores a publicação desta, com o que, &c. &c.

Herculano Alves da Silva.»[454]

No entanto, a convergência entre Herculano Alves e o Barão da Boa Vista não se restringe às concessões de terrenos de marinha. O «senhor Herculano» é também um entusiasta dos melhoramentos materiais da cidade deslanchados durante a gestão de Francisco do Rego Barros e, embora não seja um dos seus patrocinadores mais destacados, envolve-se com algumas ações em curso, como a passagem da tubulação da Companhia do Beberibe em direção ao centro da cidade. Na ata da assembleia geral da mencionada corporação, de 20 de novembro de 1845, após a deliberação de assuntos diversos trazidos à baila, a direção explana os percalços encontrados na transposição do encanamento do açude do Prata até a caixa d'água da freguesia da Boa Vista. Reclama a Companhia das dificuldades impostas pelos donos de sítios por onde deveria passar o

[454] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 66, 22 de março de 1843, seção «Correspondencia.», pág. 2-3.

encanamento em conformidade com o projeto originalmente traçado, os quais exigiam somas enormes a título de indenização e criavam impeditivos, ocasionando o desvio do curso da tubulação pela Soledade, zona periférica da sobredita freguesia, local de edificação recente, fisionomia campestre e ar puro onde «algumas familias costumam passar a festa»[455]. Exceção encontra a concessionária do fornecimento de água potável em Herculano Alves da Silva, o qual concede passagem gratuita do aqueduto por seu sítio no local:

> «A administracão pretendeo trazer o encanamento em linha recta desde o Manguinho até a caixa d'agoa [da Boa Vista], por entre os sitios intermedios, cujos proprietarios exigirão tão avultadas indemnisações, e puzerão tantos obstaculos, que a administração preferio antes adoptar a direcção pela estrada da Soledade, embora mais extensa e tortuosa do que a projectada.
>
> D'entre esses proprietarios, cumpre fazer honrosa excepção do Sr. Herculano Alves da Silva, que concedia gratuitamente passagem para o aqueducto pelo seu sitio da Soledade, o que a administração agradeceu-lhe em termos que julga haver-lhe testemunhado a sua gratidão; [...]
>
> […]
>
> Mui diverso, Senhores, tem sido o procedimento de outros proprietarios, que procurarão pretextos, fantasiarão prejuizos, e armarão difficuldades para fazerem reclamações excessivas, de modo que a administração, que até agora tem procurado não envolver a companhia em litigios, ver-se-ha talvez coagida a faze-la correr a sorte delles, oppondo-se a quem quer que pretenda prejudica-la.»[456]

---

[455] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 245, 26 de outubro de 1857, coluna «A Carteira.», crônica «O bairro da Boa Vista e algumas palavras sobre a organisação de uma correspondencia predial nesta cidade», pág. 1.

[456] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 262, 22 de novembro de 1845, seção «Pernambuco.», Item «Companhia do Beberibe», tópico «Acta da sessaõ da Companhia de Beberibe em assembléa geral de 20 de novembro de 1845», pág. 1.

O «Cidadão Herculano» envolve-se também com a configuração urbanística da zona da Soledade, pois seu nome surge relacionado à abertura de arruamentos na região e de novos caminhos articulando o núcleo urbano da Boa Vista aos arrabaldes a partir do Manguinho. Um anúncio publicado na seção de vendas do Diário de Pernambuco em 29 de outubro de 1846 faz referência a um vasto terreno localizado na esquina da rua da Soledade com a «estrada novamente aberta nos terrenos de Herculano»[457]. Embora não explicite, a fonte certamente remete ao proprietário Herculano Alves da Silva, dono de imóveis e terras no local, e denota alusão a uma estrada aberta pelo capitalista em direção ao Manguinho, provavelmente um trecho primitivo do chamado «Caminho Novo», prolongamento da rua Formosa até a estrada do Manguinho traçado dentro do sítio do cirurgião Manuel Pereira Teixeira[458] – mas não só deste –, pelo que pudemos cotejar do confronto de documentos primários:

> «[13 de agosto de 1852]
>
> Vende-se por menos do seu valor um terreno com a frente para a rua de João Fernandes Vieira que vai da Soledade para o Manguinho, e dá fundos para a estrada nova que fez o Sr. Herculano Alves da Silva, que tambem vai para o Manguinho, cujo terreno tem de frente 58 palmos, e de fundos 946, sendo os 58 palmos de frente e 556 de fundos do principio da estrada de João Fernandes Vieira foreiros a irmandade de N. S. da Soledade; e os mesmos palmos de frente da outra estrada nova do Sr. Herculano, e 390 de fundos em chãos proprios, com casa no centro de pedra e cal, cacimba de muito boa agua de beber, todo cercado, e com muitos arvoredos de fructos, etc.: quem o pretender dirija-se a rua do Crespo, loja n. 15 que se dirá quem vende.[459]
>
> [17 de outubro de 1856]
>
> Quarta-feira, 22 do corrente, ao meio dia em ponto, o agente Oliveira fará leilão, por ordem e em presença do Illm. Sr. consul da França, e no respectivo consulado

[457] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 242, 29 de outubro de 1846, seção «Vendas.», pág. 4.
[458] *Cf.* CAVALCANTI, 1977: 242.
[459] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 180, 13 de agosto de 1852, seção «Vendas.», pág. 4.

> sito na rua do Trapiche desta cidade, dos seguintes: dois terrenos pertencentes á liquidação da massa do finado Nicoláo Gadault; a saber: um com 250 palmos, no lugar e estrada da Soledade, sendo parte do sitio do finado Herculano Alves da Silva e de sua Exma consorte, confinando com os de Lourenço da Costa Loureiro, e do cirurgião Manuel Pereira Teixeira, e dividindo com os de Felicia do Sacramento, de Joaquim Xavier da Maia, e com as casas que deitão para a estrada, que vai da Soledade para o Manguinho; […]»[460]

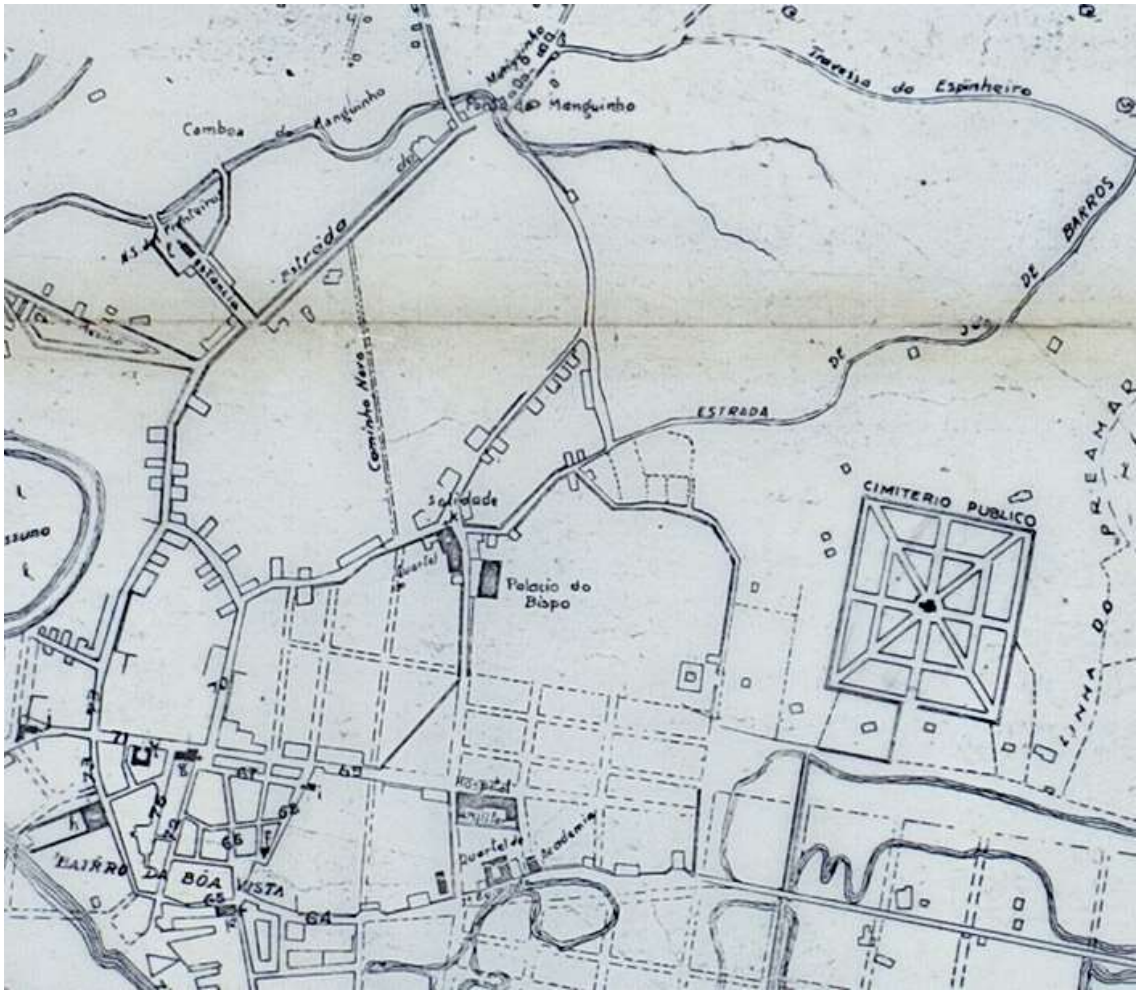
Por seu turno, o edital da Câmara Municipal do Recife é mais claro ao designar para a instalação de ferrarias as «ruas novas do sitio de Herculano Alves da Silva na Soledade, e as do sitio Campo-Verde, no Corredor-do-Bispo»[461]. Todavia, a contribuição do «senhor Herculano» para a conformação urbanística do local vai além do mero retalhamento de seus terrenos e se manifesta de maneira mais assertiva com seu opinativo. Segundo A. F. R. Sette, engenheiro cordeador da edilidade recifense na segunda metade da década de 1840, o traço da planta da Soledade que elaborou levou em consideração as diretrizes apontadas pelo «capitalista e proprietário Herculano Alves da Silva», o qual transparece no documento vinculado ao supracitado Nicolau Gadault, negociante francês responsável pelo loteamento de sítios e pela abertura de ruas na zona da Capunga[462], vizinha ao Manguinho, e com quem o proprietário manteve relações comerciais[463]. Escreve o engenheiro:

> «Fiz a planta da Soledade, comprehendendo o perimetro, cujas terminações formam as ruas da Trempe, Mondego, estrada do Manguinho, dita de João Fernandes Vieira e rua da Soledade, projectando quatro ruas no sentido longitudinal e 2 no transversal, e logo depois tive a satisfação de as traçar no

[460] BNDB – O Liberal Pernambucano, n.º 1208, 17 de outubro de 1856, seção «Leilão.», pág. 3.
[461] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 34, 11 de fevereiro de 1850, seção «Editaes.», pág. 2.
[462] *Vide* SETTE, 2018: 73.
[463] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 165, 29 de julho de 1846, seção «Compras.», pág. 3. Traz o anúncio: «Vende-se um terreno para edificar, no lugar da Soledade, no sitio do Sr. Herculano, com bastantes fundos (225 palmos); outro dito muito proprio para capim, com 350 palmos de fundo: a fallar com N.[icolao] Gadautt, no Manguinho.»

terreno de accordo com o fallecido capititalista [sic] e proprietario Herculano Alves da Silva e o finado francez Gadaut.»[464]

Figura 30 – Detalhe da «Planta da Cidade do Recife e seus arrebaldes», focalizando a zona da Soledade e o Caminho Novo conectando a rua Formosa à estrada do Manguinho. A partir do nome «Solidade» até as proximidades da «Ponte do Manguinho», a estrada de João Fernandes Vieira. Na seção inferior esquerda, parte do núcleo urbano da freguesia da Boa Vista. Autor: José Mamede Alves Ferreira. Data: 1855.



Fonte: Acervo Museu da Cidade do Recife/PCR.

[464] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 205, 7 de setembro de 1867, seção «Publicações a pedido», pág. 2.

Como um rico e bem-sucedido negociante, detentor de vários imóveis espalhados na cidade[465], Herculano Alves da Silva marca seu protagonismo no espaço urbano do Recife residindo na rua da Aurora, «uma das melhores, pela vista que se logra de qualquer ponto em que a gente se colloca»[466], tal como Francisco Antônio de Oliveira e posteriormente o Barão da Boa Vista. Habita com sua família o sobrado de n. 58[467] pelo menos desde 1842[468], um típico prédio «magro, alto e comprido» com loja no pavimento térreo[469] e três andares[470] levantado no trecho primitivo da rua. A distribuição dos espaços internos da casa seguramente não dista do sobrado de elite analisado por Vauthier em suas cartas. O que muda, no entanto, no prédio do «Cidadão Herculano» é a intensidade da vida social que anima os ambientes destinados a acolhê-la, isto é, a sala de recepções e a sala de jantar de cerimônia situadas no primeiro andar. Ritos de sociabilidade modificados pela influência europeia, porém incapazes de ameaçar ou pôr em xeque o «sistema patriarcal de família», preservado e igualmente vivido nos compartimentos do sobrado. Os bens da casa e o «cabra captivo, ótimo cozinheiro, até de massas» postos em hasta pública fundamentam essa afirmação e comprovam a sobreposição de novos hábitos e gostos burgueses a antigas práticas e valores patriarcais. Além do mais, os objetos em leilão nos permitem uma leitura mais a fundo do sobrado enquanto organismo, pois escancaram a condição abastada de seu dono, a promoção de animadas recepções ao gosto europeu, a mundividência de seu proprietário convertida em insígnia de protagonismo social para exibição a seus convivas e a presença da religiosidade católica no seio da vida familiar[471]:

---

[465] Para mais detalhes, ver «Anexo 1 – Tabela dos Bens de Raiz de Herculano Alves da Silva em 1852.»
[466] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 245, 26 de outubro de 1857, coluna «A Carteira.», crônica «O bairro da Boa Vista e algumas palavras sobre a organisação de uma correspondencia predial nesta cidade», pág. 1.
[467] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 93, 27 de abril de 1843, seção «Avisos diversos.», pág. 3.
[468] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 256, 25 de novembro de 1842, seção «Avisos diversos.», pág. 3.
[469] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 250, 31 de outubro de 1857, seção «Consulado Provincial. Lançamento da decima, da freguezia da Boa-Vista, feita pelo lançador do consulado provincial João Pedro de Jesus da Motta, publicado pela imprensa de conformidade com a portaria do Sr. administrador da mesa do consulado provincial de 11 de agosto do corrente anno.», pág. 2.
[470] MJPE – Inventario e partilha amigavel que entre si fizerão a viuva, filhos, e genro do finado Herculano Alves da Silva, 1853, fl. 31.
[471] *Vide* FREYRE, 2009: 93-94.

«O corretor Oliveira fará leilão de esplendida mobilia e obras de prata, consistindo em uma mesa de jantar nova elastica para 24 pessoas, um guarda-louça grande, cama de ferro para casados, duas ditas mais pequenas, um rico altar dourado com competentes banquetas, um excellente piano dos melhores autores inglezes, um toucador grande de mogno, uma commoda de jacarandá com puchadores de prata, cadeiras de jacarandá, quatro lindas serpentinas de verdadeira folha de casquinha, mesa de mogno redonda com tampo de pedra, vasos de bronze dourados para flores, lindos quadros de vistas na Italia e retratos de afamados autores italianos, serpentina de dous globos para cima de mesa, um rico relogio dourado dito, garrafas e copos de crystal, tigellas roxas dito para sobremesa, e muitos outros objetos, inclusive um cabra captivo, otimo cozinheiro, até de massas: sabbado, 1.º de fevereiro, ás 10 horas da manhãa [sic], na rua da Aurora n 58, primeiro andar, casa do Sr. Herculano Alves da Silva.»[472]

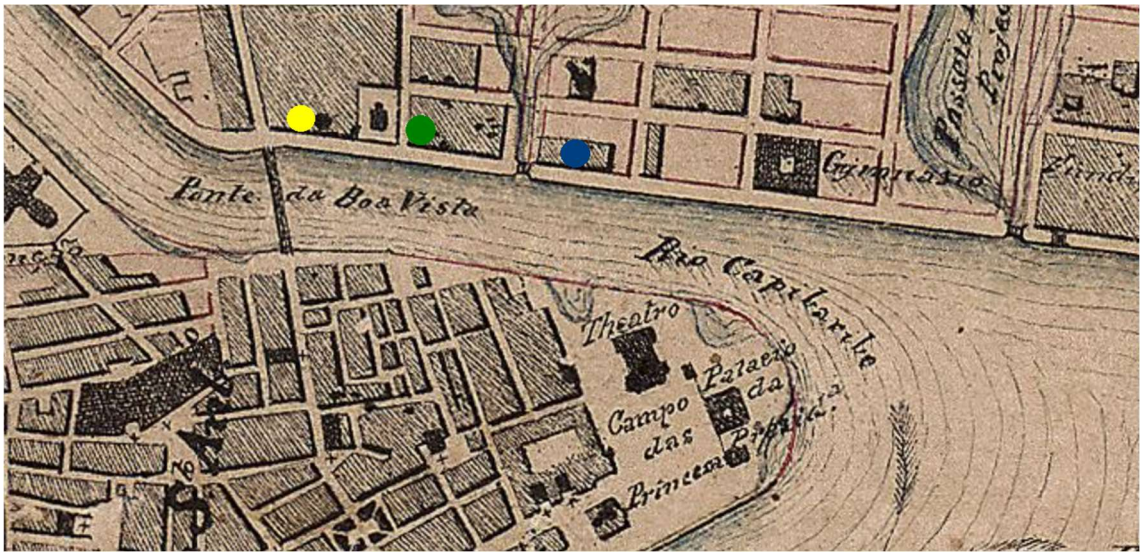
Figura 31 – Detalhe da fotografia «Rua da Aurora e Ponte da Boavista.» constante no «Ansichten Pernambuco's» com aspecto do casario do trecho primitivo da Rua da Aurora na década de 1880. Autor: Moritz Lamberg. Data: 1880-1885.

Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional (Brasil). Disponível em BNDB.

[472] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 26, 1º de fevereiro de 1851, seção «Leilões.», pág. 2.

Em contraponto ao fausto materializado em seu sobrado da rua da Aurora, Herculano Alves da Silva possui uma moradia arrabaldina compatível com seu estatuto de capitalista e sintonizada com o sentido de progresso desencadeado pelos agentes modernizadores do Recife. A despeito dos sítios que possuía na Soledade, como vimos, escolhe para sua residência periurbana a zona do Manguinho. Num vasto terreno arborizado situado logo após a ponte de mesmo nome, à direita de quem se dirige para Ponte d'Uchoa, o «senhor Herculano» e família veraneiam num prédio que domina a envolvência e marca um ponto de viragem no código construtivo das arquiteturas arrabaldeiras: o solar do Manguinho, a sua apoteose do habitar.

Figura 32 – Pormenor da «Planta das cidades do Recife, Olinda e seus arrabaldes» copiada por Ildefonso Ilídio de Souza, destacando respectivamente em azul, verde e amarelo, as localizações do palacete do Barão da Boa Vista, do sobrado de Francisco Antônio de Oliveira e do sobrado de Herculano Alves da Silva. Data: [1850-1862].



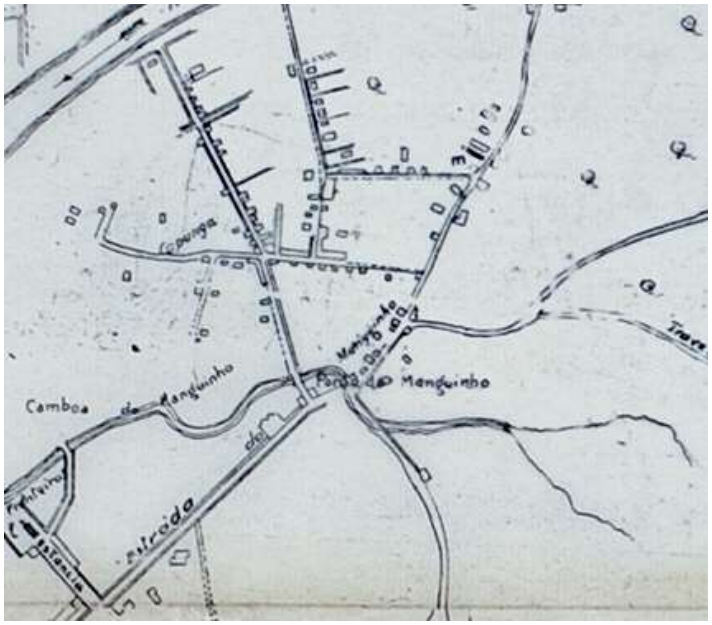
Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional (Brasil). Disponível em BNDB.

3.4. O solar do Manguinho: a apoteose do habitar do «Sr. Herculano» e família

Ladeada ao sul pela Capunga, ao norte pelos Aflitos e a oeste por Ponte d'Uchoa, a localidade do Manguinho é uma zona arrabaldina do Recife administrativamente inserta

no segundo distrito da freguesia da Boa Vista[473]. Enquanto território periurbano, é uma área caracterizada pela exuberância do verde, gerador de belas vistas[474] e provedor de ar puro, e pelo predomínio dos sítios. É nesta região da cidade, disposto num vasto terreno murado repleto de vegetação que está construído o solar do Manguinho, edifício usufruído por Herculano Alves da Silva e sua família na época de veraneio, cenário de seu estatuto social e palco das sociabilidades promovidas pelo capitalista e sua esposa para os membros da elite urbana em que estavam inseridos.

Figura 33 – Detalhe da «Planta da Cidade do Recife e seus arrebaldes», enfocando o arrabalde do Manguinho. Autor: José Mamede Alves Ferreira. Data: 1855.



Fonte: Acervo Museu da Cidade do Recife/PCR.

[473] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 180, 15 de agosto de 1844, seção «Editaes.», item «A Camara Municipal da cidade do Recife e seu ermo &c.», pág. 3. Excerto do documento: «A freguezia da Boa-vista [dividida] em 3 districtos. […] O segundo comprehenderá todo territorio, que fica ao Oeste da primeira linha traçada, seguindo pela rua de Belém á travessa do Boi, por onde subirà até a ponte do Manguinho, e d'ahi partirà pela estrada dos Afflictos, Cruz d'Almas, até a divisão das freguesias d'Olinda, e Poço da Panella.»

[474] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 31, 9 de fevereiro de 1847, seção «Vendas.», pág. 4. Transcrição do anúncio: «Vende-se um pequeno sitio na rua principal da Capunga, adiante da ponte o segundo sitio do lado direito, em chãos proprios, com 120 palmos de frente e 300 ditos de fundo pouco mais ou menos, com boa casa de vivenda, nova e mui bem construida, com duas salas, 4 quartos, corredor pelo meio, cozinha e dispensa fóra, de pedra e cal, uma grande cacimba com excellente agoa de beber, diversas arvores de fructo, com grandes vistas para Estancia, Manguinho e diversos lugares.»

Enquanto arquitetura, o prédio ultrapassa o *estilo colonial* característico das edificações arrabaldinas para descambar no que há de mais moderno e arrojado à altura no Recife: a gramática classicista. Desta forma, tem-se não o velho edifício robusto, *acaçapado*, de linhas horizontais, caiado em branco, arrematado nos beirais por andorinhas, como vimos anteriormente. Em seu lugar, impondo-se na paisagem e dominando sua envolvência, uma edificação longitudinal marcada pela notável sobriedade e regularidade do traço, constituída por dois pavimentos, rés de chão e primeiro andar, claramente definidos por frisos os quais contornam todo o prédio e dividem suas fachadas em painéis inferior e superior. Seu frontispício traz uma novidade em termos de arquitetura doméstica: um pórtico a meia altura com arcada, elemento que confere imponência à frontaria e movimentação à volumetria retangular do prédio[475], além de proporcionar um átrio aberto demarcando a entrada principal do edifício. Por outro lado, o terraço formado no piso superior pelo avanço do corpo saliente é delimitado por um parapeito de gradil em ferro forjado com elementos em ferro fundido, um elaborado trabalho das artes aplicadas que circunda e nobilita todo este espaço aparatoso convertido em proscênio do protagonismo social de seus proprietários os quais fazem da paisagem urbana elemento de deleite para a fruição distante, vista de cima. Arrematando a construção, disposta sobre o entablamento, uma platibanda cheia ornamentada nas extremidades por elementos escultóricos, possivelmente alegorias das quatro estações, algo corrente nessas arquiteturas[476].

Um olhar mais minudente das fachadas do prédio desvela o império da simetria e daquilo que Alberto Sousa chama de «severidade racionalista»[477] na composição de seu programa arquitetônico. Rastros, sem dúvida, deixados no risco do projeto por pena de engenheiro guiado por um enfoque prático e pragmático dos problemas colocados pelo território e pelas preocupações com a circulação, a salubridade, a economia e a rapidez de resposta[478] no levantamento do prédio. Mais ainda, a leitura do alçado do solar do

[475] *Vide* SOUSA & OLIVEIRA, 2017. [Em linha]
[476] *Vide* PRIORI, 2016: 163.
[477] SOUSA, 2000: 112.
[478] *Vide* FERREIRA, 2010: 69.

Manguinho evidencia a superação da centralidade do «embelezamento, ou *décoration*»[479] na constituição do edifício em prol de uma arquitetura pautada pela «utilidade», isto é, pelos preceitos estabelecidos por J. N. L. Durand em seu *Précis des Leçons*:

> «Le but de l'Architecture dans la composition des edifices particuliers est le même que dans la composition des edifices publics, l'utilité. Les moyens qu'elle emploie pour l'atteindre sont encore les mêmes, la convenance et l'économie. Des elémens semblables concourent à la formation des uns et des autres. Ils doivent par conséquent etre traités tous d'après les mêmes principes, el te mécanisme de leur composition ne doit pas etre différent. La distribution, que dans tous les cours d'Architecture on distingue, on sépare, on isole de la décoration et de la construction (distinction qui, comme nous l'avons fait voir dans notre Introduction, est bien peu propre à former de bons décorateurs, de bons distributeurs, de bons constructeurs, et, à plus forte raison, de bons architectes) n'est done autre chose que l'art de disposer les edifices particuliers de la même manière dont doivent etre disposés les edifices publics, c'est-à-dire, de la manière la plus convenable et la plus economique possibles. Si l'on est bien pénétré des vrais principes de l'Architecture, si l'on est bien familiarisé avec les diverses combinaisons des elémens des edifices, en d'autres termes, avec le mécanisme de la composition, on n'aura plus autre chose à faire, lorsqu'on voudra s'occuper des edifices particuliers, que d'étudier leurs convenances.»[480]

Figura 34 – Cromolitogravura «Ponte do Manguinho». Na estampa, um aspecto do Manguinho a partir da ponte de mesmo nome. À direita, integrado à vegetação e

[479] FERREIRA, 2010: 69.
[480] DURAND, 1805: 76.

dominando a paisagem, o solar de Herculano Alves da Silva. Desenhista: Emil Bauch. [Gravador: F. Kaus.] Data: c. 1852.

Fonte: Acervo Museu da Cidade do Recife/PCR.

Isto posto, debruçando-se sobre a fisionomia exterior da arquitetura, temos que a frontaria, marcada pelo pórtico, apresenta nos dois pavimentos o mesmo ritmo dos vãos: três em cada andar. No piso inferior, a porta de entrada organiza a distribuição de duas janelas, uma à esquerda, outra à direita. Essas aberturas de verga reta são ritmicamente acompanhadas pela arcadura frontal, de volta inteira, de maneira idêntica, como um contraponto arquitetônico que reforça a métrica compositiva da seção: o arco central organizando a disposição dos laterais, cada qual emoldurado por pilastras. No primeiro andar, três portas-janela à francesa equidistantes entre si têm as arquivoltas interligadas por faixas na altura das impostas, e duas pilastras no lugar dos cunhais enquadram a composição. Acima, a platibanda cheia segmentada em três retângulos respeita e enaltece o ritmo ternário estabelecido pelos dois pavimentos, cada retângulo «coroando uma das prumadas de vãos existentes na fachada»[481] numa

[481] SOUSA, 2000: 112.

intrincada tessitura métrica a qual unifica todo o frontispício. A fachada posterior submete-se à mesma fórmula compositiva no tocante aos vãos, contudo no piso inferior as aberturas são ornamentadas com cimalhas de sobreverga reta e no primeiro andar, no lugar das portas-janela, estão fenestras as quais seguem a mesma linguagem encontrada nos vãos de sua face oposta: vergas de arco pleno e arquivoltas interligadas.

Por sua vez, as faces laterais da edificação são constituídas por dois grandes painéis, um em cada pavimento, claramente seccionados por frisos e emoldurados por pilastras. Em cada um, abrem-se seis vãos os quais estabelecem, tal como nas fachadas principal e posterior, contraste pelo tipo de verga: no térreo, janelas de verga reta adornadas com cornijas; no primeiro andar, janelas com verga de arco pleno ornamentadas por arquivoltas interconectadas por faixas. Para Alberto Sousa, tal solução compositiva resulta de estratégia do projetista do edifício em «tirar efeito estético do emprego de dois modelos diferentes de janela, que teriam amplo uso no classicismo do Recife imperial»[482]. Finalmente, a platibanda, dividida em seis retângulos, invoca o seu papel funcional de encobrir as quatro águas dos telhados, mas também o de ratificar o ordenamento simétrico das fachadas laterais, repetindo o mesmo esquema métrico do frontispício ao encimar cada prumada de vãos com um de seus segmentos.

No tocante às estruturas componentes da habitação de elite da época, o edifício também concretiza as transformações na forma de habitar decorridas das movimentações sociais e econômicas que sacudiam a cidade, solapavam os preceitos da vivência patriarcal e moldavam gradativamente «uma nova ordem para os comportamentos, os valores e a família»[483]. Logo, diferente dos sobrados do centro do Recife, a estrebaria e, no caso específico do solar, o chiqueiro estão afastados da casa, eliminando a nociva convivência aproximada entre os moradores e os animais[484]. De igual maneira, também a cozinha e as dependências se mudam, saindo do interior da casa e se instalando numa pequena edificação anexa diretamente interligada ao prédio por um telheiro. As alcovas, antes pequenos espaços fechados, escuros e mal ventilados,

[482] SOUSA, 2000: 112.
[483] PRIORI, 2016: 154.
[484] *Vide* FREYRE, 1997: 236.

são agora transformadas pela abertura de janelas as quais permitem a incidência da luz e a aeração dos ambientes, tal como preconizam os princípios higienistas em discussão no âmbito da Sociedade de Medicina de Pernambuco, consociação que imputa às más iluminação e ventilação dos sobrados uma das causas de sua parca salubridade:

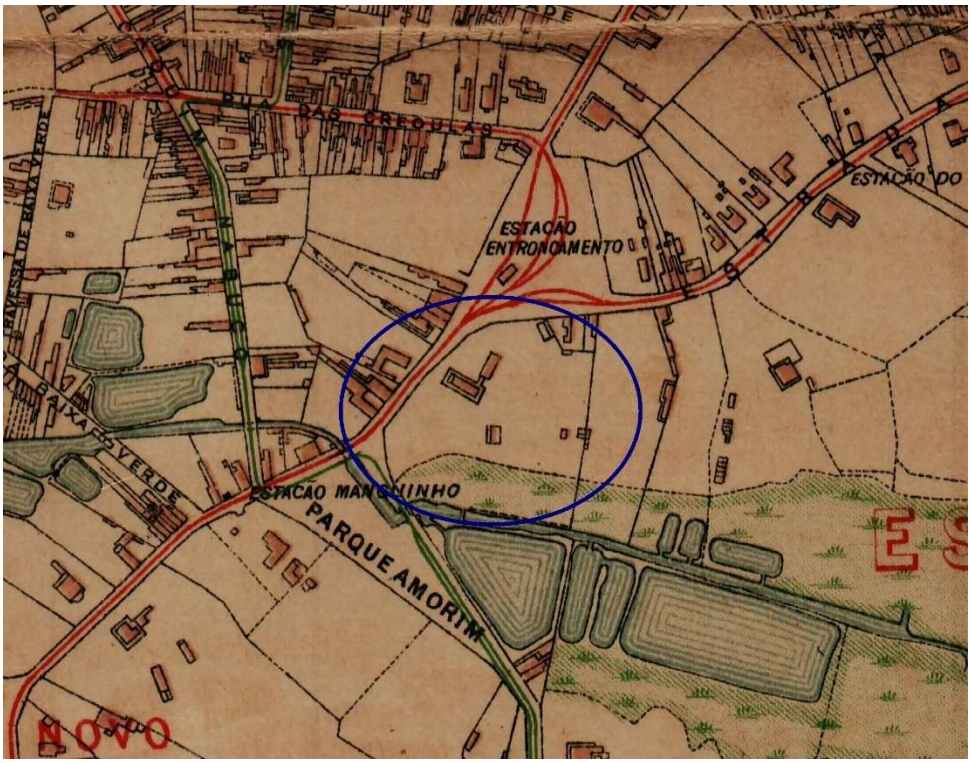
> «[...] em vez de construirmos nossas cazas largas e espaçosas, e de modo que sejam bem arejadas, as edificamos mui estreitas e apertadas, mui forradas, de muitos andares, e mui envidraçadas, sem aberturas sufficientes para entrada da luz e do ar, e mui apinhadas umas sobre as outras: condições estas que as tornam mui quentes, não ventiladas, não alumiadas pela luz solar, e mui pouco salubres. Os antigos, que fazião o inverso, gozavão por isso de melhor saúde.»[485]

Todas essas reconfigurações na organização do edifício vão ao encontro das observações feitas por Vauthier sobre as inovações trazidas por essas tipologias periurbanas na arquitetura habitacional brasileira[486], o que posiciona o objeto de estudo na vanguarda de seu tempo.

Figura 35 - Pormenor da «Planta da Cidade do Recife.» com destaque, em azul, do sítio do Manguinho. Na carta, é possível comprovar tanto a existência de estruturas apartadas da

[485] BNDB – Annaes da Medicina Pernambucana, n.º 2, 1842, pág. 70.
[486] *Cf.* VAUTHIER *in* PONCIONI, 2010a: 300.

casa e a articulação da cozinha e dependências com o prédio mediante telheiro. Autores: Sir Douglas Fox e H. Mitchell Whitley. Data: 1906.



Fonte: Acervo IPHAN-PE.

Ademais, em termos estritamente construtivos, uma arquitetura tão arrojada, com tamanha erudição em seu traço, seguramente não foi levantada por mestres pedreiros locais, e não é desprovido de lastro histórico especular que os operários alemães presentes na cidade, profissionais afeitos à linguagem classicista, familiarizados com os tratados de Durand e às voltas com as obras do Santa Isabel e do palacete do Barão da Boa Vista, tenham atuado em sua fábrica. Em crônica publicada no Diário de Pernambuco, A. F. R. Sette discorre sobre a verificação do alinhamento das obras do sobrado do «Sr. commendador Magalhães Bastos» na esquina da rua do Crespo com a rua do Imperador, bairro de Santo Antônio, no ano de 1846. Em seu texto, o outrora engenheiro cordeador da edilidade menciona que a empresa do dito sobrado estava a cargo do mestre pedreiro alemão André Isacc e sua administração, de responsabilidade do «Sr. Peixoto», «antigo administrador do theatro Santa Isabel», numa prova documental da atuação dessa mão de obra especializada na arquitetura doméstica

recifense na cronologia. Note-se que a fábrica do prédio em comento cerca-se de tanta importância e se refere a tão iminente personalidade que o engenheiro Portier, membro da equipe de Louis-Léger nas Obras Públicas, vem pessoalmente espreitar a atividade do cordeador, para o regozijo deste:

> «Logo que entrei em exercicio em outubro de 1846 me foi terminantemente ordenado que procedesse a verificação do alinhamento conferido ao Sr. commendador Magalhães Bastos para edificar o seu sobrado no angulo formado pela rua do Crespo e rua do Imperador, lado oriental.
>
> Era uma questão importante, aparição rapida desse edificio em uma das ruas mais populosa e frequentada da cidade, e havia attrahido attenção publica, causando impressão desagradavel, de sorte que se faziam graves accusações a camara e mais ainda ao engenheiro que havia, como que á cordel alinhado, tão perfeitamente o achei de accordo com a planta do lugar respectivo.
>
> Era o mestre encarregado da construcção o habil allemão Andre Isacc, e seu administrador o antigo administrador do theat[r]o de Santa Isabel[,] o Sr. Peixoto, e creio que entre os espectadores desse meu trabalho divisei com prazer o engenheiro Portier, que me observava com attenção e interesse, que inspiram os negocios serios.»[487]

No tocante à organização dos cômodos do solar, a análise das plantas baixas as quais supomos elaboradas pela Repartição de Saneamento do Estado de Pernambuco nos anos 1930 evidencia os traços da disposição espacial mencionada por Vauthier em seus escritos, disposição esta que de maneira similar à dos sobrados é regida pela prevalência das salas da frente e de trás[488]. Desta forma, no andar térreo, esse binômio se traduz respectivamente em sala de visitas e sala de jantar. Ambientes aparatosos a julgar pelos bens constantes no inventário de Herculano Alves da Silva[489], tais como: bandejas de

[487] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 202, 4 de setembro de 1867, «Publicações a pedido», pág. 1.
[488] *Cf.* VAUTHIER *in* PONCIONI, 2010a: 300.
[489] Para mais detalhes, ver «Anexo 2 – Apontamentos – Inventário de Herculano Alves da Silva (pai).»

prata feitas em Portugal e Inglaterra[490]; inúmeros talheres em prata[491]; «oito duzias de pratos de porcelana azul para sobre-mesa, vinte tres chicaras com os competentes pires da mesma louça, e seis vasos para fructa, tendo as iniciaes H. A. S.»[492]; mesa de jantar, guarda-louças e aparadores em amarelo[493]; «dous consolos de jacarandá com seus espelhos»[494], sofás com assento de palhinha, mesa redonda, cadeiras e poltronas em mogno[495]; «uma mobilia de chiavari»[496].

Já no piso superior, onde estão arranjados os espaços destinados às «intimidades da família»[497], as alcovas situam-se entre o quarto do casal nos fundos e, segundo pudemos inferir da documentação, o salão nobre integrado ao terraço gerado pelo pórtico com arcada, local onde se davam os saraus e as recepções ostentosas aos convivas mais próximos dos Alves da Silva. Cômodo onde provavelmente estavam exibidas as três estátuas de mármore de Vênus, de Hércules e «de um gladiador e mais um grupo Laocoon»[498], e colocados:

> «Uma mobilia de mogno com assentos de setim constante de um sofá, doze poltronas, seis cadeiras, uma dita de encosto, duas de balanço, uma mesa de meio de sala, um consolo grande e dous menores com os seus espelhos, duas banquinhas de por os pés, e um tapete de co[u]ro de onça: tudo avaliado em oito centos e vinte e tres mil reis.»[499]

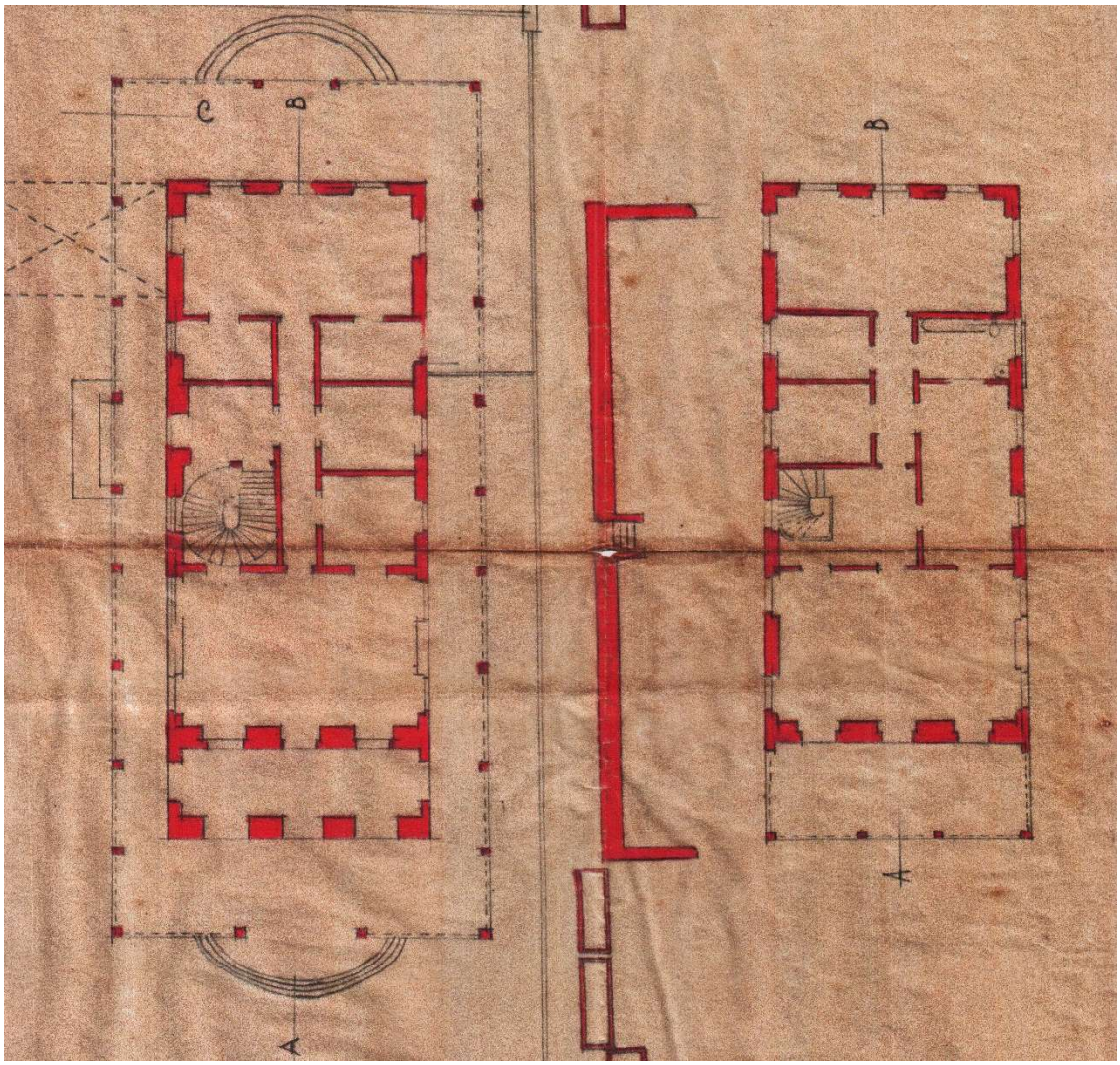
---

[490] MJPE – Inventario e partilha amigavel que entre si fizerão a viuva, filhos, e genro do finado Herculano Alves da Silva, 1853, fl. 5v.
[491] MJPE – Inventario e partilha amigavel que entre si fizerão a viuva, filhos, e genro do finado Herculano Alves da Silva, 1853, fl. 7-8v.
[492] MJPE – Inventario e partilha amigavel que entre si fizerão a viuva, filhos, e genro do finado Herculano Alves da Silva, 1853, fl. 11.
[493] MJPE – Inventario e partilha amigavel que entre si fizerão a viuva, filhos, e genro do finado Herculano Alves da Silva, 1853, fl. 13v.
[494] *Ibidem*.
[495] *Ibidem*.
[496] *Ibidem*.
[497] *Vide* VAUTHIER *in* PONCIONI, 2010a: 300.
[498] MJPE – Inventario e partilha amigavel que entre si fizerão a viuva, filhos, e genro do finado Herculano Alves da Silva, 1853, fl. 12v.
[499] MJPE – Inventario e partilha amigavel que entre si fizerão a viuva, filhos, e genro do finado Herculano Alves da Silva, 1853, fl. 13.

Além do mais, o álbum privado de Annunciada Adelaide Alves da Silva traz relevantes informações quanto a ilustres frequentadores da casa solarenga, ratificando nossa interpretação do sobredito espaço. Além de iconografias especialmente produzidas para a filha do «Cidadão Herculano» pelo artista L. A. Boulanger, o mesmo que retratou o Barão da Boa Vista (figura 15) e Augusto Frederico de Oliveira, deputado à assembleia geral legislativa e primogênito do «Sr. Oliveira»[500], a fonte contém versos manuscritos de próprio punho por autores os quais igualmente estiveram na edificação, dentre os quais: Gonçalves Dias[501], um dos expoentes do romantismo brasileiro[502]; João Sebastião Peretti, possivelmente um primo por parte de mãe da senhorita Adelaide, que lhe escreve poesia em francês[503]; e Antônio Peregrino Maciel Monteiro[504], futuro segundo Barão de Itamaracá[505], homem formado na Universidade de Paris em Letras, Ciências e Medicina, segundo-secretário da primeira mesa diretora da Sociedade Patriótica Harmonizadora[506], integrante do Partido Conservador, médico, poeta[507], figura próxima a Vauthier[508], aliado de primeira ordem de Francisco do Rego Barros e, finalmente, dono do «Sítio das Delícias» também no Manguinho[509] e do sobrado n. 36, com loja no térreo e dois andares, na rua do Aterro[510].

[500] *Cf.* GOMES, 2016: 10.
[501] IAHGP – Álbum pessoal de Annunciada Adelaide Alves da Silva, 1850/1854, [fl. 1].
[502] *Vide* BOSI *in* CARVALHO, 2012: 234.
[503] IAHGP – Álbum pessoal de Annunciada Adelaide Alves da Silva, 1850/1854, fl. 30-30v.
[504] IAHGP – Álbum pessoal de Annunciada Adelaide Alves da Silva, 1850/1854, fl. s/n.
[505] *Vide* VASCONCELLOS & VASCONCELLOS, 1918: 205-206.
[506] *Cf.* COSTA, 1984d: 399.
[507] *Cf.* COSTA, 1882: 156-158.
[508] *Vide* VAUTHIER *in* PONCIONI, 2010a: 128.
[509] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 164, 1º de agosto de 1843, «Avisos diversos.», pág. 4.
[510] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 240, 20 de outubro de 1857, seção «Consulado Provincial. Lançamento da decima, da freguezia da Boa Vista, feito pelo lançador do consulado provincial Francisco Carneiro Machado Rios Junior, publicado pela imprensa de conformidade com a portaria do Sr. administrador da mesa do consulado provincial de 11 de agosto do corrente anno.», pág. 2.

Figura 36 – Detalhe da planta baixa do antigo solar do Manguinho, trazendo à esquerda, o pavimento térreo. No lado direito, o piso superior. Data: [193?].



Fonte: Digitalização do fac-símile anexo à versão física do processo SEI n. 01498.001912/2017-73, fl. 104. Acervo IPHAN-PE.

De acordo com as fontes, a presença da religiosidade católica no sítio do Manguinho não é negligenciada, tal como acontecia no sobrado da rua da Aurora. Existe no inventário de Herculano Alves da Silva menção às despesas com o «preparo da Capella n'este sitio»[511] da ordem de 198$000, embora não tenhamos achado outros rastros

[511] MJPE – Inventario e partilha amigavel que entre si fizerão a viuva, filhos, e genro do finado Herculano Alves da Silva, 1853, fl. 21.

documentais provedores de informações a respeito da arquitetura, tampouco existam vestígios de sua construção. Todavia, é certo que o cômodo contíguo à sala de visitas do solar, no pavimento térreo, possuía um rico oratório com valiosas imagens adornadas com joias. Notícia publicada no Diário de Pernambuco em 19 de abril de 1887 sobre a tentativa de furto ao sítio atesta a utilização sacra do espaço e a riqueza dos objetos religiosos nele existentes, além de aduzir outros pormenores da casa e dos usos de seus cômodos. Na matéria, Annunciada Camilla Alves da Silva é equivocadamente nominada «Annunciada Camilla Alves Ferreira», mas não restam dúvidas de que se trata da, à época, viúva do «Sr. Herculano»:

> «Ladrões – Ás 2 horas da madrugada de ante-hontem e aos gritos de soccorro de uma senhora que dormia no pavimento superior do predio da chacara do Entroncamento pertencente a D. Annunciada Camilla Alves Ferreira [sic] e em que esta reside, fugiram diversos individuos que pretendiam saquear o que de melhor encontrassem no pavimento terreo. Com uma pua fizeram os assaltantes dous buracos na fechadura de uma das portas e quebrando os vidros de uma das janellas, entraram n'um quarto, contiguo á sala de visitas, onde havia um rico santuario com imagens adornadas de joias de subido preço. Foi na ocasião em que tentavam abrir outra porta que foram presentidos [sic] e então evadiram-se deixando sobre a calçada um toco de vella stearina. Acudiram immediatamente os famulos da casa pessoas da visinhança e a patrulha rondante. A autoridade policial respectiva procedeu á competente vistoria e diligencia descobrir os audaciosos ladrões.»[512]

Isto posto, se considerarmos, como destaca o professor José Menezes, que a organização interna dos cômodos de uma habitação, bem como o seu número, reflete os hábitos de seu possuinte, sejam esses oriundos das necessidades mais básicas ou daquelas consideradas supérfluas[513], o responsável pelo plano da casa solarenga valeu-se de seus conhecimentos técnicos para traduzir em arquitetura não somente as

[512] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 88, 19 de abril de 1887, seção «Revista Diaria», tópico «Ladrões», pág. 2.
[513] *Vide* MENEZES, 2019: 115.

demandas de seu proprietário segundo seu gosto e práticas sociais, mas também em conformidade com o meio em que este se encontra inserido. Outra nota de erudição existente no projeto do edifício.

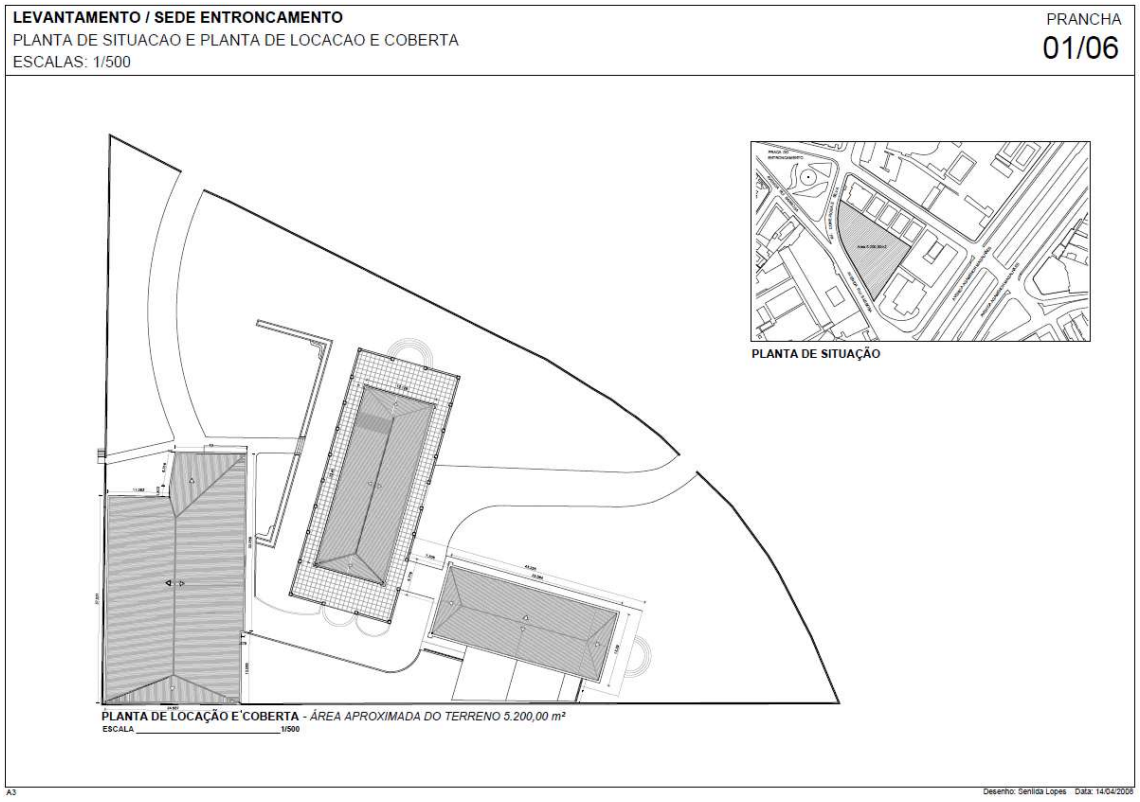
Até a implantação da casa parece ser fruto mais da racionalidade e fundamentação teórica de um engenheiro que do conhecimento empírico de um mestre de obras. Apesar da sua articulação com a vegetação circundante, a propriedade foi construída não à moda inglesa, diretamente no chão sob a égide do pitoresco e da integração com a natureza[514], mas sobre uma plataforma que lhe confere altura. Esta elevação atrelada ao posicionamento do edifício e à quantidade de janelas se aproveita da constância das correntes de vento para arejar toda a construção, tornando-a confortável do ponto de vista térmico. Ademais, essa retórica dos ventos planeada para a casa reafirma o estatuto social de seus donos, pois garante um ambiente aerado, sinônimo de salubridade e higiene; algo que as residências do centro da cidade não possuem, como já demonstrado. Tamanha minúcia de cálculo não pode ser fruto do acaso. Ao próprio Vauthier, esse aspecto climatérico do Recife não passou despercebido, escrevendo mesmo o engenheiro francês em sua primeira missiva arquitetônica:

> «A região onde nos achamos é, pois, a mais intertropical possível. Deve lá fazer muito calor, Vosmecê deve estar prestes a exclamar; o que não me surpreende. O que eu ia dizer, porém, era justamente o contrário; senão, sentir-me-ia no direito de ficar calado. Não. Essa região sobre a qual duas vezes por ano o sol se encontra na vertical não é absolutamente uma região tórrida. Goza de um privilégio único no mundo: situada de uma extremidade à outra na grande corrente alísia do hemisfério boreal, não conhece nem as monções da costa leste da África nem as tempestades das Antilhas, que a elas correspondem, do outro lado do equador. Pouco inclinada em relação à linha norte e sul, largamente aberta para o oceano, recebe constantemente o vento em uma direção que não excede de mais da metade de um ângulo reto da perpendicular à costa. Durante o verão de nossos climas [França], todo o tempo em que o sol está ao norte do

[514] *Vide* ENGEL *in* TOMAN, 2007: 21.

equador, é na direção do sul que esse ângulo declina. Durante o nosso inverno, é na direção do norte. Resulta dessas circunstâncias uma admirável regularidade nas estações. Além disso, à brisa úmida, que refresca constantemente a costa durante o dia, sucede, durante a noite, uma brisa de terra, igualmente fresca. Apenas de manhã, pouco depois de nascido o sol, quando uma das brisas cessou e a outra não reina ainda, ocorrem alguns instantes de calmaria, acompanhados de um calor sufocante; mas logo o vento do mar se levanta e tempera o ardor do sol.»[515]

Figura 37 – «Levantamento / Sede Entroncamento. Planta de situação e planta de locação e coberta. Escalas:1/500». Autora: Senilda Lopes. Data: 14 de abril de 2008.



Fonte: Acervo TRE-PE.

Logo, a hipótese do posicionamento deliberado do edifício para se aproveitar das correntes de vento ganha força, ratificando a suspeita de que por trás do risco do solar

[515] VAUTHIER *in* PONCIONI, 2010a: 271.

de Herculano Alves da Silva estão a mão e a ciência de um homem com sólida formação acadêmica. Mais além: ponderando este indício de erudição, a precisão das linhas do projeto, a utilização da gramática classicista, as inovações que materializa no tocante à organização espacial, a provável atuação dos operários alemães em sua fábrica, não é forçoso atribuir a autoria do plano da casa em foco ao próprio Vauthier, núcleo pulsante do processo modernizador do Recife, introdutor do classicismo racionalista de Durand na cidade, projetista do palacete de Francisco do Rego Barros e o homem por trás do Teatro Santa Isabel.

Inclusivamente, existem provas documentais de que o engenheiro de Pontes e Calçadas atua na construção civil pouco tempo depois de pisar em solo recifense. Um apedido publicado na folha «Diário Novo» em 14 de janeiro de 1843, documento utilizado por Gilberto Freyre como exemplo dos ataques nativistas ao técnico estrangeiro pela oposição política ao Barão da Boa Vista[516], traz em suas linhas evidências da atividade de Louis-Léger na arquitetura doméstica, uma dimensão da fonte não explorada pelo «mestre de Apipucos». O sardônico texto assinado por indivíduo que se oculta no pseudônimo «O Brasileirismo puro» divide-se em duas partes. Na primeira seção, uma abertura, o autor faz menção a uma carta fictícia escrita por um certo engenheiro francês «A.» e endereçada a seus «camaradas e confrades em Paris», exortando-os a virem a usufruir das vantagens que o Brasil, «e principalmente Pernambuco», confere aos estrangeiros que se encarregam das obras públicas: uma gritante alusão a Vauthier, à época da publicação, no comando da Repartição de Obras Públicas da província. Na segunda parte, está a transcrição da suposta missiva redigida pelo francês onde este menciona, dentre inúmeros temas, o incremento do ordenado com a realização de «trabalhos particulares». Observe-se que a «carta imaginária»[517] é datada de 12 de dezembro de 1840, portanto em torno de dois meses após a chegada de Louis-Léger ao Recife. A pertinência da fonte e a abundância de informações que contém fazem com que a transcrevamos na íntegra:

[516] *Vide* FREYRE, 1960a: 324-325.
[517] FREYRE, op. cit.: 324.

«Snr. Editores. - Examinando huns papeis velhos, que tenho, nelles deparei com o Echo n. 157 de 19 de Novembro de 1841, no qual vem transcripta a carta, que hum Sr. Engenheiro da estranja dirigiu a seos – camaradas, e confrades em Paris – convidando-os para com elle virem partilhar das vantagens, que o Brasil, e principalmente Pernambuco offerece aos estrangeiros, que se encarregaõ das obras publicas. E por que, Srs. Editores pode bem ser, que semelhante carta ja tenha sido esquecida pelos Pernambucanos, que a devem ter sempre presente, no meu modo de entender, rogo-lhes o favor de a transcreverem em sua bem conceituada folha; e tanto mais confio, que me faraõ este favor quanto tenho com praser observado, que Vmcs. se encarregaraõ de bater n'esses favorecidos da fortuna, que por faz, ou por nefas ganhaõ o nosso dinheiro, sem apresentarem grandes resultados em beneficio da Provincia. Admira sem duvida a maneira insolente, com que nos insultaõ esses desgraçados, elevados pela demasiada condescendencia, e bonomia do nosso Governo a hum lugar de distinção, e respeito, de que elles mesmo [sic] se espantaõ; e em paga do acolhimento, que se lhe faz, em recompensa dos lucros, que entre nós estão tendo chamando-nos ignorantes, e tudo quanto bem lhes parece!! Naõ, importa; se isto servir de licção a administração actual, os Pernambucanos devem agradecer ao A. da carta os insultos, que contra todos escreveo. Sou Srs. Editores de Vmcs constante leitor.

O Brasileirismo puro.

Pernambuco 12 de Dezembro de 1840

Meos Camaradas e confrades.

Desejando ligar comvosco hum conhecimento mais intimo do que aquelle que nos unia no serviço das pontes e calçadas, eu me apresso a vos detalhar a serie dos sucessos, que tem as pessôas emprehendedôras, convidando-vos a partilha-los.

O Brazil offerece a este respeito todas as garantias desejaveis, o menor obreiro, pedreiro, carpina, ferreiro, cabouqueiro ganha seis francos por dia. Os empregados em administração ganhão nos empregos ordinarios 200 francos por mez, e assim meus Senhores sabem, quando muito ler e escrever, e a respeito de mathematicas o mais até onde chegão, he a repartir, excluidas as fracções decimaes, e os numeros concretos.

Na Administração das obras Publicas que corresponde a de pontes e calçadas, não se encontra hum só homem, nem mesmo huma fração de homem, que saiba medir huma linha com huma cadeia, e representál-a em papel na conformidade de huma dada escala. No desenho elles sabem, o que he uma figura, como eu sei qual he o foco vital da natureza; em construcção elles são ainda mais idiotas; julgai do seu alto merecimento, e da difficuldade que deve experimentar hum Francez para brilhar no meio de entes dessa especie. Devo felicitar-me de ter tido sobre mim bastante imperio para deixar minha familia, e lançar hum dado do qual estava longe de prever todos os successos; e he penetrado do desejo de faser participar de hum extenso futuro a meos compatriotas, que eu me faço hum dever de lhes dar part[e] do que elles não deixaraõ certamente de obter, seguindo o exemplo do seu intimo amigo.

Eu faço todos os exforços para que venha hum dos meos maiores amigos de Pariz, com o qual eu espero que podereis tãobem vir. He hum bom rapaz, sem ceremonia, mais encomodante do q' encomodado, emfim hum vivente. Naõ lhe falta espirito, vos podereis estar bem com elle.

Chegando ao Brasil sabeis o que ahi vos espera? Eu vou dizer-vos pelo que se passa commigo. Vós tereis bom ordenado, e este serà ainda augmentado pelos vossos trabalhos particulares; tereis honras de todo o tamanho; se vos tratarà com o titulo de Illm., de Senhoria, e de não sei que mais; os soldados vos apresentaràõ as armas; as raparigas olharaõ para vos com tanto requebro que os faraõ morrer de languidez; os jovens vos detestarào; tudo hirá o milhor possivel. He necessario ver a mim, e ao Sr. ….. quando atravessamos a Cidade sempre a gallope; não attendemos aos que passaõ; esta he a moda: desgraçados

> dos que vaõ a pé. Todos os aristocratas tem cavallos, e espero que sereis do numero. Sou &c. &c. &c.»[518]

Em outra fonte documental, o próprio Vauthier, às vésperas de seu retorno à França, convoca um grande número de pessoas detentoras de termos de terrenos de marinha ainda sem a sua assinatura para comparecer ao Hotel Francisco, na rua do Trapiche, freguesia do Recife[519], a fim de dar cumprimento à formalidade. No aviso, adverte o engenheiro francês que o descumprimento do rito processual enseja custos com nova medição e enfatiza o direito que tem à gratificação pelos serviços prestados, deixando na cidade, inclusive, «competente procurador» para cobrar os eventuais devedores. Neste sentido, a publicação do chamamento na seção «Avisos diversos.» do Diário de Pernambuco de 10 de novembro de 1846, supostamente dois dias antes de sua partida[520], atesta a sua atividade junto a particulares durante toda a temporada recifense e corrobora, por conseguinte, nossa interpretação do sucesso angariado por Louis-Léger, ou melhor, como o próprio assina abrasileirando o nome, «Luiz Leger Vauthier», em determinado segmento da elite urbana recifense:

> «As pessoas constantes da relação abaixo transcripta, e que teem em seu poder termos de terrenos de marinha lavrados, sem serem ainda assignados pelo annunciante, hajão de os apresentar no hotel Francisco, onde assiste o annunciante, até o dia do seu embarque, que terá lugar no dia 12 do corrente, para se cumprir esta formalidade, sem a qual as partes não se podem utilisar dos termos, e teem de requerer nova medição, e o annunciante que tem direito a receber a sua gratificação, deixa o competente procurador, para ser ella cobrada

[518] BNDB – Diário Novo, n.º 11, 14 de janeiro de 1843, seção «Correspondencia.», pág. 2-3.
[519] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 227, 5 de outubro de 1857, coluna «A Carteira.», crônica «O bairro do Recife.», pág. 1. Excerto: «A [rua] do Trapiche, que fica com a frente para o mar he uma das melhores; conta excellentes predios particulares, o Banco, os trapiches de embarque e desembarque de assucar, tres hoteis, o do Francisco, o Inglez, o da Barra, e um restaurante francez; o café dos Alliados e o de M. Blandin, ambos mui frequentados. Tem trinta e seis edificios, sendo doze de um andar; um de dous; dezoito de tres; tres de quatro, e duas casas térreas.»
[520] Entretanto, o embarque para a Europa se dá em 18 de novembro de 1846, seis dias depois do previsto, conforme apontamento do francês em seu diário íntimo. *Vide* VAUTHIER *in* PONCIONI, 2010a: 259.

> na occasião da nova medição, que se fizer, de tal modo, que as partes terão de fazer duplicada despesa; o que se avisa, para não allegarem ignorancia.
>
> Luiz Leger Vauthier.
>
> 'Manoel Duarte Rodrigues, Pedro Gonçalves de Santa Anna, Antonio Henrique Mafra, Gaspar José dos Reis, Justinianno Antonio da Fonseca, José Pedro da Silva, Bartholomeo Francisco de Sousa, Antonio José de Albuquerque, D. Maria Francisca do Rego, Manoel da Cunha Guimarães Ferreira, Manoel Luiz de Mello, Francisco José Raposo, João da Motta Botelho, Victorino José de Souza Travasso, D. Maria Margarida Vellozo, Jacintho Eleodoro Martyr de Oliveira, D. Maria de Pinho Borges, D. Maria Roza de Assumpção, Bernardo José Carneiro Monteiro, João Baptista Erbster, José Antônio da Silva, Manoel Rodrigues dos Anjos, José Rodrigues do Passo.'»[521]

Além do mais, é certo que Herculano Alves da Silva conheceu Vauthier. Ambos eram bastante próximos de Francisco do Rego Barros e de Francisco Antônio de Oliveira, como vimos, sendo extremamente plausível que o francês e o capitalista tenham sido apresentados nas recepções ofertadas por aquelas iminentes figuras ainda em 1840. Porém, saindo do terreno da especulação e descambando para os rastros da história deixados nas fontes, encontramos um ligeiro registro no diário íntimo de Louis-Léger sobre uma breve contradança com a «*Madame* Herculano» em baile promovido pela Sociedade Euterpina em 18 de julho de 1841. Em nosso entendimento, a dita senhora não pode ser outra senão Annunciada Camilla Alves da Silva, esposa do «Senhor Herculano» e conhecida por sua notável beleza[522], e o apontamento termina por se converter em prova inconteste de que o proprietário e o engenheiro francês já se conheciam na cronologia. Escreve Vauthier:

---

[521] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 252, 10 de novembro de 1846, seção «Avisos diversos.», pág. 2.
[522] *Vide* MENEZES & LEÃO *in* GOUVÊA, 2008: 69 e FREYRE, 2009: [fl. 8 da seção de imagens].

> «Festa de 18 [de julho de 1841] – Baile da Sociedade Euterpina. Ceia esplêndida. 'Madame' Herculano: contradança que acabou mal por medo do marido ciumento.»[523]

Em outro trecho do diário datado de 31 de janeiro de 1847, portanto quando em território francês, Vauthier anota a remessa de cartas para alguns destinatários no Brasil por meio do brigue Nélie-Mathilde, embarcação que fazia com regularidade o trajeto Havre - Recife[524]. No rol de recebedores, estão: seus antigos assistentes nas Obras Públicas, Pierre-Victor Boulitreau e Henri-Auguste Milet; o imperador Dom Pedro II, possivelmente uma missiva em agradecimento à condecoração de cavaleiro da Ordem da Rosa recebida em 15 de novembro de 1846[525]; e um tal «Herculano». Pelo enquadramento histórico das figuras envolvidas, o dito «Herculano» não nos parece ser Firmino Herculano de Morais Âncora, pois este, além de desafeto, é referido pelo engenheiro francês em seu diário como «Sr. Firmino» ou tão somente «Firmino». Além disso, o nome do vetusto engenheiro militar normalmente emerge nos periódicos recifenses consultados em sua forma completa. Por sua vez, Herculano Alves da Silva é muitas vezes mencionado apenas por seu primeiro nome e não raro é citado nos jornais simplesmente como «Sr. Herculano». Assim, ponderando essas evidências e considerando que Vauthier e Herculano Alves se conheciam e transitavam no mesmo círculo social no Recife, haja vista a estreita relação mantida por ambos com Francisco Antônio de Oliveira e o Barão da Boa Vista, defendemos que o «Herculano» apontado por Vauthier é o capitalista e dono do solar do Manguinho, logo prova documental de um vínculo cultivado e mantido entre esses indivíduos mesmo após o retorno do engenheiro francês a sua terra natal:

> «31 de janeiro de 1847

---

[523] VAUTHIER *in* PONCIONI, 2010a: 210.

[524] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 90, 10 de abril de 1846, seção «Movimento do Porto.», item «Navio sahido no mesmo dia.», pág. 2. Transcrição: «Para Havre sahirá, com brevidade, o brigue francez Nélie-Mathilde, capitão Guilbert: quem quiser carregar, ou ir de passagem, dirija-se aos consignatarios J. P Adour & Companhia, rua da Cruz, n. 21.»

[525] BNDB – Diário Novo, n.º 277, 23 de dezembro de 1846, coluna «Parte Official.», expediente «Relação dos despachos publicados pela secretaria de estado dos negocios do imperio por ocasião do baptisado da serenessima princesa a Sra. D. Izabel.», seção «Ordem da Rosa», item «Cavalleiros.», pág. 2.

Para seguir pelo ‘Nélie-Mathilde’:

‘Monsieur’ Milet;

Boulitreau;

Lahautière;

Dom Pedro;

Figueira de Melo;

Herculano;

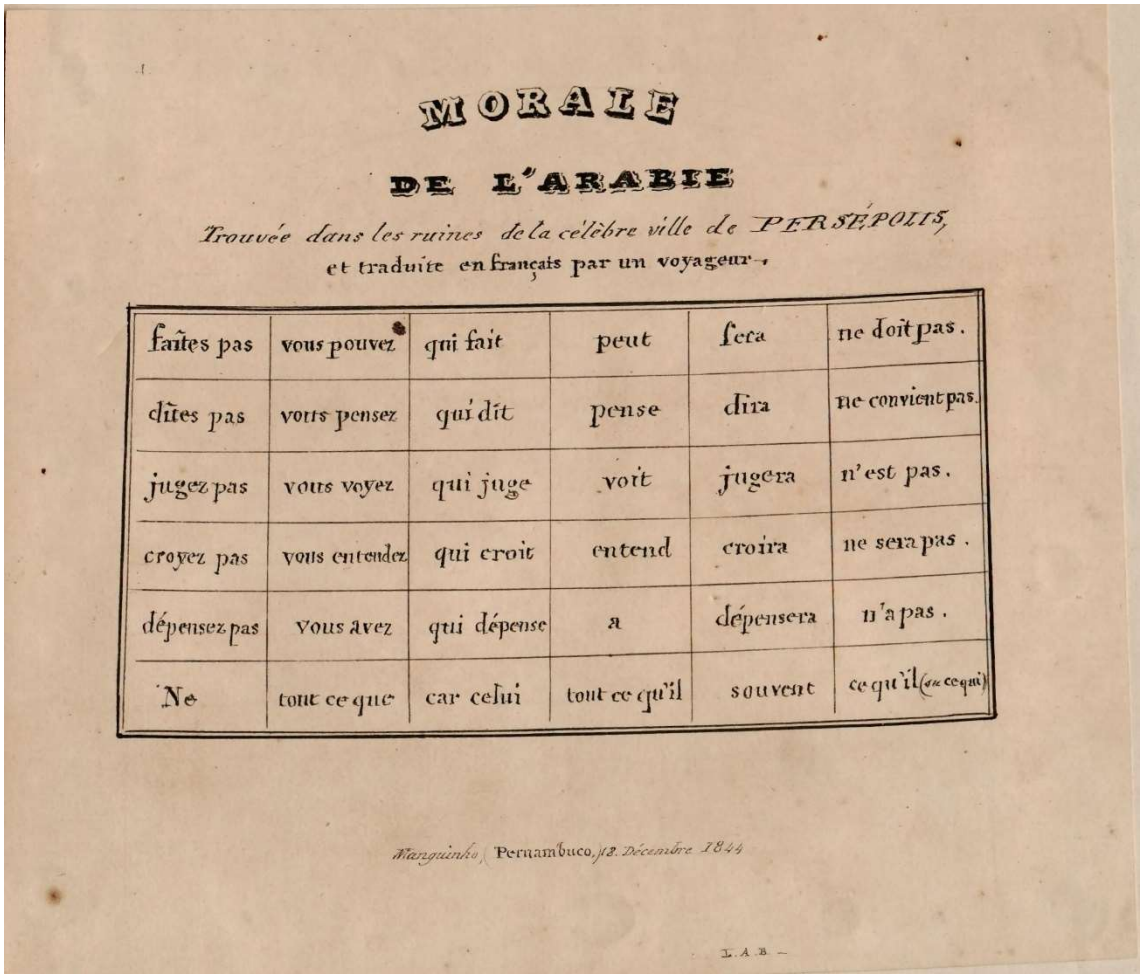
Antônio José de Oliveira.»[526]

Outro aspecto referente à casa que aproxima o «Sr. Herculano» e Vauthier é a época de sua construção, questão não pacificada pela tradição científica. O professor José Menezes especula que a edificação é, «senão contemporânea, pelo menos de logo depois da obra do teatro [Santa Isabel]»[527], isto é, do início dos anos 1850. Por seu turno, Alberto de Sousa estima que a casa solarenga «provavelmente já existia no início dos anos 1840»[528]. Todavia, com base em fonte primária inédita, podemos afirmar que o solar do Manguinho já estava construído em dezembro de 1844, portanto quando o engenheiro francês estava no Recife e em plena atividade. O álbum privado de Annunciada Adelaide Alves da Silva traz uma iconografia produzida por L. A. Boulanger intitulada «Morale de L’Arabie», um pequeno quadro enigmático com axiomas moralizantes em francês. Ao assinar a obra, o heraldista registra local e data, atestando, em nosso entendimento, a existência da arquitetura na cronologia apontada: «Manguinho, (Pernam’buco,) 18. Décembre 1844». A partir desse marco temporal, podemos conjecturar com mais precisão que a encomenda, o planeamento e a construção do solar do Manguinho estão compreendidos entre 1841 e 1844, tornando a casa solarenga do «Sr. Herculano» contemporânea ao palacete do Barão da Boa Vista e anterior ao Teatro Santa Isabel. Ainda mais: essa periodização lhe assegura o

[526] VAUTHIER *in* PONCIONI, 2010a: 261.
[527] MENEZES, 2019: 99.
[528] SOUSA, 2000: 109.

pioneirismo no uso do pórtico avançado com arcadas no Recife, uma vez que o moderníssimo «teatro público», arquitetura notável marcada por esse elemento, só estará pronto em 1850, como vimos. Tal fato torna o solar inovador o suficiente para que Vauthier o mencione na terceira de suas cartas arquiteturais[529], numa autorreferência velada de seu vanguardismo e sucesso.

Figura 38 – Digitalização da iconografia «Morale de L'Arabie». Autor: L. A. Boulanger. Data: 18 de dezembro de 1844. Destaque para as informações de data e local.



MORALE

DE L'ARABIE

Trouvée dans les ruines de la célèbre ville de PERSÉPOLIS,
et traduite en français par un voyageur.

faites pas	vous pouvez	qui fait	peut	fera	ne doit pas.
dites pas	vous pensez	qui dit	pense	dira	ne convient pas.
jugez pas	vous voyez	qui juge	voit	jugera	n'est pas.
croyez pas	vous entendez	qui croit	entend	croira	ne sera pas.
dépensez pas	vous avez	qui dépense	a	dépensera	n'a pas.
Ne	tout ce que	car celui	tout ce qu'il	souvent	ce qu'il (ou ce qui)

Manguinho / Pernambuco, *18. Décembre 1844*

L. A. B. –

Fonte: «Álbum pessoal de Annunciada Adelaide Alves da Silva, 1850/1854», fl. s/n. Acervo IAHGP.

[529] *Vide* VAUTHIER *in* PONCIONI, 2010a: 299.

Com base no *corpus* documental consultado, sustentamos que Herculano Alves da Silva muda-se definitivamente para sua habitação arrabaldina em 1851, ano em que leiloa todos os bens de seu sobrado na rua da Aurora. Provavelmente, é impelido por questões de saúde a se transferir do centro da cidade para o solar do Manguinho, substituindo os perigos das nuvens miasmáticas pelo ar puro dos arredores recifenses. O capitalista passa seus últimos dias na mais valiosa de suas trinta e três propriedades, a única casa com pavimento superior da estrada do Manguinho[530], estimada pelos avaliadores de seu espólio em 25:000$000[531], falecendo no dia 25 de dezembro de 1852[532].

Neste mesmo ano, o artista alemão Emil Bauch, abrasileirando seu primeiro nome para «Emílio», oferece aos pernambucanos os seus dotes artísticos:

> «Emilio Bauch, retratista alemão, tem a honra de recommendar-se ao respeitavel publico desta praça e provincia, promettendo executar com prontidão e perfeição, toda e qualquer obra de sua arte: quem quiser utilizar-se de seu prestimo, he rogado de dirigir-se a casa de sua residência, na rua do Trapiche Novo n. 2, terceiro andar, em todos os dias uteis das 9 horas da manhãa [sic] até as 4 horas da tarde.»[533]

Imbuído, por sua origem, de uma sensibilidade pelo pitoresco, o artista encontra na paisagem periurbana do Recife um edifício notável, completamente integrado ao verde: o solar de Herculano Alves da Silva. Ao fixá-lo em sua busca por vistas particularmente apelativas, Bauch ratifica a singularidade de sua arquitetura à época e lega à posteridade o primeiro registro visual conhecido do prédio que exterioriza, a um só tempo, o poderio

---

[530] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 245, 26 de outubro de 1857, coluna «A Carteira.», crônica «O bairro da Boa Vista e algumas palavras sobre a organisação e uma correspondencia predial nesta cidade», pág. 1. Excerto: «A rua da estrada do Manguinho conte treze [edifícios], sendo doze terreos e um de um andar;».

[531] MJPE – Inventario e partilha amigavel que entre si fizerão a viuva, filhos, e genro do finado Herculano Alves da Silva, 1853, fl. 18v. Trecho: «A propriedade da casa e sitio na estrada do Manguinho – decima 5 – sendo a casa de um andar – avaliada em vinte e cinco contos de reis [–] 25:000$000»

[532] IAHGP – Coleção dos inventários e testamentos, «[Inventário dos bens de D. Annunciada Camilla Alves da Silva]», 1888, fl. 190v.

[533] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 9, 13 de janeiro de 1852, seção «Avisos diversos.», pág. 4.

econômico de seu proprietário e o pertencimento deste ao grupo responsável pela modernização da cidade.

Considerações finais

Finalizada esta investigação científica e pondo em perspectiva o percurso até aqui empreendido, entendemos alcançados os objetivos estabelecidos para uma nova abordagem do solar do Manguinho, uma obra notável e singular do Recife da primeira metade do Oitocentos pela utilização do classicismo racionalista de J. N. L. Durand. A partir de uma vasta gama de fontes primárias, algumas das quais inéditas, e superando a atribuição apriorística do risco do prédio a Vauthier sedimentada pela tradição científica, enquadramos a casa solarenga em seu tempo, de modo a analisar a edificação para além dos aspectos meramente formais de seu invólucro e identificar outros pontos relacionados ao objeto de estudo igualmente importantes na definição de sua arquitetura: os modos e formas de habitar das elites locais, as transformações urbanísticas do Recife na cronologia, os agentes promotores de tal remodelamento, a biografia de seu proprietário e os vínculos firmados entre o «Cidadão Herculano» e a tríade composta pelos condutores da modernização da cidade, isto é, Francisco do Rego Barros, Francisco Antônio de Oliveira e o próprio Louis-Léger, respectivamente nominados o «poder político», o «poder econômico» e a «força técnico-artística». Tal procedimento mostrou-se profícuo e nos levou a caminhos não percorridos pela historiografia até então no tocante ao edifício e a seu dono.

Isto posto, concluímos que o prédio congrega a vanguarda do classicismo da *École Polytechnique* de Paris e as permanências do habitar recifense manifestas na organização dos espaços internos. Por um lado, o programa arquitetônico do solar de Herculano Alves da Silva é o que há de mais moderno e arrojado em circulação na cidade à altura, materializando aquilo que Vauthier chama de «arquitetura externa um pouco mais fantasiosa» [534]. Seu pórtico com arcadas e terraço impõe-se como elemento tão inovador e marcante na cronologia que inspirará um outro exemplar de arquitetura doméstica classicista: o solar do Barão Rodrigues Mendes, obra de grande qualidade arquitetônica levantada em Ponte D'Uchoa provavelmente entre 1850 e 1863[535],

[534] *Vide* VAUTHIER *in* POUNCIONI 2010a: 298.
[535] *Cf.* MENEZES, 2019: 99.

adquirida pelo sobredito comerciante português em hasta pública no ano de 1863 e reformada em 1870[536].

Figura 39 – Estampa «Sitio de João José Rodrigues Mendes.» constante no livro «Album de Pernambuco e seus Arrabaldes». Data: 1878. [Autor: L. Krauss]. Gravador: F. H. Carls.

Fonte: Acervo Biblioteca José Antônio Gonsalves de Mello – IRB.

Por outro lado, a casa solarenga do «Sr. Herculano» carrega em si o vulto do sobrado, com as salas de frente e de trás a definirem a arrumação dos cômodos. Todavia, a revalorização do pavimento térreo[537] com a presença de espacialidades aparatosas de intenso convívio social – a sala de visitas e a sala de jantar – e a constituição do salão nobre no primeiro piso articulado com o terraço formado pelo pórtico saliente apontam para uma guinada na vivência do lar pelos Alves da Silva, sintoma da modificação dos hábitos das elites recifenses mais permeáveis às novas modas. Permeabilidade esta,

[536] *Cf.* MENEZES, 2019: 86.
[537] *Vide* REIS FILHO, 2014: 120.

aliás, que não significa pura e simples importação cultural, cópia irrefletida de sociabilidades europeias rotuladas de «afrancesamento» ou «francesismo»; e sim, a assimilação de hábitos e gostos burgueses propagados pelos centros difusores europeus, com destaque para a França, justaposta a costumes, práticas e valores do «sistema patriarcal de família» conservados no âmago dessas mesmas elites. No caso do solar do Manguinho, tal paradoxo entre o *moderno* e o *arcaico* se manifesta, inclusivamente, na convivência de empregados livres, como o cocheiro[538] e o «cosinheiro estrangeiro»[539], com negros cativos[540].

No tocante à autoria do projeto da casa, da urdidura dos rastros[541] factuais encontrados nas fontes utilizadas e amparados pela bibliografia referida, consideramos suficientemente firmada a «base histórica convincente»[542] mencionada por Freyre para uma atribuição mais assertiva do risco do solar do Manguinho a Louis-Léger Vauthier, em especial se considerarmos o estatuto social de Herculano Alves da Silva, a demonstrada proximidade entre o capitalista e o engenheiro francês e a cronologia que delimitamos para a fábrica da edificação. Desse modo, as indiscutíveis afinidades estilísticas guardadas entre a casa solarenga e o Teatro Santa Isabel, tais como a volumetria do corpo principal, o pórtico com arcada e terraço, as fenestrações com vergas em arco pleno e arquivoltas interligadas por frisos, ganham novo sentido: deixam de ser mera derivação arquitetônica de um «prédio-mãe» para se desdobrar em alinhamento ideológico, manifestação de identificação, pertencimento e apoio ao grupo responsável pela transformação da cidade. Grupo este capitaneado pelo Barão da Boa Vista, o «Sr. Oliveira» e Vauthier, atores de quem o «Cidadão Herculano» era chegado, como provamos. Dito de outra forma, tal como o palacete de Francisco do Rego Barros, o solar do Manguinho igualmente figura a consciência de classe e o orgulho da elite

[538] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 8, 11 de janeiro de 1851, seção «Avisos diversos.», pág. 3. Transcrição: «Precisa-se de um cocheiro: no Manguinho, sitio de Herculano Alves da Silva.»
[539] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 4, 7 de janeiro de 1852, seção «Avisos diversos.», pág. 2. Conforme o anúncio: «Precisa-se de um cosinheiro estrangeiro: no Manguinho, casa de Herculano Alves da Silva.»
[540] MJPE – Inventario e partilha amigavel que entre si fizerão a viuva, filhos, e genro do finado Herculano Alves da Silva, 1853, fl. 14v-16.
[541] *Vide* GINZBURG, 2007: 7.
[542] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 4, 5 de janeiro de 1982, Caderno Geral, «Freyre pesquisa Vauthier», fl. A-10.

burguesa condutora dos rumos do Recife à época. Não à toa, as três obras – o palacete, o solar e o teatro – são riscadas pela mesma mão, a da «força técnico-artística», que acaba traçando também uma linha simbólica a inter-relacionar essas arquiteturas.

Entretanto, apesar dos fortes indícios da atuação do engenheiro de Pontes e Calçadas no projeto da casa solarenga, os quais esperamos ter demonstrado nesta dissertação, não fechamos a questão da autoria por no mínimo duas razões não desprezáveis. A primeira diz respeito à ausência de documento cabal que comprove terminantemente a relação de Louis-Léger com o plano da casa solarenga. O segundo motivo diz respeito à tratadística e à teoria da arquitetura civil em circulação no Recife na primeira metade da década de 1840 trazidas não por Vauthier, mas pela via portuguesa, como atesta um anúncio da «Livraria da Esquina da Rua do Collegio» publicado no jornal «Diário Novo», em 1º de março de 1845. O que denota a existência de um público especializado no Recife – arquitetos e engenheiros – consumidor desta literatura técnica não circunscrito aos franceses:

> «LIVRARIA DA ESQUINA DA RUA DO COLLEGIO.
>
> Compendio de geometria pratica, aplicada ás operações de Desenho, para servir de preliminar a quem se dedica ás Bellas Artes, ou ás artes mecânicas, 1 vol., 1839, pelo professor d'Academia de Bellas Artes de Lisboa – Elementos de Perspectiva theorica e pratica para instrucção preliminar dos architetos, pintores, esculptores, e de toda a sorte de pessoas que se dedicão as artes de Desenho, pelo professor d'Aula de Desenho de Architectura civil, 1 vol. 1842 – Noções theorica de Architetura civil, seguidas de um breve tratado das 5 ordens de J. B. de Vignola, pelo mesmo professor, 1839[.]»[543]

Acalentamos a esperança de que estejam preservados nos arquivos da Câmara Municipal do Recife os fundos documentais da Comissão de Edificação. A eventual descoberta desses códices, com os processos de licença de obras, plantas, alçados e demais informações concernentes à construção civil na década de 1840, pode solucionar

[543] BNDB – Diário Novo, n.º 49, 1º de março de 1845, seção «Vendas.», pág. 4.

definitivamente a questão da autoria do plano da casa solarenga e propiciar o aprofundamento do estudo da dita arquitetura: a mão de obra utilizada na construção, a periodização exata da empresa, os materiais construtivos utilizados e suas respectivas origens (se nacionais ou estrangeiras), etc. Infelizmente, hoje em dia, as fontes primárias referentes à edilidade recifense estão parcamente acessíveis aos pesquisadores por falta do devido tratamento técnico ocasionado, assim nos parece, pela falta de pessoal e pela ausência de infraestrutura necessária para tanto. Ainda assim, dos dois livros a que tivemos acesso durante a fase de recolha documental, pudemos vislumbrar a riqueza de informações novas contidas nos arquivos da Câmara as quais podem dar azo a importantes e inovadores trabalhos no âmbito da história do urbanismo, da engenharia e da arquitetura na cidade. Fazemos votos de que a instituição se debruce sobre o problema e promova a divulgação de seu acervo documental o quanto antes.

A propósito, entendemos que esta dissertação rende contributos para a difusão do solar do Manguinho enquanto bem patrimonial, uma vez que traz novas informações sobre uma obra classificada «Imóvel Especial de Preservação, n.º 29» pela municipalidade[544]. Ademais, considerando que o edifício atualmente pertence ao Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, logo um prédio público, entendemos que esta arquitetura pode ser uma das ferramentas para a desejada articulação entre a sociedade civil e a Justiça Eleitoral com vistas à inclusão social[545]. Assim, roteiros de visitação guiada podem ser estruturados e viabilizados por meio do Centro de Memória da Justiça Eleitoral de Pernambuco tendo por público-alvo estudantes da rede pública e privada de ensino objetivando a fruição desse patrimônio edificado, sem desconsiderar, por evidente, outros grupos visitantes em potencial. Algo que realizamos em caráter experimental em 2019 por ocasião da «13ª Primavera dos Museus», evento nacional promovido anualmente pelo Instituto Brasileiro de Museus, ao desenvolver o roteiro «Caminho da memória: um passeio histórico no Sítio da Cruz», uma visita mediada ao solar em que discorremos sobre a história da edificação, as transformações no espaço

[544] PCR – Legislação Municipal do Recife, 1997, «Lei n.º 16.284/97», Anexo I, pág. 9.
[545] TRE-PE – Resolução n.º 301, 11 de setembro de 2017, inciso XI, parágrafo único, art. 14.

urbano circundante à casa, além de abordar temas ligados à educação patrimonial e às relações entre paisagem urbana e memória. Tal ação educativa pode ser implementada em caráter regular superadas as restrições de distanciamento social impostas pela pandemia de COVID-19, fortalecendo, inclusive, a arquitetura pela divulgação de sua importância histórico-artístico-patrimonial junto à comunidade envolvente, caminho mais efetivo para sua preservação, pois, conforme aprendido neste mestrado, só é patrimônio aquilo que uma comunidade considera enquanto tal.

Figura 40 – O «Palacete da Benfica». Data: 1984.

Fonte: Acervo Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN.

Finalmente, apesar dos avanços alcançados, não entendemos que esta investigação exaure o estudo do solar do Manguinho. Pelo contrário, propicia seu desdobro em produção científica mais alargada no âmbito do terceiro ciclo. A partir deste trabalho enquanto marco inicial, julgamos necessário estudar os vínculos histórico-

arquitetônicos instituídos entre a casa solarenga do «Sr. Herculano» e outros exemplares do classicismo na arquitetura doméstica erguidos nos arredores do Recife na segunda metade do Oitocentos, tais como o supracitado solar do Barão Rodrigues Mendes e o «Palacete da Benfica», localizado na antiga Passagem da Magdalena. Mais ainda, acreditamos igualmente necessário relacionar o presente objeto de estudo com outras arquiteturas classicistas coetâneas levantadas no Brasil e enquadrar o solar, de forma mais ampla, no grande painel internacional constituído pela vaga Neoclássica na cronologia, buscando estabelecer conexões entre a casa solarenga do Manguinho e outras habitações periurbanas da burguesia, com destaque para as erguidas em Gênova, cidade conhecida por Herculano Alves, e nos territórios franceses, país referência do capitalista em termos culturais. Além disso, a própria história da casa demanda a continuidade do presente trabalho. Com a morte do «Cidadão Herculano», a propriedade do solar e do sítio do Manguinho passam para sua esposa, Annunciada Camilla, que reside no edifício até sua morte em 1888. Após o seu falecimento, o prédio é transmitido para os descendentes de Maria Carolina Alves da Silva e seu esposo, Abílio José Tavares da Silva[546]: Manuel Maria Tavares da Silva e José Tavares da Silva, netos de dona Annunciada[547], conforme atesta o litigioso inventário do espólio da viúva do «Sr. Herculano»:

> «O Conselheiro Correa de Araujo, procurador dos herdeiros filhos do D.^{or} Abílio Silva, me disse que concordaria em que se arbitrasse um aluguel para o sitio do Manguinho, que lhes coube na partilha nulla, e eu requeiro que o mesmo aluguel se leve em conta ao herdeiro que nesse predio residio desde o falecimento da inventariada até a entrega dele aos herdeiros a quem se o deo na partilha.»[548]

---

[546] BNDB – Diário de Pernambuco, n.º 74, 30 de março de 1878, coluna «Revista Diaria», pág. 2. Transcrição da fonte: «Fallecimento – Victima de padecimentos chronicos internos, falleceu hontem ao meio dia D. Maria Carolina Alves da Silva, viuva do Dr. Abilio José Tavares da Silva, que foi nesta cidade por muitos annos juiz dos feitos da fazenda. Era senhora muito caritativa e ornada de qualidades recommendaveis. O enterramento do seu corpo terá lugar hoje, pelas 9 horas da manhã, sahindo o prestito funer[a]rio da casa de residencia da finada, á rua da Aurora.»

[547] IAHGP – Coleção dos inventários e testamentos, «[Inventário dos bens de D. Annunciada Camilla Alves da Silva]», 1888, fl. 3-4v.

[548] IAHGP – Coleção dos inventários e testamentos, «[Inventário dos bens de D. Annunciada Camilla Alves da Silva]», 1888, fl. 182.

Tal evento, assinala a entrada dos Tavares da Silva na história do prédio, família que marcará a propriedade no Novecentos. Portanto, há ainda muito o que ser estudado no tocante ao solar do Manguinho, e nos sentimos motivados o suficiente para seguir adiante.

Fontes documentais e referências bibliográficas

a. Fontes documentais

a.1. Documentação cartorial

- 2ºORIR – *Certidão*, lavrada por escrevente autorizada do cartório em 8 de agosto de 2016.

a.2. Fontes impressas

- BARLÉU, Gaspar (2018) – *História do Brasil sob o governo de Maurício de Nassau, 1634-1644*. Recife: CEPE.
- CARVALHO, Alfredo de (1908) – *Annaes da Imprensa Periodica pernambucana de 1821-1908. Dados históricos e bibliográficos colleccionados por Alfredo de Carvalho*. Recife: Typographia do «Jornal do Recife». Disponível em https://archive.org/details/annalesdaimpren00carvgoog/page/n9/mode/2up [Acedido em 26/08/2020]
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da (1882) – *Diccionario biographico de pernambucanos celebres*. Recife: Typographia Universal. Disponível em http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221687 [Acedido em 26/08/2020]
- DURAND, J. N. L. (1801) – *Recueil et parallèle des edifices de tout genre, anciens et modernes, remarquables par leur beauté, par leur grandeur ou par leur singularité, et dessinés sur une même échelle par J. N. L. Durand, Architecte et Professeur d'Architecture à l'Ecole Polytechnique*. Paris: [sem informação]. Disponível em https://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/durand1802/0001 [Acedido em 26/08/2020]
- DURAND, J. N. L. (1802) – *Précis des leçons d'architecture données a L'Ecole Polytechnique, par J. N. L. Durand, architecte et professeur d'architecture. Premier Volume contenant trente-deux planches.* Paris: École Polytechnique. Disponível em https://archive.org/details/prcisdesleon01dura/page/n8/mode/2up [Acedido em 26/08/2020]

- DURAND, J. N. L. (1805) – *Précis des leçons d'architecture données a L'Ecole Polytechnique, par J. N. L. Durand, architecte et professeur d'architecture. Second Volume contenant trente-deux planches.* Paris: École Polytechnique. Disponível em https://archive.org/details/prcisdesleon02dura/page/n8/mode/2up [Acedido em 26/08/2020]
- DURAND, J. N. L. (1821) – *Partie graphique des cours d'Architecture faits a L'École Royale Polytechnique depuis sa réorganisation; précédée d'un sommaire des leons relatives a ce nouveau travail par J. N. L. Durand.* Paris: Imprimerie de Firmin Didot. Disponível em https://archive.org/details/partiegraphiqued00dura/page/n7/mode/2up
- FERREZ, Gilberto (1981) – *O Álbum de Luís Schlappriz: Memória de Pernambuco: álbum para os amigos das artes, 1863*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife.
- FERREZ, Gilberto (1984) – *Raras e preciosas vistas e panoramas do Recife: 1755-1855*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória e Recife: FUNDARPE.
- FLETCHER, James C., KIDDER, D[aniel]. P[arish]. (1866) – *Brazil and the Brazilians portrayed in Historical and descriptive sketches. Sixth Edition.* Boston: Little, Brown, and Company. Disponível em https://archive.org/details/brazilbrazilia00kidd/page/n7/mode/2up [Acedido em 26/08/2020]
- GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos (2006a) – *Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco. Volume I. (A-O)*. 2ª edição. Recife: CEPE.
- GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos (2006b) – *Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco. Volume III. (Q-R)*. 2ª edição. Recife: CEPE.
- GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos (2006c) – *Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco. Volume IV. (S-Z)*. 2ª edição. Recife: CEPE.
- HENDERSON, James (1821) – *A History of the Brazil; comprising its geography, commerce, colonization, aboriginal inhabitants, &c. &c. &c.* Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, Paternoster-Row. Disponível em http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518715 [Acedido em 26/08/2020]

- KOSTER, Henry (1816) – *Travels in Brazil*. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, Paternoster-Row. Disponível em https://archive.org/details/travelsinbrazil00inkost/page/n7/mode/2up [Acedido em 26/08/2020]
- KOSTER, Henry [autor], CASCUDO, Câmara [tradutor] (1942) – *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional. Disponível em https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/305 [Acedido em 26/08/2020]
- LANCE, Auguste (1872) – *Dictionnaire des architectes français. Tome premier A – K.* Paris: V^ve^ A. Morel et C^ie^, Éditeurs. Disponível em https://archive.org/details/dictionnairedesa01lanc/page/n7/mode/2up [Acedido em 26/08/2020]
- MELLO, Felix Cavalcanti de Albuquerque (1940) – *Memorias de um Cavalcanti. Trechos do livro de assentos de Felix Cavalcanti de Albuquerque Mello (1821/1901) escolhidos e annotados pelo seu bisneto Diogo de Mello Menezes.* São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Pôrto-Alegre: Companhia Editora Nacional. Disponível em http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/280 [Acedido em 26/08/2020]
- PINTO, Luís Maria da Silva (1832) – *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva. Disponível em https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5414 [Acedido em 26/08/2020]
- PONCIONI, Cláudia (2010a) – *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourietista no Brasil*. Recife: CEPE.
- TOLLENARE, L. F. (1905) – *Notas dominicaes. Tomadas durante uma residencia em Portugal e no Brasil nos annos de 1816, 1817 e 1818. Parte relativa a Pernambuco.* Recife: Empreza do «Jornal do Recife». Disponível em https://archive.org/details/notasdominicaest00toll/page/n9/mode/2up [Acedido em 26/08/2020]
- VASCONCELLOS, Barão de, VASCONCELLOS, Barão Smith (organizadores) (1918) – *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde. Disponível

em http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or375242/or375242.html [Acedido em 26/08/2020]

a.3. Jornais

- BNDB – *A União: Virtus unita crescil*, n.º 240, 11 de abril de 1850, «Relatorio», seção «Cemiterio Publico.», pág. 3. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/222658/883 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *A União: Virtus unita crescil*, n.º 258, 25 de maio de 1850, coluna «Folhetim.», crônica «Theatro de Santa-Izabel. A noite de 18 de maio.», pág. 1-3. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/222658/953 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 75, 6 de abril de 1827, seção «Fugidas de Escravos.», pág. 302. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_01/234 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 11, 15 de janeiro de 1829, seção «Edital.», pág. 43. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_01/610 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 427, 16 de julho de 1832, seção «Noticias Maritimas.», pág. 1690. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_01/4695 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 155, 21 de agosto de 1835, seção «Noticias Maritimas.», pág. 4. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_01/8383 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 203, 19 de setembro de 1836, seção «Governo da Provincia. Expediente do dia 17.», tópico «Officios.», pág. 2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/029033_01/9674 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 36, 11 de fevereiro de 1837, seção «Parte Official.», Item «Pernambuco.», subitem, «Governo da provincia. Expediente do dia 11», tópico «Portarias.», pág. 1. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_01/10166 [Acedido em 25/08/2020]

- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 45, 25 de fevereiro de 1837, seção «Parte Official.», Item «Pernambuco.», subitem, «Governo da provincia. Expediente do dia 22», tópico «Officios.», pág. 1. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_01/10204 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 244, 8 de novembro de 1839, seção «Avisos Diversos.», pág. 3-4. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_01/13529 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 71, 31 de março de 1841, seção «Thesouraria de Fazenda.», Item «Idem do dia 17.», pág. 1. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_02/1546 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 125, 12 de junho de 1841, seção «Pernambuco», item «Thezouraria de Fazenda.», tópico «Idem do dia 2 do corrente.», pág. 1. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_02/1778 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 184, 5 de agosto de 1841, seção «Correspondencia.», «À Pedido.», pág. 2. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_02/2020 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 258, 25 de novembro de 1841, seção «Correspondencias», pág. 2-3. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/029033_02/2326 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 98, 7 de maio de 1842, seção «Correspondencias», pág. 2-3. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/029033_02/2870 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 186, 30 de agosto de 1842, seção «Avisos Diversos», pág. 3-4. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_02/3225 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 236, 2 de novembro de 1842, seção «Avisos diversos.», pág. 4. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_02/3442 [Acedido em 25/08/2020]

- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 256, 25 de novembro de 1842, seção «Avisos diversos.», pág. 3-4. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_02/3530 [Acedido em 26/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 3, 4 de janeiro de 1843, seção «Avisos diversos», pág. 4. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_02/3639 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 29, 6 de fevereiro de 1843, seção «Diário de Pernambuco.», pág. 3. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_02/3754 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 61, 16 de março de 1843, seção «Avisos diversos.», pág. 3-4. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_02/3922 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 66, 22 de março de 1843, seção «Correspondencia.», pág. 2-3. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_02/3941 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 68, 24 de março de 1843, «A comissão que por parte do Corpo de Comercial apresentou ao Exm. Sr. Barão da Boo-Vista [sic] as chaves da casa que o mesmo Corpo Commercial offerecera a S. Ex. dirigio ao mesmo Exm. Sr. o seguinte discurso.», pág. 1-2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/029033_02/3950 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 93, 27 de abril de 1843, seção «Avisos diversos.», pág. 2-4. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_02/4051 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 118, 30 de maio de 1843, seção «Publicações a pedido», item «Conclusão da relação das pessoas que derão esmolas para o frontespicio da matriz da Boa-vista.», pág. 2-3. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_02/4151 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 123, 7 de junho de 1843, seção «Publicações a pedido», item «Relação das esmolas tiradas para a coberta da matriz da Boa-vista, ou reedificação de quasi toda a igreja desde julho de 1842 tè o presente,

sendo escrivão e administrador da dita obra o ir[m]ão o major José Gabriel de Moraes Mayer, e thesoureiros os irmãos José Affonso Ferreiro at[e] setembro de 1842, e Pedro Ignacio Baptista desde outubro do dito anno até o presente, extrahida das contas apresentadas.», pág. 1-2. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_02/4170 [Acedido em 25/08/2020]

- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 164, 1º de agosto de 1843, «Avisos diversos.», pág. 3-4. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_02/4342 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 189, 18 de maio de 1844, seção «Publicações a pedido», item «Relação dos nomes das Senhoras e Senhores tanto nacionaes como estrangeiros, que subscrevêrão com as suas esmolas para se finalizar a obrar interior da Matriz do SS. Sacramento da Boa vista durante a administração dos abaixo assinados.», pág. 2. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_02/5559 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 147, 5 de julho de 1844, seção «Leilões.», pág. 3. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_02/5392 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 180, 15 de agosto de 1844, seção «Editaes.», item «A Camara Municipal da cidade do Recife e seu ermo &c.», pág. 3. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_02/5524 Acedido em 26/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 127, 11 de junho de 1845, seção «Avisos diversos.», pág. 3. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_02/6469 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 143, 2 de julho de 1845, seção «Correspondencias.», pág. 2. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_02/6538 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 262, 22 de novembro de 1845, seção «Pernambuco.», Item «Companhia do Beberibe», tópico «Acta da sessaõ da Companhia de Beberibe em assembléa geral de 20 de novembro de 1845», pág.

1-2. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_02/7047 [Acedido em 25/08/2020]

- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 90, 10 de abril de 1846, seção «Movimento do Porto.», item «Navio sahido no mesmo dia.» Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_02/7588 [Acedido em 26/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 165, 29 de julho de 1846, seção «Compras.», pág. 3. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_02/7937 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 200, 10 de setembro de 1846, seção «Declaração.», pág. 2. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_02/8091 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 242, 29 de outubro de 1846, seção «Vendas.», pág. 4. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_02/8292 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 250, 7 de novembro de 1846, seção «Leilões.», pág. 2. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_02/8325 [Acedido em 26/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 252, 10 de novembro de 1846, seção «Avisos diversos.», pág. 2-3. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_02/8336 [Acedido em 26/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 31, 9 de fevereiro de 1847, seção «Vendas.», pág. 3-4. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_02/8657 [Acedido em 26/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 34, 11 de fevereiro de 1850, seção «Editaes.», pág. 2. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_03/134 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 8, 11 de janeiro de 1851, seção «Avisos diversos.», pág. 2-3. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_03/1222 [Acedido em 26/08/2020]

- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 26, 1º de fevereiro de 1851, seção «Leilões.», pág. 2. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_03/1294 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 4, 7 de janeiro de 1852, seção «Avisos diversos.», pág. 2-3. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_03/2386 [Acedido em 26/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 9, 13 de janeiro de 1852, seção «Avisos diversos.», pág. 3-4. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_03/2407 [Acedido em 26/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 180, 13 de agosto de 1852, seção «Vendas.», pág. 3-4. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_03/3095 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 253, 2 de novembro de 1855, «Communicado», pág. 2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/029033_03/7010 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 227, 5 de outubro de 1857, coluna «A Carteira.», crônica «O bairro do Recife.», pág. 1. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_03/9364 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 240, 20 de outubro de 1857, seção «Consulado Provincial. Lançamento da decima, da freguezia da Boa Vista, feito pelo lançador do consulado provincial Francisco Carneiro Machado Rios Junior, publicado pela imprensa de conformidade com a portaria do Sr. administrador da mesa do consulado provincial de 11 de agosto do corrente anno.», pág. 1-2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/029033_03/9396 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 245, 26 de outubro de 1857, coluna «A Carteira.», crônica «O bairro da Boa Vista e algumas palavras sobre a organisação de uma correspondencia predial nesta cidade», pág. 1. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_03/9436 [Acedido em 25/08/2020]

- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 247, 28 de outubro de 1857, seção «Consulado Provincial. Lançamento da decima, da freguezia da Boa-Vista, feita pelo lançador do consulado provincial João Pedro de Jesus da Motta, publicado pela imprensa de conformidade com a portaria do Sr. administrador da mesa do consulado provincial de 11 de agosto do corrente anno.», pág. 2. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_03/9445 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 250, 31 de outubro de 1857, seção «Consulado Provincial. Lançamento da decima, da freguezia da Boa-Vista, feita pelo lançador do consulado provincial João Pedro de Jesus da Motta, publicado pela imprensa de conformidade com a portaria do Sr. administrador da mesa do consulado provincial de 11 de agosto do corrente anno.», pág. 2. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_03/9457 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 269, 23 de novembro de 1857, coluna «A carteira», crônica «Casa de banhos no pateo do Carmo. – Projecto de um passeio publico no bairro da Boa-Vista.», pág. 1. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_03/9532 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 54, 8 de março de 1858, coluna «A carteira», crônica «A abertura do teatro de Santa Isabel no dia 27 do mez passado. – Primeira representação da Louca, ou o Castello das Sete Torres. – Espectaculo do dia 3. – Quem tudo quer tudo perde, e a Capa do José. – Estréa dos cantores Italianos.», pág. 1. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_03/9868 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 99, 2 de maio de 1859, seção «Avisos diversos.», pág. 3. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_03/11258 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 202, 4 de setembro de 1867, «Publicações a pedido», pág. 1-2. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_04/19197 [Acedido em 25/08/2020]

- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 205, 7 de setembro de 1867, seção «Publicações a pedido», pág. 2. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_04/19222 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 74, 30 de março de 1878, coluna «Revista Diaria», pág. 2-3. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_05/19656 [Acedido em 26/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 88, 19 de abril de 1887, seção «Revista Diaria», tópico «Ladrões», pág. 2. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_06/17510 [Acedido em 26/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 226, 30 de setembro de 1923, coluna «24», pág. 1. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_10/10110 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 93, 24 de abril de 1966, Terceiro Caderno, «Esvazia-se a Campanha de Preservação dos Velhos Solares», pág. 3. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_14/42541 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário de Pernambuco*, n.º 4, 5 de janeiro de 1982, Caderno Geral, «Freyre pesquisa Vauthier», fl. A-10. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/029033_16/38987 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário Novo*, n.º 11, 14 de janeiro de 1843, seção «Correspondencia.», pág. 2-3. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/709867/551 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Diário Novo*, n.º 49, 1º de março de 1845, seção «Vendas.», pág. 4. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/709867/2644 [Acedido em 26/08/2020]
- BNDB – *Diário Novo*, n.º 167, 1º de agosto de 1845, seção «Parte Official.», item «Governo da Provincia. Expediente do dia 29.», pág. 1. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/029033_02/6643 [Acedido em 30/08/2020]
- BNDB – *Diário Novo*, n.º 277, 23 de dezembro de 1846, coluna «Parte Official.», expediente «Relação dos despachos publicados pela secretaria de estado dos

negocios do imperio por ocasião do baptisado da serenessima princesa a Sra. D. Izabel.», seção «Ordem da Rosa», item «Cavalleiros.», pág. 2. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/800449/4756 [Acedido em 26/08/2020]

- BNDB – *O Artilheiro*, n.º 32, 1º de abril de 1843, «Diz o que lhe parece!», pág. 1. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/813990/127 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *O Carapuceiro*, n.º 51, 13 de novembro de 1839, artigo «Dialogo entre a Ponte da Boa Vista, e o novo Caes do Colegio.», pág. 1-4. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/750000/1326 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *O Liberal Pernambucano*, n.º 518, 5 de julho de 1854, seção «Movimentos do Porto.», tópico «Navios entrados no dia 3», pág. 4. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/705403/2093 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *O Liberal Pernambucano*, n.º 1208, 17 de outubro de 1856, seção «Leilão.», pág. 3. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/705403/4851 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *O Lidador*, n.º 176, 18 de maio de 1847, «Relação dos cidadãos excluidos da lista de jurados pela junta revizora, em 15 de janeiro de 1847.», pág. 2-3. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/819247/720 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *O Olindense*, n.º 64, 13 de dezembro de 1832, caderno suplementar, «Subscrição promovida pela Sociedade Patriotica Harmonizadora, para ser aplicada ao alimento, e Educação dos Orfãos dos dignos Patriotas mortos sustentando a liberdade em 1817 e 1824», seção «Bairro do Recife.», pág. 295-298. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/818895/263. [Acedido em 25/08/2020]
- CEPE – *O Harmonisador*, n.º 1, 12 de novembro de 1831. Disponível em http://200.238.101.22/docreader/SECXIX/4438 [Acedido em 25/08/2020]

a.4. Manuscritos

- APEJE – *Obras Públicas*, códice 8, 1839.
- APEJE – *Obras Públicas*, códice 12, 1841.

- IAHGP – *Álbum pessoal de Annunciada Adelaide Alves da Silva*, 1850/1854, [livro] 41.
- IAHGP – *Coleção dos inventários e testamentos*, «[Inventário dos bens de D. Annunciada Camilla Alves da Silva]», 1888, caixa 324.
- MJPE – *Inventario e partilha amigavel que entre si fizerão a viuva, filhos, e genro do finado Herculano Alves da Silva*, 1853, fundo «Recife», caixa 1211.

a.5. Periódicos

- BNDB – *Annaes da Medicina Pernambucana*, n.º 2, 1842. [Recife]: Typ. de Santos & Companhia. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/819166/50 [Acedido em 25/08/2020]
- BNDB – *Folhinha de Almanak ou Diario Ecclesiastico e Civil para as Provincias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas para o Anno Bicexto de 1860*[,] *Trigesimo-Nono da Independencia e do Imperio do Brasil.*, ano 1860. Pernambuco: Typographia de Manoel Figueiroa de Faria. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/709255/489 [Acedido em 25/08/2020]
- FERREIRA, Julio Pires (diretor) – *Almanach de Pernambuco para o anno de 1899 com a biographia do pernambucano Dr. Antonio Peregrino Maciel Monteiro*, 1º Anno, 1898. Recife: Typ. De Tondella, Cockles & C. Successores. Disponível em http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=88218 [Acedido em 25/08/2020]
- FERREIRA, Julio Pires (diretor) - *Almanach de Pernambuco para o anno de 1901 com a biographia do pernambucano Francisco do Rego Barros, Conde da Bôa-Vista*, 3º Anno, 1900. Recife: Typ. De Tondella, Cockles & C. Successores de F. P. Boulitreau. Disponível em http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=88218 [Acedido em 25/08/2020]
- FERREIRA, Julio Pires (diretor) – *Almanach de Pernambuco para o anno de 1904 com a biographia de Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama*, 6º Anno, 1903. Recife: Imprensa Industrial. Disponível em

http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=88218 [Acedido em 25/08/2020]

a.6. Processos

- IPHAN-PE – *Processo de Tombamento N.º 320-T-42 – Casa a Avenida Rosa e Silva, 36, Recife/PE*, Processo SEI n.º 01498.001912/2017-73.

a.7. Relatórios da presidência da província de Pernambuco

- CRL – *Provincial Presidential Reports: Pernambuco.*, 1838, «Falla que, na occazião da abertura da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco no 1º de março de 1838, recitou o Exm. Snr. Francisco do Rego Barros, Prezidente da mesma Provincia.» Disponível em http://ddsnext.crl.edu/titles/180?terms&item_id=4325 [Acedido em 25/08/2020]
- CRL – *Provincial Presidential Reports: Pernambuco.*, 1839, «Relatorio que á Assemblea Legislativa de Pernambuco apresentou na sessão ordinaria de 1839 o Exm.º Presidente da mesma Provincia Francisco Rego Barros». Disponível em http://ddsnext.crl.edu/titles/180?terms&item_id=4272 [Acedido em 25/08/2020]
- CRL – *Provincial Presidential Reports: Pernambuco.*, 1840, «Relatorio que á Assemblea Legislativa de Pernambuco apresentou na sessão ordinaria de 1840 o Excellentissimo Presidente da mesma Provincia Francisco Rego Barros». Disponível em http://ddsnext.crl.edu/titles/180?terms&item_id=4273 [Acedido em 25/08/2020]
- CRL – *Provincial Presidential Reports: Pernambuco.*, 1841, «Relatorio que á Assemblea Legislativa de Pernambuco Apresentou na Sessão Ordinaria de 1841 o excellentissimo presidente da mesma província Francisco do Rego Barros.» Disponível em http://ddsnext.crl.edu/titles/180?terms&item_id=4274 [Acedido em 25/08/2020]
- CRL – *Provincial Presidential Reports: Pernambuco.*, 1844, «Relatorio que á Assemblea Legislativa de Pernambuco Apresentou na Sessão Ordinaria de 1844

o Excellentissimo Barão da Boa-Vista, presidente da mesma província.» Disponível em http://ddsnext.crl.edu/titles/180?terms&item_id=4277 [Acedido em 26/08/2020]

b. Referências bibliográficas

b.1. Bibliografia

- BARRETO, Ângela Maria Maranhão (1994) – *O Recife através dos tempos: formação de sua paisagem*. Recife: FUNDARPE.
- BENEVOLO, Leonardo (2019) – *História da cidade*. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva.
- CARVALHO, José Murilo de, coord. (2012) – *História do Brasil Nação: 1808-2010. Volume 2. A construção nacional: 1830-1889.* Rio de Janeiro: Objetiva.
- CAVALCANTI, Carlos Bezerra (2018) – *Enciclopédia Urbana do Recife*. Recife: Poço Cultural.
- CAVALCANTI, Vanildo Bezerra (1977) – *Recife do Corpo Santo*. Recife: Prefeitura Municipal do Recife, Secretaria de Educação e Cultura, Conselho Municipal de Cultura.
- CAVALCANTI JÚNIOR, Manuel Nunes (2015) – «*O Egoísmo, a degradante vingança e o espírito de partido»: a história do predomínio liberal ao movimento regressista (Pernambuco, 1834-1837)*. Recife: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Tese de doutoramento. Disponível em https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13860 [Acedido em 27/08/2020]
- CHOAY, Françoise (2010) – *Património e Mundialização*. Évora: Editora Licorne.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da (1900) – *Estudo historico-retrospectivo sobre as artes em Pernambuco*. *In* [vários autores] – *Revista do Instituto Archelogico e Geographico Pernambucano*, n.º 54, anno XXXVIII. Recife: Typographia do «Jornal do Recife», pág. 3-45. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=41441 [Acedido em 27/08/2020]

- COSTA, Francisco Augusto Pereira da (1976) – *Vocabulário Pernambucano*. 2ª edição. Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Estado de Pernambuco.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da (1983a) – *Anais Pernambucanos. Volume 1. (1493-1590)*. 2ª edição. Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da (1983b) – *Anais Pernambucanos. Volume 2. (1591-1634)*. 2ª edição. Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da (1983c) – *Anais Pernambucanos. Volume 3. (1635-1665)*. 2ª edição. Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da (1984a) – *Anais Pernambucanos. Volume 6. (1740-1794)*. 2ª edição. Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da (1984b) – *Anais Pernambucanos. Volume 7. (1795-1817)*. 2ª edição. Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da (1984c) – *Anais Pernambucanos. Volume 8. (1818-1823)*. 2ª edição. Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da (1984d) – *Anais Pernambucanos. Volume 9. (1824-1833)*. 2ª edição. Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da (2013) – *Arredores do Recife*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana.
- COSTA E SILVA, Genny da, COSTA E SILVA, Risoleta da (1987) – *Índices onomástico e de assuntos dos Anais Pernambucanos*. Recife: FUNDARPE/Diretoria de Assuntos Culturais.
- FERREIRA, J. M. Simões (2010) – *História da teoria da arquitectura no ocidente: de forma resumida e como Guião para o seu estudo mais aprofundado.* Lisboa: Nova Veja.
- FREYRE, Gilberto (1960a) – *Um Engenheiro Francês no Brasil. 1º Tomo.* 2ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra.
- FREYRE, Gilberto (1960b) – *Um Engenheiro Francês no Brasil. 2º Tomo. Diário Íntimo de Louis Léger Vauthier. Cartas Brasileiras de Louis Léger Vauthier.* 2ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra.

- FREYRE, Gilberto (1997) – *Introdução a «Casas de residência no Brasil»*. *In* CAMPOFIORITO, Ítalo (organização). Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.º 26, pág. 224 a 238. IPHAN. Disponível em http://docvirt.com/docreader.net/reviphan/9494 [Acedido em 26/08/2020]
- FREYRE, Gilberto (2004) – *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 15ª edição. São Paulo: Global Editora.
- FREYRE, Gilberto (2007) – *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*. 5ª edição. São Paulo: Global Editora.
- FREYRE, Gilberto (2009) – *Vida Social no Brasil nos Meados do Século XIX*. 4ª edição revista. São Paulo: Global Editora.
- GINZBURG, Carlo (2007) – *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GOMES, Amanda Barlavento (2016) – *A trajetória de vida do Barão de Beberibe, um traficante de escravos no Império do Brasil (1820 – 1855)*. Recife: Centro de Filosofia e Ciência Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Dissertação de mestrado. Disponível em https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18395 [Acedido em 26/08/2020]
- GOUVÊA, Fernando a Cruz (2008) – *O Marquês do Paraná: o traço todo do conciliador*. Recife: Editora Universitária da UFPE.
- GUERRA, Flávio [1960] – *Velhas igrejas e subúrbios históricos*. Série «Evocações históricas da cidade do Recife». Recife: Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura da Cidade do Recife. Disponível em https://archive.org/details/velhasigrejasesu00guer/page/n3/mode/2up [Acedido em 26/08/2020]
- GUERRA, Flávio (1973) – *O Conde da Boa Vista e o Recife*. Recife: Fundação Guararapes.
- HAN, Byung-Chul (2018) – *A Expulsão do Outro – Sociedade, Perceção e Comunicação Hoje.* Lisboa: Relógio D'Água Editores.

- HOBSBAWN, Eric J. (2004) – *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848.* 18ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- JORDÃO, Fred (2019) – *Recife: fotografias. 1986/2018. Fred Jordão*. Recife: CEPE.
- JUREMA, Aderbal (1971) – *O sobrado na paisagem recifense*. 2ª edição. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
- LIMA, Cecília Modesto e ALBERNAZ, Maria Paula (1998a) – *Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Volume I – A a I*. São Paulo: ProEditores.
- LIMA, Cecília Modesto e ALBERNAZ, Maria Paula (1998b) – *Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Volume II – J a Z*. São Paulo: ProEditores.
- MAIA, Gustavo [fotos], MENEZES, José Luiz Mota [textos] (2019) – *Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares no Recife: a arte da imagem*. Recife: Bureau de Cultura.
- MELO, Mário Lacerda de (2012) – *Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba*. 2ª edição revista. Recife: CEPE.
- MELLO, Evaldo Cabral de (2010) – *O Brasil holandês*. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras e Penguin.
- MENEZES, José Luiz Mota (2015) – *Ruas sobre as águas: as pontes do Recife*. Recife: CEPE Editora.
- MENEZES, José Luiz Mota (2019) – *Palacetes e Solares dos Arredores do Recife – Passagem da Madalena, Ponte d' Uchoa, Poço da Panela e Apipucos*. Recife: Bureau de Cultura.
- MOURA FILHA, Maria Berthilde (2000) – *O Cenário da Vida Urbana: a definição de um projeto estético para as cidades brasileiras na virada do século XIX / XX*. João Pessoa: Centro de Tecnologia/Editora Universitária/UFPB.
- MOURA FILHA, Maria Berthilde (2010) – *Artistas e artífices a serviço das irmandades religiosas do Recife nos séculos XVIII e XIX*. *In* FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, coord. – *A Encomenda. O Artista. A Obra*. Porto: CEPESE, pág. 359-378.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando (1986) – *Casas esguias do Porto e Sobrados do Recife*. Recife: Pool Editorial S/A.

- PALLASMAA, Juhani (2017) – *Habitar*. São Paulo: Editora Gustavo Gili.
- PONCIONI, Cláudia (2010b) – *O Brasil visto por Louis Léger Vauthier (Pernambuco, 1840-1846) – Diários e cartas*. *In* [vários autores] – *Navegações: Revista de Cultura e Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. 3, n.º 2. PUCRS. Disponível em http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/issue/view/489 [Acedido em 12/03/2020]
- PRIORI, Mary del (2016) – *História da gente brasileira. Vol. 02. Império*. São Paulo: Leya Editora.
- REIS FILHO, Nestor Goulart (2014) – *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 13ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva.
- RESENDE, Nuno, org. (2015) – *Manual de boas práticas para elaboração de trabalhos académicos em História da Arte*. 1ª versão Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Património.
- REYNALDO, Amélia, ALVES, Paulo Reynaldo Maia (2013) – *Origem da Expansão Urbana do Recife: Divisão do solo e configuração da trama urbana.* «V Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo». Barcelona e Buenos Aires, junho/2013. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya. Disponível em https://upcommons.upc.edu/handle/2099/14495 [Acedido em 26/08/2020]
- SETTE, Mário (2018) – *Arruar: história pitoresca do Recife antigo*. 4ª edição revista e ampliada. Recife: CEPE.
- SOUSA, Alberto (2000) – *O classicismo arquitetônico no Recife imperial*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB e Salvador: Fundação João Fernandes da Cunha.
- TOMAN, Rolf, editor (2007) – *Neoclasicismo y romanticismo. Arquitectura, escultura, pintura, dibujo (1750-1848)*. Barcelona: Ullmann & Könemann.

b.2. Artigos em linha

- OLIVEIRA, Marcelo Almeida (2010) – *Da paisagem como jardim. Olinda e Ouro Preto*. Arquitextos, São Paulo, ano 11, n. 127.05, Vitruvius, dez. 2010. Disponível

em https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.127/3697 [Acedido em 27/08/2020]

- SOUSA, Alberto, OLIVEIRA, Antônio Francisco de (2017) - *O pórtico saliente com arcos e terraço na arquitetura oitocentista brasileira*. Arquitextos, São Paulo, ano 17, n. 204.03, Vitruvius, maio 2017. Disponível em https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.204/6559 [Acedido em 27/08/2020]

b.3. Normativos

- PCR – *Legislação Municipal do Recife*, 1997, «Lei n.º 16.284/97. Ementa: Define os Imóveis Especiais de Preservação – IEP, situados no Município do Recife, estabelece as condições de preservação, assegura compensações e estímulos e dá outras providências.» Disponível em http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/lei_16284_1997.pdf [Acedido em 27/08/2020]
- TRE-PE – *Resolução n.º 301*, 11 de setembro de 2017, «Dispõe sobre o Regimento Interno da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco». Disponível em http://www.tre-pe.jus.br/legislacao/consultar-legislacao-eleitoral [Acedido em 27/08/2020]

Anexos

Anexo 1 – Tabela com bens de raiz de Herculano Alves da Silva em 1852

Apêndice 1 - Bens de Raiz de Herculano Alves da Silva em 1852				
Logradouro	**Zona**	**Tipologia**	**Valor estimado**	**Observações**
Rua de Fora de Portas, 124	Fora de Portas	Sobrado de 1 (um) andar.	3:000$000	-
Rua dos Trapiches, 8	Bairro do Recife	Sobrado de 03 (três) andares.	23:000$000	Defronte ao Cais do Trapiche Novo.
Rua dos Trapiches, 10	Bairro do Recife	Sobrado de 03 (três) andares.	23:000$000	Defronte ao Cais do Trapiche Novo.
Rua dos Trapiches, 12	Bairro do Recife	Sobrado de 04 (quatro) andares.	20:000$000	Defronte ao Cais do Trapiche Novo.
Rua dos Trapiches, 14	Bairro do Recife	Sobrado de 04 (quatro) andares.	18:500$000	Defronte ao Cais do Trapiche Novo.
Rua dos Trapiches, 16	Bairro do Recife	Sobrado de 04 (quatro) andares.	18:500$000	Defronte ao Cais do Trapiche Novo.
Rua dos Trapiches, 18	Bairro do Recife	Sobrado de 04 (quatro) andares.	13:500$000	Defronte ao Cais do Trapiche Novo.
Rua dos Torres, 12	Bairro do Recife	Sobrado de 02 (dois) andares.	6:000$000	-
Rua das Cruzes, 41	Santo Antônio	Sobrado de 02 (dois) andares.	600$000	Casa edificada em chãos foreiros e sujeita por hipoteca a um ônus de 4:016$640 instituído pelo chantre João da Silva Fonseca.
Rua do Rangel, 77	Santo Antônio	Sobrado de 02 (dois) andares.	7:000$000	-
Rua do Rangel, 79	Santo Antônio	Casa térrea.	1:600$000	-
Rua do Rangel, 81	Santo Antônio	Casa térrea.	2:000$000	Alugada a José Ignácio de Arruda.
Rua da Praia, 76	Santo Antônio	Casa térrea.	2:000$000	-
Rua da Praia, 78	Santo Antônio	Casa térrea.	2:000$000	-
Rua da Praia, 80	Santo Antônio	Casa térrea.	1:500$000	-
Rua da Praia, 82	Santo Antônio	Casa térrea.	1:500$000	-

Rua da Autora, 58	Boa Vista	Sobrado de 03 (três) andares.	18:000$000	
Pátio da Santa Cruz, 2	Boa Vista	Casa térrea.	3:500$000	-
Rua detrás da Matriz da Boa Vista, 1	Boa Vista	Casa térrea.	3:000$000	-
Rua detrás da Matriz da Boa Vista, 3	Boa Vista	Casa térrea.	3:000$000	-
Rua detrás da Matriz da Boa Vista, 5	Boa Vista	Casa térrea.	3:000$000	-
Rua detrás da Matriz da Boa Vista, 7	Boa Vista	Casa térrea.	3:000$000	-
Rua da Soledade, 36	Soledade (Boa Vista)	Casa térrea.	3:800$000	-
Rua da Soledade, 38	Soledade (Boa Vista)	Casa térrea.	3:800$000	-
Rua da Soledade, 40	Soledade (Boa Vista)	Casa térrea.	3:800$000	-
Rua da Soledade, 50	Soledade (Boa Vista)	Casa térrea.	1:500$000	-
Rua da Soledade, 56	Soledade (Boa Vista)	Casa térrea.	800$000	-
Rua da Soledade, 62	Soledade (Boa Vista)	Casa térrea.	500$000	-
Rua da Soledade, 64A	Soledade (Boa Vista)	Casa térrea.	4:500$000	Alugada a Ignácio Marques da Costa Soares.
Rua da Soledade, 64B	Soledade (Boa Vista)	Casa térrea.	3:500$000	Sem quintal.
Rua da Soledade, 68	Soledade (Boa Vista)	Casa de sobrado.	5:500$000	Levantada num sítio.
Rua da Soledade, 70	Soledade (Boa Vista)	Casa térrea.	4:500$000	-
Estrada do Manguinho, 5	**Manguinho (Boa Vista)**	**Casa assobradada de 01 (um) andar.**	**25:000$000**	**Sítio do Manguinho.**

Fonte: MJPE – *Inventario e partilha amigavel que entre si fizerão a viuva, filhos, e genro do finado Herculano Alves da Silva*, 1853, fundo «Recife», caixa 1211.

Anexo 2 – Apontamentos – Inventário de Herculano Alves da Silva (pai)

Nomenclatura Digital	Apontamentos	Pág.	Comentários/Observações
IMAG0261	Petição inicial da viúva, filhos e genro do falecido. **Transcrição** (excerto): *"Dizem Annunciada Camilla Alves da Silva, Maria Carolina Alves da Silva, Maria Annunciada Alves da Silva, Herculano Alves da Silva, Amélia Augusta da Silva Oliveira e Francisco Antônio de Oliveira Júnior, viúva, filhos e genro do falecido Herculano Alves da Silva, que eles Suplicantes acor[da]ram entre si proceder a partilha amigável, e convencional, aquela e[xpos]ta do documento junto*	2	Annunciada Adelaide assina o nome completo "*Maria Annunciada Adelaide Alves da Silva"*
IMAG0262	Anexo à petição inicial dos herdeiros do espólio. **Transcrição** (excerto): *"Nós abaixo assinados Annunciada Camilla Alves da Silva, Maria Carolina Alves da Silva, Maria Annunciada Adelaide Alves da Silva, Herculano Alves da Silva, Amélia Augusta Alves da Silva e Oliveira e Franciso Antônio d'Oliveira Júnior*[,] *viúva e herdeiros do falecido Herculano Alves da Silva[,] acordando entre nós todos em proceder amigavelmente a partilha dos bens do casal do nosso marido, pai e sogro temos convencionado que os herdeiros Maria Annunciada Adelaide Alves da Silva traria à cotação a metade do valor do piano que lhe foi doado, e que bem assim a herdeira Amélia Augusta Alves da Silva e Oliveira traria também a cotação metade do valor das joias, obras de prata e móveis que lhe foram igualmente doados não trazendo a cotação nem essas duas*	[3]	

	herdeiras, nem seu irmão e nem finalmente a herdeira Maria Carolina Alves da Silva, quaisquer objetos de valor insignificante que lhes tenham sido oferecidos pelos seus pais. Foi igualmente convencionado que os bens de raiz do casal seriam avaliados pelo Sr. José"		
IMAG263	"*Jerônimo Monteiro em que todos nós louvamos, sendo as joias, obras de prata e ouro avaliadas pelos Srs. Ignácio José d'Assunção e Pedro de Sousa Eloy, sendo a mobília avaliada pelos Srs. Henrique e Félix Gomes Coimbra – marceneiros – e sendo finalmente avaliados os objetos de casquinho, porcelana, cristal, bronze, louça, ferro, cobre, arame, carros, semoventes e escravos pelo Sr. Albino José Ferreira da Cunha. Enfim, convencionamos que a meeira viúva a quem cabe exercer ass funções de inventariante fizesse em presença de todos os mais interessados a partilha do casal acima mencionado.* ***Sítio do Manguinho*[,] *28 de setembro de 1853***"	[3v]	
IMAG0264	Rol de herdeiros de Herculano Alves da Silva passado pela viúva e inventariante. **Transcrição**: "*Herdeiros de Herculano Alves da Silva são os seguintes*[:] *D. Maria Carolina Alves da Silva com vinte e quatro anos, D. Maria Annunciada Alves da Silva com vinte e três anos, Herculano Alves da Silva com vinte e dois anos, D. Amélia Augusta Alves da Silva Oliveira, casada.* *Recife*[,] *28 de setembro de 1853*"	4	Informação sobre a idade dos filhos em 1853: – Maria Carolina, 24 anos; – Annunciada Adelaide, 23 anos; – Herculano Alves, 22 anos. Não consta a idade de Amélia Augusta. Como esta já estava casada à altura e seus irmãos

			não, provavelmente era a mais velha de todos.
IMAG0265	**Início do "*Inventário dos bens do casal do falecido Herculano Alves da Silva*"**. **Transcrição**: "***Dinheiro*** *A quantia de três contos quatrocentos e sessenta e nove mil reis que se gastou como adiante se verá* ***Ouro e joias*** *Brinco de brilhantes avaliados em seiscentos e trinta e dois mil reis* [–] *632$000* *Uma broche de brilhantes avaliada em oitocentos mil réis* [–] *800$000* *Uma flor de brilhantes avaliada em trezentos mil reis* [–] *300$000* *Outra dita menor avaliada em cento e cinquenta mil reis* [–] *150$000* *Um frontem de brilhantes avaliado em cento e dezesseis mil réis* [–] *116$000* *Um relógio inglês com caixa de ouro com corrente também de ouro para homem avaliado em cento e cinquenta mil réis* [–] *150$000* *Um crucifixo de ouro grande com o santo linho* [?] *e com quinze oitavas e meia cada uma a dois mil réis (por ser o ouro baixo) avaliada em trinta e um mil réis* [–] *31$000*	5	Inventário: IMAG0265 a IMAG0312

	Um [sic] *cruz menor de ouro liso com seis oitavas a dois mil réis cada uma e três diamantes a quatro mil réis cada um, avaliada em dezesseis mil réis* [–] *16$000"*		
IMAG0266	"[…] *Uma caneta de ouro com cinco oitavas e meia a dois mil réis a oitava avaliada em onze mil réis* [–] *11$000* *Outra dita avaliada em seis mil reais* [–] *6$000* *Outra dita com vidro azul avaliada por três mil e quinhentos réis* [–] *3$500* *Uma corrente de ouro nova e moderna com seis oitavas de ouro avaliada por trinta e quatro mil réis* [–] *34$000* […] ***Prata*** *Uma bandeja redonda feita em <u>Inglaterra</u> com o peso de mil trezentas e vinte oito oitavas cada uma a duzentos e cinquenta réis, avaliada em trezentos e trinta e dois mil réis* [–] *332$000* *Uma bandeja também redonda feita em <u>Portugal</u> com setecentas e cinquenta e duas oitavas a duzentos e cinquenta réis cada uma, avaliada em cento e oitenta e oito mil réis* [–] *188$000* *Uma salva com o peso de cento e cinquenta oitavas a duzentos e cinquenta réis cada uma, avaliada em trinta e sete mil e quinhentos réis* [–] *37$500"*	5v	

IMAG0267	"[…] *Duas salvas menores cada uma com cento e vinte e quatro oitavas a duzentos e cinquenta réis a oitava avaliadas em sessenta e dois mil réis* [–] *62$000* *Uma salda com cento e quatorze oitavas a duzentos e cinquenta réis cada uma avaliada em vinte oito mil e quinhentos réis* [–] *28$500* *Uma salva com cento e três oitavas a duzentos e cinquenta réis cada uma, avaliada em vinte cinco mil setecentos e cinquenta réis* [–] *25$750* *Uma salva com setenta e sete oitavas a duzentos e cinquenta réis cada uma avaliada em dezenove mil duzentos e cinquenta réis* [–] *19$250* *Uma salva com sessenta e nove oitavas a duzentos e cinquenta réis cada uma avaliada em dezessete mil duzentos e cinquenta réis* [–] *17$250* *Um <u>aparelho de chá</u> com as seguintes peças: cafeteira, bule, açucareiro, leiteira, manteigueira e tigela para lavar com mil cento e setenta e seis oitavas cada uma a duzentos e cinquenta réis, avaliado em duzentos e noventa e quatro mil réis* [–] *294$000* […]"	6	
IMAG0268	"[…] *Uma caixinha de chá com setenta e uma oitavas, a duzentos e cinquenta réis cada uma, avaliada em dezessete mil setecentos e cinquenta réis* [–] *17$750* *Outra dita com sessenta e duas oitavas a duzentos e cinquenta réis cada uma*	6v	

	avaliada em quinze mil e quinhentos réis [–] *15$500* *Uma manteigueira inglesa com cento e quatro oitavas a duzentos e cinquenta réis cada uma, avaliada em vinte e seis mil réis* [–] *26$000* *Um galheteiro com duzentas e oitenta e duas oitavas, a duzentos e cinquenta réis cada uma, avaliado em setenta mil e quinhentos réis* [–] *70$500* *Outro galheteiro com duzentas e oitenta e oito oitavas, a duzentos e cinquenta réis cada uma, avaliado em setenta e dois mil réis* [–] *72$000* *Um braseiro com vinte e oito oitavas, a duzentos e cinquenta réis cada uma, avaliado em sete mil réis* *Um paliteiro com cinquenta e duas oitavas, a duzentos e cinquenta réis cada uma, avaliado em treze mil réis* [–] *13$000* […]*”*		
IMAG0269	“[…] *Uma colher de tirar sopa com setenta e duas oitavas a duzentos e cinquenta réis cada uma avaliada, em dezoito mil réis* [–] *18$000* *Outra colher de tirar sopa com setenta e um oitavas, a duzentos e cinquenta réis cada uma, avaliada em doze mil réis setecentos e cinquenta réis, digo com cinquenta e uma oitavas, avaliada em doze mil setecentos e cinquenta réis* [–] *12$750*	7	

	Outra colher de tirar sopa com setenta e uma oitavas, a duzentos e cinquenta réis cada uma, avaliada em dezessete mil, setecentos e cinquenta réis [–] *17$750* *Uma colher de tirar arroz, com sessenta e nove oitavas, a duzentos e cinquenta réis cada uma, avaliada em quatorze mil setecentos e cinquenta réis* [–] *14$750* *Outra colher de tirar arroz, com cinquenta e nove oitavas, a duzentos e cinquenta réis cada uma, avaliada em quatorze mil setecentos e cinquenta réis* [–] *14$750* *Uma dita menor, com trinta e cinco oitavas, a duzentas e cinquenta réis cada uma, avaliada em oito mil setecentos e cinquenta réis [–] 8$750* […]*”*		
IMAG0270	“[…] *Duas colheres de arroz menores que as precedentes, com trinta e cinco oitavas cada uma, a duzentos e cinquenta réis cada uma, avaliada em dezessete mil e quinhentos réis* [–] *17$500* *Uma dúzia de colheres de prata com duzentas e sessenta oitavas, a duzentos e cinquenta réis cada uma, avaliada em sessenta e cinco mil réis* [–] *65$000* *Outra dúzia com duzentas e cinquenta e seis oitavas, a duzentos e cinquenta réis cada uma, avaliadas em sessenta e quatro mil réis [–] 64$000* *Outra dúzia menos uma colher, isto é onze colheres, com duzentas e vinte e seis*	7v	

	oitavas, a duzentos réis cada uma, avaliada em quarenta e cinco mil e duzentos réis [–] *45$200* *Uma dúzia de colheres menores com cento e setenta e quatro oitavas, a duzentos e cinquenta réis cada uma, avaliada em quarenta e três mil e quinhentos réis* [–] *43$500* […]*"*		
IMAG0271	"[…] *Uma dúzia de colheres de sobremesa com cento e cinquenta e uma oitavas e um terço, a duzentos e cinquenta réis cada uma, avaliada em trinta e sete mil setecentos e cinquenta réis* [–] *37$750* *Outra dúzia de colheres de sobremesa com o mesmo peso avaliada em trinta e sete mil setecentos e cinquenta réis* [–] *37$750* *Outra dúzia de colheres de sobremesa, com o mesmo peso, avaliada em trinta e sete mil setecentos e cinquenta réis* [–] *37$750* *Uma dúzia de colheres de chá com noventa e quatro oitavas, a duzentos e cinquenta réis cada uma, avaliada em vinte e três mil e quinhentos réis*[–] *23$500* *Outra dúzia de colheres de chá com o mesmo peso avaliada em vinte e três mil e quinhentos réis [–] 23$500* *Nove colheres de chá e uma concha de tirar açúcar, com trinta e nove oitavas, a*	8	

	duzentos réis cada uma avaliada em sete mil e oitocentos réis [–] *7$800* […]*”*		
IMAG0272	“[…] *Uma pinça de tirar torrões de açúcar com dezessete oitavas, a duzentos réis cada uma, avaliada em três mil e quatrocentos réis* [–] *3$400* *Uma peixeira com cinquenta e quatro oitavas a duzentos e cinquenta réis cada uma, avaliada em treze mil e quinhentos réis* [–] *13$500* *Outra dita com <u>cabo de ébano</u> com o peso de trinta e duas oitavas, a duzentos e cinquenta réis cada uma, avaliada em 8$000* *Doze garfos de prata com duzentas e dezenove oitavas, a duzentos e cinquenta réis cada uma, avaliados em quarenta e quatro mil setecentos e cinquenta réis* [–] *44$750* *Uma bacia com o seu competente jarro, com setecentas e vinte e quatro oitavas, a duzentas e cinquenta réis cada oitava, avaliada em cento e oitenta e um mil réis* [–] *181$000* *Três pares de castiçais grandes com seiscentas e quarenta e oito oitavas, a duzentos e cinquenta réis cada uma, avaliados em conto e sessenta e dois mil réis* [–] *162$000* *Uma campainha com trinta e sete oitavas, a duzentos e cinquenta réis cada*	8v	

	uma, avaliada em sete mil e quatrocentos réis [–] *7$400* […]*”*		
IMAG0273	“[…] *Dois pares de castiçais de prata ordinária, com trezentas e noventa e sete oitavas, a cento e sessenta réis cada uma, avaliados em sessenta e três mil quinhentos e vinte* [réis] [–] *63$520* *Um cálice de prata dourada com competente colherzinha e patena, com cento e sessenta oitavas, a trezentos e vinte réis cada uma, avaliada em cinquenta e quatro mil e quatrocentos réis* [–] *54$400* *Um punhal pequeno com dez oitavas, a duzentos e cinquenta réis cada uma, avaliado em dois mil e quinhentos réis* [–] *2$500* *Um <u>cortador de charutos</u> com treze oitavas, a duzentos e cinquenta réis cada uma, avaliado em três mil duzentos e cinquenta réis* [–] *3$250* ***Casquinha e metal galvanizado*** *Duas bandejas lavradas, a trinta mil réis cada uma, avaliadas em sessenta mil réis* [–] *60$000* *Duas ditas lisas, a vinte mil réis cada uma, avaliada em quarenta mil réis* [–] *40$000* […]*”*	10	A numeração do processo equivocadamente “saltou” a página 9.
IMAG0276	“[…]	10v	

	Uma urna de chá, avaliada em trinta mil réis [–] *30$000* *Uma cafeteira avaliada em cinco mil réis* [–] *5$000* *Dois porta-fatias, a dez mil réis cada um, avaliados em vinte mil réis* [–] *20$000* *Um porta-licor, avaliado em vinte e cinco mil réis* [–] *25$000* *Uma peixeira avaliada em quatro mil réis* [–] *4$000* *Um bule avaliado em seis mil réis* [–] *6$000* *Um garfo e uma faca com os cabos em marfim, avaliados em seis mil réis* [–] *6$000* *Uma tesoura de cortar uvas, e um quebrador de amêndoas, avaliados em três mil réis* [–] *3$000* ***Ferro*[,] *cobre e arame*** *Uma bomba de ferro avaliada por faltar-lhe uma peça em cinquenta mil réis [–] 50$000* *Uma bacia de banho grande, avaliada em doze mil réis* [–] *12$000* *Um tacho de cobre, avaliado em cinco mil réis* [–] *5$000* […]*"*		
IMAG0277	"***Vidros, cristais e outros móveis*** *Oito dúzias de pratos de porcelana azul, para sobremesa, vinte três xícaras com*	11	Os boiões de louça eram para cerveja, vide IMAG0328.

	os competentes pires da mesma louça, e seis vasos para fruta tento das iniciais ***H.A.S.****: tudo avaliado em cento e cinquenta mil réis* [–]*150$000* *Cinco xícaras grandes de porcelana, a mil réis cada uma, avaliadas em cinco mil réis* [–] *5$000* *Um vaso de cristal, com o pé de bronze dourado para meio de mesa, avaliado em sessenta mil réis* [–] *60$000* *Dois aparelhos de porcelana dourada, a sessenta mil réis cada um, por estarem incompletos, avaliados em cento e vinte mil réis* [–] *120$000* *Dois boiões de louça com tampos de metal do príncipe, avaliados em seis mil réis cada um, doze mil réis* [–] *12$000* *Um aparelho de chá de barro com figura etruscas* [sic]*, avaliado em vinte mil réis* [–] *20$000* […]*"*		
IMAG0278	"[…] *Trinta e oito copos de champanhe, treze copos de pé para água, onze ditos sem pé, cinco dúzias e nove cálices para vinho, onze ditos para licor, oito saleiros, e duas mostardeiras, tudo avaliado em setenta e um mil novecentos e vinte réis* [–] *71$920* *Quatro garrafas e um jarro lapidado para água*[,] *trinta garrafas para vinho avaliadas em cento e quarenta, digo, e duas maiores para 'vinho de Bordeos' avaliadas em cento e quarenta e cinco mil réis* [–] *145$000*	11v	

	Quatro compoteiras lapidadas para doces, dois vasos de vidro também para doce, quatro ditos menores e dois tampos de vidro lapidados para cobrir queijo: tudo avaliado em setenta e dois mil réis [–] *72$000* *Dezessete copos corados para vinho do Reno, vinte e três vasos de vinho azul com os competentes copos, para lavar a boca e as mãos: tudo avaliado em vinte e oito mil trezentos e quarenta réis* [–] *28$340"*		
IMAG0279	"[…] *Três compoteiras pequenas de vidro encarnado para doce, e doze vasos do mesmo vidro: tudo avaliado em setenta e oito mil réis* [–] *78$000* *Um aparelho incompleto para chá e café, quatorze xícaras de porcelana maiores, trinta destas menores todos com seus pires, e quatro terrinas de porcelana branca: tudo avaliado em trinta mil réis* [–] *30$000* *Seis pares de vidro para bolos, e duas mangas de vidro: tudo avaliado em nove mil réis* [–] *9$000* *Dois candeeiros com globos de vidro e pés de bronze: avaliados em cinquenta mil réis* [–] *50$000* *Uma serpentina de bronze dourado, avaliada em cem mil réis* [–] *100$000* *Duas ditas pequenas, a quinze mil réis cada uma: avaliadas em trinta mil réis* [–] *30$000*	12	

	<u>Um relógio de banca de bronze dourado (desconsertado) avaliado em cem mil réis [–] 100$000</u> […]*"*		
IMAG0280	"[…] *Duas serpentinas de bronze, a vinte e cinco mil réis cada uma, cinquenta mil réis* [–] *50$000* *Três garrafas de porcelana dourada para água de cheiro, um vaso de cristal dourado para cartões de visitas, quatro cestinhos de porcelana dourada para banca, e seis vasos de porcelana para flores: tudo avaliado em cento e cinquenta e oito mil réis* [–] *158$000* *Quatro lanternas com pés de casquinha com candeeiro com globo de vidro e pé de bronze, uma lamparina de vidro com pé de bronze: tudo avaliado em vinte e dois mil réis* [–] *22$000* ***Três estátuas de mármore, a saber: uma de Vênus, outra de Hércules e outra de um gladiador, e mais um grupo Laocoon**: tudo avaliado em dezesseis mil réis* [–]*16$000* *Seis quartinhas inglesas de barro a saber: duas maiores e quatro menores: avaliadas em doze mil réis* [–] *12$000* […]*"*	12v	Estatuária
IMAG0281	"[…] *Duas cômodas de mogno, duas mesinhas para perto de cama, um toucador também de mogno, quatro mesinhas de três pés de amarelo, e duas bancas, uma*	13	**Mobiliário I**.

	de mogno e outra de amarelo. Tudo avaliado em setenta e quatro mil réis [–] *74$000* ***Uma mobília de mogno com assentos de cetim constante de um sofá, doze poltronas, seis cadeiras, uma dita de encosto, duas de balanço, uma mesa de meio de sala, um consolo grande e dois menores com os seus espelhos, duas banquinhas de pôr os pés, e um tapete de couro de onça: tudo avaliado em oitocentos e vinte e três mil réis* [–] *823$000*** *Uma mobília hamburguesa de pau setim constante de um sofá grande, de dois pequenos, uma cômoda, doze cadeiras, uma banca quadrada, duas quadradas longas, uma mesinha para perto de cama, outra dita para escrita: tudo avaliado em trezentos e vinte e três mil réis* [–] *323$000* […]*"*		
IMAG0282	"[…] *Um sofá de mogno com assento de palhinha, avaliado em oitenta e cinco mil réis* [–] *85$000* *Um guarda vestidos de amarelo, uma cadeira de repouso, um sofá pequeno de condurú, duas banquinhas de mogno e uma marquesa de amarelo: tudo avaliado em cento e sete mil réis* [–] *107$000* *Dois sofás de mogno com assentos de palhinha, dois consolos de jacarandá com espelhos, uma mesa redonda de mogno*[,] *doze cadeiras e quatro poltronas da mesma madeira: e uma*	13v	**Mobiliário II.**

	<u>mobília de chiavari</u> – tudo avaliado em quatrocentos e quarenta e sete mil réis [–] *447$000* *Quatro cadeiras de balanço de amarelo, a oito mil réis cada uma – tudo avaliado em trinta e dois mil réis* [–] *32$000* *Uma mesa de jantar de amarelo, dois guarda-louças, cinco aparadores, um grande e quatro pequenos, todos de amarelo – duas banquinhas marchetadas, e uma dúzia de cadeiras de jacarandá: tudo avaliado em trezentos e noventa e sete mil réis* [–] *397$000*"		
IMAG0283	"[…] *Uma mesa com uma juntura, um guarda-roupa de madeira grossa, e um sofá já usado de jacarandá: tudo avaliado em vinte e cinco mil réis* [–] *25$000* *Uma caixa de charão para chá – avaliado em vinte mil réis* [–] *20$000* **Uma cadeira para piano de jacarandá**, avaliada em dois mil réis [–] *2$000* *Uma mesa quadrada de amarelo, uma cômoda de jacarandá com uma estante pequena de angico – e duas mesinhas de três pés: tudo avaliado em trinta mil réis* [–] *30$000* *Duas cômodas de mogno com tampos de pedra, a vinte mil réis cada uma, avaliadas em quarenta mil réis* [–] *40$000* *Uma dita de amarelo com um espelho, avaliada em trinta mil réis* [–] *30$000*	14	**Mobiliário III**

	Uma carteira com estante de mogno – avaliada em cem mil réis [–] *100$000* ***Uma caixinha de cedro para depósito de charutos, uma dita de jacarandá para chá, uma mesinha de amarelo para jogo****, e um lustre sem serventia: tudo avaliado em vinte e três mil réis* [–] *23$000* […]*"*		
IMAG0284	"[…] *Um landó precisado de grande conserto, avaliado em duzentos mil réis* [–] *200$000* *Um carro de passeio com os seus arreios, avaliado em um conto e oitenta mil réis* [–] *1:080$000* *Dois selins de homem, um velho, e o outro menos usado – com os seus arreios: tudo avaliado em vinte e cinco mil réis* [–] *25$000* *Dois silhões usados, ambos avaliados em vinte e cinco mil réis* [–] *25$000* […] ***Livros*** ***Trezentos e dois volumes, estragados pela traça e o caruncho – a duzentos réis o volume: avaliados em sessenta mil e quatrocentos réis*** [–] *60$400* ***Escravos*** *Lourenço crioulo com oitenta anos de idade (morto)*	14v	**Veículos** Definições: Silhão. **Livros** **Escravos I**

	Manoel mulato com quarenta e três anos de idade (foi alforriado e morreu)"		
IMAG0285	"*Tobias, da Costa, oficial de pedreiro, com cinquenta anos de idade – avaliado em quinhentos mil réis* [–] *500$000* *Mizael, da Costa, quarenta e cinco anos de idade, sem ofício, avaliado em quinhentos mil réis* [–] *500$000* *Jacob, da Costa, com cinquenta anos de idade, sem ofício, avaliado em quatrocentos mil réis* [–] *400$000* *Adão, da Costa, com sessenta anos de idade, sem ofício – avaliado em trezentos mil réis* [–] *300$000* *Domingos, Angico, com cinquenta anos de idade, rendido de uma virilha, sem ofício, avaliado em trezentos e cinquenta mil réis* [–] *350$000* *Gallo, crioulo, cozinheiro, com vinte e seis anos de idade, avaliados* [sic] *em setecentos mil réis* [–] *700$000* *Antônio, mulato, com quatorze anos de idade, sem ofício (vendido)* *Izidoro, mulato, com vinte e dois anos de idade, sem ofício, avaliado em setecentos e cinquenta mil réis* [–] *750$000* […]*"*	15	**Escravos II**
IMAG0288	"[…] *Eduardo, mulato, com onze anos de idade, sem ofício, avaliado em quinhentos mil réis* [–] *500$000*	15v	**Escravos III**

	Joaquim, crioulo, com nove anos de idade, avaliado em quatrocentos mil réis [–] *400$000* *Rosa, crioula, com quatro anos de idade, avaliada em duzentos mil réis* [–] *200$000* *Balbina, crioula, com dois anos de idade avaliada em cem mil réis* [–] *100$000* *Thereza, canange, com cinquenta e cinco anos de idade, com um dedo da mão mutilado, e doente da perna, avaliada em trezentos mil réis* [–] *300$000* *Joanna, crioula, engomadeira, com cinquenta anos de idade, e doente, avaliada em trezentos mil réis* [–] *300$000* *Carolina, mulata com trinta anos de idade, asmática, avaliada em setecentos mil réis* [–] *700$000* […]*”*		
IMAG0294	“[…] *Folorinda*, mulata, com trinta e sete anos de idade, avaliada em seiscentos mil réis [–] *600$000* ***Semoventes*** *Uma vaca chamada Roseta, com o seu bezerro, avaliada em cinquenta mil réis* [–] *50$000* *Uma parelha de cavalos russos de carro, avaliada em duzentos mil réis* [–] *200$000*	16	**Escravos IV** **Semoventes** **Propriedades I**

	Um cavalo russo de sela, avaliado em cento e cinquenta mil réis [–] *150$000* *Outro cavalo também russo e de sela, conhecido pelo nome de Romeu, avaliado em oitenta mil réis* [–] *80$000* ***Bens de raiz*** *Uma casa de sobrado de um andar em Fora de Portas, décima 124, avaliada em três contos de réis* [–] *3:000$000"*		
IMAG0295	"*Vem da lauda retro a quantia de três contos de réis* [–] *3:000$000* ***Uma casa de três andares, sita na rua dos Trapiches, defronte ao Cais do Trapiche Novo desta cidade – décima 8 – a qual foi comprada a João Paes Barreto e tem um ônus – avaliada em vinte e três contos de réis*** [–] ***23:000$000*** ***Uma casa de sobrado de três andares, sita na rua dos Trapiches, defronte do Cais do Trapiche Novo desta cidade – décima 10 – avaliada em vinte e três contos de réis*** [–] ***23:000$000*** ***Uma casa de sobrado de quatro andares, sita na rua dos Trapiches, defronte do Cais do Trapiche Novo desta cidade – décima 12 – avaliada em vinte contos de réis*** [–] ***20:000$000*** ***Uma casa de sobrado de quatro andares, sita na rua dos Trapiches, defronte do cais do Trapiche Novo desta cidade – décima 14 – avaliada em dezoito contos e quinhentos mil réis*** *87:500$000"*	16v	**Propriedades II**: sobrados da rua do Trapiche, no Bairro do Recife.

IMAG0296	"*Vem da lauda em fronte a quantia de oitenta e sete contos e quinhentos mil réis* [–] *87:500$000* ***Uma casa de sobrado de quatro andares, sita na rua dos Trapiches, defronte do Cais do Trapiche Novo desta cidade – décima 16 – alugada a Roth & Bidoulac avaliada em dezoito contos e quinhentos mil réis*** [–] ***18:500$000*** ***Uma casa de quatro andares, sita na rua dos Trapiches, defronte do Cais do Trapiche Novo desta cidade – décima 18 – a qual foi comprada ao Chantre João da Silva da Fonseca – o qual deixou um ônus a que está hipotecado um sobrado na rua das Cruzes; avaliada em treze contos e quinhentos mil réis*** [–] ***13:500$000*** *Uma casa de sobrado de dois andares, sita na rua dos Torres – décima 12 – avaliada em seis contos de réis [–] 6:000$000* ***125:500$000"***	17	**Propriedades III**: sobrados da rua do Trapiche (continuação) Sobre a **Roth & Bidoular**: negociantes de grosso trato oriundos da Dinamarca, vide "Folhinha de Almanak" - *link* AQUI. Companhia que vendia maquinário para engenho e aparece envolvida mais à frente na cronologia com a venda de ações da Estrada de Ferro de Pernambuco. **Transcrição** de anúncio no Diário de Pernambuco de 23 de fevereiro de 1853, página 4, edição n.º 44 – *link* AQUI: "*MOENDAS PATENTES DE A. EE. DE MORNAY* *Em casa de Rothe & Bidoulac, rua do Trapiche n. 12, acham-se constantemente à venda MÁQUINAS INTEIRAS, E MEIAS MÁQUINAS de vários tamanhos desta construção. Estas MOENDAS têm a vantagem de extrair das canas, por cima de 15 POR CENTO mais caldo do que as ordinárias, com a mesma força motriz. Acham-se também na mesma casa TACHAS DE FERRO de modelo superior, e ARADOS TODOS DE FERRO da acreditada fábrica de RANSOM E MAY.*" **Transcrição (excerto)** de anúncio no Diário de Pernambuco de 24 de março

			de 1856, página 4, edição n.º 73 – *link* AQUI: “*ESTRADA DE FERRO DE PERNAMBUCO.* […] *Agentes em Pernambuco. - Srs. Rothe & Bidoulac.* […] *12.000 ações estão reservadas para o Brasil no valor de £20 ou rs. 177$777 cada ação.* *Os que desejarem comprar ações desta Companhia poderão dirigir-se na forma abaixo indicada à Comissão em Pernambuco em casa dos Srs. Rothe & Bidoulac.”*
IMAG0298	“*Vem da lauda retro a quantia de cento e vinte e cinco contos, e quinhentos mil réis* [–] *125:500$000* *Uma propriedade de casa de dois andares, sita na rua das Cruzes do bairro de Santo Antônio, - décima 41 – edificada em chãos foreiros, e sujeita por hipoteca a um ônus de quatro contos dezesseis mil seiscentos e quarenta réis, instituído pelo Chantre João da Silva da Fonseca, o qual ônus absorve juntamente com a décima quase todo o aluguel respectivo: avaliada em quatrocentos mil réis* [–] *400$000* *Uma casa de sobrado de dois andares, sita na rua do Rangel, do bairro de Santo*	17v	**Propriedades IV**

	Antônio – décima 77 – avaliada em 7 contos de réis [–] *7:000$000* *Uma casa térrea, sita na mesma rua do Rangel, - décima 79 – avaliada em um conto e seiscentos mil réis* [–] *1:600$000* *134:500$000"*		
IMAG0299	"Vem da lauda em fronte, a quantia de cento e trinta e quatro contos, e quinhentos mil réis [–] *134:500$000* *Uma casa térrea, sita na rua do Rangel do bairro de Santo Antônio, décima 81 – alugada a José Ignácio de Arruda, avaliada em dois contos de réis* [–] *2:000$000* *Uma casa térrea, sita na rua da Praia do bairro de Santo Antônio, - décima 76 – avaliada em dois contos de réus* [–] *2:000$000* *Uma propriedade de casa térrea, sita na rua da Praia, do bairro de Santo Antônio – décima 78 – avaliada em dois contos de réis* [–] *2:000$000* *Uma casa térrea, sita na rua da Praia, do bairro de Santo Antônio, - décima 80 – avaliado em um conto e quinhentos mil réis* [–] *1:500$000* *Uma casa térrea, sita na rua da Praia, do bairro de Santo Antônio, - décima 82 – avaliada em um conto e quinhentos mil réis* [–] *1:500$000* *143:500$000"*	18	**Propriedades V**
IMAG0300	"*Vem da lauda retro a quantia de cento e noventa e seis contos, e duzentos mil réis* [–] *196:200$000*	18v	**Propriedades VI**: **Manguinho, objeto de estudo**.

	Uma casa térrea, sita na rua da Soledade, do bairro da Boa Vista, décima 62 – avaliada em quinhentos mil réis [–] *500$000* *Uma casa térrea, sita na rua da Soledade, do Bairro da Boa Vista – décima 64A – alugada a Ignácio Marques da Costa Soares – avaliada em quatro contos e quinhentos mil réis* [–] *4:500$000* *Uma casa térrea, sita na rua da Soledade, do bairro da Boa Vista, - décima 64B – (sem quintal) – avaliada em três contos e quinhentos mil réis* [–] *3:500$000* *Uma casa térrea, sita na rua da Soledade, do bairro da Boa Vista – décima 70 – avaliada em quatro contos e quinhentos mil réis* [–] *4:500$000* ***A propriedade da casa e sítio na estrada do Manguinho – décima 5 – sendo a casa de um andar – avaliada em vinte e cinco contos de réis*** [–] ***25:000$000*** *234:200$000"*		<u>Obs: falta a página 19!</u>
IMAG0301	"***Dívida ativa*** *Deve o casal de D. Francisca Antônia do Espírito Santo, casada que foi com José Luís de Moura a quantia de sete contos quinhentos e setenta e dois mil e duzentos e oitenta réis* [–] *7:572$280* ***Dívida passiva*** *Devia o casal de Herculano Alves da Silva, de contas em diversas lojas a quantia, e do ônus missarum por alma de Affonso Maciel, inclusive cento e sessenta missas, a seiscentos e quarenta réis, que inda*	20	**Dívida ativa** **Dívida passiva I**

	estão por dizer, a quantia de quatro contos e noventa e quatro mil e seiscentos réis – Declaro haver morrido o escravo Lourenço, crioulo, que por isto não foi avaliado - *Forrou-se com o consentimento de todos os herdeiros meus filhos e genro o mulato Manoel, que por isso também não foi avaliado.* *Vendi o mulatinho Antônio, que está descrito com quatorze"*		
IMAG0302	"*anos e sem ofício, pela quantia de setecentos e cinquenta mil réis.* *Achou-se por morte do falecido a quantia de três contos quatrocentos e sessenta e nove mil réis.* *Cobrou-se de aluguéis de casa, até o presente, a quantia de dez contos cinquenta e oito mil seiscentos e oitenta e oito réis.* *Somando estas parcelas a quantia de quatorze contos, duzentos e setenta e sete mil seiscentos e oitenta réis.* *Paguei dívidas do casal na importância referida de quatro contos e importância referida de quatro contos e noventa e quatro mil e seiscentos e quarenta réis.* *Despendeu-se com o enterramento do falecido, isto é com o <u>funeral</u>, a quantia de um conto trezentos e trinta e nove mil cento e cinquenta réis.* *Com sufrágios feitos por bem d'alma do falecido, despendeu-se a quantia de um conto cento e cinquenta e três mil réis.*	20v	**Dívida passiva II**

	Com o luto despendeu-se a quantia de quinhentos e vinte e três mil setecentos e oitenta réis."		
IMAG0303	"*Com a décima das casas no primeiro semestre do presente ano, **e a deste sítio**, despendeu-se a quantia de seiscentos e setenta e sete mil réis.* *Com o jornal de feitores, do cocheiro Antônio que se despediu, com sete meses de salário do atual, com o conserto de roupa deste, e com operários, que tem trabalhado nas baixas de capim, despendeu-se a quantia de cento e noventa e oito mil réis.* ***Com o preparo da Capela neste sítio foi despendida a quantia a quantia de cento e noventa e oito mil réis.*** *Com a moléstia, enterramento e sufrágios feitos com Severina, Lourenço, e com o pardo Manoel, e conserto de quarto em que morreram – despendeu-se a quantia de cento e dois mil novecentos e sessenta réis.* *Com despesas miúdas constantes de documentos, que foram presentes, gastou-se a quantia de oitocentos trinta e dois mil e sessenta réis."*	21	**Dívida passiva III**
IMAG0304	"*Com o conserto do carro de uma nora, e dos portões dos viveiros, com a compra de carros de mãos, e com a prestação de contas relativas ao ônus de Affonso Maciel, despendeu-se a quantia de sessenta e sete mil e trezentos e sessenta réis.* *Com os avaliadores **do piano** e obras de marcenaria, não se havendo ainda pago*	21v	**Dívida passiva IV**

	aos avaliadores da prata, ouro e joias – desprendeu-se a quantia de vinte e oito mil réis. *Tem de pagar-se o ônus da casa do Chantre no valor de duzentos mil réis em prata, a novecentos e sessenta o patacão: o que importa em* [sic] *quatro contos dezesseis mil seiscentos e quarenta réis.* *Gastou-se com o sustento da casa a quantia de dois contos setecentos vinte e oito mil e noventa e oito réis.* *Resta em dinheiro a adicionar ao monte partível a quantia de um conto novecentos e vinte mil réis."*		
IMAG0307	"*Declaro haver eu e meu falecido marido dado a nossa filha <u>D. Maria Annunciada Adelaide Alves da Silva</u>, um **piano** avaliado em quatrocentos mil réis / vindo à metade à colação no valor de duzentos mil réis [–] 200$000* *Demos eu e meu falecido marido à nossa filha <u>D. Amélia Augusta Alves da Silva</u> – casada com o <u>Sr. Francisco Antônio d'Oliveira Júnior</u> – uma rosetas* [sic] *de brilhantes avaliadas em quinhentos mil réis / vindo à colação a metade no valor de duzentos e cinquenta mil réis* [–] *250$000* *Demos-lhe mais uma broche de brilhantes avaliada em cento e dez mil réis / vindo a colação a metade no valor de cinquenta e cinco mil réis* [–] *55$000* *Demos-lhe mais um colar de pé*[rolas] *avaliado em setenta e seis mil réis / vindo*	22	**Doações I**

	a colação a metade no valor de trinta e oito mil réis [–] *38$000* *Demos-lhe também uma salva de prata com o peso de cento e cinquenta oitavas, a duzentos e cinquenta réis, avaliada em trinta e sete mil réis / vindo a colação a metade no valor de dezoito mil e quinhentos reis* [–] *18$500"*		
IMAG0308	"*Demos-lhe também uma salva menor com sessenta e nove oitavas a duzentos e cinquenta réis cada uma – avaliada em dezessete mil duzentos e cinquenta réis / vindo à colação a metade no valor de oito mil e seiscentos e vinte e cinco réis* [–] *8$625* *Demos-lhe ainda uma caixinha de prata para chá com setenta e uma oitavas, a duzentos e cinquenta réis cada uma, avaliada em dezessete mil setecentos e cinquenta réis / vindo à colação a metade no valor de oito mil oitocentos e setenta e cinco réis* [–] *8$875* *Demos-lhe mais uma colher de prata de tirar sopa com setenta e uma oitavas, a duzentos e cinquenta réis – avaliada em dezessete mil setecentos e cinquenta réis - / vindo à colação a metade no valor oito mil oitocentos e setenta e cinco réis – 8$875* *Demos-lhe uma dúzia de colheres de sopa de prata com duzentos e cinquenta e seis oitavas de prata, a duzentos e cinquenta réis cada uma, avaliada em sessenta e quatro mil réis - / vindo à colação a metade no valor de trinta e dois mil réis – 32$000"*	22v	**Doações II**

IMAG0310	"*Vem da página em fronte a quantia de seiscentos dezenove mil oitocentos e setenta e cinco réis – 619$875* *Demos mais eu e meu falecido marido a nossa referida filha <u>D. Amélia Augusta Alves da Silva</u> uma dúzia de colheres de prata de sobremesa com cento e cinquenta e uma oitavas a duzentos e cinquenta réis cada uma avaliada em trinta e sete mil setecentos e cinquenta réis, vindo à colação a metade no valor de dezoito mil oitocentos e setenta e cinco réis* [–] *18$875* *Demos-lhe mais uma dúzia de colheres de chá, de prata, com o peso de noventa e quatro oitavas, a duzentos e cinquenta réis, avaliadas em vinte e três mil e quinhentos réis / vindo à colação a metade no valor de onze mil, setecentos e cinquenta réis* [–] *11$750* *Demos-lhe ainda uma concha lavrada de tirar açúcar, com onze oitavas, a duzentos e cinquenta réis cada uma, avaliada em dois mil setecentos e cinquenta réis / vindo à colação metade no valor de mil trezentos e setenta e cinco réis [–] 1$375"*	23	**Doações III**
IMAG0312	"*Demos-lhe mais uma pinça de tirar torrões de açúcar, com dezoito oitavas, a duzentos e cinquenta réis a oitava, avaliada em quatro mil e quinhentos réis / vindo à colação metade do valor de dois mil duzentos e cinquenta réis / - 2$250* *Demos-lhe uma cama de ferro grande avaliada em cinquenta mil réis / vindo à colação a metade no valor de vinte e cinco mil réis* [–] *25$000*	23v	**Doações IV**

	Demos-lhe ainda um ***espelho de jacarandá*** *com pés avaliado em cinquenta mil réis / vindo à colação metade no valor de vinte e cinco mil réis / - 25$000* *Demos-lhe um* ***sofá de jacarandá*** *avaliado em quarenta mil réis / vindo à colação metade no valor de vinte mil réis* [–] *20$000* *Demos-lhe um sofá de condurú avaliado em oito mil réis / vindo à colação metade no valor de quatro mil réis – 4$000* *E finalmente lhe demos uma cômoda de mogno avaliada em doze mil réis / vindo à colação metade no valor de seis mil réis* [–] *6$000* *554$120* *E declaro nada ter a inventariar e nem a descrever – Annunciada Camilla Alves da Silva"*		
IMAG0315	"*Partilha amigável entre a viúva de Herculano Alves da Silva*[,] *D. Annunciada Camilla Alves da Silva*[,] *seus filhos e genro.* […] *Pagamento* ***Um sítio na estrada do Manguinho décima n.º 5 avaliado em*** **[–]** ***25:000$000***"	25	Memória de cálculo e partilha: IMAG0315 a IMAG0347
IMAG0319	"[…] ***Uma casa térrea no pátio da Santa Cruz, décima 2, avaliada em*** [–] ***3:500$000***	25v	Propriedades descritas na pág. 19, que não foi localizada.

	Uma casa térrea na rua detrás da Matriz da Boa Vista décima 1 avaliada em 3:000$000 ***Outra dita na mesma rua detrás da Matriz décima 3 avaliada em 3:000$000*** ***Outra dita na mesma rua décima 5 avaliada em 3:000$000*** ***Outra dita na mesma rua décima 7 avaliada em 3:000$000*** ***Uma casa térrea na rua da Soledade, décima 38 avaliada em 3:800$000*** […] ***Outra dita na rua da Soledade décima 56 avaliada em 800$000*** […]*"*		
IMAG0331	"*Uma mesa com uma pintura encima…*"	28v	
IMAG0336	Partilha entre os filhos. **Imóveis por herdeiro** <u>Maria Carolina Alves da Silva</u>: - Sobrado de quatro andares na rua dos Trapiches, 16; - Casa de dois andares na rua dos Torres, bairro do Recife, 12; - Casa térrea na rua da	30	
IMAG0339	Praia, 78; **- Casa térrea na rua da Soledade, 36 – 3:800$000.**	30v	

IMAG0340	Maria Annunciada Adelaide Alves da Silva - **Sobrado de três andares na rua da Aurora, 58 – 18:000$000.** - Casa térrea na rua do Rangel, 80; - Casa térrea na rua da Soledade, 64-A; - Casa térrea na rua da Soledade	31	
IMAG0341	, 50; - **Casa térrea na rua da Soledade, 40 – 3:800$000**. Herculano Alves da Silva - Sobrado de quatro andares na rua do Trapiche, 12; - Casa térrea na rua da Praia, 82; - **Casa de sobrado e um sítio na rua da Soledade, 68 – 5:500$000**;	31v	
IMAG0342	- Casa térrea na rua da Soledade, 70. Amélia Augusta Alves da Silva - Casa de sobrado de um andar na rua de Fora de Portas,	32	
IMAG0345	124; - Casa de sobrado de quatro andares na rua do Trapiche, 14; - Casa de sobrado de dois andares na rua do Rangel, 77; - Casa térrea na rua do Rangel, 79; - Casa térrea na rua da Soledade, 62.	32v	

	Ao final da página, enquanto "local e data", segue: "*Manguinho*[,] *28*		
IMAG0347	*de setembro de 1853".*	33	
IMAG0349 e IMAG0350	**Comprovante de pagamento da décima do Sítio do Manguinho à Coletoria do Município da Cidade de Olinda referente ao período de 1852 a 1853. Documento datado de 18 de agosto de 1853**	37 e 37v	Confrontar essa fonte com artigo de Abdallah-el-Krati no Diário de Pernambuco sobre a Boa Vista, pois nesta crônica está a comprovação de que em algumas zonas do Recife o recolhimento da décima era devido a Olinda.
IMAG0351 a IMAG0356	Comprovantes de pagamento de décima das propriedades ao Consulado Provincial.	34 a 36v	

Fonte: MJPE – *Inventario e partilha amigavel que entre si fizerão a viuva, filhos, e genro do finado Herculano Alves da Silva*, 1853, fundo «Recife», caixa 1211.

Anexo 3 – Índice Onomástico – Díario de Vauthier (por ordem de aparição)

Nome	Descrição	Página	Observações
Pierre-Victor Boulitreau (*Monsieur* Boulitreau)	**Engenheiro francês que será, por um tempo, seu braço direito na ROP.**	61, 64, 67, 68, 72, 82, 83, 86, 89, 90, 95, 96, 97, 98, 100, 105, 106, 107, 110, 111, 115, 116, 117, 119, 120, 125, 126, 133, 138, 142, 143, 148, 149, 161, 162, 164, 165, 166, 168, 171, 172, 176, 177, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 188, 190, 191, 195, 196, 197, 199, 201, 202, 205, 206, 209, 212, 224, **225**, 228, 229, 230, 238, 244, 247, 251, 256, 257, 258, 261, 262	Pág. 61 – nota biográfica da autora sobre o mesmo. Pág. 205 – notas de Vauthier sobre o companheiro de trabalho. Tom levemente crítico. Pág. 225 – Vauthier aponta que recebeu ofício da Câmara Municipal mandando Boulitreau se apresentar para "*trabalhar nas obras da cidade"* provisoriamente. A documentação comprova isso.

José Joaquim de Morais Sarmento (Senhor Sarmento)	Médico coimbrão radicado em Recife. Um dos fundadores da Sociedade de Medicina de Pernambuco e médico pessoal do presidente da província, Francisco do Rego Barros. Fez parte da comissão para a construção do cemitério público (1841).	61, 63, 64, 68, 73, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 96, 106, 116, 117, 130, 132, 138, 148, 155, 168, 170, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 190, 192, 193, 195, 197, 203, 205, 217, 219, 247, 256	Pág. 61 – nota biográfica da autora.
Eugène [Adolphe] Vallée	**<u>Engenheiro</u> formado com a mesma formação de Vauthier e amigo íntimo deste.**	62, 177, 229	Pág. 62 – Nota biográfica da autora sobre o mesmo.
Pierre Vauthier (Papai)	**Pai do engenheiro francês. <u>Engenheiro</u> com algum renome com a mesma formação do filho. Autor do Canal de Lalinde, uma obra hoje tombada como patrimônio histórico.**	62, 63, 65, 87, 93, 117, 131, 132, 135, 143, 166, 174, 177, 190, 194, 201, 208, **209**, 224, 229, 230, **231**, 232, 233, 234, 236, 238, 239, 243, **257**	Pág. 62 – nota biográfica da autora sobre o mesmo. **Pág. 209** – Vauthier aponta respostas às admoestações do pai ao "pouco êxito" em Pernambuco: **"19 de julho […]** ***Carta nº 30 para Papai – resposta às suas censuras pelo meu pouco êxito aqui. Expliquei o negócio do encanamento."*** **Pág. 231** – Vauthier aponta que remeteu ao pai, que era especialista em hidráulica, esboço do plano geral do projeto de encanamento. Prova da importância do julgamento do pai em seu trabalho e da proximidade entre os dois engenheiros. Nota da autora sobre a especialidade de Pierre Vauthier.

			Pág. 257 – Vauthier encaminha ao pai seu "Memórias sobre os melhoramentos do Porto" e o primeiro número da revista "O Progresso". Outra prova de afinidade e da importância da opinião paternal.
José Lúcio Correia (Senhor Correia)	**Negociante** radicado em Paris que a mando do presidente da província contratou Vauthier. Atua também como intermediário de correspondências do engenheiro para a Europa.	62, 63, 86, 89, 93, 116, 165, 177, 194, 201, 209, 229, 231, 234, 235, 236, 237, 262	Pág. 62 – nota biográfica da autora.
Madame Sarmento [Clémentine de Vareilles]	Esposa do médico português que abre no Recife um colégio para instrução feminina.	63, 64, 65, 67, 68, 74, 78, 80, 81, 82, 84, 85, 88, 89, 93, 95, 97, 99, 105, 108, 109, 111, 113, 116, 117, 118, 120, 132, 138, 158, 163, 166, 168, 170, 171, 177, 181, 182, 189, 195, 196, 197, 208, 221	Pág. 63 – nota biográfica da autora.
Monsieur Surville [Eugène Auguste Alain]	**<u>Engenheiro</u> amigo de Vauthier. Também estudou na Politécnica e na Escola de Pontes e Calçadas**.	64	Pag. 64 – nota biográfica da autora.
Henri-Auguste Milet	"Filho problema" que a família manda para o Brasil, para ver se, de alguma forma, dá certo. **Acaba se tornando ajudante de Vauthier** mais à frente.	68, 69, 77, 86, 128, 129, 132, 133, 146, 151, 156, **157**, 158, 166, 170, 172, 173, 174, 176, 178, 181, 182, 185, 188, 189, 190, 191, 192, 195, 199, 200, 207, 210, 213, 218, 219, 222, 223, 225, 228, 229, 242, 243, 245, 247, 250, 252, 259, 261, 263	Pág. 68 e 77 – nota biográfica da autora. Pág. 157 – **Morador na Rua da Estância, próximo do Manguinho.** Pág. 242 – nota da autora sobre a estada de Milet da França. Pag. 263 – nota da autora sobre as

			correspondências e o reencontro de Milet e Vauthier.
François Dubarry (Monsieur Dubarry)	**Comerciante** radicado no Recife.	71, 72, 80, 116	Pág. 71 – nota biográfica da autora. Pág. 80 – aparece como o "primo" de Lansac.
Louis Bruguière (*Monsieur* Bruyère)	Armador e **negociante francês** estabelecido no Recife, membro influente da comunidade francesa.	72, 86, 87, 91, 97, 121, 129, 131, 133, 145, 158, 164, 175, 177, 178, 182, 210	Pág. 72 – nota biográfica da autora.
Chèrard Chevillard	Irmão de Alphonse Chevillard, colega de Escola Politécnica de Vauthier. Posteriormente nomeado chefe da chancelaria (março/1841), de onde foi posteriormente expulso.	72, 151, 156, 157, 164, 182, 187, 188, 193, 199, 201, 202, 205, 206, 209, 210	Pág. 72 – Nota breve sobre Alphonse. Pág. 199 – nota contextualizando a "expulsão" do consulado.
Élia Elisa Joubert (Elisa / amada / Elisa Joubert)	Futura esposa de Vauthier.	74, 77, 79, 97, 100, 110, 115, 117, 118, 143, 155, 158, 159, 177, 188, 192, 200, 205, 208, 212, 224, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 254, 259, 260	Pág. 74 – nota breve sobre Elisa.
Arthur Jules Morin	**Engenheiro importante formado na Escola Politécnica**. Foi autor de publicações de engenharia e, segundo Poncioni, "*o promotor da comissão internacional para a execução de padrões métricos de alta precisão*". **Vauthier fala bem de seu trabalho.**	76	Pág. 76 – nota breve sobre Morin.
Francis Bacon	Menção de Vauthier ao pensamento do inglês.	78	Pág. 78 – nota breve sobre Bacon.

Saint-Simon	Teórico coetâneo a Vauthier precursor das Ciências Sociais.	79	Pág. 79 – nota breve sobre Saint-Simon. Apontamento por Vauthier de aspectos relevantes do pensamento, mas com críticas à sua incompletude.
Charles Fourier	Teórico muito importante para Vauthier por suas ideias de organização da sociedade nascida pós-industrialização.	79, 131, **235**	**Pág. 235** – **<u>Circulação das ideias</u>:** Vauthier aponta a encomenda de quatro coleções completas da obra de Fourier. A partir de então, seu diário trará o registro de vários títulos encomendados na França para pessoas do Recife. Nota da autora sobre o título da obra encomendada.
Monsieur Lansac	Viajante do Armorique com Vauthier. Caixeiro.	80, 86, 129, 156, 193, 195, 198	
Monsieur Manin	Passageiro do Armorique.	80, 86	
Monsieur Adolphe Schafeittein	Comerciante radicado em Salvador.	81	Pág. 81 – nota breve sobre o mesmo.
Senhor Bandeira	Passageiro do Armorique. Sem mais informações sobre esta figura.	81, 109, 193	
Jean-Baptiste Navarre (*Monsieur* Navarre)	"*Correspondente da casa Quesnel et Frères e proprietário de um engenho em Apipucos*".	84, 109, 116, 119, 127, 138, 142, 158, 162, 163, 168, 170, 172, 181, 196, 210, 224, 226	
Jules Boyer	**Engenheiro francês contratado pela província de Pernambuco em 1838.** Projetou o cais – o Cais do Boyer – que mais à frente será o Cais do Imperador. <u>Foi</u>	84, 101, 132, 134, 171	Pág. 84 – nota biográfica da autora. Pág. 132 – Vauthier põe em xeque a ponte de Santo Amaro projetada por Boyer.

	amplamente questionado enquanto engenheiro e gestor.		**OBS**: Ver o que Pereira da Costa escreve sobre o francês nos "Anais Pernambucanos".
Augusto Oliveira	**Filho de Francisco Antônio de Oliveira, o Poder Econômico**. Capitalista tal como o pai e envolvido nos melhoramentos da cidade, fazendo parte inclusive da comissão do teatro público. Foi deputado provincial e teve um retrato feito por Boulanger.	84, 85, 113, 174, 179, 218, 225	
Madame Navarre	Esposa do comerciante e dono de engenho Navarre.	84, 97, 109, 127, 128, 143, 162, 181	
Francisco Antônio de Oliveira (Senhor Oliveira)	O **Poder Econômico** no processo modernizador do Recife na cronologia. Capitalista, negociante de escravos, dono do Engenho Queluz e de inúmeras propriedades no Recife. Foi presidente do Corpo do Comércio da cidade e da Câmara Municipal do Recife em várias legislaturas. Também atuou como diretor da Companhia do Beberibe. Em 1853, recebe o título de Barão de Beberibe.	84, 86, 87, 88, 95, 96, 171, 174, 176, 178, **199, 203**, 218, 219, 225	Pág. 84 – Nota biográfica da autora. Pág. 171 – Vauthier aponta que em 1º de janeiro de 1841, o sr. Oliveira chega do Rio de Janeiro com a esposa, o que explica a quase ausência do mesmo em seu diário até então. Pág. 178 – Vauthier aponta uma desavença com o sr. Oliveira num jantar em sua casa para discutir as "*questões relativa ao teatro*". Divergência, a princípio, sobre a origem da pedra a ser utilizada. Vauthier queria pedras da França, o que desagradou o sr. Oliveira. No fim das contas, a cantaria do

			teatro é em pedra lioz de Lisboa, que Vauthier elogia bastante. **Pág. 199** – após uma discussão sobre o teatro, Oliveira fala que Vauthier **não possuía mais ardoroso defensor**. **Pág. 203 – apontamentos de Vauthier sobre o projeto da casa de Francisco do Rego Barros**. Transcrições em "Francisco do Rego Barros".
Francisco do Rego Barros (Presidente / ex-presidente / Senhor. Rego Barros)	Presidente da província de Pernambuco na cronologia. Corporiza o "**Poder Político**", pois é o grande patrocinador do processo de modernização da cidade. Residia na Passagem da Madalena e depois se muda para a Rua da Aurora, na Boa Vista. Em 1841 é intitulado Barão da Boa Vista e, na década de 1860, Conde da Boa Vista.	85, 86, 87, 88, 89, 90, 95, 96, 97, 98, 102, 103, 105, 110, 111, 115, 119, 120, 121, 126, 127, 131, 132, 133, 135, 140, **151**, 158, 160, 162, 163, 166, 167, 171, **173**, 175, 177, 178, **182**, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, **203**, 231, 244, 247, 249, 250, 252	Pág. 85 – nota biográfica da autora. **Pág. 151** – o presidente se resolveu quanto à vinda de técnicos para trabalhar nas Obras Públicas. Um pouco mais à frente, Vauthier fala que trabalhou com "mestres de obras alemães". **Pág. 173 – Vauthier aponta em seu diário, no dia 05 de janeiro de 1841, que Francisco do Rego Barros morava na "ponte da Madalena", ou seja, na Passagem. Portanto, não havia se mudado ainda para a rua da Aurora.** **Pág. 182** – Aponta Vauthier que Rego Barros indica o local de instalação das Obras Públicas, ou seja, o antigo convento da Madre de

			Deus que será convertido em alfândega. Pág. 183 – 27 de janeiro de 1841, Rego Barros ainda um morador da Passagem da Madalena. Pág. 187 – A autora aponta que havia uma tensão entre Rego Barros e o cônsul da França, o que explica certa frieza do Presidente para com Vauthier logo após o caso "Breton / Bez Deshayes". **Pág. 203 – Prova documental do projeto do palacete na rua da Aurora: "24 de maio [1841] […] *anunciei-lhe que, em breve, entregarei o projeto de sua casa ao senhor Oliveira.*"** **Nesta mesma página, aponta Vauthier: "A 25 de maio à noite, levei à casa do senhor Oliveira o projeto da residência para o senhor Rego Barros. Fui ao seu concerto na quinta-feira, 27. Não falei do negócio. Voltei à sua casa no dia 5 de junho, para lhe apresentar Monsieur Morel. Tratei longamente do caso. Ele me falou em construir a casa por empreitada. Comentários a esse respeito. Ficou de me mandar as propostas de um alemão chamado Batista que, com o pedreiro alemão, quer a**

			empreitada por vinte e três contos. O dinheiro seria adiantado pela firma [Corpo do Comércio do Recife] à medida que fosse necessário, contanto que houvesse fiador. Trouxe de volta os papéis para me pôr de acordo com *Monsieur* Boulitreau."
Madame Rego Barros	Esposa de Francisco do Rego Barros.	85, 91, 158	
Senhor Gomes Pereira	Sem muitas informações. Figura, pelo visto, que circulava nas elites.	85	
Miguel Oliveira	**Filho de Francisco Antônio de Oliveira**.	85, 108, **161, 164**, 171	**Pág. 161 – Ida ao sítio do pai para estudar possibilidades de acréscimo de 1º andar no edifício.** **Pág. 164 – Conclusão do projeto do 1º andar.**
Monsieur Bertrand	Passageiro do "Armorique".	86	
Louis Aimable Dubourq (*Monsieur* Dubourq)	**Negociante** da praça de Pernambuco.	86, 156, 193, 202	Pág. 86 – pequena nota biográfica da autora.
Major Gustavo José do Rego (Senhor do Rego)	Militar. Foi vereador do Recife.	86, 89, 90, **158**, 196	Pág. 86 – pequena nota biográfica da autora. Pág. 158 – morador da Passagem da Madalena
Senhor Reis	Sem muitas informações. Surge no diário de Vauthier como um comensal num jantar	86, 92	

	promovido pelo Sr. Oliveira.		
Senhor Bandeira	Sem muitas informações. Tal qual o Sr. Reis, surge no diário de Vauthier como um comensal num jantar promovido pelo Sr. Oliveira.	86, 92, 193	
Firmino Herculano de Morais Âncora (Sr. Firmino / Firmino)	**Engenheiro formado na Academia Real Militar inaugurada após a vinda da Corte ao Brasil.** Era à altura o diretor da Repartição de Obras Públicas. Autor, dentre outros trabalhos, do "Palácio Novo", nova sede do Governo da Província. Vauthier é contratado por Rego Barros para substituí-lo no comando das Obras Públicas, o que cria uma tensão velada entre ambos passado algum tempo.	87, 90, 92, 94, 96, **101**, 160, 184, 193, **208**, 213	Pág. 87 – nota biográfica da autora. **Pág. 101 – comentários de Vauthier sobre esquemas de corrupção na ROP e da máquina ineficiente que é a repartição. Elogios à qualidade técnica de Firmino Âncora.** **Pág. 208 – ver em "Portier" a transcrição da reprimenda de Vauthier a este por ter visitado Firmino Âncora sem seu consentimento,**
Alphonse Barrère (Cônsul / *Monsieur* Barrère)	**Cônsul da França em Pernambuco.**	87, 89, 91, 93, 98, 100, 101, 105, 108, 114, 117, 125, 144, 146, 147, 148, 152, 157, 158, 166, 170, 171, 172, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 199, 200, 201, 202	Pág. 87 – nota biográfica da autora.
Capitão João Pedro	Comandante do Corpo dos Voluntários.	87, 88, 93, 96	Pág. 87 – breve nota biográfica da autora. Pág. 88 – Vauthier aponta que pediu operários ao capitão. Eventualmente, estes operários poderiam atuar em outros projetos,

			como de arquitetura doméstica.
"Francisco"	"*Fomos tarde almoçar em casa de Francisco"*. Parece ser um ajudante do capitão João Pedro.	87, 88	
José Joaquim Coelho (Brigadeiro Coelho)	Militar que termina a carreira como general de brigada. Foi presidente (1841-43) e deputado (1843-44) do Ceará, e também deputado de Pernambuco (1850-1852). Atuou na repressão à Revolta dos Malês na Bahia.	88	Pág. 88 – nota biográfica da autora.
Lazary (*Monsieur* Lazary)	Sócio da casa Puget, Lenoir & Cia. Conforme informação extraída do jornal "Diário Novo", de 25 de outubro de 1842 (*link* **AQUI**), trata-se de uma empresa de moda francesa.	89, 90, 94, 116, 258, 261, 262, 263	Pág. 89 – conjectura da autora sobre esse indivíduo.
Sr. Figueiredo	Sem informações. Mas, transita pelo mundo do governo provincial.	89, 93, 97, 131, 132, 172, 187, 213	
Arsênio Barbosa	Sem muitas informações, mas pela nota da autora, atuava no Arsenal de Guerra.	90	Pág. 90 – conjectura da autora sobre o mesmo.
Madame Belmonte	Frequentadora da Sociedade Apolínea.	91	
Philippe Musard	Compositor de músicas de bailes famoso no Oitocentos e tocado em Recife na cronologia.	91	Pág. 91 – breve nota biográfica da autora.

Louis-Antoine Julien	Compositor de músicas de baile. Tocado e apreciado no Recife da época.	91	
Madame Lazary	Brasileira esposa do Lazary.	91, 94	
Pierre-François Théberge (*Monsieur* Théberge)	**Médico francês** à época radicado em Pernambuco. Atuou como médico da **Saúde Pública**.	91, 94, 100, 102, **105**, 114, 116, 119, 141, 144, 147, 148, 155, 156, 172, 173, 177, 179, 181, 182, 184, 185, 188, 189, 190, 191, 205	Pág. 91 – nota biográfica da autora. **Pág. 105 – notas sobre um sarau de piano e dança na casa do médico francês.** Pág. 190 – Vauthier aponta que o médico pensa em se demitir das funções na Saúde Pública por se ver suplantado pelo senhor Sarmento junto a Rego Barros.
Magdeleine Adèle Lauraine (Mamãe)	Mãe de Vauthier.	92, 93, 107, 108, 114, 169, 177, 179, 201, 208, 209, 216, 229, 230, 231, 233, 234, 236, 237, 243, 245, 253, 256	Pág. 92 – breve nota da autora.
Henriette Vauthier	Irmã de Vauthier.	92, 93, 143, 166, 177, 190, 194, 201, 208, 220, 224, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 241, 257	Pág. 92 – breve nota da autora.
Louis-Lérger Vallée (*Monsieur* Vallée)	**Engenheiro formado na Politécnica de Paris e na Escola de Pontes e Calçadas. Colega de sala de Pierre Vauthier, torna um grande amigo deste. Foi também autor de livros técnicos de engenharia.**	92, 93, 192, 201, 236, 237, 243, 254	Pág. 92 – nota biográfica da autora.
Adèle	Possivelmente, segundo a autora, irmã de Vauthier.	92, 93	Pág. 92 – breve nota da autora.

Monsieur Calmant	"***Negociante*** *francês radicado no Recife."*	93	Pág. 93 – breve nota da autora.
Félix	Sem muitas informações. Dúvida se se trata de um profissional da área que Vauthier conhece ou de um irmão.	93, 113, 143, 169, 177, 194, 200, 201, 209, 229, 230, 232, 233, 237, 244	
Jeanne Victoire de Pierre (*Madame* Joubert)	Mãe de Elisa Joubert, futura esposa de Vauthier.	93, 143, 145, 166, 200, 234, 236, 237, 239, 241, 242, 243, 253, 256	Pág. 93 – nota biográfica da autora.
Auguste René Marie Belliger (Belliger)	**Engenheiro**. **Condiscípulo de Vauthier na Escola Politécnica de Paris e na Escola de Pontes e Calçadas**.	93	Pág. 93 – nota biográfica da autora.
Jean-Baptiste Say (Say)	Economista e autor de livros.	94	Pág. 94 – nota biográfica da autora.
Senhor Bernardo	Cozinheiro alemão que trabalhava para Vauthier.	94	
Senhor Figueira / Dr. Figueira de Melo / Dr. Figueira	Incerto. Segundo a autora, pode ser Jerônimo Martiniano Figueira de Melo. Freyre, em seu comentário vai no mesmo sentido: "*J. M. Figueira de Melo, figura de destaque entre os 'guabirus' ou 'conservadores' de Pernambuco. Um dos orientadores de Rego Barros"* - pág. 451, nota XXIII.	95, 105, 106, 186, 189, 190, 191, 192, 194, 198, 238, 244, 247, 249, 250, 261	Pág. 95 – conjecturas da autora sobre quem seria o Senhor Figueira.
Luís da Costa Porto Carreiro.	Tesoureiro provincial.	96, 219	Pág. 96 – rápida nota da autora.
Théodore Ravinet (Ravinet)	Autor de livros técnico de engenharia que Vauthier leu.	96	Pág. 96 – nota da autora.

Élisabeth Vauthier (Élisa)	Irmã de Vauthier.	97, 245, 258	
Monsieur Schramm	"***Negociante*** *de origem alemã, vice-cônsul da Sardenha em Pernambuco.*" Tinha uma importadora/exportadora – Schamm & Co. - que se especializou no comércio de açúcar e algodão.	100, 194, 211	Pág. 100 – nota biográfica da autora.
Madame Théberge	Esposa do médico francês Théberge.	100, 114, 176	
Madame Barrère	Esposa do cônsul da França em Pernambuco.	100, 114, 144, 174, 195, 196, 197, 200, 201	Pág. 100 – breve nota da autora.
Senhor Amaro	Administrador-fiscal da ROP no tempo de Boyer, ao menos.	101	
Senhor Carneiro da Cunha	Senhor de engenho. Segundo Freyre, parece tratar-se de Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, dono do Engenho São Caetano.	102	
Chérard	Sem informações.	106	
Pierre Renouf (Capitão Renouf)	Comandante dos navios da frota da Casa Quesnel que faziam rota regular entre Havre e Pernambuco.	106	Pág. 106 – nota biográfica da autora.
Hector François Déhargne (Déhargne)	**Engenheiro formado na Politécnica e na Escola de Pontes e Calçadas**.	107, 111, 113, 203, 232	Pág. 107 – nota biográfica da autora.
Monsieur Leneveu	Segundo a autora, capitão da marinha mercante e segundo capitão do "Armorique".	107, 117	Pág. 107 – breve nota da autora.

Vannes de Alexandre Bernard Théobald Tinel de Kérolan (Tinel)	Funcionário da administração dos Correios franceses.	108, 111, 113, 205, 233, 241	Pág. 108 – nota biográfica da autora. Pág. 241 – nota da autora ratificando a identidade do Tinal de Kérolan.
Príncipe de Joinville	Sem informações.	108, 115	Pág. 108 – breve nota da autora sobre o episódio narrado por Vauthier.
"**Desenhista alemão"**	**Vauthier anota palavras elogiosas ao "*desenhista alemão"* de *"certa prática e* [do qual] *poderemos tirar alguma coisa".***	**109**	
François Félix Cantagrel (Cantagrel)	Estudou direito, **arquitetura e engenharia civil**, tornando-se **engenheiro auxiliar das Pontes e Calçadas**. Enviava periódicos a pedido de Vauthier.	109, 136, 203, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 253, 254, 256	Pág. 109 – nota biográfica da autora.
Senhor Muniz	Sem informações.	109	
Doutor Pinto	Sem informações.	109, 195	
"um médico inglês"	Sem informações.	109, 195	Gilberto Freyre levanta a hipótese de tratar-se do dr. John Loundon (pág. 451, nota XXVI)
***Monsieur* Méliquet**	**Dono de uma pedreira em Rio Doce.**	110, **152**, 155	**Pág. 152** – Vauthier aponta que "*a pedreira* [é] *de pouco futuro*".
Armand Taslé (*Monsieur* Taslé)	Botânico e naturalista. Foi tabelião e prefeito de Vannes.	111	Pág. 111 – nota biográfica da autora
Louis Hesse (casal Hesse)	**Engenheiro formado na Politécnica e em Pontes e Calçadas.**	111	Pág. 111 – nota biográfica da autora

Madame Hesse	Esposa do engenheiro Louis Hesse.	111	
Madame Déhargne	Hipotética esposa de Déhargne.	111	
Família Mulzer-Hennequin	Sem informações.	111	
[Família] Sentis	Sem informações.	111	
Zelnin	Sem informações.	113, 177, 247, 250, 255	
Louis	Sem informações. Referenciado numa carta a Félix.	113	
Limoges	Sem informações. Referenciado numa carta a Félix.	113	
Monsieur Beauvallet	Amigo da família Vauthier.	114, 135, 177, 209, 232, 244	Pág. 114 – nota biográfica da autora.
Rigaud	Sem informações.	114	
Príncipe Luís	Segundo filho do rei Luís Felipe.	114	Pág. 114 – nota biográfica da autora.
Madame d'Urre	Sem informações.	115	
Eugène	Irmão de Vauthier.	115, 177, 179, 201, 216, 231, 237	Pág. 115 – breve nota da autora.
Octave	Irmão de Vauthier.	115, 231, 233	Pág. 115 – breve nota da autora.
Hipólito	Personagem da peça Fedra, de Jean Rancine.	118	Pág. 118 – comentário da autora a respeito.
Thomas Tredgold	Carpinteiro e um "engenheiro prático". Escreveu manuais técnicos que foram amplamente difundidos na primeira metade do XIX.	120	Pág. 120 – nota biográfica da autora. Vauthier critica suas fórmulas para ventilação dos espaços.

Joaquim da Fonseca Soares de Figueiredo	Segundo Freyre, trata-se do "*encarregado do levantamento da planta da cidade".*	120	Confirmada a informação de Freyre: conforme Diário de Pernambuco, edição n.º 35, 13 de fevereiro de 1841 – *link* **AQUI**.
Jean-Antoine Mandelart (Bobèche)	Ator de teatro que encenou no Recife a peça "O eleitor, o deputado e o juiz de paz ou A impostura pouco dura".	124	Pág. 124 – nota biográfica da autora.
Eduardo	Ajudante de ordens de Vauthier.	125, 149, 185, 187, 192, 256	
Francisco	"Criado" (a autora enfatiza em itálico o termo) de Vauthier.	125, 133, 135, 162, 168	Não se trata do outro "Francisco" que surge em seu diário.
Sr. Cintra	Sem informações.	125	
Antônio Peregrino Maciel Monteiro (Senhor Monteiro)	**Médico formado em Paris e um dos fundadores da Sociedade de Medicina de Pernambuco, político influente. Torna-se um grande amigo de Vauthier. Era o proprietário do "Sítio das Delícias", no Manguinho, conforme anúncio no Diário de Pernambuco de 1º de agosto de 1843 – link AQUI.**	128, 129, 135, 183, **184**, 185, 196, 197, 198, 252	Pág. 128 – nota biográfica da autora. **Pág. 184** – Aponta Vauthier: "*De volta, passei em Manguinhos e conversei com o senhor Monteiro."* Convergência das fontes. **Detalhe importante: o prédio já estava construído em janeiro de 1841**. **Ademais, Vauthier não faz qualquer apontamento sobre eventual risco. Portanto, conclui-se que não se trata do objeto de estudo.**
Raymond Genieys	Autor de um livro sobre canalização de águas. Vauthier o critica de forma mordaz.	129	Pág. 129 – breve nota da autora.

Jean Alphonse Saint-Martin (*Monsieur* Saint-Martin)	**Negociante** francês radicado em Pernambuco.	129, 148	Pág. 129 – breve nota da autora.
[Rei] Luís Filipe	O rei da França entre 1830 e 1848.	129	
Mehemet Ali	Vice-rei do Egito e patrocinador da modernização do país. **Sob sua gestão, engenheiros franceses lá também atuaram, chegando a fundar uma Escola Politécnica no Cairo**.	129	Pág. 129-130 – nota biográfica e comentários da autora.
Madame Lafarge	Autora de um crime passional que mobilizou a França.	130, 144, 146, 147	Pág. 130 – nota da autora sobre o episódio.
Genieys	Autor não especificado.	130	
Jean-François d'Aubuisson de Voisin (d'Aubuisson)	Autor de um tratado sobre hidráulica no âmbito da engenharia.	130	Pág. 130 – breve nota da autora.
Louis-Joseph Vicat (Vicat)	Autor de livro de engenharia.	130	Pág. 130 – breve nota da autora.
Ângelo Francisco Carneiro (Ângelo Carneiro)	Segundo Freyre, "***negociante*** *português estabelecido no Recife, à rua do Corpo Santo*". Pelo diário do engenheiro, trata-se de um negociante de escravos. Estava envolvido com a loteria para as obras da Matriz da Boa Vista.	132, 162	Pág. 456 – nota (XLII) de Freyre.
Monsieur Chenevière	Sem informações. Parece trabalhar num banco, pois as correspondências	133, 134, 201, 202, 205, 209, 216, 229, 231, 233	

	sempre versam sobre dinheiro.		
Monsieur Besnard	Tio de Boulitreau.	134	
Gaspard Gustave Coriolis (*monsieur* Couriolis)	**Engenheiro de Pontes e Calçadas. Foi professor de Vauthier na Escola e quem indicou Vauthier à província de Pernambuco.**	134, 136	Pág. 134 – nota biográfica da autora.
Alphonse Guérin	Médico francês, pioneiro da teoria microbiana.	134, 136	Pág. 134 – breve nota da autora.
Émilie	Uma das irmãs de Vauthier.	135, 203, 229, 232	Pág. 135 – breve nota da autora.
Madame Bruyère	Sem informações, mas está na França a julgar pelo diário. Dúvidas se é a esposa de Louis Bruguière, pois parece ser alguém próximo à família Vauthier.	134, 135, 137, 205	
Louis Régnier (Louis R. / Louis Régnier)	Sem informações.	135, 137, 230, 233, 241, 245	Pág. 137 – fala de "*clima bastante ameno para a zona tórrida*".
Monsieur Chevalier	Sem informações.	135	
Mademoiselle Aglaé	Sem informações.	135, 209	
Camille Sauvé (Camille Sauvé / *Madame* Sauvé)	Sem informações.	136, 236, 245	
Camille Joubert (Camille)	Irmã de Elisa, a futura esposa de Vauthier.	136, 143, 158, 166, 177, 194, 200, 230, 234, 235, 237, 241, 242, 245, 253, 256	Pag. 143 – breve nota da autora.
François Jules Hilaire	**Engenheiro**, colega de Vauthier na **Politécnica de Paris** e nas **Pontes e**	137, 203, 208, 233, 245	Pág. 137 – nota biográfica da autora.

Chambrelent (**Chambrelent**)	**Calçadas**. **Fez sua carreira no setor público**.		
Madame Ângelo Carneiro	Esposa do negociante Ângelo Carneiro.	138, 168	
***Monsieur* Schrumbach**	**Alemão** que estava próximo a Vauthier. Artífice. **Provavelmente um operário da construção**.	133, 138, 179, 194, 218	
Pedro Francisco de Paula Cavalcanti Albuquerque (Senhor Cavalcanti, Pedro Cavalcanti)	Político pernambucano importante. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, chegou a ser presidente da província em 1841 e 1844. Posteriormente é intitulado Barão de Camaragibe. Era um "guabiru" (conservador) e primo de Francisco do Rego Barros.	141, 161, 173, **193**	Pág. 141 – nota biográfica da autora. **Pág. 193** – Substitui Rego Barros na presidência por um período curto.
Senhor Carneiro Monteiro	Sem informações.	144, 145, 158, 160	
Louis-Alphonse Baudoux (*Monsieur* Baudoux)	**Comerciante** radicado em Pernambuco. Posteriormente assume a gerência do consulado.	144, 209	Pág. 144 – nota biográfica da autora.
Henry Allard (chanceler do consulado / *Monsieur* Allard)	Chanceler do consulado francês até março de 1841, quando é substituído por Chevillard.	144, 175, 183, 192, 193	Pág. 144 – breve nota da autora.
Madame Allard (Joaninha)	Esposa do chanceler do consulado francês.	144, 207, 2102 17	Pág. 144 e 217 – breve nota da autora.
Denis	Testemunha do caso Lafarge.	145, 146	
Monsieur Chauveron	Advogado no caso Lafarge.	145	Pág. 145 – breve nota da autora.

Paillet	Advogado dos tribunais de Paris. Atuou no caso Lafarge.	145, 146	Pág. 145 – breve nota da autora.
Jean-Baptiste Théodore Bac (Bac)	Advogado criminalista. Atuou no caso Lafarge.	146	Pág. 146-147 – nota biográfica da autora.
Antônio da Silva Grilo (velho Grilo)	Desenhista da ROP.	148, 149, 166	Pág. 148 – breve nota biográfica da autora.
Julien Antoine Fortuné Béranger (Béranger)	**Marceneiro** francês dono de uma prestigiosa casa no Recife, a **Casa Béranger,** que tocava junto com o filho. Criou um estilo de móveis conhecido como "pernambuco" ou "béranger". Segundo anúncio nos jornais do Recife, nesta casa ensinava inclusive o "desenho de arquitetura".	149	Pág. 149 – nota biográfica da autora.
Jean-Charles Leonard Simonde de Sismondi (Sismondi)	Teórico das Ciências Sociais do século XIX.	150	Pág. 150 – nota biográfica da autora.
Senhor Coelho	Segundo Freyre, talvez o padre Antônio José Coelho. Vauthier aponta-o como "1º lente da Academia de Olinda".	151	
Molière	Teatrólogo.	155	
François-Auguste Mignet (Mignet)	Historiador francês.	156	Pág. 156 – breve nota da autora.
Jules Michelet	Historiador francês.	156	Pág. 156 – breve nota da autora.
Major Flourente	Militar ou policial. Sem mais informações.	157	

"**pedreiro alemão"**	Sem mais informações, porém Vauthier aponta encontro com este.	158	
Senhor Vieira	Sem informações. Parece estar ligado à comissão do Teatro Santa Isabel.	158, 168	
Senhor Vicente Guido	"*Filho do mestre caleiro de Itamaracá".*	158	
Senhor Coelho	Diferente do outro Senhor Coelho, padre, pois tem filhos.	158	
Joseph Napoléon Viallis (*Monsieur* Viallis*)*	**Francês, negociante e dono de uma serraria no Recife.**	158, 164, 182, 188	Pág. 158 – breve nota da autora.
Dom Pedro II (Imperador)	Imperador do Brasil.	159, 210, 261	
Dom João da Purificação Marques Perdigão (Bispo)	Bispo da Arquidiocese de Olinda e Recife entre 1831 e 1864.	160	Pág. 160 – breve nota da autora.
Aníbal	General cartaginense que combateu os romanos.	161	Pág. 161 – breve nota da autora.
Senhor Queiroga	Dono da serraria no Monteiro – arrabaldes – que procura sócios.	163, 164, 165, 168, 170	Pág. 163 – breve nota da autora.
Senhor Emílio	Sem informações.	163	
Hoscht-Inroyen	Dono de estabelecimento de bebidas.	163	
Charles-Emannuel Champès (Champès)	Francês radicado em Pernambuco. Sem mais informações.	163	Pág. 163 – breve nota da autora.
Perrette	Personagem sonhadora da fábula de La Fontaine.	164	Pág. 164 – breve nota da autora.
Senhor Pinto	Sem informações.	165, 168, 170	

Florian Désiré Portier (Portier)	**<u>Engenheiro civil</u> francês que integra a equipe de Vauthier.**	165, 169, **202**, 204, **208**, 209, 225, 247, 254, 256, 259	Pág. 165 – nota da autora. **Pág. 202** – chegada ao Recife em 13 de maio de 1841 pelo "Casimir". **Pág. 208** – Vauthier repreende Portier pela visita, junto com Morel, a **Firmino Âncora**: "*Foi da parte deles uma iniciativa muito imprudente e que poderia ter consequências desagradáveis.* ***Entre nós, o antagonismo é a origem de tudo****."*
Joseph Jean-Jacques Morel (Morel)	**<u>Engenheiro civil</u> francês que integra a equipe de Vauthier.**	165, **202**, 203, 204, 208, 209, 244, 247, 251, 254, 256	Pág. 165 – nota da autora. **Pág. 202** – chegada ao Recife em 13 de maio de 1841 pelo "Casimir".
Louis Férreol Buessard (Buessard)	**<u>Técnico belga</u> que, vindo de Paris, integra a equipe de Vauthier**.	165, 166, **202**, 203, 205, 206, 208, 209, 217, 219, 247	Pág. 165 – nota da autora. **Pág. 202** – chegada ao Recife em 13 de maio de 1841 pelo "Casimir". Pág. 206 – notas de Vauthier sobre o engenheiro. Tem 27 anos em junho de 1841
Doutor Breton	Segundo Freyre, médico francês no Recife.	166, 172, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 184, 187, 188, 189, 191, 193, 200, 202, 211	
Auguste Kersting (*Monsieur* Kersting)	**Engenheiro alemão que trabalhava nas Obras Públicas. Um dos artífices, operários da construção e técnicos alemães trazidos pela província em 1839 a**	167	Pág. 167 – nota da autora. **Vauthier elogia o alemão: "*Tem bom senso e instrução bastante diversificada. Isso cativou meu espírito.*"**

	mando de Francisco do Rego Barros.		
Michel-Antoine Carilian (Carilian / Carilian-Goeury)	Livreiro da Casa Pantin e posteriormente de livraria especializada em títulos de engenharia.	169, 230, 233	Pág. 169 – nota da autora.
Victor Hugo	Romancista francês.	169, 197, 200	
Emiland Marie Gauthey (Gauthey)	**Tratadista oriundo da Escola de Pontes e Calçadas**.	169	Pág. 169 – nota da autora.
"**carpinteiro da ponte da Madalena"**	Sem mais informações.	170	Pág. 170 – Vauthier comenta a visita breve à casa deste profissional.
Madame Carneiro	Sem mais informações.	170	Não está claro se se trata da esposa de algum dos Carneiro já apontados pelo francês.
Senhor Bernardo	Sem mais informações	170	Pág. 170 – parece ser talvez o dono do Engenho do Brum, pois Vauthier fala em seguir ao dito engenho para "ver o Senhor Bernardo". Certamente não se trata do cozinheiro homônimo que trabalhava na casa do engenheiro francês.
Jean-Baptiste Dumas (Dumas)	Químico, político e cofundador da Escola Central de Artes e Manufaturas.	170	Pág. 170 – nota da autora.
Ana Josefina Pereira Pinto (*Madame* Oliveira)	Esposa de Francisco Antônio de Oliveira e "*filha do comandante de esquadra José Pereira Pinto*".	171	Pág. 171 – breve nota da autora.
Senhor Desborde	Segundo tenente do brigue "Alouette".	172	

Monsieur Krauz	Sem informações.	172	
Gabriel Bez (casal Bez-Deshayes / Bez Deshayes)	Livreiro envolvido junto com sua mulher, Marie Deshayes, num escândalo com o cônsul da França e o dr. Breton.	172, 177, 182, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 198	Pág. 172 – comentário da autora sobre o caso.
Marie Deshayes (casal Bez-Deshayes / Bez Deshayes)	Esposa do livreiro Gabriel Bez. Ambos envolvidos no escândalo com o cônsul da França e o dr. Breton.	172, 177, 181, 182	Pág. 172 – comentário da autora sobre o caso.
A.L.T.	Não identificado. Correspondente de Vauthier.	174, 208, 209, 232	Pág. 174 – nota da autora sobre isso.
Jean-Baptiste Ludovic Sarlat (Ludovic Sarlat)	Jurista e poeta, colaboradores em várias revistas parisienses.	174	Pág. 174 – nota da autora.
Senhora Chico da Costa	Sem informações.	176	
Monsieur Lignaux	Sem informações.	177	
Madame Félix	Esposa de Félix.	177	
Napoleão	Imperador francês.	178, 219	
Luís Gomes Ferreira (senhor Gomes Ferreira)	Segundo Freyre, pessoa influente e de relevo na sociedade recifense da década de 1840.	179, 212	Pág. 212 – nota da autora com seu nome completo.
Madame Gomes	Esposa do senhor Gomes Ferreira.	179	
Manoel Figueiroa de Faria (senhor Figueiroa)	**Diretor do jornal Diário de Pernambuco.** Editor, tipógrafo e também livreiro, vendeu vários títulos ligados ao pensamento fourierista.	182, 184, 185, 186, 191, **250**	Pág. 182 – nota da autora. **Pág. 250** – nota da autora sobre sua atuação como editor, tipógrafo e livreiro.

Felipe Mena Calado da Fonseca (doutor Mena)	Advogado. Atuou também na defesa de Vauthier no caso "Breton / Bez Deshayes".	183, 184, 185, 186, 188, 189	Pág. 184 – morava num sítio.
Casimiro de Morais Sarmento	Juiz do crime julgador do caso "Breton / Bez Deshayes". Posteriormente será nomeado presidente do Ceará.	183, 186, 189, 191	Pág. 183 – nota da autora.
Casimiro de Sena Madureira	Nome escrito por engano pelo senhor Monteiro para se referir ao juiz Casimiro de Morais Sarmento.	183	
Simplício Mavignier (senhor Mavignier)	**Médico formado na Faculdade de Medicina de Paris. Torna-se sanitarista e um técnico envolvido com as questões de salubridade do Recife. Homem influente e respeitado.**	183	Pág. 183 – nota da autora.
Larousserie	Segundo a autora, *"fabricante de carroças".*	184	Pág. 184 – nota da autora.
"do Canto"	Sem informações. Parece ser um ajudante de ordens.	185, 187, 189, 196, 198, 206	
José Bernardo Galvão Alcoforado (senhor Alcoforado)	Advogado de Gabriel Bez que, em 1842, ganhou alguma fama com o caso de Cândida, "africana 'livre'".	185, 186, 188	Pág. 185 – nota da autora.
José Tomás Nabuco de Araújo (senhor Nabuco)	Advogado, político e futuro senador. Figura respeitadíssima no Recife à época. É o pai de Joaquim Nabuco. **Terminou por defender Vauthier no caso "Breton**	186, 187, 189	Pág. 186 – nota biográfica da autora.

	/ Bez Deshayes" a mando de Rego Barros.		
Aristide Saisset (Saisset)	Farmacêutico	189, 192, 244, 245	Pág. 189 – nota da autora
José Soares de Azevedo (senhor Soares de Azevedo)	Segundo Freyre, Bacharel em belas-letras pela **Universidade de Paris**. Diretor do prestigiado Colégio Pernambucano.	190, 247, 249	
Frédéric-Jules Lemaître (Lemaître)	**Engenheiro** formado na **Politécnica de Paris e em Pontes e Calçadas**.	192	Pág. 192 – nota da autora.
Senhor Saboia (ou doutor Saboia)	Magistrado que absolveu Vauthier no caso "Breton / Bez Deshayes".	192	
Cornou	Sem informações.	193, 195	Pág. 195 – Participou de um jantar na casa do cônsul da França.
Nuno Maria de Seixas (senhor Nuno)	**Cônsul da Espanha e acionista dos projetos de distribuição de águas (Projeto Conrad)**.	193, 195, 199, 217	Pág. 193 – proprietário um sítio. Pág. 217 – pequena nota da autora ratificando quem era o senhor Nuno.
Bento	Um dos diretores "das águas" - Companhia do Beberibe.	193	
Conrad Niemeyer	**Engenheiro alemão** envolvido nos projetos de distribuição de água.	193	
Achille Rouen (*Monsieur* Rouen)	Ministro dos Negócios Estrangeiros.	193	Pág. 193 – nota biográfica da autora.
Monsieur Burlé	Sem informações.	194, 199	
Monsieur Belmonte	Sem informações.	194, 200, 208, 210, 225	
Valois	Sem informações.	194.	

Manoel de Souza Teixeira (presidente)	Barão de Capibaribe. Participou da Revolução Pernambucana, mas posteriormente aproximou-se do poder central, assumindo diversos cargos. Foi presidente da província de 3 de abril a 7 de dezembro de 1841.	194, 204, 206, 211, 225, 226, 227	Pág. 194 – nota biográfica da autora. Em matéria do Diário Novo, de 1844, edição 180, há a informação de que o mesmo tomou posse em 2 de abril de 1841.
Dona Ana Rocha	Sem informações.	195, 196, 197, 199, 208	Pág. 195 – Participou de um jantar informal na casa da madame Sarmento.
Dona Maria	Cunhada do desembargador Ramos.	195	
Dona Maria	Filha do desembargador Ramos. Diferente da outra "Dona Maria".	195	
Vitorino	Boticário.	195	
Senhor Cristóvão	Sem informações.	195	Pág. 195 – Participou de um jantar na casa do cônsul da França.
Dona Francisca	Amiga de dona Ana Rocha.	196	
Mademoiselle Joséphine	Sem informações.	197	
Gustavo José do Rego (senhor Gustavo)	Sem informações.	197, 210, 233, 261	Págs. 197 e 210 – nota da autora com nome completo do senhor Gustavo.
Madame Rabello	Sem informações.	197	
Antônia	Sem informações, mas parece ser uma amante.	198, 206, 210	

Faton	Ex-oficial relojoeiro da Casa Dubois.	198	Pág. 198 – nota da autora sobre Jean-Jérémie Dubois.
Honorato	Sujeito de má reputação, sem mais informações.	198	
Leitão	"*Matador"*.	198	
José Veras	Sem informações.	198	
Pedro de Araújo Lina	Marquês de Olinda. Político com largo trânsito no poder central, representante da aristocracia rural, em especial dos senhores de engenho. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra.	198	Pág. 198-199 – nota biográfica da autora.
Goeury	Sem informações.	200	
Charles Houssaye	**Engenheiro formado na Escola Politécnica e nas Pontes e Calçadas.**	201	Pág. 201 – breve nota da autora.
Jubin	Sem informações.	201	
Baptiste Le Grand (*Monsieur* Le Grand)	**Engenheiro formado na Escola Politécnica e nas Pontes e Calçadas.**	201, 230	Pág. 201 – nota da autora.
Quesnel Frères (*Monsieur* Quesnel)	Dono da casa *Quesnel et Frères.*	201, 202, 205, 254, 263	
Madame Demarim	Sem informações.	202	
Monsieur Poirier	Possivelmente o marceneiro Poirier.	202	Pág. 202 – nota da autora.
Marie-Angélique Millochau (*Mademoiselle* Millochau)	Casará mais à frente com o engenheiro Buessard, um dos ajudantes de Vauthier. Abre no Recife uma loja de moda francesa, conforme	204	Pág. 204 – nota da autora.

	anúncios nos jornais da época.		
Monsieur Pistor	Sem informações.	204	
Monsieur Lasserre	Talvez o negociante francês Bernard Vincent Lasserre.	204	Pág. 204 – comentário da autora.
Charles-Louis Richard de Lahautière (*Monsieur* de Lahautière)	**Negociante** francês radicado em Pernambuco.	204, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 218, 224, 259, 261, 262	Pág. 204 – nota da autora.
Madame Kerviche	Sem informações.	204, 230	Pág. 204 – hipótese da autora.
Monsieur Leroy	Sem informações.	205	
Romain	Sem informações.	205	
Monsieur Chatain	Sem informações.	205	
Madame Leroy	Sem informações. Provavelmente esposa do senhor Leroy.	205	
Monsieur Guené	Sem informações.	205	
Rosa Maria	Sem informações	206	
Manoelzinho	Sem informações	207	
Senhor Mamede	Filho do coronel da Guarda Nacional do Recife. Sem mais informações.	207	
J. J. Rousseau	Pensador iluminista.	207	
Antera	Ao que parece, uma amante.	210	
***Madame* Herculano**	Tudo indica que se trata de **Annunciada Camilla Alves da Silva**, esposa de **Herculano Alves,**	210	Pág. 210 – Anota Vauthier: "**Festa de 18 [de julho de 1841] Baile da Sociedade Euterpina. Ceia esplêndida.**

	proprietário do objeto de estudo.		***Madame* Herculano: contradança que acabou mal por medo do marido ciumento.**"
Senhor Fidu	Português de saída do país.	211	
Louis Puissant (Puissant)	Matemático, professor de geodésia e autor de trabalho científico sobre o tema.	211	Pág. 211 – nota da autora.
Rosinha	Sem informações.	212	
Gertrudes	Sem informações.	213	
Francisco Pais Barreto (Marquês do Recife)	Proprietário do Engenho Velho, nas proximidades do Cabo de Santo Agostinho (Ponte dos Carvalhos). Foi presidente de Pernambuco nos anos 1820 nomeado por D. Pedro I.	213, 219, 226, 227, 228	Pág. 213 – nota da autora.
João de Carvalho Pais de Andrade	Dono do Engenho de Choá.	213	
Pacheco	Integra da diligência para o Engenho Velho. Sem mais informações.	214, 225	
Senhor Lulu	Sem informações, mas ao que parece dono do Engenho da Ilha.	214, 215, 219	
Cazuza Monteiro	Estava no Engenho da Ilha, quando da chegada da diligência em que estava Vauthier. Sem mais informações.	214, 215, 216	
Senhor Sebastião	Parece ser um ajudante do Engenho da Ilha.	214, 215, 216	
Safos	Poetisa grega.	215	Pág. 215 – nota da autora.

Pierre André Marie Riguaire (*monsieur* Riguaire)	Francês que será contratado pela presidência da província para aplicar seu método de fabricação de açúcar sem utilização de potassa – *link* AQUI.	215, 218, 225, 227, 228	Pág. 215 – nota da autora.
Família Vauthier	Apontamento do engenheiro sobre uma ramificação da família ao discorrer sobre o *monsieur* Riguaire.	215	
Conde de Volney	Filósofo e orientalista. Vauthier fala mal de seus livros *Les ruines* e *La loi naturelle*.	216	Pág. 216 – nota da autora.
Zoroastro	Profeta persa.	216	
Madame Milet	Não se trata de esposa de Milet, já que está na França, e à altura Milet não.	216	
Jean-Pierre Pescatore (*monsieur* J.P. Pescatore)	Negociante de tabaco cubano.	216	Pág. 216 – nota da autora.
Jean Chardon	**Chapeleiro francês com duas lojas no Recife**.	217	Pág. 217 – nota da autora.
Monsieur Monverney	Outrora proprietário de um sítio nas imediações da Estrada do Arraial. Sem mais informações.	218	
Robert Macaire	Personagem literário. Marcado pela malandragem ocultada pela fachada de homem sério.	218	Pág. 218 – nota da autora.

Francisco de Freitas Gamboa (senhor Gamboa)	**Diretor de teatro radicado em Pernambuco. Num artigo, publicado no Diário de Pernambuco critica o projeto do Santa Isabel** – link AQUI.	218, 219	Pág. 218 – nota da autora.
João Gonçalves	Membro da comissão do teatro.	218, 225	
João Bento	Sem informações.	219	Pág. 219 – proprietário de um sítio.
Helena	Menção à Helena de Troia, de A Ilíada. É como Vauthier chama uma mulher do povoado do Catucá.	221, 222, 223	Pág. 221 – breve comentário da autora.
Menelau	Referência ao marido daquela chamada por Vauthier de Helena.	222	
Capitão Mayer	Procurador dos herdeiros do Engenho de Apipucos.	224	
Senhor Colo	Ligado ao Engenho de Apipucos. Sem mais informações.	224, 225, 226	
Jouguet	Sem informações.	225	
Felipe Neto	Segundo Freyre, parece ser o dr. Filipe Lopes Neto, formado na Universidade de Pisa e com estudos em Paris. Liberal fervoroso, participou da Rebelião Praieira. Após prisão em Noronha, torna-se diplomata e barão. Vauthier anota que não é conservador e que pode se interessar por "ideias inovadoras".	226	

Bonoît Mure (doutor Mure)	Homeopata e fourierista. Criou uma colônia falansteriana em Santa Catarina que, contudo, não prosperou.	226, 229, 253	Pág. 226 – nota da autora.
Madame Lulu	Esposa do senhor Lulu.	226	
Marquesa do Recife (marquesa)	Esposa do Marquês do Recife e dono do Engenho Velho.	226	
Chico Luiz	Filho mais novo do Marquês do Recife.	226, 227	Pág. 226 – nota da autora sobre o marquês traz essa informação, ratificando o apontamento de Vauthier.
João Manuel	Prefeito de Rio Formoso.	226	
Luís Pires	Dono do Engenho da Guerra. Sem informações.	226, 227	
"o negro Félix"	Pedreiro do Engenho Velho.	227	
J.m Leon	Sem informações.	229	
Blanc	Segundo a autora, provavelmente Julien Blanc. Sem mais informações.	229, 234	
Euphémie Vauthier Garcin (Euphémie / *Madame* Garcin)	Irmã mais nova de Vauthier.	230, 233, 245, 246, 259, 263	Pág. 230 – nota da autora. Pág. 263 – nota da autora explicando a identidade de *madame* Garcin.
Jacques-Joseph Frimot (*Monsieur* Frimot)	**Engenheiro** formado na **Politécnica** e em **Pontes e Calçadas**. Colega de Pierre Vauthier, pai de L. L. Vauthier.	230	Pág. 230 – nota da autora.

Amédée Paget (Paget)	Médico saint-simonista.	230, 235	Pág. 230 – nota da autora.
Monsieuri Belenot	Sem informações.	231	
François-Eugène Garay de Monclave (*Monsieur* Eugène de Monclave)	Segundo a autora, militar francês que serviu no Brasil e em Portugal a mando de Dom Pedro I. Era um liberal.	231	Pág. 231-232 – nota biográfica da autora
Joachim	Destinatário de uma carta. Sem mais informações.	232	
Madame Chenevière	Destinatária de uma carta. Sem informações. Talvez esposa de *Monsieur* Chenevière.	233	
Léo Bruyère	Destinatário de carta de Vauthier. Sem mais informações.	235, 241	
Monsieur Poidenard	Destinatário de "4 relatórios". Sem mais informações.	236	
Charles Derosne (*Monsieur* Derosne)	Farmacêutico estudioso das propriedades do açúcar. Construiu aparelhos para a indústria açucareira que despertaram o interesse de Vauthier.	237	Pág. 237 – nota biográfica da autora.
Monsieur Ginisty	Sem informações.	237	
Monsieur de Bellocq	Representante da França nos Estados Papais. Tio de Elisa Joubert.	239, 243	
Castro / Dr. Castro / Senhor Castro	Um dos assinantes das revistas que Vauthier encomendava. Sem mais informações.	240, 247, 250, 251, 254, 256	

Gabriel Gabet (Gabet)	Pensador fourierista.	240	Pág. 240 – nota biográfica da autora.
François Arago (Arago)	**Engenheiro** formado na **Politécnica**. Eleito membro da Academia de Ciências com 23 anos. Vauthier envia-lhe uma carta tratando da medida do grau do meridiano.	240	Pág. 240 – nota biográfica da autora.
Jean-Baptiste Joseph Delambre (Delambre)	Astrônomo e historiador.	240	Pág. 240 – nota biográfica da autora.
Pierre Bouguer (Bouguer)	Matemático, físico e astrônomo. Membro da Academia de Ciências.	240	Pág. 240 – nota biográfica da autora.
Charles-Marie de La Condamine (Condamine)	Cientista e explorador.	240	Pág. 240 – nota biográfica da autora.
Monsieur Thomas	Surge como o intermediário de uma carta a Cantagrel. Sem mais informações.	240	
Victor Considerant	**Engenheiro formado na Politécnica. Fourierista e fundador do periódico *La Phalange*, que Vauthier encomendava e distribuía no Recife.**	241	Pág. 241 – nota biográfica da autora.
J. B. Brosser (Monsieur Brosser / Brosser / J. B. Brosser)	Sem informações.	238, 241, 242, 243, 247, 256	
Romain Chapelain	Segundo a autora, "*talvez bibliotecário em Nantes e em seguida funcionário do Ministério de Obras Públicas"*.	241	Pág. 241 – nota da autora.

Madame Surville	Ao que parece, esposa de Eugène Auguste Alain, engenheiro formado na Politécnica e em Pontes e Calçadas amigo de Vauthier.	241	
Eugène Melchior Péligot (*Monsieur* Eugène Peligot)	**Engenheiro** formado pela **Politécnica**. Foi químico e trabalhou com fabrico de açúcar nas colônias francesas.	242	Pág. 242 – nota da autora.
Jean-Gustave de Frontin (*Monsieur* Gustave de Frontin)	**Engenheiro francês radicado no Brasi**l. Considerado o patrono dos engenheiros brasileiros, segundo a autora.	242	Pág. 242 – nota da autora.
Charles Frédéric Schloesing (*Monsieur* Schloesing)	**Engenheiro** formado pela **Politécnica** e por **Pontes e Calçadas**.	242	Pág. 242 – nota da autora.
Calmant	Sem informações.	243	
Sérgio Teixeira de Macedo (Teixeira de Macedo)	Diplomata e futuramente presidente de Pernambuco (1857) e ministro de Estado (1859).	243	Pág. 243 – nota da autora.
Laffond Joubert (*Monsieur* Lafont Joubert)	Irmão mais novo de Elisa Joubert, esposa de Vauthier. Jurista.	243	Pág. 243 – nota da autora.
Monsieur Falorje	Sogro de Camille. Correspondente de Vauthier. Sem mais informações.	243	
Monsieur Jules Bruyère	Correspondente de Vauthier. Sem mais informações.	243	

Soares	Sem informações. Contudo, de certeza não é José Soares de Azevedo, formado em belas-letras na Universidade de Paris e diretor do Colégio Pernambucano.	244, 247	
L. L. Vauthier / Vauthier	O próprio engenheiro francês. Apontamentos sobre assinatura de periódicos e outros temas.	244, 247, 251, 256, 263, 264	
Pierre Taulois (*Monsieur* Taulois)	Segundo a autora, *"engenheiro que acompanhou o major Koeler nas obras da colônia de Petrópolis, coordenou a confecção da carta topográfica daquela região."*	244	Pág. 244 – nota da autora.
Monsieur Joubert de Paris.	Incerto. Talvez Laffond Joubert, jurista e irmão mais novo de Elisa.	245, 253, 254	
Gustavo	Talvez Gustavo José do Rego (senhor Gustavo). Vauthier anota ter-lhe emprestado alguns números do periódico "*La Démocratie*".	246	
Monsieur A. Joubert	Sem informações. Por certo, parente de Elisa Joubert, esposa de Vauthier.	246	
Eugène Saisset	Sem informações.	247	
Francisco José da Costa	Sem informações. Aparece como um dos assinantes de "*La Démocratie*" em 1844.	247, 255	

Antônio Joaquim de Sousa Castro	Sem informações. Aparece como um dos assinantes de "*La Démocratie*" em 1844.	247, 249	
Antônio José de Miranda Falcão	**Fundador do Diário de Pernambuco em 1824 que vendeu dois anos após a abertura**. Jornalista, tipógrafo, trabalhou na administração provincial e diplomática.	248, 259	Pág. 248 e 259 – nota da autora.
Antônio Borges da Fonseca	Jornalista com formação na Alemanha. Liberal e republicano.	248	Pág. 248 – nota da autora.
José Bento da Cunha Figueiredo (Dr. Figueiredo)	Visconde do Bom Conselho. Foi senador por Pernambuco, conselheiro do Império e ministro de Estado.	248, 249, 250, 252	Pág. 248 – nota da autora.
Antônio Pedro de Figueiredo	**Fundador do periódico recifense "O Progresso", sob influência de Vauthier. Grande divulgador do novo pensamento francês. Surge como "professor" no diário (pág. 252).**	248, 249, 252	Pág. 248-249 – nota biográfica da autora.
João Capistrano Bandeira de Melo	Advogado, jornalista e político. Foi presidenta das províncias de Alagoas, Paraíba e Minas Gerais.	249, 252	Pág. 249 – nota da autora.
Abel Louis Transon (Abel Transon)	**Engenheiro** formado na **Politécnica**. Autor de livros baseados na doutrina fourierista e sant-simonista.	249	Pág. 249 – nota biográfica da autora.
Dr. Soares	Incerto. Talvez José Soares de Azevedo, formado em belas-letras	250, 251	

	na Universidade de Paris e diretor do Colégio Pernambucano.		
Matos	Surge no diário como um dos recebedores de "La Phalange". Sem informações.	250	
Bandeira	Irmão do "Dr. Figueira". Intermediário da entrega de "La Phalange" ao irmão. Sem mais informações.	250	
Figueiredo	Surge na lista de recebedores de "La Phalange" em 1845. Por certo, não é o Dr. Figueiredo. Sem mais informações.	250, 261	
Francisco de Paula Batista (Dr. Francisco de Paula Batista)	Professor e advogado.	252	
Francisco Antônio Carneiro da Cunha (Dr. Franciso Antônio Carneiro da Cunha)	Magistrado. Foi também deputado de Pernambuco.	252	Pág. 252 – breve nota da autora. Ver quando possível se há parentesco com José Mariano.
Coutinho	Dono de loja que vendia títulos fourieristas.	252	
Monsieur Duballen	Secretário da gerência do "La Démocratie".	252, 253	
Monsieur Joubert	Incerto.	253	
Priamo	Destinatário de uma procuração. Sem mais informações.	253	
Januário da Cunha Barbosa (Cônego	Fundador em conjunto com o marechal	254	Pág. 254 – nota da autora.

Januário da Cunha Barbosa)	Raimundo José da Cunha Matos o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838). Destinatário de três escritos de Vauthier: relatórios de 1843, de 1844 e da "Memória sobre os Melhoramentos e Aperfeiçoamentos do Porto da Cidade do Recife" (1845).		
João Gomes Duarte	Procurador de Vauthier no Rio de Janeiro.	254, 255, 256, 257, 258, 259, 261, 262, 263	
Manoel Ferreira Lagos	Membro da comissão de exploração dos territórios mais recônditos do Império formada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.	255, 258	Pág. 255 – nota da autora.
Joaquim Marcelino de Brito (Exmo. Senhor Joaquim Marcelino de Brito)	Ministro do Império e figura influente na política.	255, 262	Pág. 255 – nota biográfica da autora.
Chico Costa	Destinatário de carta enviada em 24 de junho de 1846.	256	
C. de Sena Madureira (Dr. C. De Sena Madureira)	Destinatário de carta enviada em 4 de julho de 1846. Sem informações.	256, 258	
Édouard Neuenschwander	Correspondente de Vauthier.	256	
Zacker	**Artesão germânico**. Vauthier encomenda para ele a revista de arquitetura editada por César Daly.	257	

César Daly (Daly)	**Arquiteto formado na École des Beaux-Arts. Membro fundador de revista de arquitetura *"Revue génerale de l'architecture et des travaux publics"* na qual Vauthier publicará seus textos sobre a casa brasileira.**	257	Pág. 257 – nota biográfica da autora.
François Thiollet (Thiollet)	Autor de trabalho sobre serraria.	257	Pág. 257 – nota da autora.
Pedro Antônio da Costa Pereira (coronel Pedro Antônio da Costa)	Foi presidente de Alagoas (1877). Sem mais informações.	257	Pág. 257 – nota da autora.
José Correia da Silva Titarra (doutor José Correia da S. Titarra)	Jornalista, político e educador alagoano.	257	Pág. 257 – nota da autora.
Carlo Poggetti	Livreiro italiano radicado na Bahia.	257, 258, 259	Pág. 257 – nota da autora.
Monsieur Lenoir	Sem informações. Possivelmente sócio na Sócio da casa Puget, Lenoir & Cia.	258	
Dupasquier	Sem informações.	258	
Francisco José de Sousas Soares Andréa (general Andréa)	Engenheiro militar português que acompanhou a família real ao Brasil. Radicou-se no país após a independência. Era o presidente da Bahia em 1846.	258	Pág. 258 – nota biográfica da autora.
Senhor Costa	Sem informações.	258	

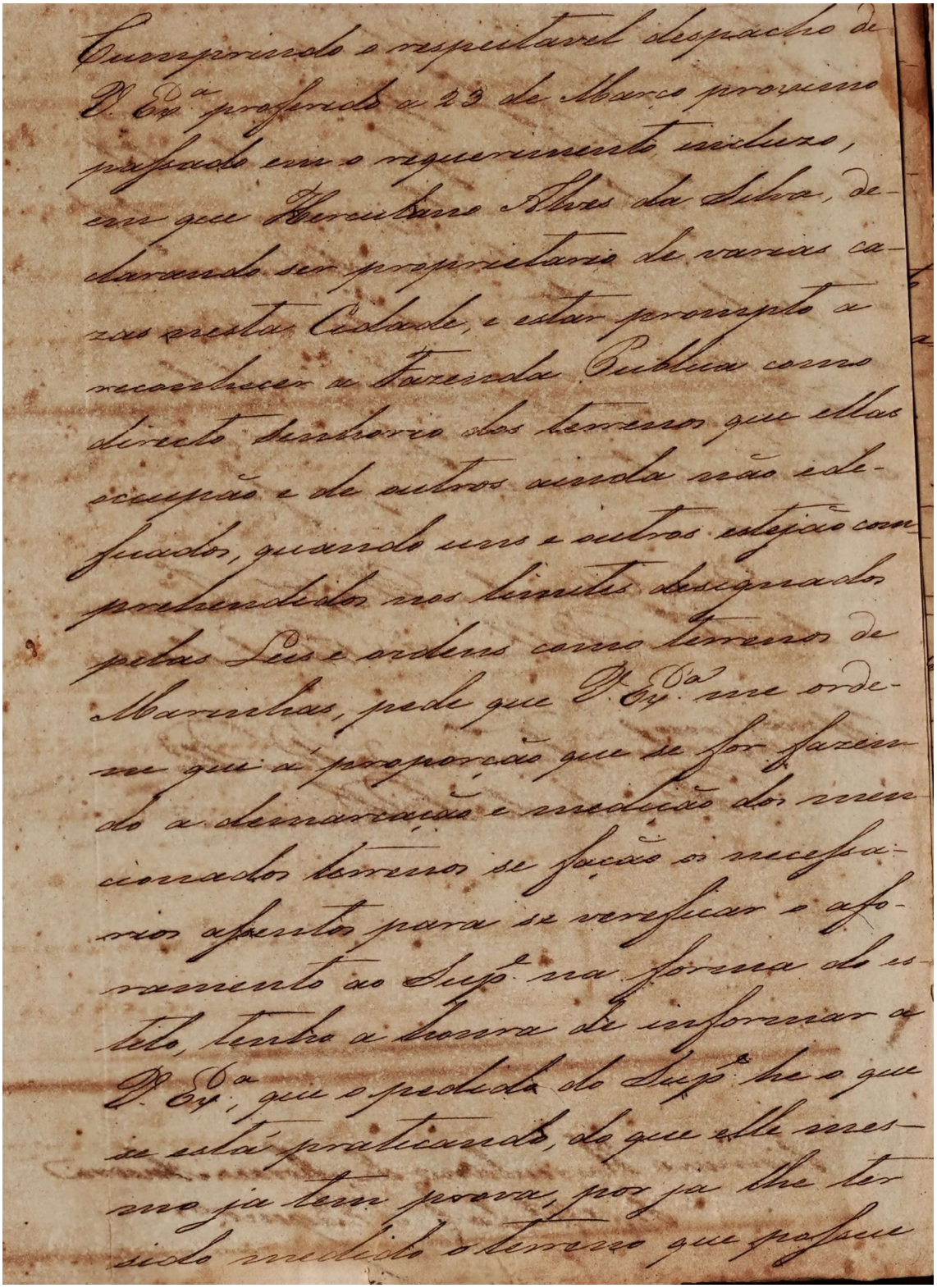
João Pinto de Miranda	Sem informações.	258	
Antonino	Sem informações.	258	
Antônio Manoel de Campos Melo	Em outubro de 1846, presidente da província de Alagoas.	259	Pág. 259 – nota da autora.
Dudu	Alcunha carinhosa que Vauthier utilizava para o filho.	259, 260	
Joanita	Possível babá de Dudu.	259	Pág. 259 – nota da autora sobre a hipótese.
Joseph	Embarca com Vauthier no vapor inglês "Antelope", em 18 de novembro de 1846, de volta para França. Sem mais informações.	259	
Edmond	Tal como Joseph, embarca junto com Vauthier no vapor inglês "Antelope" em 18 de novembro de 1846, de volta para França. Sem mais informações.	259	
Van Zeiler	Passageiro no "Antelope" com destino à Europa. Sem mais informações.	260	
Monsieur Dutton	Passageiro no "Antelope" com destino à Europa. Sem mais informações.	260	
Pierre-Louis-Lérger Arthur (Arthy)	Filho de Vauthier.	260	Pág. 260 – nota da autora.
Herculano	**Forte indício de que se trata de Herculano Alves da Silva. Por certo, não se trata de Firmino Herculano de Morais**	**261**	**Pág. 261** – aponta Vauthier em seu diário: "***31 de janeiro de 1847***

	Âncora, que além de desafeto era tratado por "Senhor Firmino".		***Para seguir pelo Nélie-Mathilde:*** ***Monsieur Milet;*** ***Boulitreau;*** ***Lahautière;*** ***Dom Pedro;*** ***Figueira de Melo;*** ***Herculano;*** ***Antônio José de Oliveira."*** Nesta cronologia, Vauthier já estava na França enquanto que estes destinatários estavam no Brasil, e mais especificamente no Recife, como Milet, Boulitreau e o próprio Herculano Alves da Silva. Este, por sua vez, já habitava o solar do Manguinho em 1847, conforme a documentação levantada. O Nélie-Mathilde era um brigue francês que fazia a rota Havre-Recife – *link* **AQUI**.
Antônio José de Oliveira	Destinatário de carta enviada por Vauthier em 31 de janeiro de 1847. Certo "Herculano" está também no rol de destinatários.	261	
Oliveira	Incerto.	262	
M.J.M	Sem informações	263	

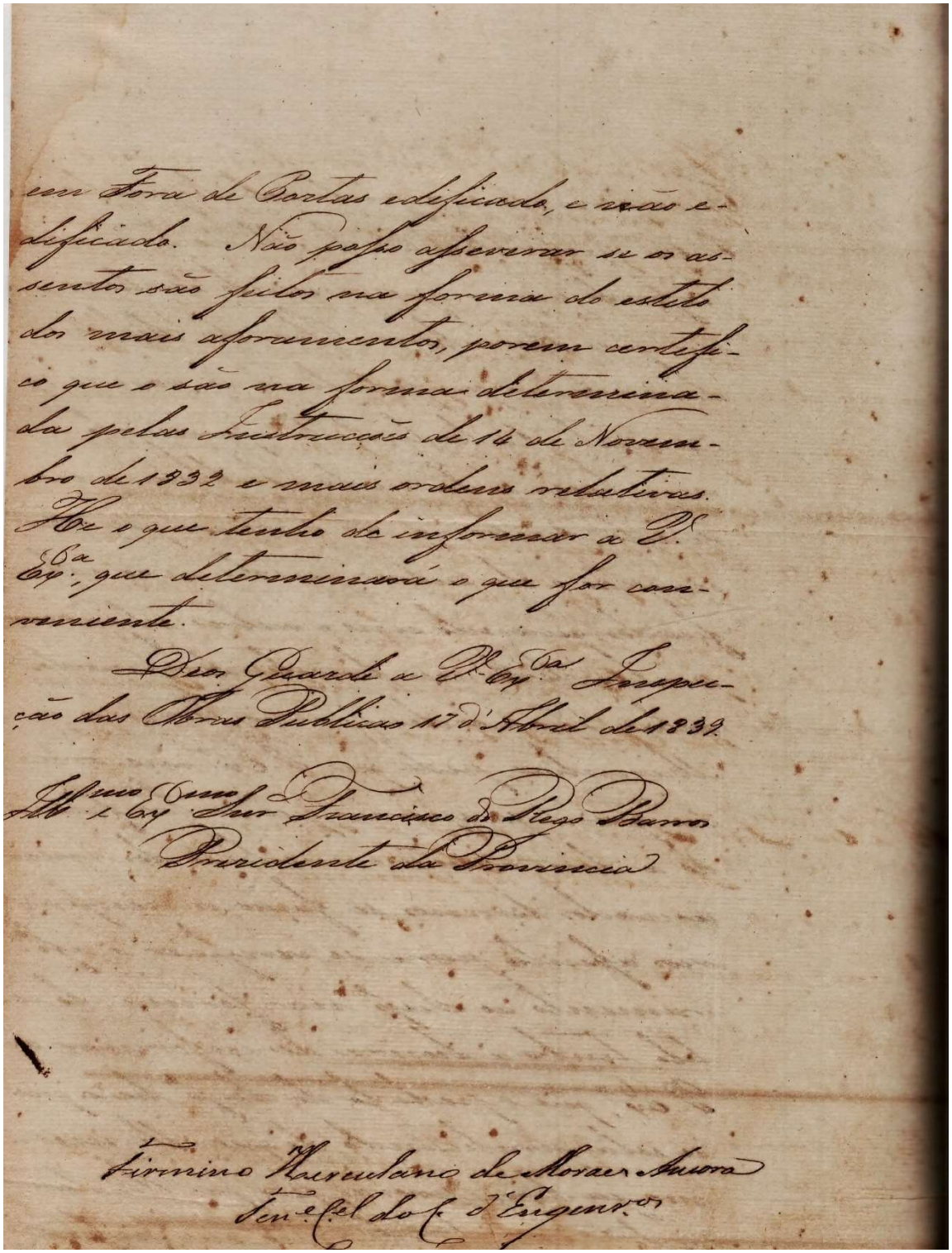
Eugène André Garcin (Garcin)	Esposo de Euphémie Vauthier. Poeta, jornalista, republicano e professor de História.	264	Pág. 264 – nota da autora.
Manoel Ayres de Casal (padre Manoel Ayres de Casal)	Autor do trabalho "Corografia brazilica" (1817) – link para o livro **AQUI** (volume I).	264	Pág. 264 – nota da autora sobre o livro.
José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu)	Autor de "História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil" (1826-1828). Nove volumes.	264	Pág. 264 – nota da autora sobre o livro.
Alphonse de Beauchamp (Beauchamp)	Autor de "*L'Independance de l'Empire du Brésil, présentée aux monarques de l'Europe"* (1824).	265	Pág. 265 – nota da autora sobre o livro.
Victor-Laurant Suzanne Moise Angliviel de La Beaumelle (La Beaumelle)	Autor de "*De l'empire du Brésil considéré sous les rapports politiques et commerciaux"* (1823).	265	Pág. 265 – nota da autora sobre o livro.
Alphonse de Beauchamp (Beauchamp)	Autor de refutação ao trabalho de La Beaumelle intitulado "*Réfutation de l'écrit intitulé 'Coup doeil sur l'état politique du Brésil..."*	265	Pág. 265 – nota da autora sobre o livro.

Fonte: PONCIONI, Cláudia (2010a) – *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourietista no Brasil*. Recife: CEPE.

Anexo 4 – Documentos manuscritos referenciados na dissertação



Fonte: APEJE – *Obras Públicas*, códice 8, fl. 151.



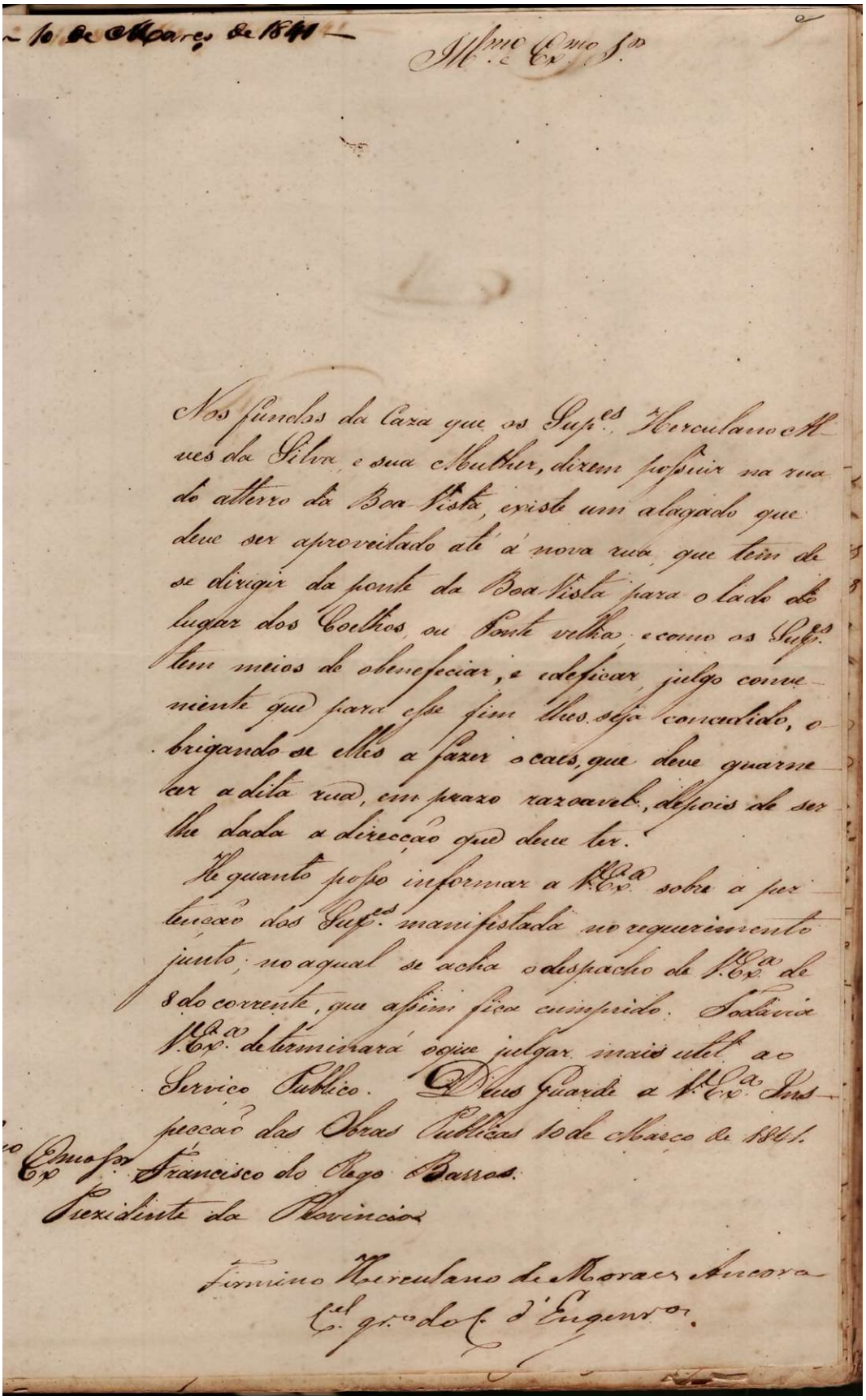
com Porta de Portas edificada, e não e-
dificada. Não posso afseverar se os as-
sentos são feitos na forma do estilo
dos mais aforamentos, porem certifi-
co que o são na forma determina-
da pelas Instrucções de 14 de Novem-
bro de 1832 e mais ordens subalternas.
He o que tenho de informar a V.
Ex.a, que determinará o que for con-
veniente.

Deos Guarde a V. Ex.a Inspec-
ção das Obras Publicas 17 d'Abril de 1839.

Illm.o e Ex.mo Snr Francisco de Lago Barros
Presidente da Provincia

Firmino Rodrigues de Moraes Aurora
Ten.te Cel do C. d'Engenh.os

Fonte: APEJE – *Obras Públicas*, códice 8, fl. 151v.



10 de Março de 861

Illmo Exmo Snr

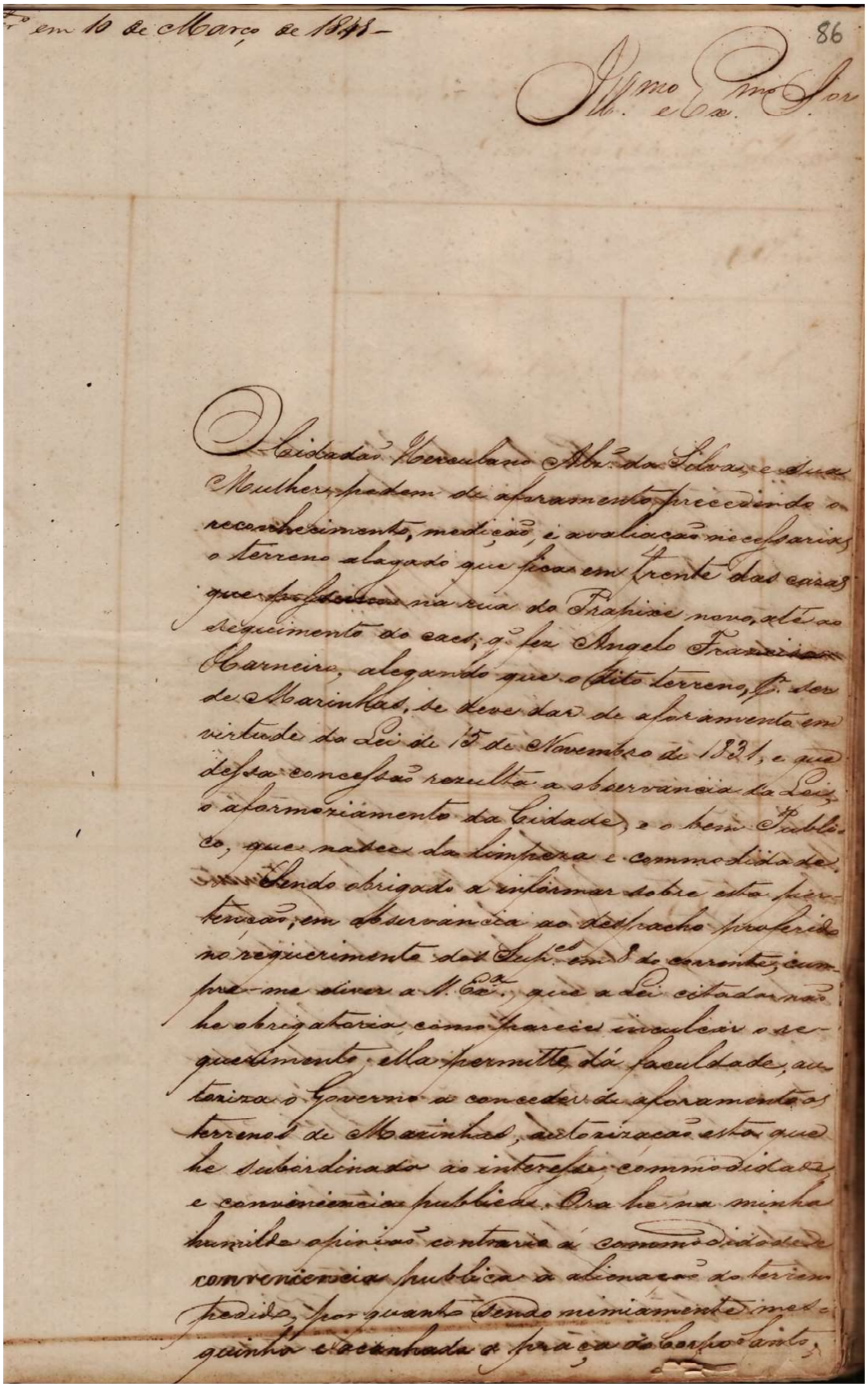
Nos fundos da Caza que os Supes Herculano Alves da Silva, e sua Mulher, dizem possuir na rua do atterro da Boa Vista, existe um alagado que deve ser aproveitado até á nova rua, que tem de se dirigir da ponte da Boa Vista para o lado do lugar dos Coelhos, ou Ponte velha, e como os Supes tem meios de obviar, e edificar, julgo conveniente que para esse fim lhes seja concedido, obrigando-se elles a fazer o caes, que deve guarnecer a dita rua, em prazo razoavel, depois de ser lhe dada a direcção que deve ter.

No quanto posso informar a V. Exa sobre a pretenção dos Supes manifestada no requerimento junto, no aqual se acha o despacho de V. Exa de 8 do corrente, que assim fica cumprido. Todavia V. Exa determinará o que julgar mais util ao Serviço Publico. Deus Guarde a V. Exa Inspecção das Obras Publicas 10 de Março de 1861.

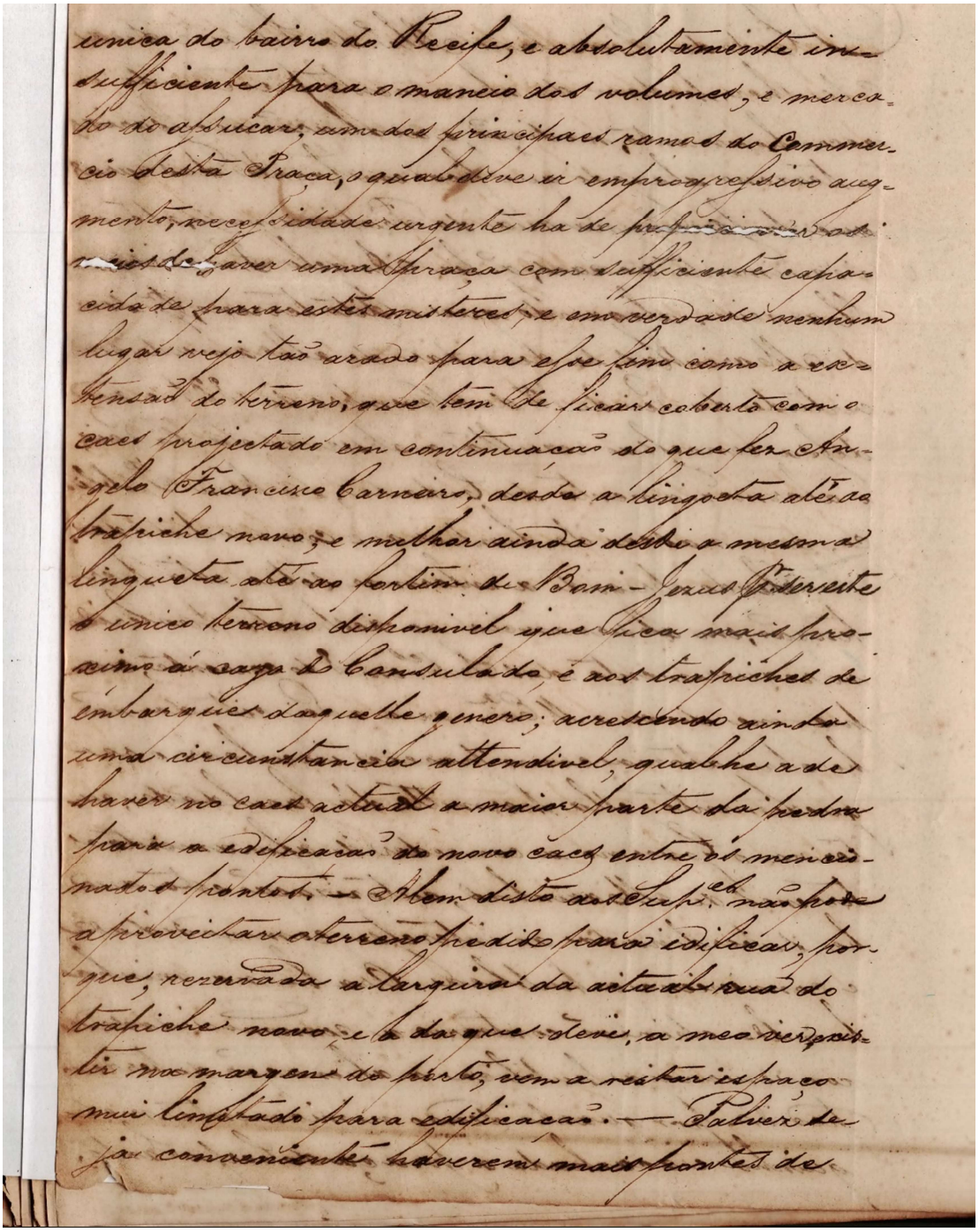
Exmo Snr Francisco do Rego Barros.
Presidente da Provincia.

Firmino Herculano de Moraes Ancora
Cel. Gr. do C. d'Engenheiros.

Fonte: APEJE – *Obras Públicas*, códice 12, fl. 83.



Fonte: APEJE – *Obras Públicas*, códice 12, fl. 86.



unica do bairro do Recife, e absolutamente in-
sufficiente para o mancio dos volumes, e merca-
do do assucar, um dos principaes ramos do Commer-
cio desta Praça, o qual deve ir em progressivo aug-
mento, necessidade urgente ha de prop[illegible] vo-
mos de haver uma Praça com sufficiente capa-
cidade para estes misteres, e em verdade nenhum
lugar vejo tão azado para este fim como a ex-
tensão do terreno, que tem de ficar coberto com o
caes projectado em continuação do que fez An-
gelo Francisco Carneiro, desde a lingueta até ao
trapiche novo; e melhor ainda desde a mesma
lingueta até ao portão de Bom-Jesus. Este é
o unico terreno disponivel que fica mais pro-
ximo á caza da Alfandega, e aos trapiches de
embarque desse genero; acrescendo ainda
uma circumstancia attendivel, qual he a de
haver no caes actual a maior parte da pedra
para a edificação do novo caes entre di mencio-
nados pontos. — Alem disto aos Srs. não pode
aproveitar o terreno pedido para edificar, por-
que, reservada a largura da acta da rua do
trapiche novo e da que vem, a meo ver pas-
sa no margem do porto, com a restar espaço
mui limitado para edificação. — Talvez de-
ja convenientes haverem mais frentes de

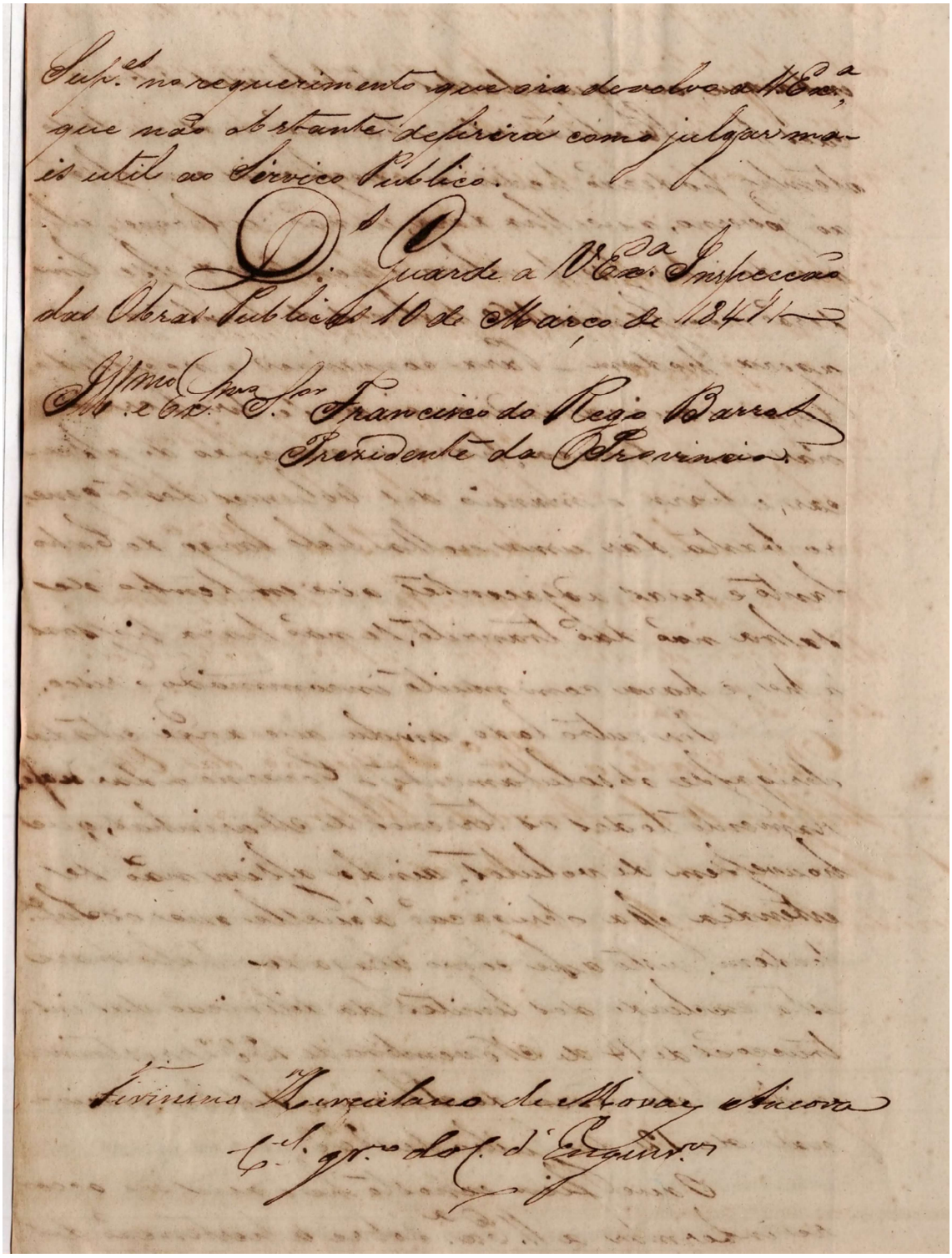
Fonte: APEJE – *Obras Públicas*, códice 12, fl. 86v.

embarque, ou quaisquer estabelecidos sobre o
cais para facilitar esta operação, mas em todo
o tempo poderão pedir a necessaria concessão
ao Governo, que lha dará, ou não conforme jul-
gar do interesse publico, e nem para esse fim
serão necessarios 100 palmos de frente que
agora pedem — Para conveniencia a necessida-
de, que acima indiquei, de se proporcio-
nar uma praça, para o mercado do assu-
car, e para o manejo dos volumes deste gene-
ro basta dar uma volta pelo largo do Corpo
Santo e ruas adjacentes, que em tempo de
safra não dão transito, se não para pessoas
a pé, e para commodo incommodo e risco.

Por outro lado, ainda que a Lei citada
obrigasse absolutamente o Governo a dar de-
samento todos os terrenos de Marinhas, que
houvessem de volutos, ainda assim não se
extendia essa obrigação áquelle que os Supp.
pedem, visto ser como alagado pela maré
está excluido dos limites da definição das ins-
truções de 14 de Novembro de 1832 restrin-
gida pela ordem do Thesouro Publico Nacio-
nal de 12 de Outubro de 1833.

O que tudo exposto ha o que me occor-
re informar a V. Ex.a sobre a pertenção dos

Fonte: APEJE – *Obras Públicas*, códice 12, fl. 87.



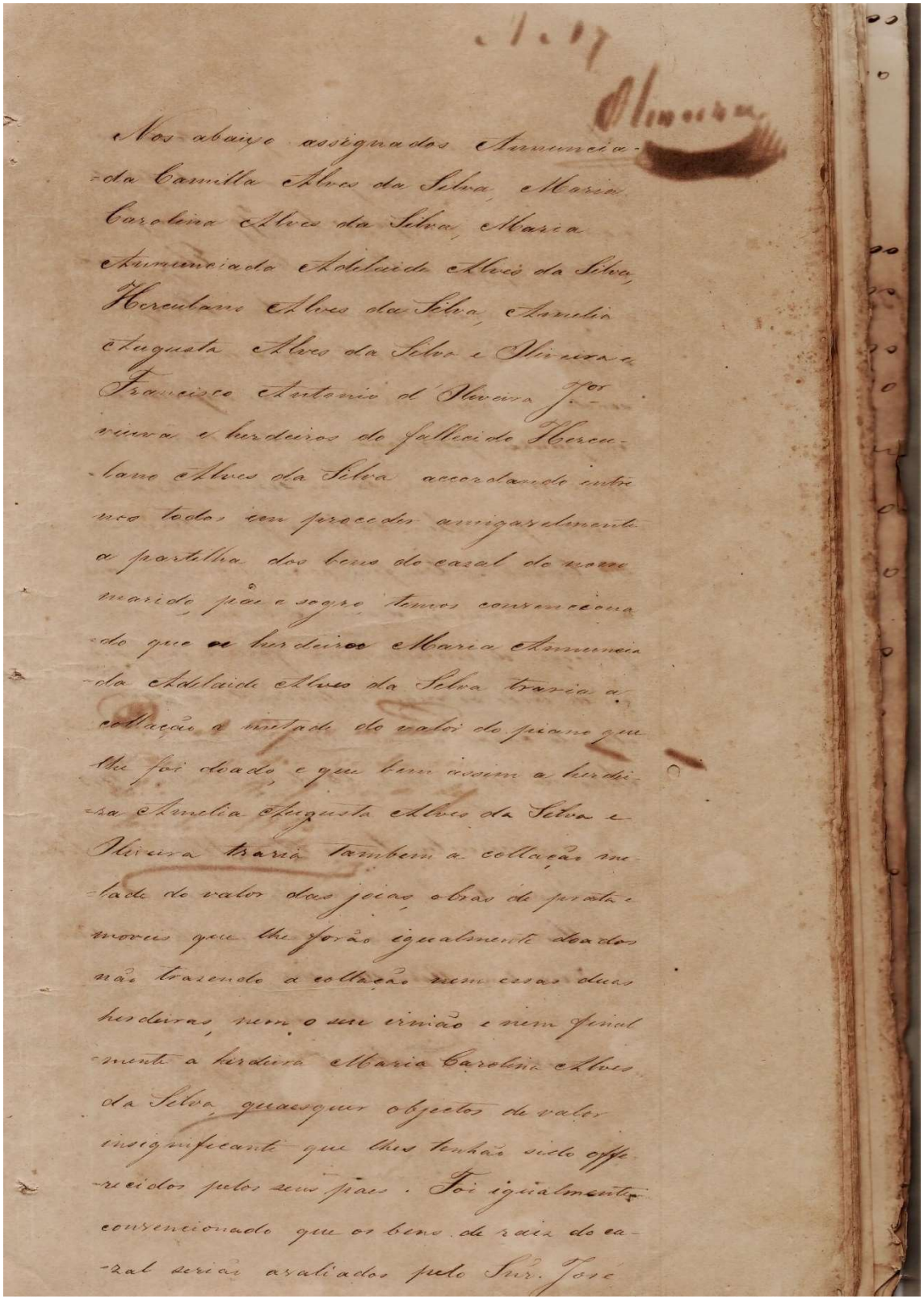
Sup.es no requerimento que via devolvo a V.Ex.a
que não obstante deferirá como julgar mais
util ao Serviço Público.

Deos Guarde a V.Ex.a Inspecção
das Obras Publicas 10 de Março de 1841.

Ill.mo Snr. Snr Francisco do Rego Barros
Presidente da Provincia.

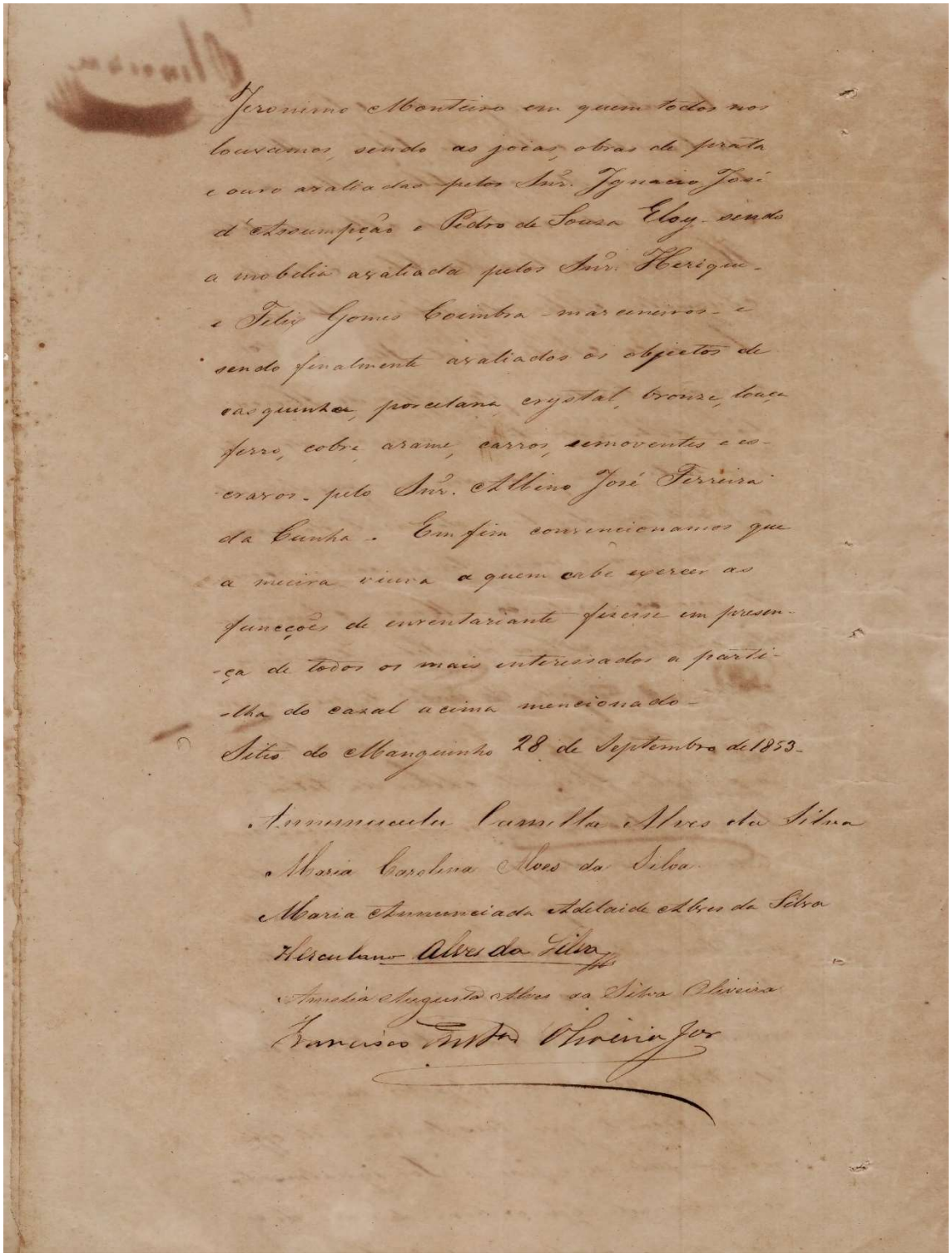
Severiano Cavalcanti de Albuquerque Lacerda
C.el Gr.o do C.el d'Engen.os

Fonte: APEJE – *Obras Públicas*, códice 12, fl. 87v.

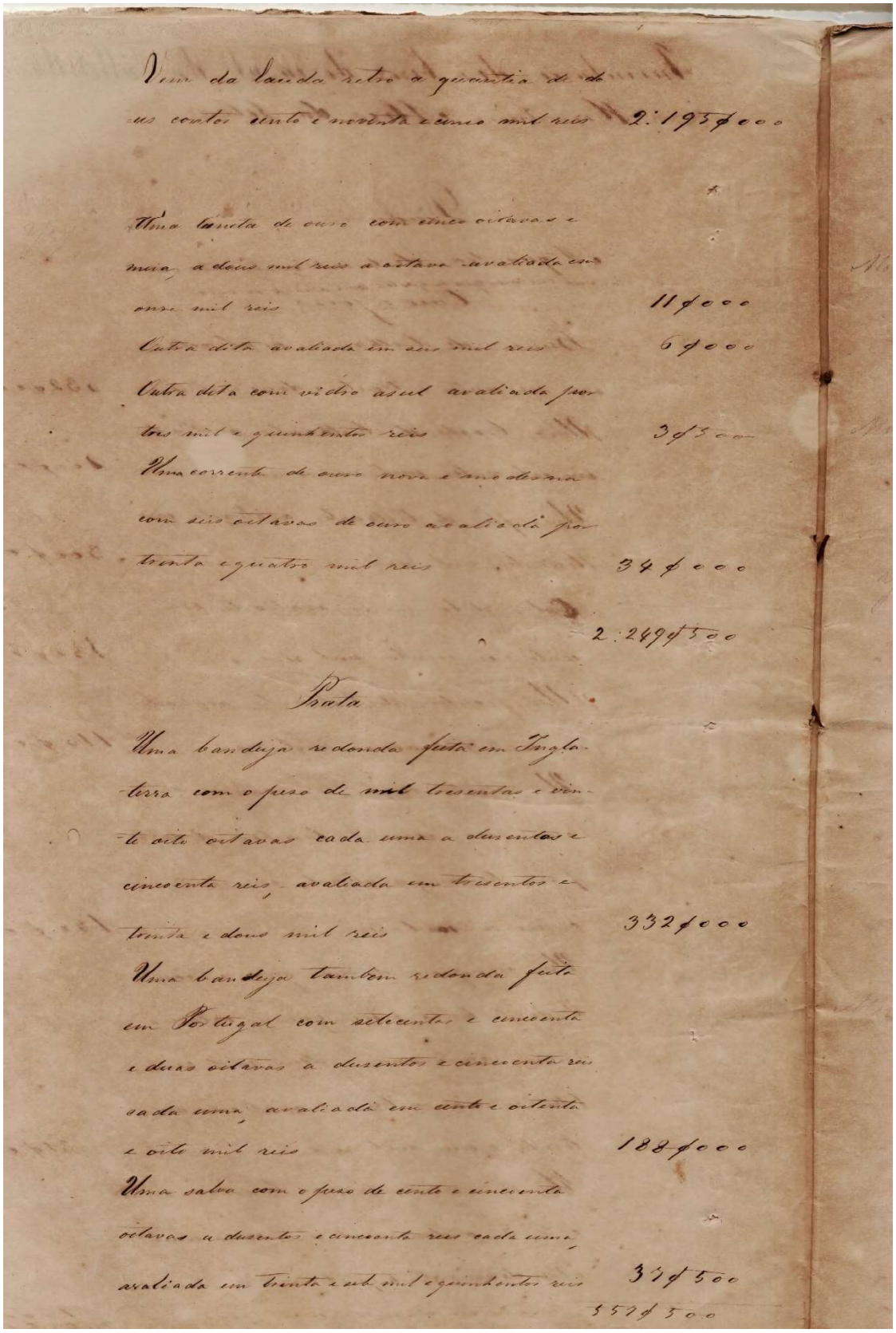


Nos abaixo assignados Anunciada Camilla Alves da Silva, Maria Carolina Alves da Silva, Maria Anunciada Adelaide Alves da Silva, Herculano Alves da Silva, Amelia Augusta Alves da Silva e Silveira e Francisco Antonio d'Silveira Jor viuva e herdeiros do fallecido Herculano Alves da Silva accordando entre nos todos em proceder amigavelmente a partilha dos bens do casal do nosso marido, pai e sogro temos convencionado que os herdeiros Maria Anunciada Adelaide Alves da Silva trazia a collação a metade do valor do piano que lhe foi doado e que bem assim a herdeira Amelia Augusta Alves da Silva e Silveira trazia tambem a collação metade do valor das joias obras de prata e moveis que lhe forão igualmente doados não trazendo a collação nem essas duas herdeiras, nem o seu irmão e nem finalmente a herdeira Maria Carolina Alves da Silva, quaesquer objectos de valor insignificante que lhes tenhão sido offereciados pelos seus pais. Foi igualmente convencionado que os bens de raiz do casal serião avaliados pelo Snr. José

Fonte: MJPE – *Inventario e partilha amigavel que entre si fizerão a viuva, filhos, e genro do finado Herculano Alves da Silva*, 1853, fl. [3].



Fonte: MJPE – *Inventario e partilha amigavel que entre si fizerão a viuva, filhos, e genro do finado Herculano Alves da Silva*, 1853, fl. [3v].



Uma da lauda retro a quantia de de
us contos cento e noventa e cinco mil reis 2:195$000

Uma lanceta de ouro com cinco oitavas e
meia a dous mil reis a oitava avaliada em
onze mil reis 11$000
Outra dita avaliada em seis mil reis 6$000
Outra dita com vidro azul avaliada por
tres mil e quinhentos reis 3$500
Uma corrente de ouro nova e amoedada
com seis oitavas de ouro avaliada por
trinta e quatro mil reis 34$000

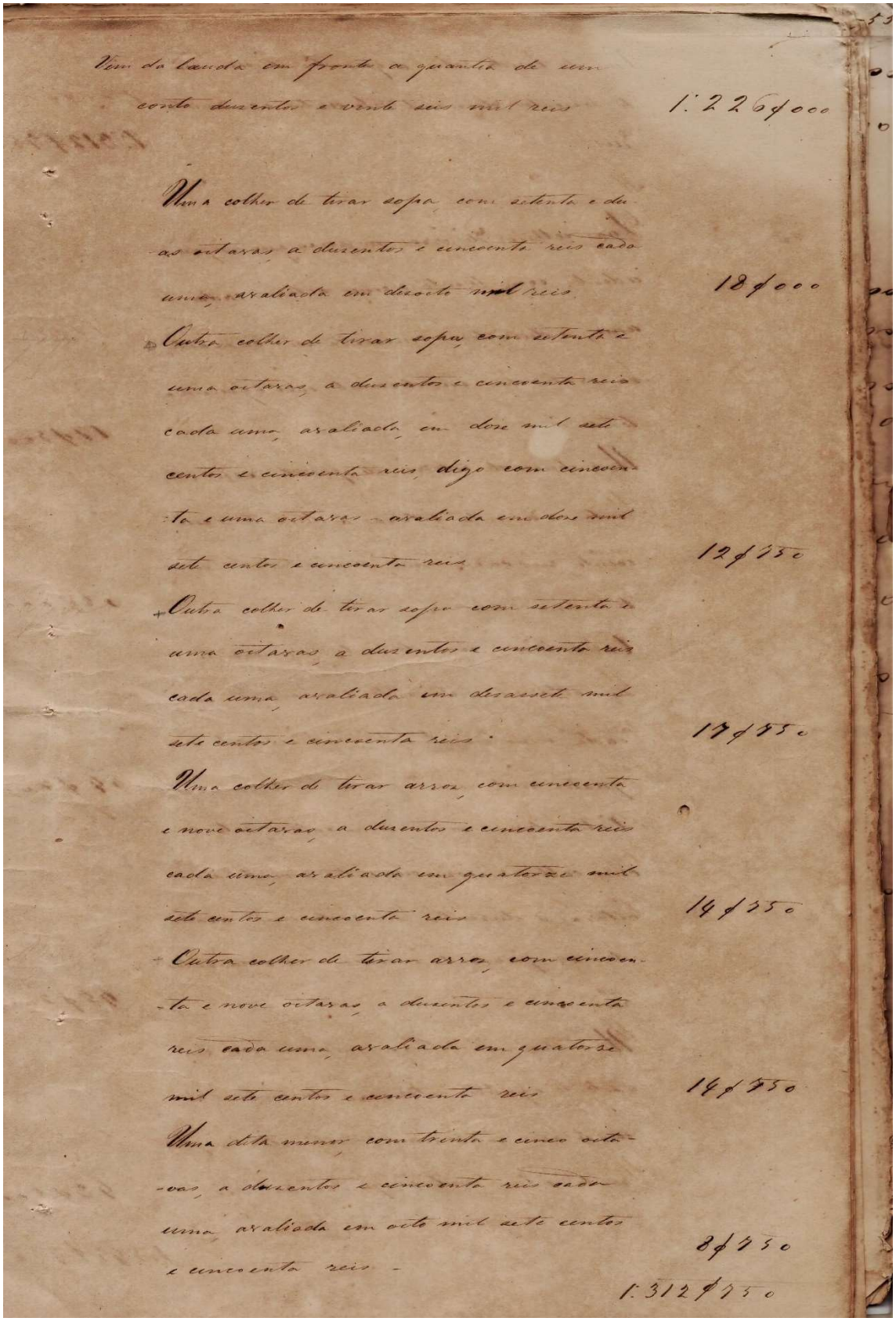
2:249$500

Prata

Uma bandeja redonda feita em Ingla-
terra com o peso de mil trezentas e vin-
te oito oitavas cada uma a duzentos e
cincoenta reis, avaliada em trezentos e
trinta e dous mil reis 332$000
Uma bandeja tambem redonda feita
em Portugal com setecentas e cincoenta
e duas oitavas a duzentos e cincoenta reis
cada uma, avaliada em cento e oitenta
e oito mil reis 188$000
Uma salva com o peso de cento e cincoenta
oitavas a duzentos e cincoenta reis cada uma,
avaliada em trinta e sete mil e quinhentos reis 37$500

557$500

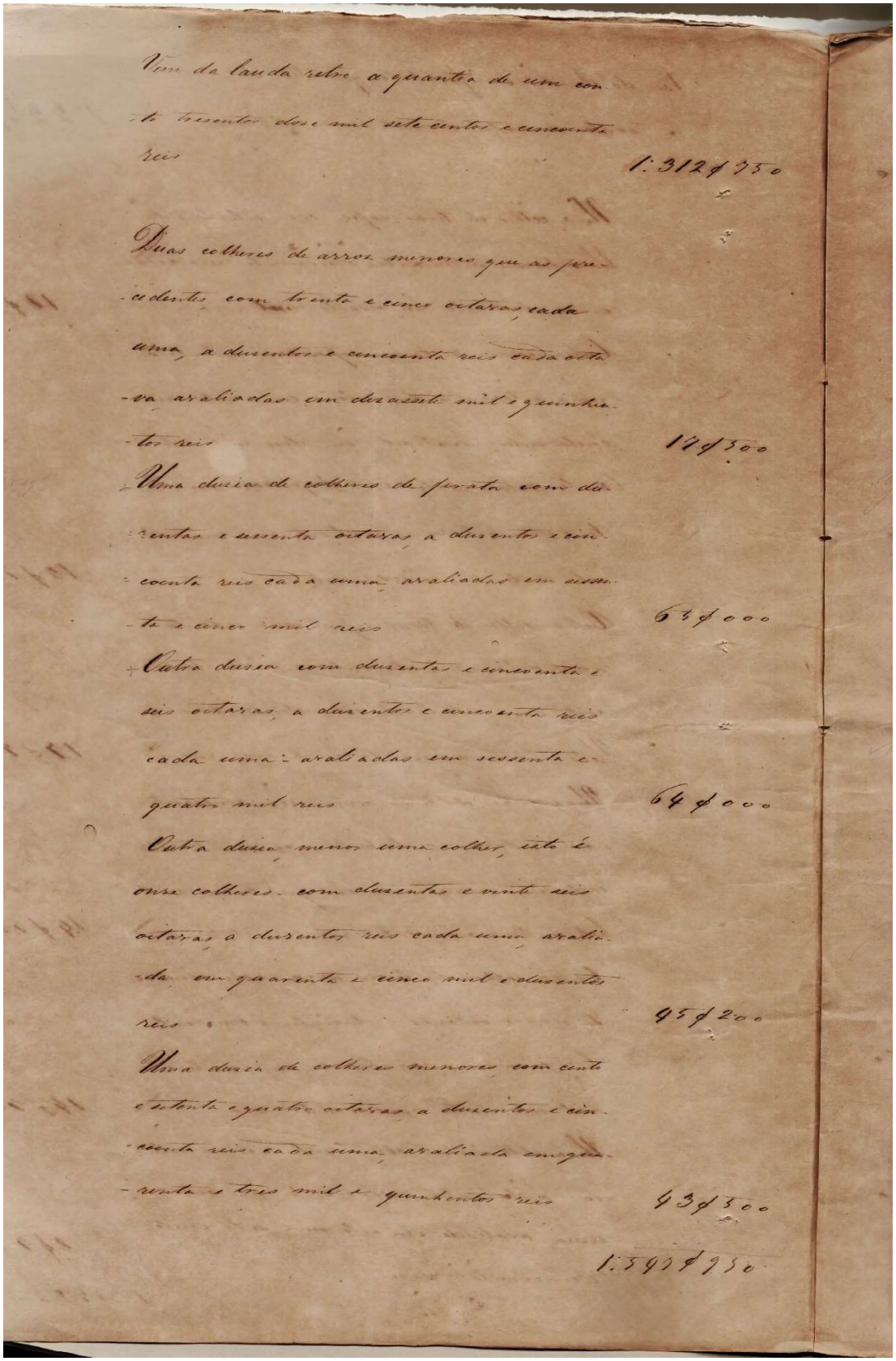
Fonte: MJPE – *Inventario e partilha amigavel que entre si fizerão a viuva, filhos, e genro do finado Herculano Alves da Silva*, 1853, fl. 5v.



Vem da Lauda em fronte a quantia de um
conto duzentos e vinte seis mil reis 1:226$000

Uma colher de tirar sopa com setenta e du-
as oitavas a duzentos e cincoenta reis cada
uma, avaliada em dezoito mil reis 18$000
Outra colher de tirar sopa com setenta e
uma oitavas a duzentos e cincoenta reis
cada uma, avaliada em dose mil sete
centos e cincoenta reis, diga com cincoen-
-ta e uma oitavas avaliada em doze mil
sete centos e cincoenta reis 12$750
Outra colher de tirar sopa com setenta e
uma oitavas a duzentos e cincoenta reis
cada uma, avaliada em dezasete mil
sete centos e cincoenta reis. 17$750
Uma colher de tirar arroz com cincoenta
e nove oitavas a duzentos e cincoenta reis
cada uma, avaliada em quatorze mil
sete centos e cincoenta reis 14$750
Outra colher de tirar arroz com cincoen-
-ta e nove oitavas a duzentos e cincoenta
reis cada uma, avaliada em quatorze
mil sete centos e cincoenta reis 14$750
Uma dita menor com trinta e cinco oita-
-vas a duzentos e cincoenta reis cada
uma, avaliada em oito mil sete centos
e cincoenta reis - 8$750
1:312$750

Fonte: MJPE – *Inventario e partilha amigavel que entre si fizerão a viuva, filhos, e genro do finado Herculano Alves da Silva*, 1853, fl. 7.



Uma da lauda retro a quantia de um con-
to trezentos doze mil sete centos e cincoenta
reis 1:312$750

Duas colheres de arroz menores que as pre-
cedentes com trinta e cinco oitavas cada
uma, a duzentos e cincoenta reis cada oita-
va avaliadas em duzentos mil e quinhen-
tos reis 19$500

Uma duzia de colheres de prata com du-
zentas e setenta oitavas, a duzentos e cin-
coenta reis cada uma, avaliadas em sessen-
ta e cinco mil reis 67$000

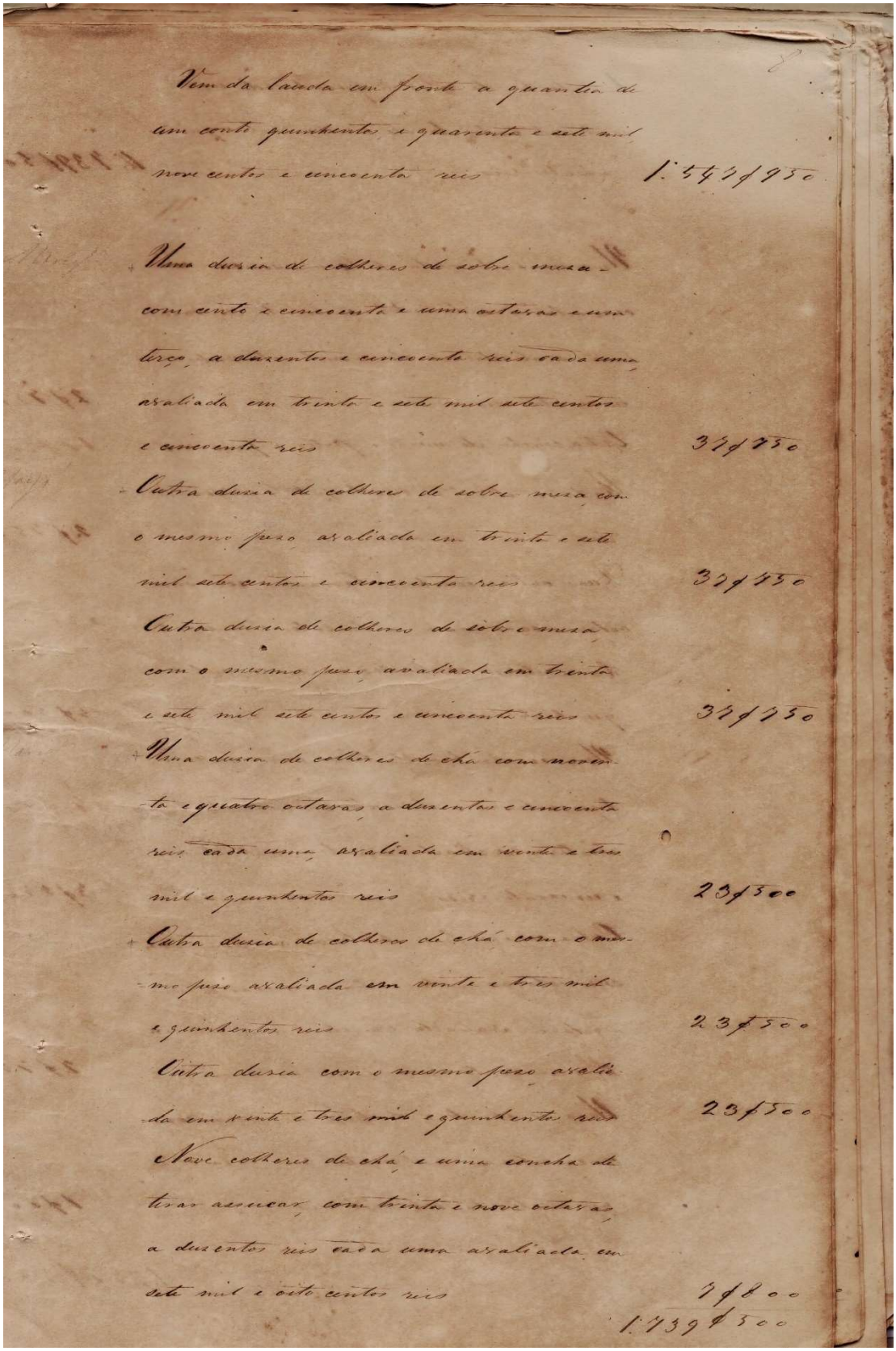
Outra duzia com duzentas e cincoenta e
seis oitavas, a duzentos e cincoenta reis
cada uma: avaliadas em sessenta e
quatro mil reis 64$000

Outra duzia, menos uma colher, isto é
onze colheres com duzentas e vinte seis
oitavas, a duzentos reis cada uma, avalia-
da em quarenta e cinco mil e duzentos
reis 45$200

Uma duzia de colheres menores com cento
e setenta e quatro oitavas, a duzentos e cin-
coenta reis cada uma, avaliada em qua-
renta e tres mil e quinhentos reis 43$500

1:591$750

Fonte: MJPE – *Inventario e partilha amigavel que entre si fizerão a viuva, filhos, e genro do finado Herculano Alves da Silva*, 1853, fl. 7v.



Vem da lauda em fronte a quantia de um conto quinhentos e quarenta e sete mil nove centos e cincoenta reis 1:547$950

Uma duzia de colheres de sobre mesa com cinto e cincoenta e uma oitavas e um terço, a duzentos e cincoenta reis cada uma avaliada em trinta e sete mil sete centos e cincoenta reis 37$750

Outra duzia de colheres de sobre mesa com o mesmo peso avaliada em trinta e sete mil sete centos e cincoenta reis 37$750

Outra duzia de colheres de sobre mesa com o mesmo peso avaliada em trinta e sete mil sete centos e cincoenta reis 37$750

Uma duzia de colheres de chá com noventa e quatro oitavas, a duzentos e cincoenta reis cada uma avaliada em vinte e tres mil e quinhentos reis 23$500

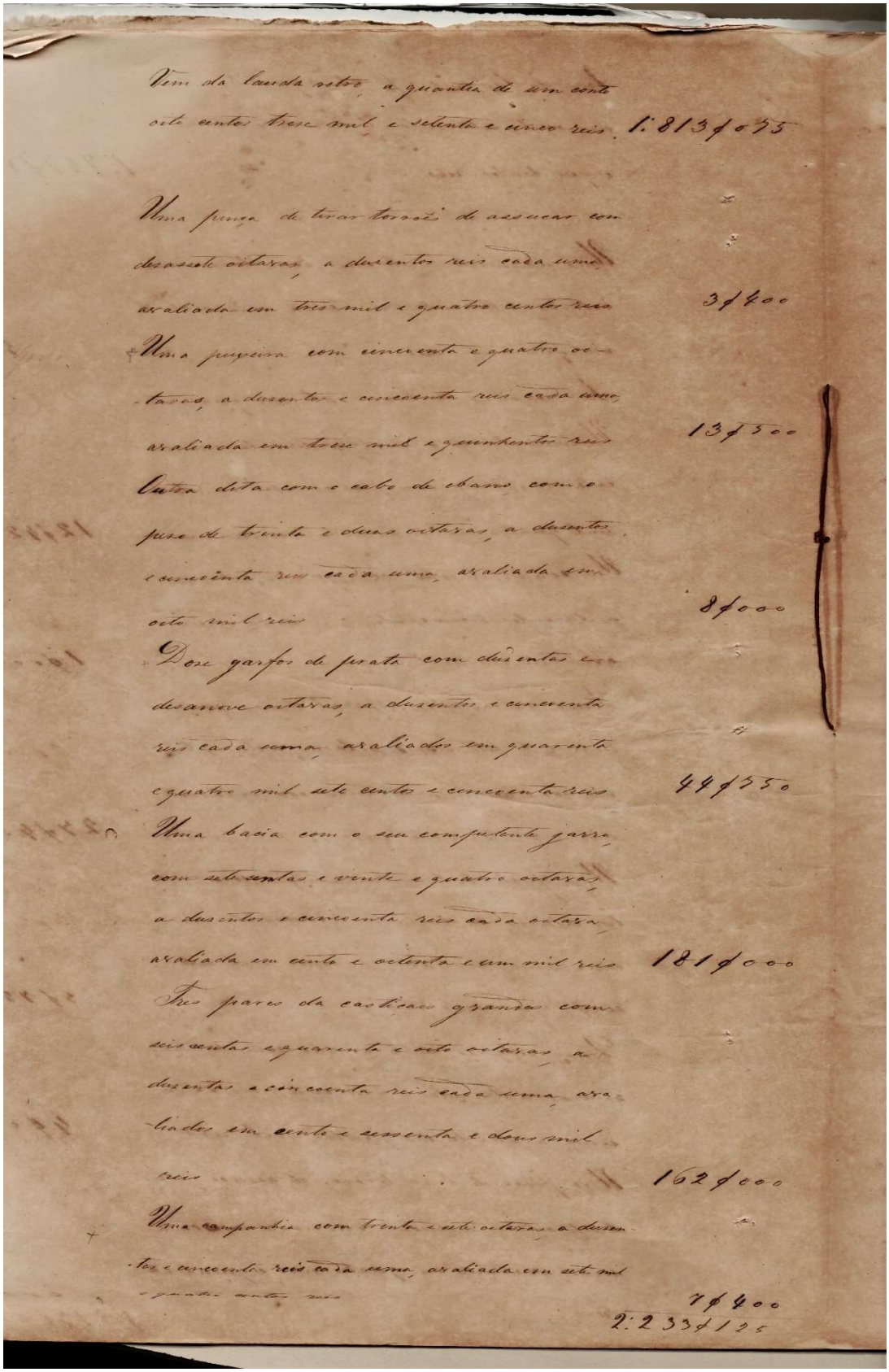
Outra duzia de colheres de chá com o mesmo peso avaliada em vinte e tres mil e quinhentos reis 23$500

Outra duzia com o mesmo peso avaliada em vinte e tres mil e quinhentos reis 23$500

Nove colheres de chá e uma concha de tirar assucar, com trinta e nove oitavas, a duzentos reis cada uma avaliada em sete mil e oito centos reis 7$800

1:739$500

Fonte: MJPE – *Inventario e partilha amigavel que entre si fizerão a viuva, filhos, e genro do finado Herculano Alves da Silva*, 1853, fl. 8.



Vem da lauda retro a quantia de um conto
oito centos trese mil e setenta e cinco reis 1:813$075

Uma punga de tirar torrão de assucar com
desasete oitavas a duzentos reis cada uma
avaliada em tres mil e quatro centos reis 3$400

Uma pinyeira com cincoenta e quatro oi-
tavas a duzentos e cincoenta reis cada uma
avaliada em trese mil e quinhentos reis 13$500

Outra dita com o cabo de ebano com o
peso de trinta e duas oitavas a duzentos
e cincoenta reis cada uma avaliada em
oito mil reis 8$000

Doze garfos de prata com duzentas e
desanove oitavas a duzentos e cincoenta
reis cada uma avaliados em quarenta
e quatro mil sete centos e cincoenta reis 44$750

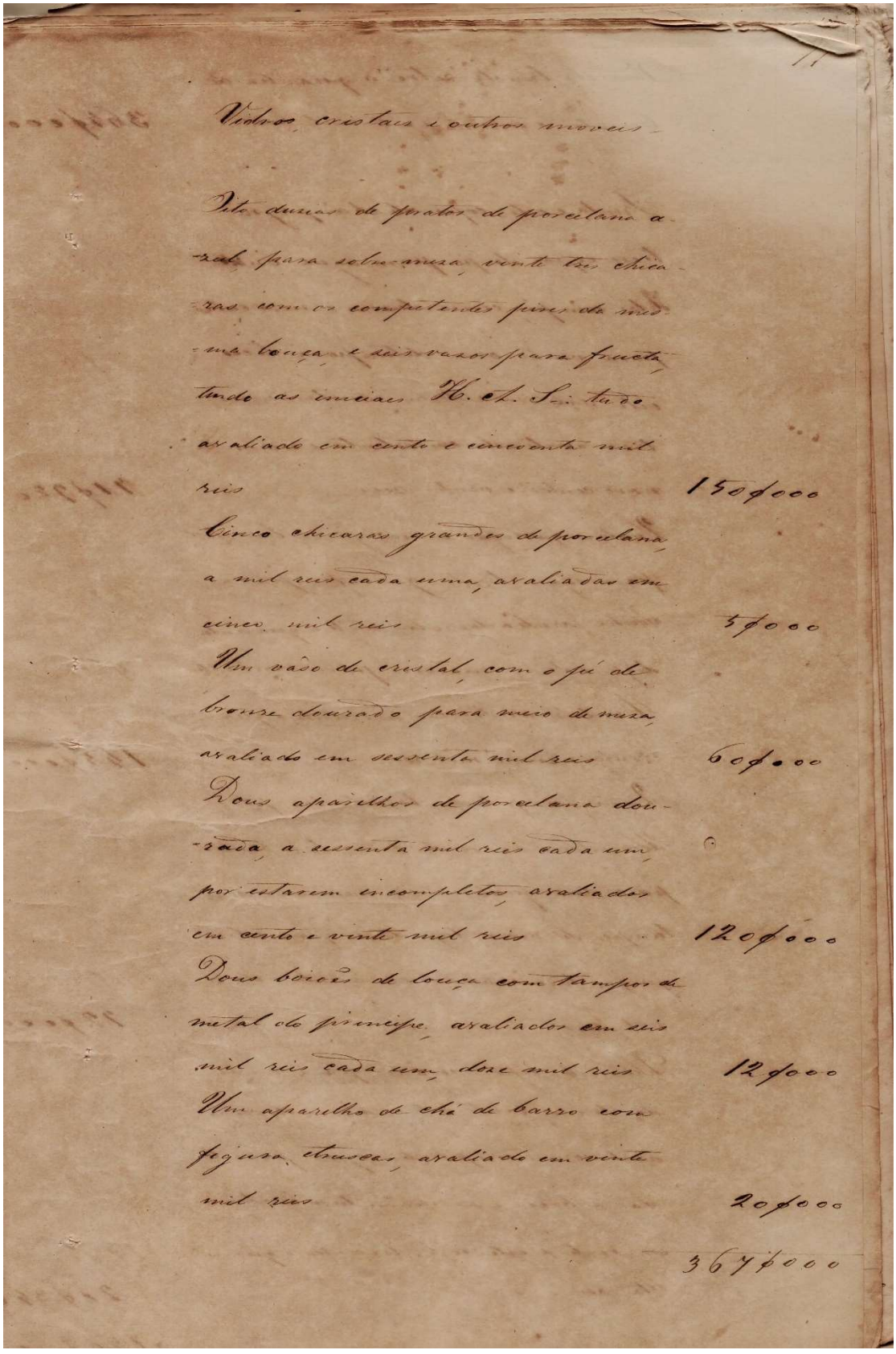
Uma bacia com o seu competente jarro
com sete centas e vinte e quatro oitavas
a duzentos e cincoenta reis cada oitava
avaliada em cento e oitenta e um mil reis 181$000

Tres pares de castiçaes grandes com
seis centas e quarenta e oito oitavas a
duzentos e cincoenta reis cada uma ava-
liados em cento e sessenta e dous mil
reis 162$000

Uma campainha com trinta e sete oitavas a duzen-
tos e cincoenta reis cada uma avaliada em sete mil
e quatro centos reis 7$400

2:233$125

Fonte: MJPE – *Inventario e partilha amigavel que entre si fizerão a viuva, filhos, e genro do finado Herculano Alves da Silva*, 1853, fl. 8v.



Vidros, cristaes e outros moveis

Dita duzias de pratos de porcelana a-zul para sobre-mesa, vinte tres chicaras com os competentes pires da mes-ma louça, e seis vazos para fructa, tendo as iniciaes H. de L. S.: tudo avaliado em cento e cincoenta mil reis 150$000

Cinco chicaras grandes de porcelana, a mil reis cada uma, avaliadas em cinco mil reis 5$000

Um vaso de cristal, com o pé de bronze dourado para meio de mesa, avaliado em sessenta mil reis 60$000

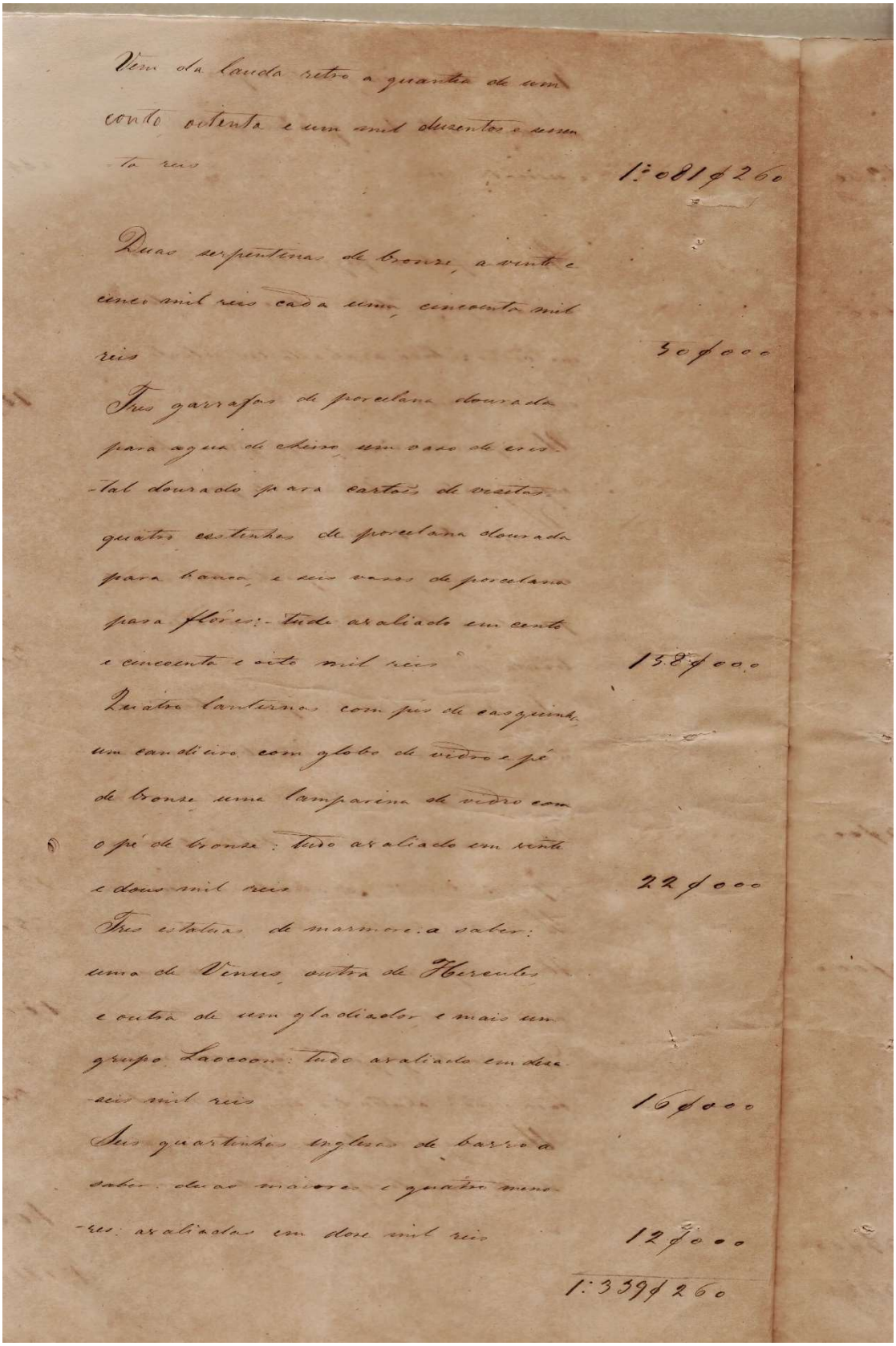
Dous aparelhos de porcelana dou-rada, a sessenta mil reis cada um, por estarem incompletos, avaliados em cento e vinte mil reis 120$000

Dous boiões de louça com tampos de metal de principe, avaliados em seis mil reis cada um, doze mil reis 12$000

Um aparelho de chá de barro com fegura, chaveas, avaliado em vinte mil reis 20$000

367$000

Fonte: MJPE – *Inventario e partilha amigavel que entre si fizerão a viuva, filhos, e genro do finado Herculano Alves da Silva*, 1853, fl. 11.



Vem da Lauda retro a quantia de um
conto oitenta e um mil duzentos e sessen
-ta reis 1:081$260

Duas serpentinas de bronze, a vinte e
cinco mil reis cada uma, cincoenta mil
reis 50$000

Tres garrafas de porcelana dourada
para agua de cheiro, um oaso de cris-
-tal dourado para cartas de creatus,
quatro escarradeiras de porcelana dourada
para banco, e dois vasos de porcelana
para flôres:- tudo avaliado em cento
e cincoenta e oito mil reis 158$000

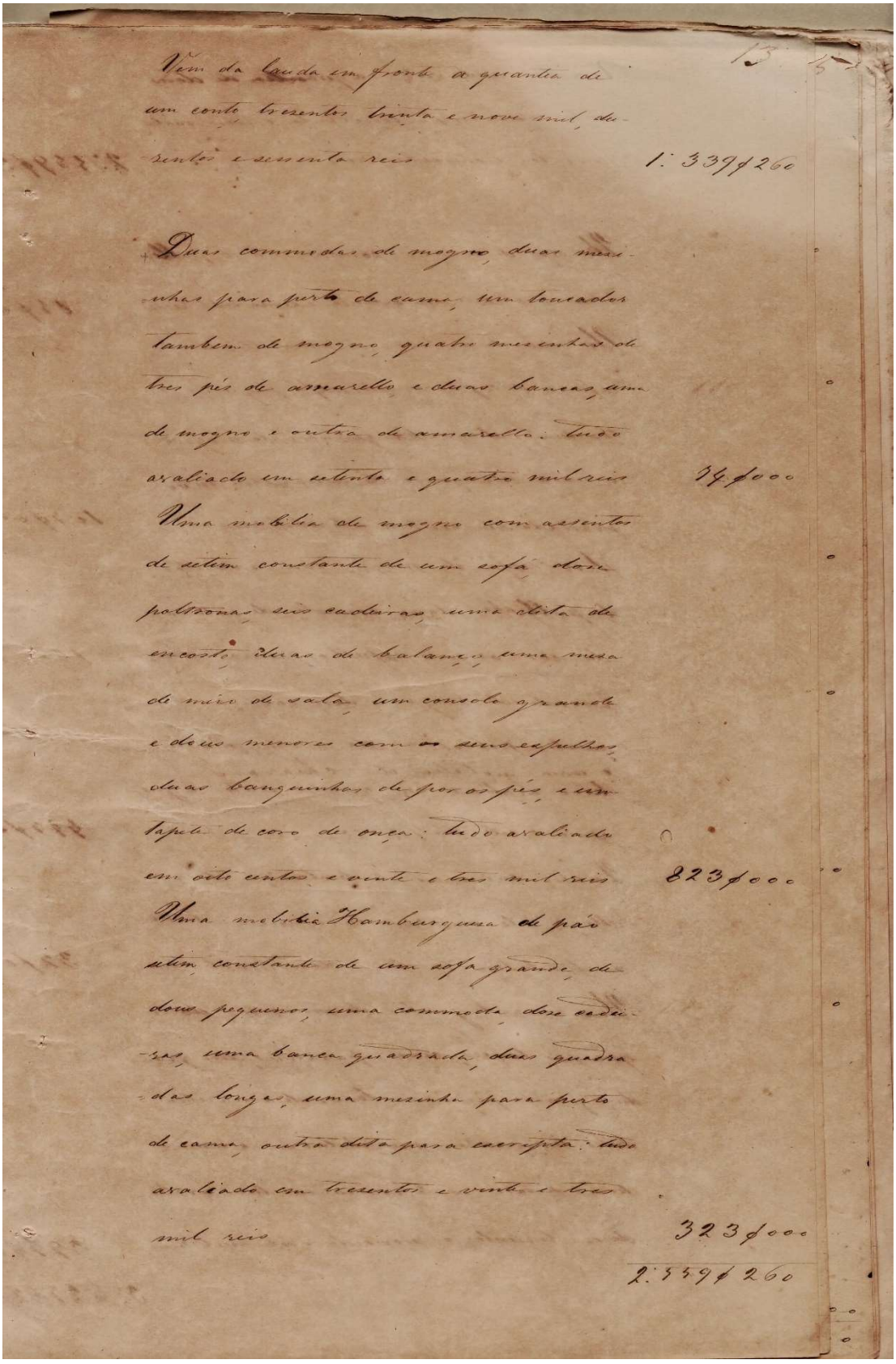
Quatro lanternas com pés de cascavel
um candieiro com globo de vidro e pé
de bronze uma lamparina de vidro com
o pé de bronze: tudo avaliado em vinte
e dous mil reis 22$000

Tres estatuas de marmore: a saber:
uma de Venus, outra de Hercules
e outra de um gladiador e mais um
grupo Laocoon: tudo avaliado em dez
-eis mil reis 16$000

Seis quartinhos inglezes de barro a
saber: dous maiores e quatro meno-
-res: avaliados em doze mil reis 12$000

1:399$260

Fonte: MJPE – *Inventario e partilha amigavel que entre si fizerão a viuva, filhos, e genro do finado Herculano Alves da Silva*, 1853, fl. 12v.



Vem da folha em fronte a quantia de
um conto trezentos trinta e nove mil, de-
zentos e sessenta reis 1:339$260

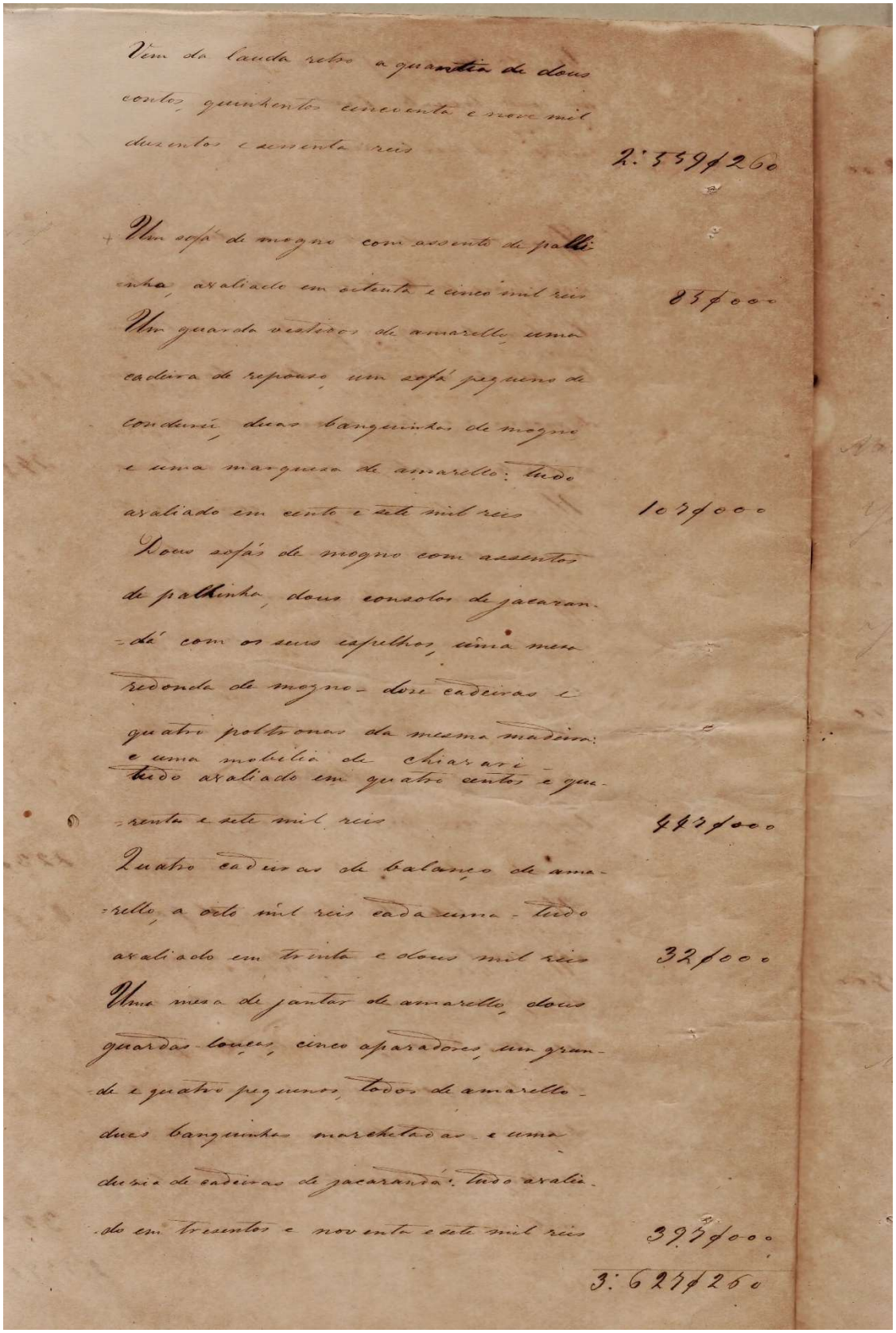
Duas commodas de mogno, duas mesi-
nhas para perto de cama, um bouvador
tambem de mogno, quatro mesinhas de
tres pés de amarello e duas bancas, uma
de mogno e outra de amarello: tudo
avaliado em setenta e quatro mil reis 74$000

Uma mobilia de mogno com assentos
de setim constante de um sofá, duas
poltronas, seis cadeiras, uma dita de
encosto, duas de balanço, uma mesa
de meio de sala, um console grande
e dous menores com os seus espelhos,
duas banquinhas de pôr os pés, e um
tapete de coro de onça: tudo avaliado
em oito centos e vinte e tres mil reis 823$000

Uma mobilia Hamburguesa de pá-
setim constante de um sofá grande, de
dous pequenos, uma commoda, dez ca-
deiras, uma banca guadrada, duas quadra-
das longas, uma mesinha para perto
de cama, outra dita para escripta: tudo
avaliado em trezentos e vinte e tres
mil reis 323$000

2:559$260

Fonte: MJPE – *Inventario e partilha amigavel que entre si fizerão a viuva, filhos, e genro do finado Herculano Alves da Silva*, 1853, fl. 13.



Vem da fauda retro a quantia de dous contos, quinhentos cincoenta e nove mil duzentos e sessenta reis 2:559$260

Um sofá de mogno com assento de palhinha, avaliado em oitenta e cinco mil reis 85$000

Um guarda vestidos de amarello, uma cadeira de repouso, um sofá pequeno de condurú, duas banquinhas de mogno e uma marquesa de amarello: tudo avaliado em cento e sete mil reis 107$000

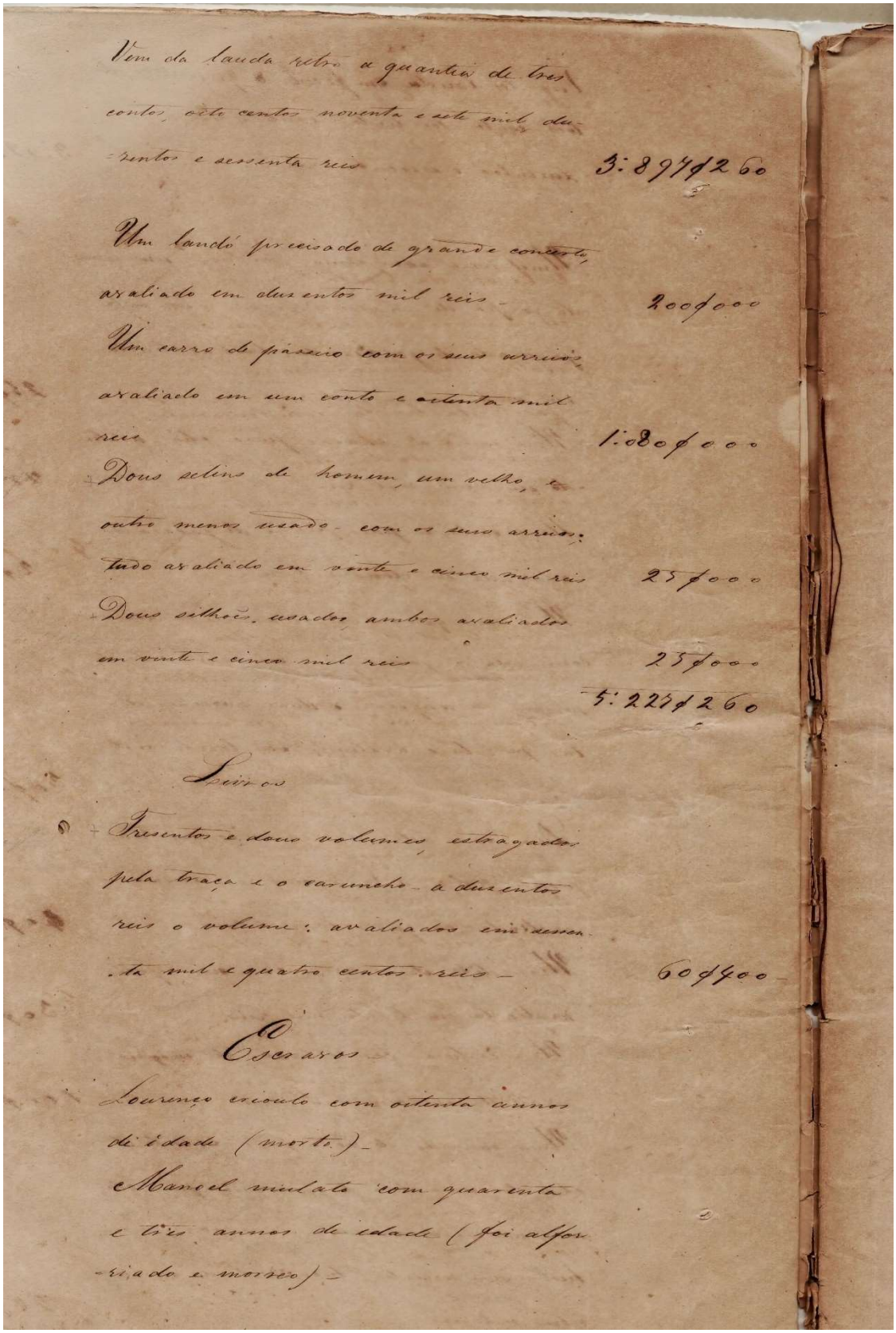
Dous sofás de mogno com assentos de palhinha, dous consolos de jacarandá com os seus capitéos, uma mesa redonda de mogno - dez cadeiras e quatro poltronas da mesma madeira: e uma mobilia de chita avaliado em quatro centos e quarenta e sete mil reis 447$000

Quatro cadeiras de balanço de amarello, a oito mil reis cada uma - tudo avaliado em trinta e dous mil reis 32$000

Uma mesa de jantar de amarello, dous guarda louças, cinco aparadores, um grande e quatro pequenos, todos de amarello - duas banquinhas marchetadas e uma duzia de cadeiras de jacarandá: tudo avaliado em trezentos e noventa e sete mil reis 397$000

3:627$260

Fonte: MJPE – *Inventario e partilha amigavel que entre si fizerão a viuva, filhos, e genro do finado Herculano Alves da Silva*, 1853, fl. 13v.



Vem da lauda retro a quantia de tres contos, oito centos noventa e sete mil duzentos e sessenta reis 3:897$260

Um landó preciso de grande conserto, avaliado em duzentos mil reis - 200$000

Um carro de passeio com os seus arreios, avaliado em um conto e oitenta mil reis 1:080$000

Dous selins de homem, um velho, e outro menos usado - com os seus arreios: tudo avaliado em vinte e cinco mil reis 25$000

Dous silhões, usados, ambos avaliados em vinte e cinco mil reis 25$000

5:227$260

Livros

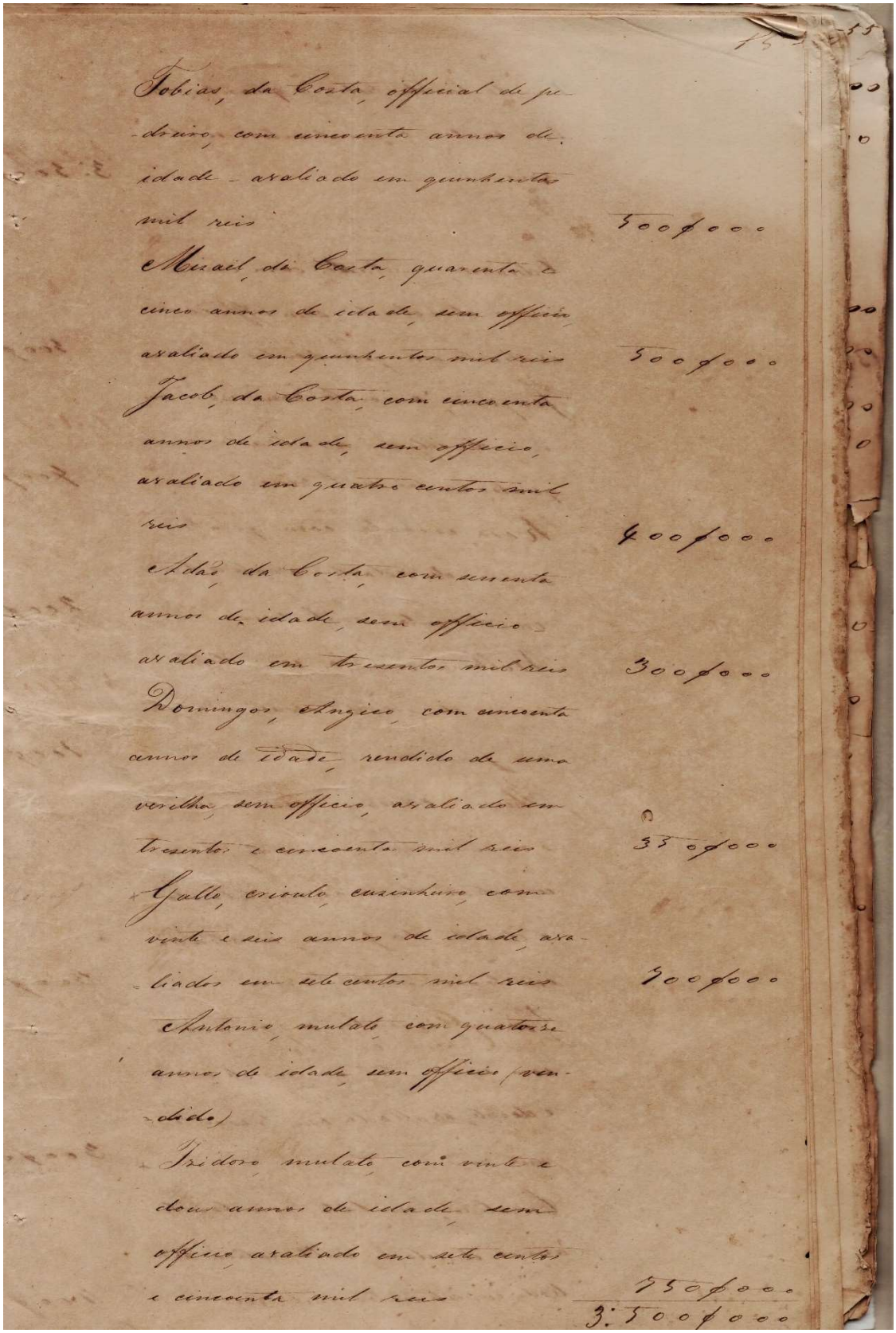
Trezentos e dous volumes, estragados pela traça e o caruncho - a duzentos reis o volume: avaliados em sessenta mil e quatro centos reis - 60$400

Escravos

Lourenço crioulo com oitenta annos de idade (morto) -

Manoel mulato com quarenta e tres annos de idade (foi alforriado e morreo) -

Fonte: MJPE – *Inventario e partilha amigavel que entre si fizerão a viuva, filhos, e genro do finado Herculano Alves da Silva*, 1853, fl. 14v.



Tobias, da Costa, official de pedreiro, com cincoenta annos de idade - avaliado em quinhentos mil reis 500$000

Manoel da Costa, quarenta e cinco annos de idade, sem officio avaliado em quinhentos mil reis 500$000

Jacob, da Costa, com cincoenta annos de idade, sem officio, avaliado em quatro centos mil reis 400$000

Adão, da Costa, com sessenta annos de idade, sem officio avaliado em trezentos mil reis 300$000

Domingos, Angico, com cincoenta annos de idade, rendido de uma virilha, sem officio, avaliado em trezentos e cincoenta mil reis 350$000

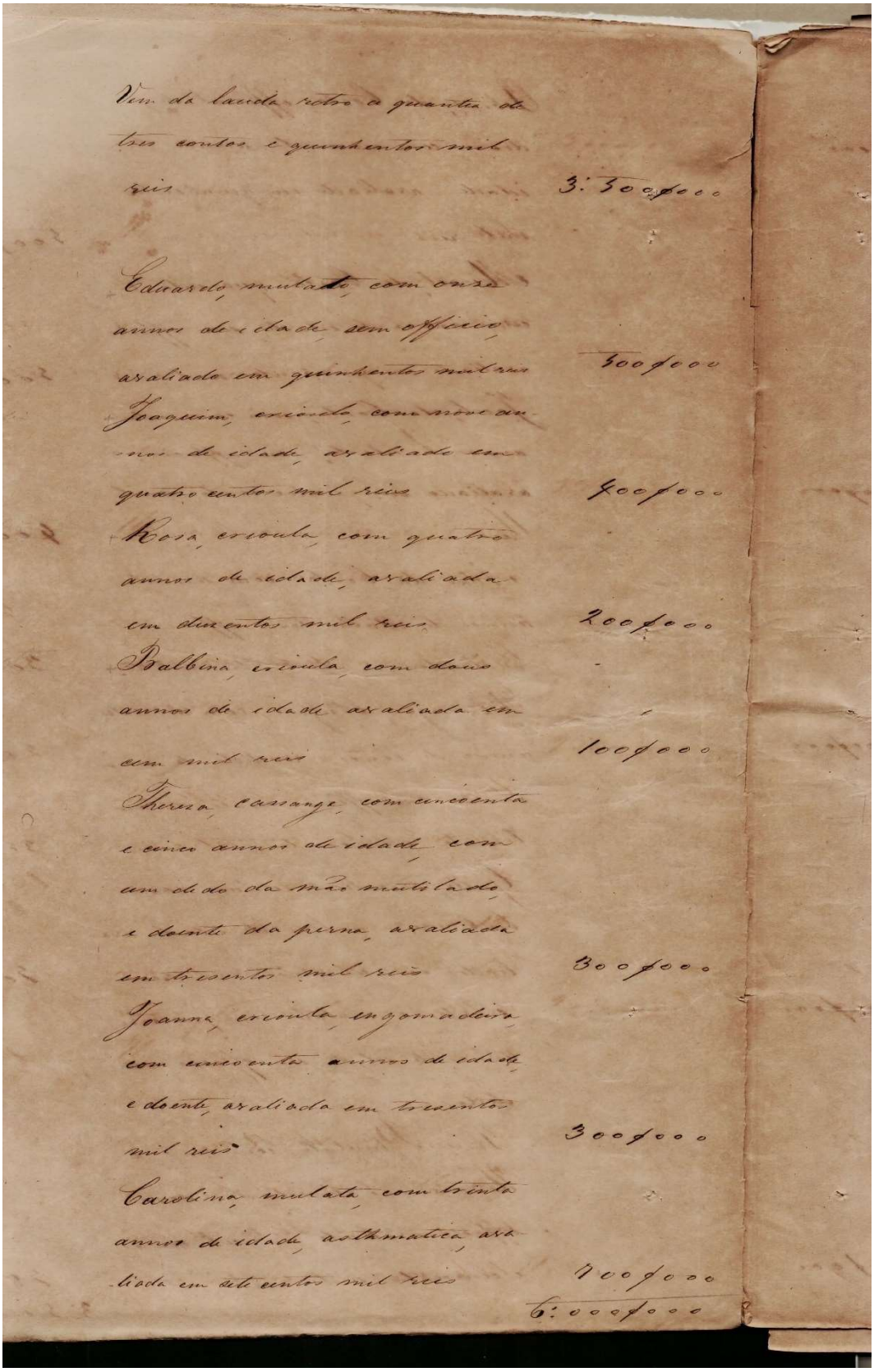
Gallo, crioulo, cuzinheiro, com vinte e seis annos de idade, avaliados em sete centos mil reis 700$000

Antonio, mulato, com quatorze annos de idade, sem officio (rendido)

Izidoro, mulato, com vinte e dous annos de idade, sem officio avaliado em sete centos e cincoenta mil reis 750$000

3:500$000

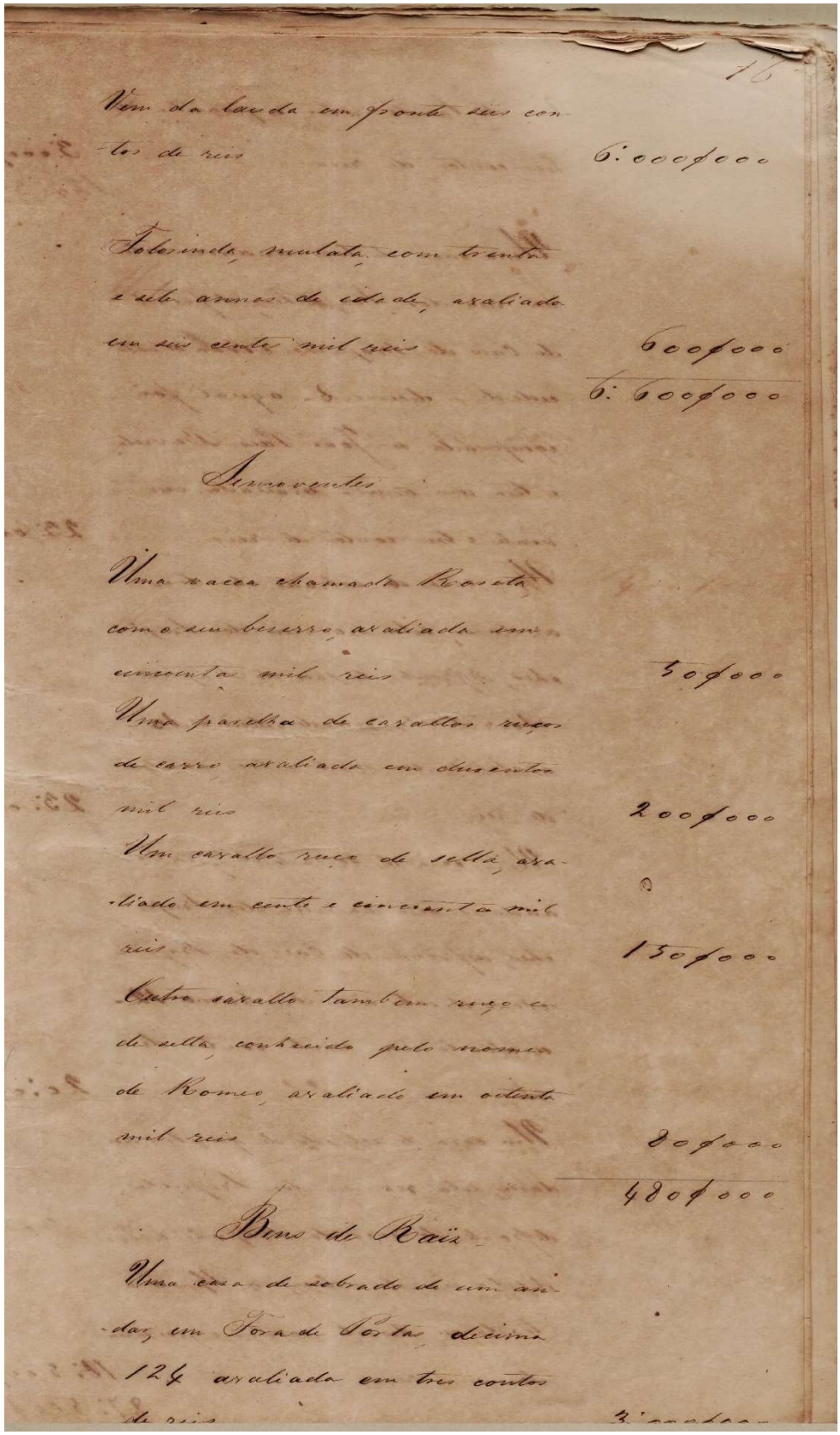
Fonte: MJPE – *Inventario e partilha amigavel que entre si fizerão a viuva, filhos, e genro do finado Herculano Alves da Silva*, 1853, fl. 15.



Um da lavoura roxo a quantia de
tres contos e quinhentos mil
reis 3:300$000

Eduardo mulato com onze
annos de idade sem officio
avaliado em quinhentos mil reis 500$000
Joaquim crioulo com nove an-
nos de idade avaliado em
quatro centos mil reis 400$000
Rosa crioula com quatro
annos de idade avaliada
em duzentos mil reis 200$000
Balbina crioula com dous
annos de idade avaliada em
um mil reis 100$000
Thereza Cabinda com cincoenta
e cinco annos de idade com
um dedo da mão mutilado
e doente da perna avaliada
em trezentos mil reis 300$000
Joanna crioula engommadeira
com cincoenta annos de idade
e doente avaliada em trezentos
mil reis 300$000
Carolina mulata com trinta
annos de idade asthmatica ava-
liada em oito centos mil reis 800$000
6:000$000

Fonte: MJPE – *Inventario e partilha amigavel que entre si fizerão a viuva, filhos, e genro do finado Herculano Alves da Silva*, 1853, fl. 15v.



Vem da banda em fronte seis contos de reis 6:000$000

Sobrinda, mulata, com trinta e sete annos de idade, avaliada em seis centos mil reis 600$000

6:600$000

Semoventes

Uma vacca chamada Rosada com o seu bezerro, avaliada em cincoenta mil reis 50$000

Uma parelha de cavallos russos de carro avaliada em duzentos mil reis 200$000

Um cavallo ruço de sella, avaliado em cento e cincoenta mil reis 150$000

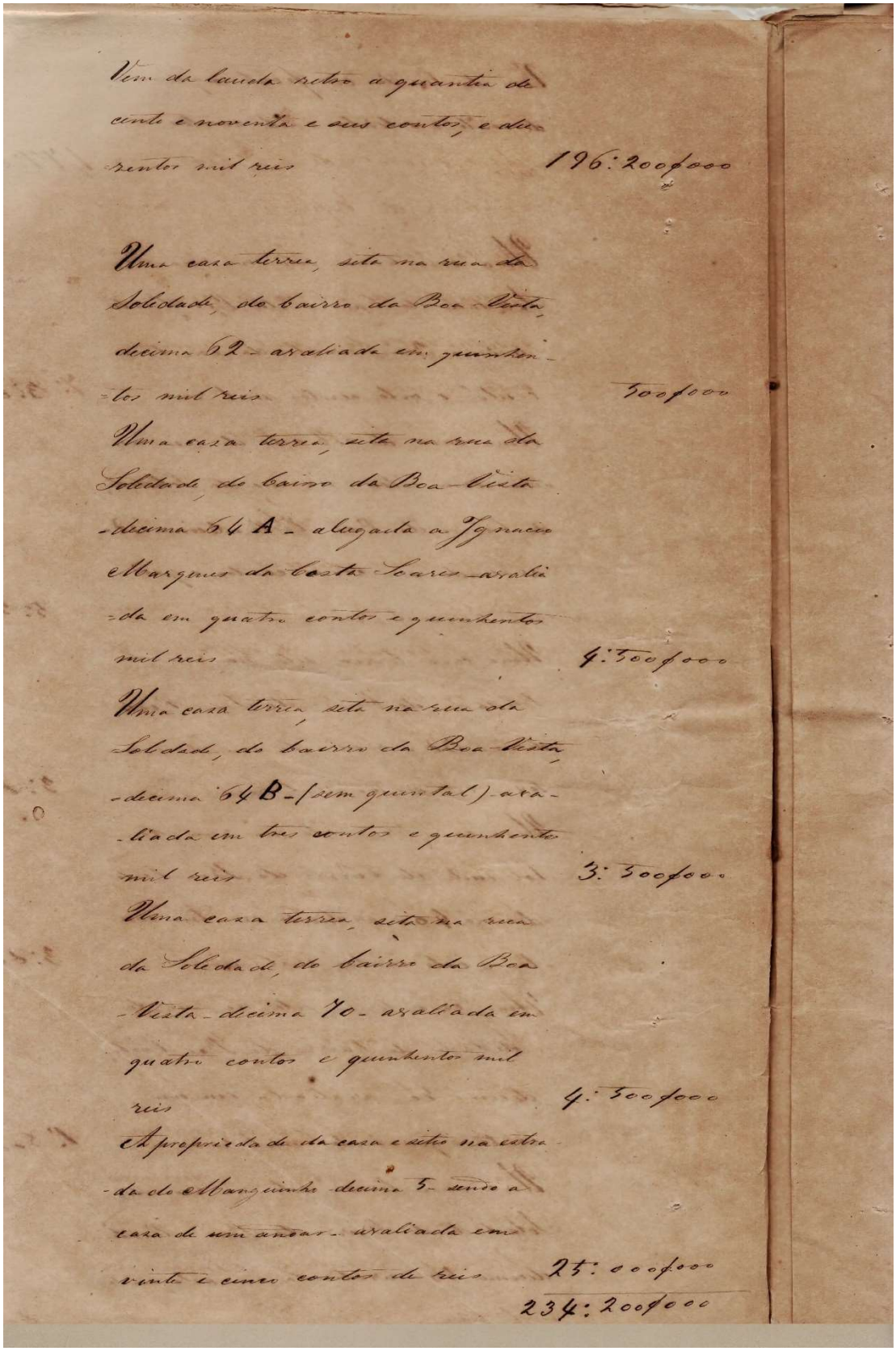
Outro cavallo tambem ruço e de sella conhecido pelo nome de Romeo, avaliado em oitenta mil reis 80$000

480$000

Bens de Raiz

Uma casa de sobrado de um andar, em Fora de Porta, decima 124 avaliada em tres contos de reis

Fonte: MJPE – *Inventario e partilha amigavel que entre si fizerão a viuva, filhos, e genro do finado Herculano Alves da Silva*, 1853, fl. 16.



Vem da lauda retro a quantia de
cento e noventa e seis contos, e duz
entos mil reis 196:200$000

Uma casa terrea, sita na rua da
Soledade, do bairro da Boa Vista,
decima 62 - avaliada em quinhen
tos mil reis 500$000

Uma casa terrea, sita na rua da
Soledade, do bairro da Boa Vista
decima 64 A - alugada a Ignacio
el Marques da Costa Soares - avalia
da em quatro contos e quinhentos
mil reis 4:500$000

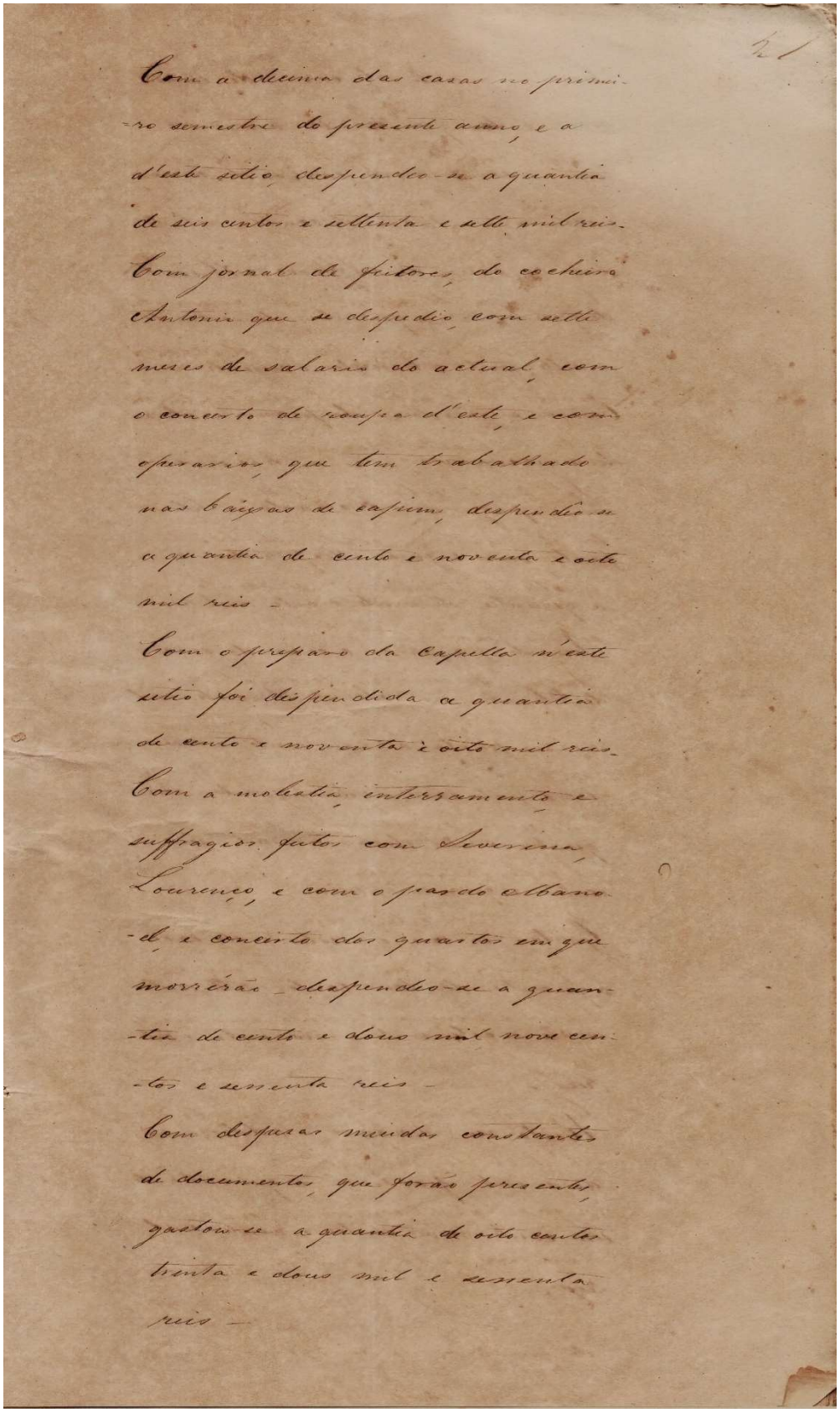
Uma casa terrea, sita na rua da
Soledade, do bairro da Boa Vista,
decima 64 B - (sem quintal) ava
liada em tres contos e quinhentos
mil reis 3:500$000

Uma casa terrea, sita na rua
da Soledade, do bairro da Boa
Vista - decima 70 - avaliada em
quatro contos e quinhentos mil
reis 4:500$000

A propriedade da casa e sitio na estra
da do Mangueirão decima 5 - sendo a
casa de um andar - avaliada em
vinte e cinco contos de reis 25:000$000

234:200$000

Fonte: MJPE – *Inventario e partilha amigavel que entre si fizerão a viuva, filhos, e genro do finado Herculano Alves da Silva*, 1853, fl. 18v.



Com a decima das casas no primeiro semestre do presente anno, e a d'este sitio, despendeo-se a quantia de seis centos e setenta e oito mil reis.

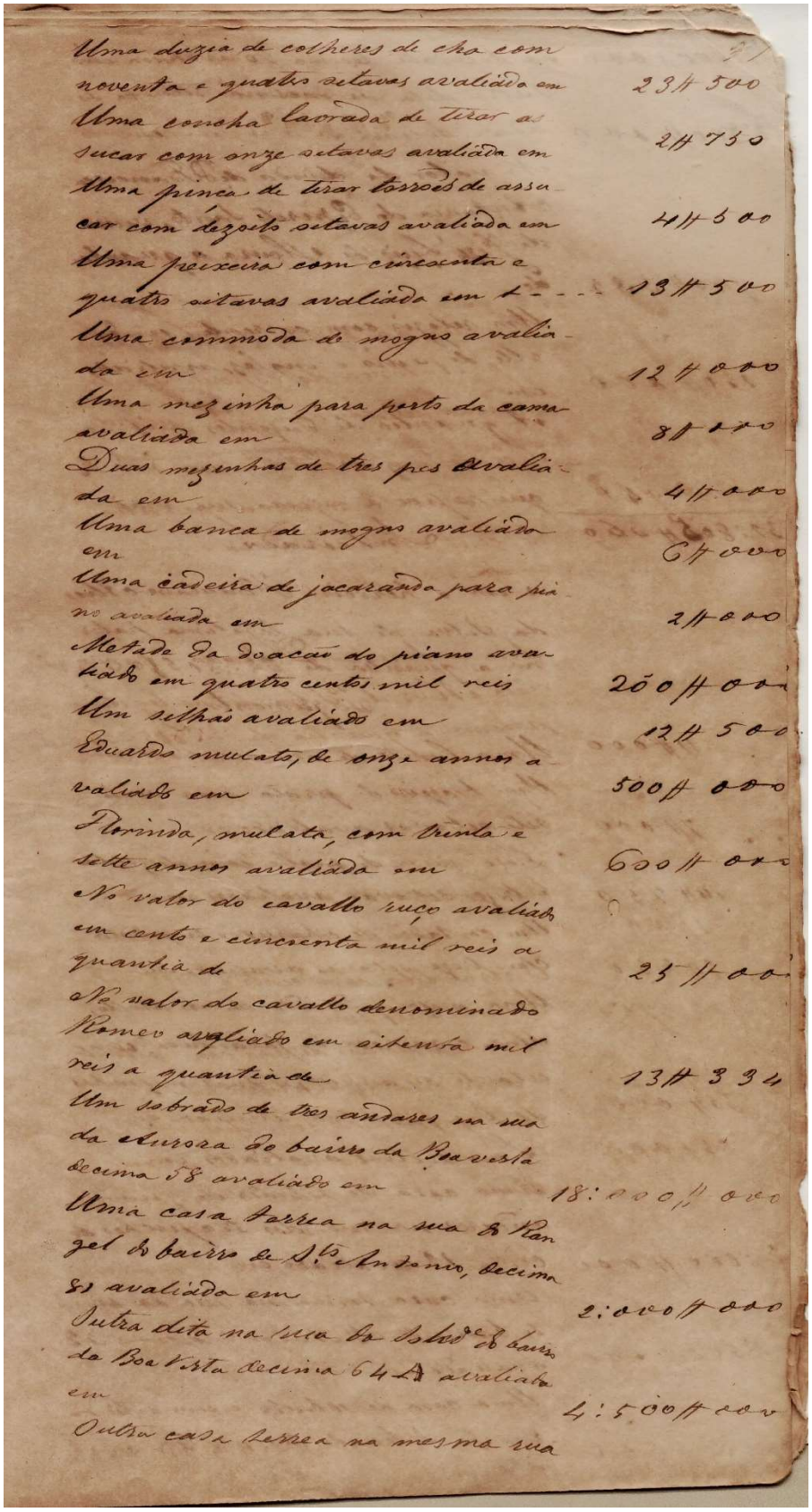
Com jornal de feitores, do cocheiro Antonio que se despedio, com sete mezes de salario do actual, com o concerto de roupa d'este, e com operarios, que tem trabalhado nas baixas de capim, despendeo-se a quantia de cento e noventa e oito mil reis.

Com o preparo da Capella n'este sitio foi despendida a quantia de cento e noventa e oito mil reis.

Com a molestia, enterramento e suffragios feitos com Severina Lourenço, e com o pardo Albano - de, e concerto dos quartos em que morreraõ - despendeo-se a quantia de cento e dous mil nove centos e sessenta reis.

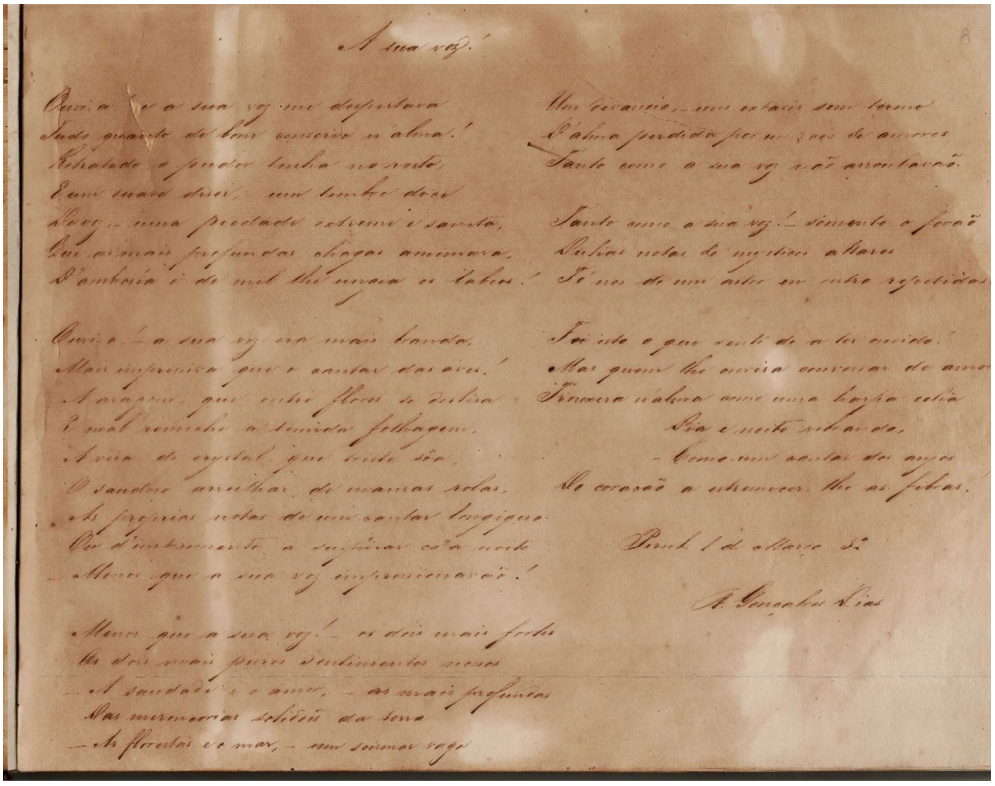
Com despezas miudas constantes de documentos, que forão presentes, gastou-se a quantia de oito centos trinta e dous mil e sessenta reis.

Fonte: MJPE – *Inventario e partilha amigavel que entre si fizerão a viuva, filhos, e genro do finado Herculano Alves da Silva*, 1853, fl. 21.



Uma duzia de colheres de cha com noventa e quatro oitavas avaliada em 23$500
Uma concha lavrada de tirar o assucar com onze oitavas avaliada em 2$750
Uma pinça de tirar torroes de assucar com dezoito oitavas avaliada em 4$500
Uma joeireira com cincoenta e quatro oitavas avaliada em [illegible] 13$500
Uma commoda de mogno avaliada em 12$000
Uma mezinha para porta da cama avaliada em 8$000
Duas mezinhas de tres pes avaliada em 4$000
Uma banca de mogno avaliado em 6$000
Uma cadeira de jacaranda para piano avaliada em 2$000
Metade do donaco do piano avaliado em quatro centos mil reis 200$000
Um selhas avaliado em 12$500
Eduardo mulato, de onze annos avaliado em 500$000
Florinda, mulata, com trinta e sette annos avaliado em 600$000
No valor do cavallo ruço avaliado em cento e cincoenta mil reis a quantia de 25$000
No valor do cavallo denominado Romeo avaliado em oitenta mil reis a quantia de 13$334
Um sobrado de tres andares na rua da Aurora do bairro da Boavista decima 58 avaliado em 18:000$000
Uma casa terrea na rua do Planger do bairro de S.to Antonio, decima 85 avaliada em 2:000$000
Outra dita na rua do Sabão do bairro da Boa Vista decima 64 A avaliada em 4:500$000
Outra casa terrea na mesma rua

Fonte: MJPE – *Inventario e partilha amigavel que entre si fizerão a viuva, filhos, e genro do finado Herculano Alves da Silva*, 1853, fl. 31.



A sua voz.

Quis a ... e a sua voz me despertara
Tudo quanto de bom cousa n'alma!
Retratado o pudor tinha no rosto
E uma suave dor... um timbre doce
Sua voz... uma piedade extrema e santa,
Que as mais profundas chagas amimara,
D'ambrosia e de mel lhe unava os labios!

Quis e ... a sua voz era mais branda,
Mais sympathica que o cantar das aves,
A aragem que sobre flores se debruça
E mal remexe a timida folhagem.
A voz de cristal, que tinto são,
O saudoso anneihar de mansas ondas,
As frageiras notas de um cantar longiquo
Ou d'instrumento a soluçar calma noite
Mais que a sua voz impressionavão!

Mais que a sua voz! ... os dois mais fortes
Os dois mais puros sentimentos meus
A saudade e o amor, - as mais profundas
Mas murmurios sahidos da terra
As florestas e mar, - em sussurar vago

Um tormento - uma ancia sem termo
D'alma perdida por um anjo de amores
Tanto como a sua voz não encantavão.

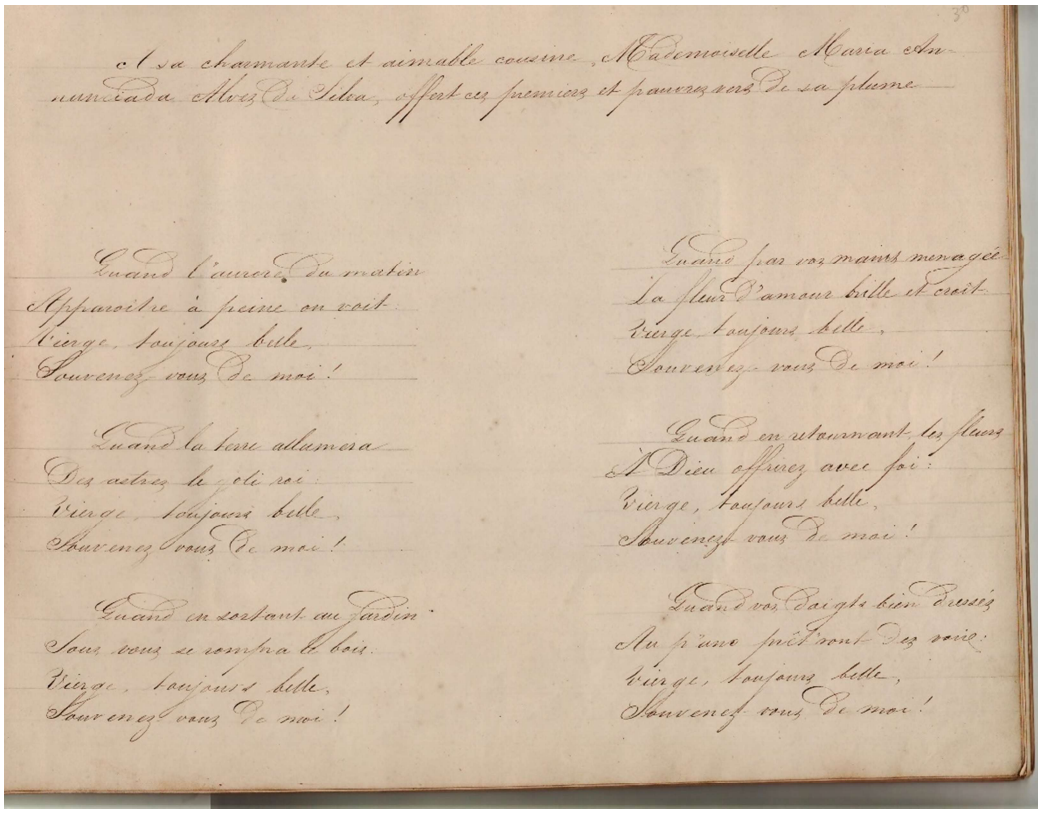
Tanto como a sua voz! - simente o poeta
Sabia notas de myrrha e aloes
Tinha de um astro em outro repetidas

Foi isto e que resta de a ter ouvido.
Mas quem lhe ouvia entoar de amor
Trouxera n'alma como uma lembrança calma
Paz e morte sobre ella,
- Como um cantar dos anjos
No coração a ribombar lhe as folhas.

Paris 1 de março 5.

A Guiomar Dias

Fonte: IAHGP – *Álbum pessoal de Annunciada Adelaide Alves da Silva*, 1850/1854, [fl. 1].



A la chaumante et aimable cousine, Mademoiselle Maria Annunciada Alves De Silva, offert ces premiers et pauvres vers De sa plume

Quand l'aurore du matin
Apparaitre à peine on voit
Vierge, toujours belle,
Souvenez vous De moi!

Quand la terre allumera
Des astres le gôli roi
Vierge, toujours belle,
Souvenez vous De moi!

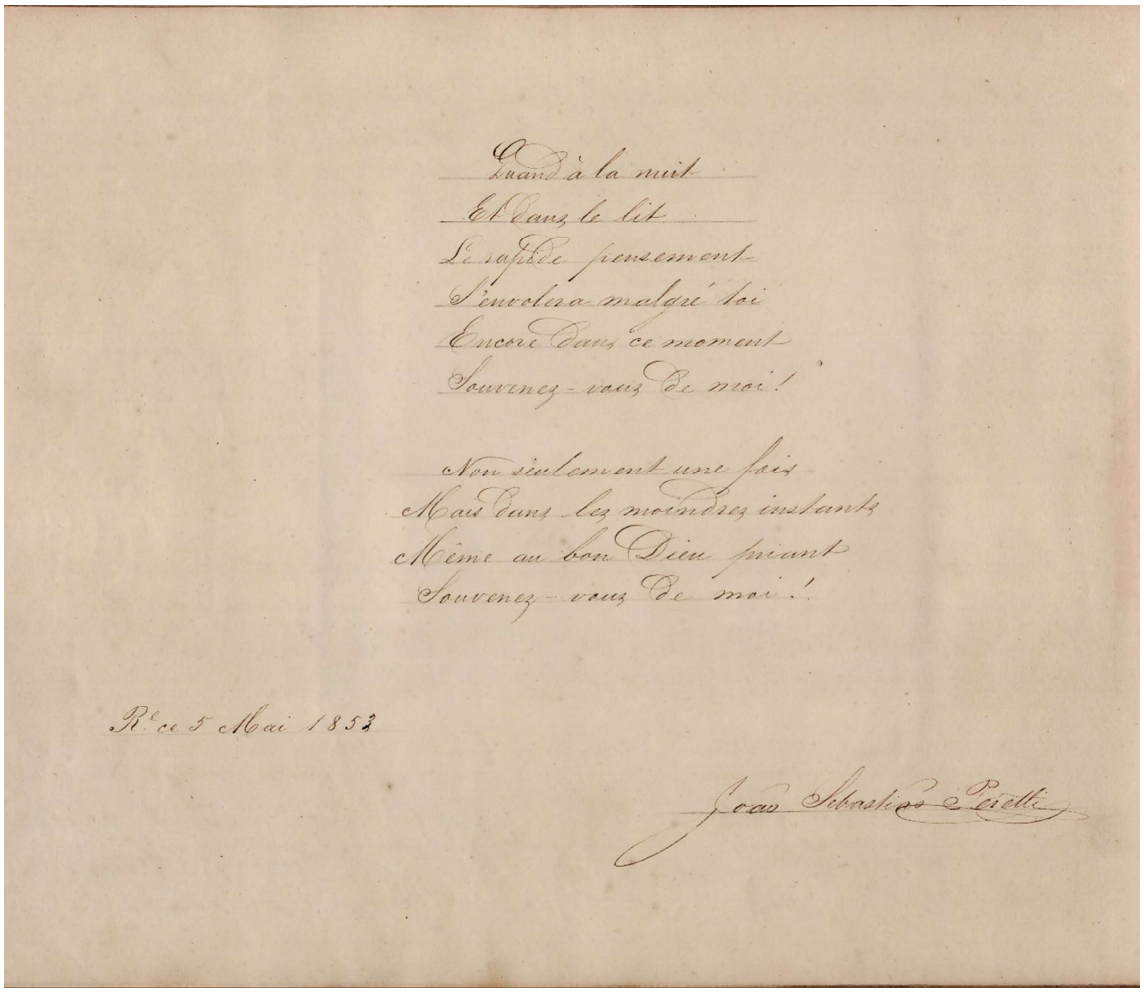
Quand en sortant au jardin
Sous vous se rombra le bois
Vierge, toujours belle,
Souvenez vous De moi!

Quand par vos mains menagés
La fleur d'amour belle et croit
Vierge toujours belle,
Souvenez vous De moi!

Quand en retournant les fleurs
A Dieu offrez avec foi
Vierge, toujours belle,
Souvenez vous De moi!

Quand vos doigts bien dressés
Au p'ano preteront des voix
Vierge, toujours belle,
Souvenez vous De moi!

Fonte: IAHGP – *Álbum pessoal de Annunciada Adelaide Alves da Silva*, 1850/1854, fl. 30.

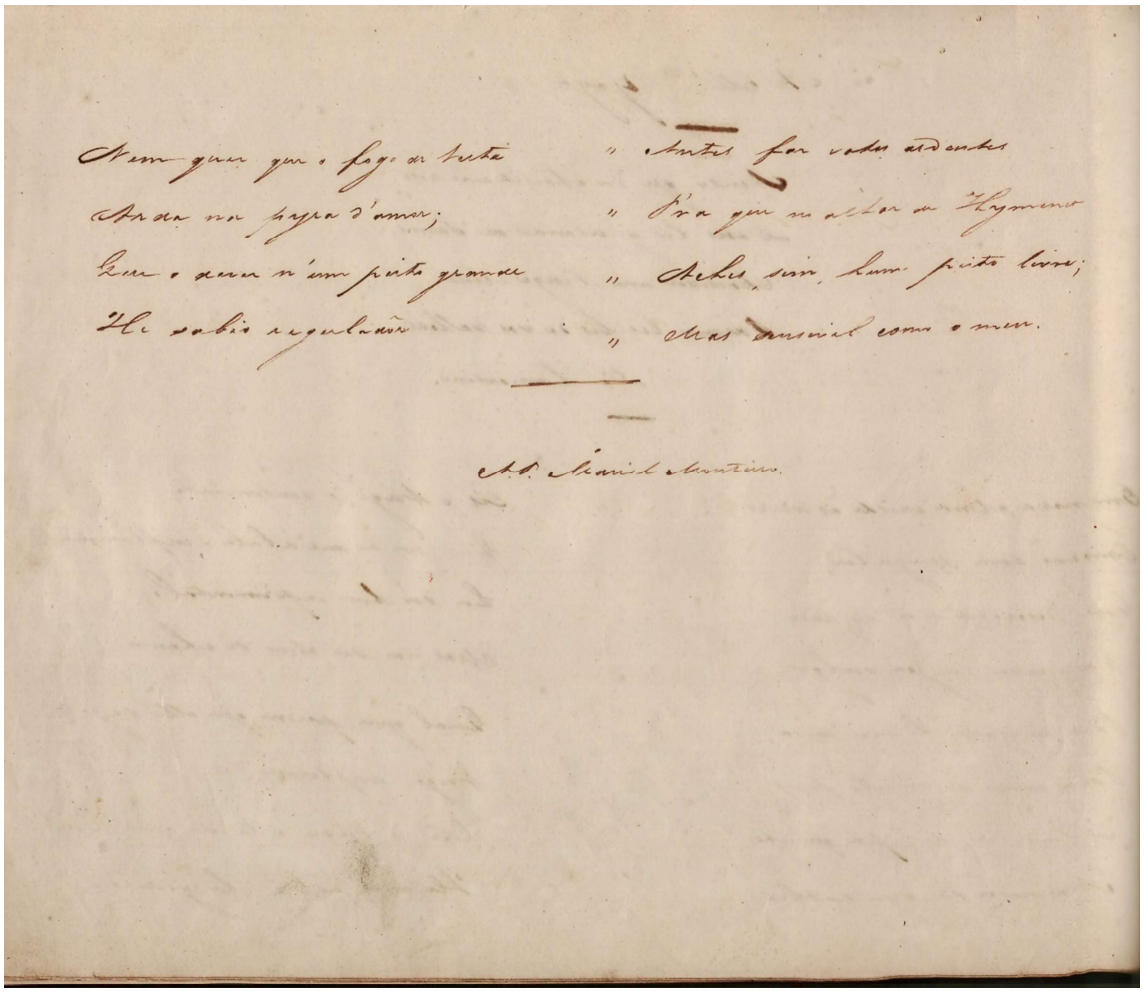

Quand à la nuit
Et dans le lit
Le rapide pensement
S'envolera malgré lui
Encore dans ce moment
Souvenez-vous de moi!

Non seulement une fois
Mais dans les moindres instants
Même au bon Dieu priant
Souvenez-vous de moi!

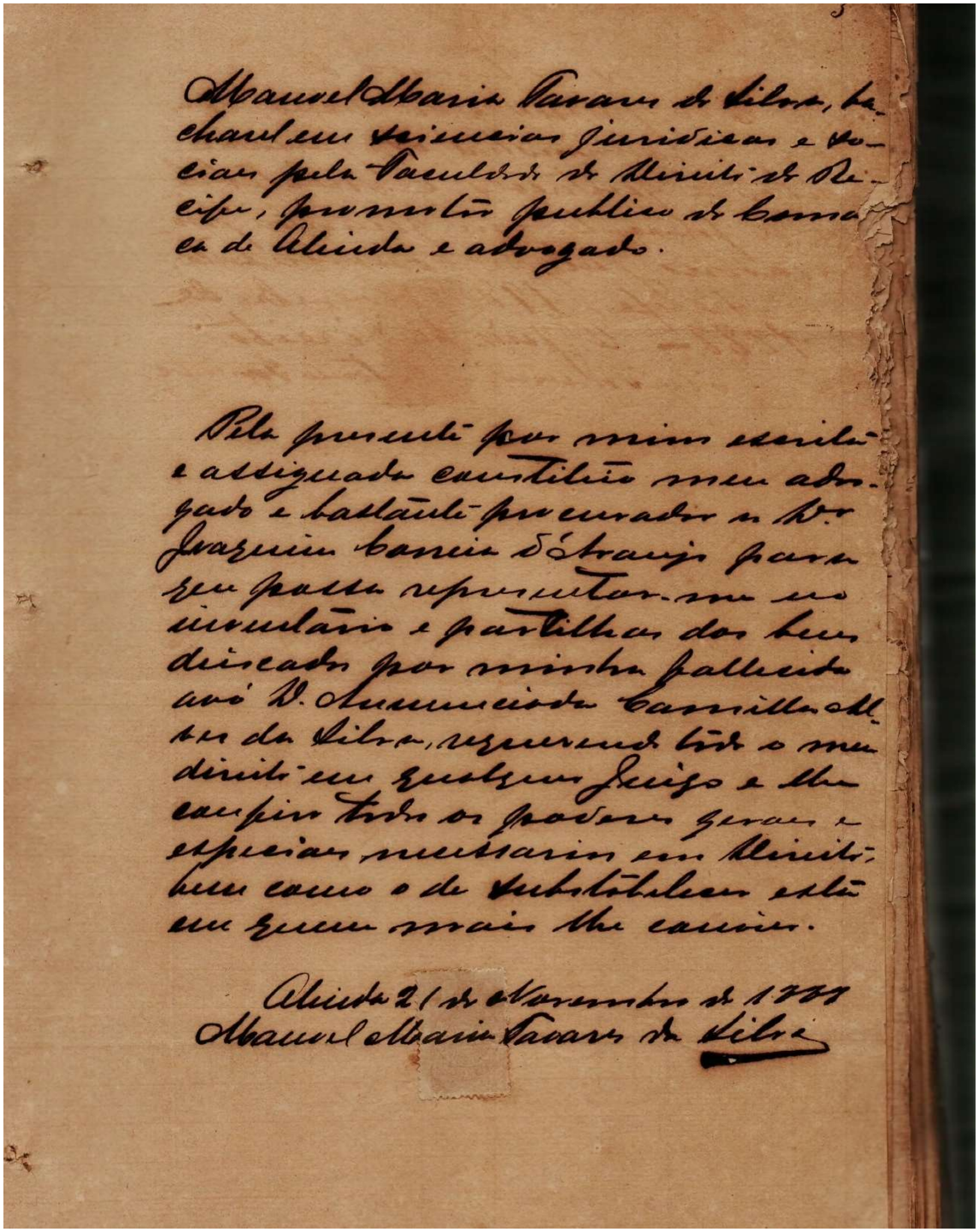
Rio de 5 Mai 1853

João Sebastião Perelli

Fonte: IAHGP – *Álbum pessoal de Annunciada Adelaide Alves da Silva*, 1850/1854, 30v.



Fonte: IAHGP – *Álbum pessoal de Annunciada Adelaide Alves da Silva*, 1850/1854, s/n.

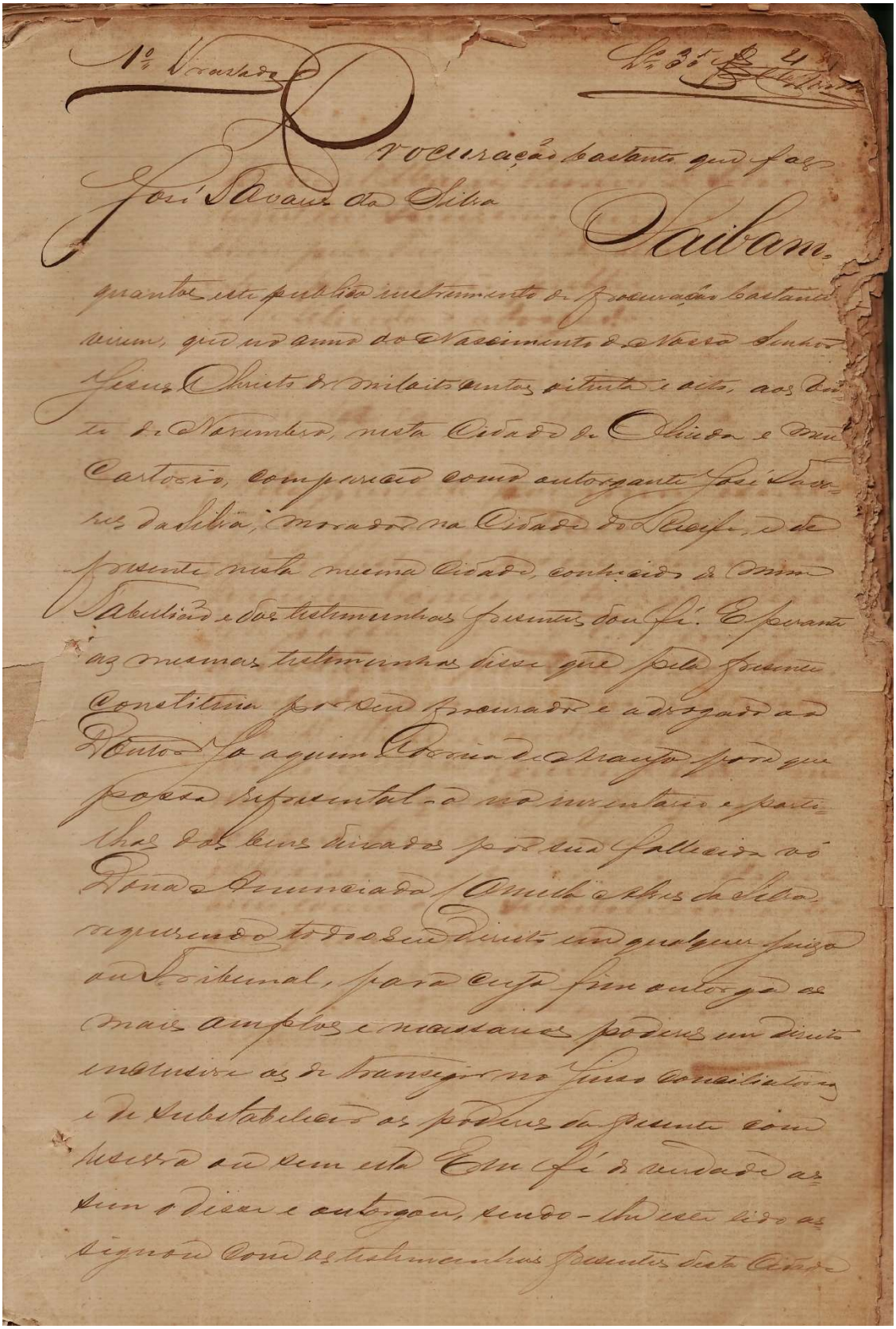


Manuel Maria Tavares da Silva, bacharel em sciencias jurídicas e sociaes pela Faculdade de Direito do Recife, promotor publico da comarca de Alcinda e advogado.

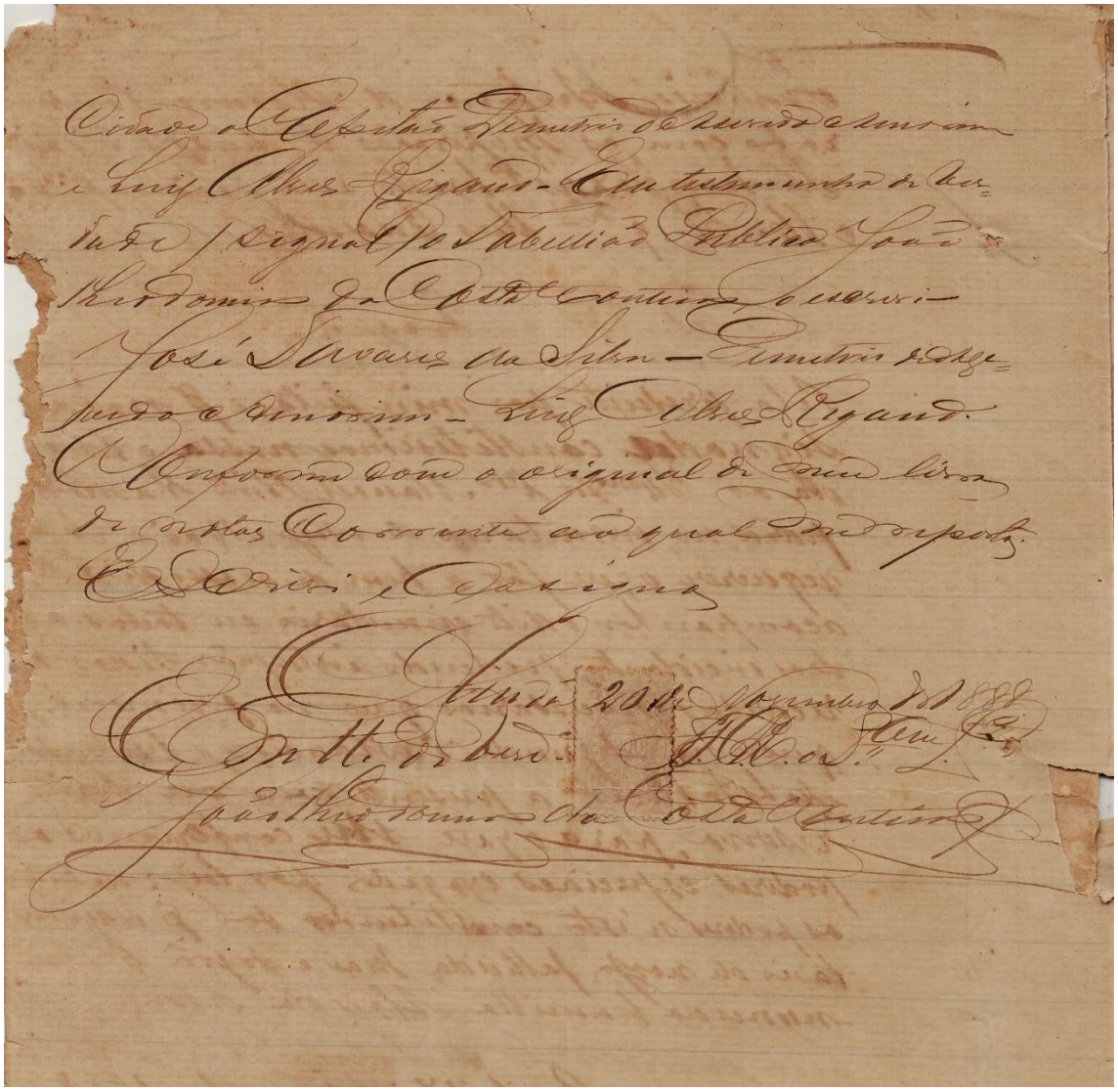
Pela presente por mim escripta e assignada constituo meu advogado e bastante procurador o Dr. Joaquim Garcia d'Araujo para em juizo representar-me em inventario e partilhas dos bens deixados por minha fallecida avó D. Annunciada Camilla Alves da Silva, requerendo tudo o meu direito em quaesquer feitos e lhe cumprir todos os poderes geraes e especiaes necessarios em direito, bem como o de substabelecer e tudo em quem mais lhe convier.

Alcinda 21 de Novembro de 1888
Manuel Maria Tavares da Silva

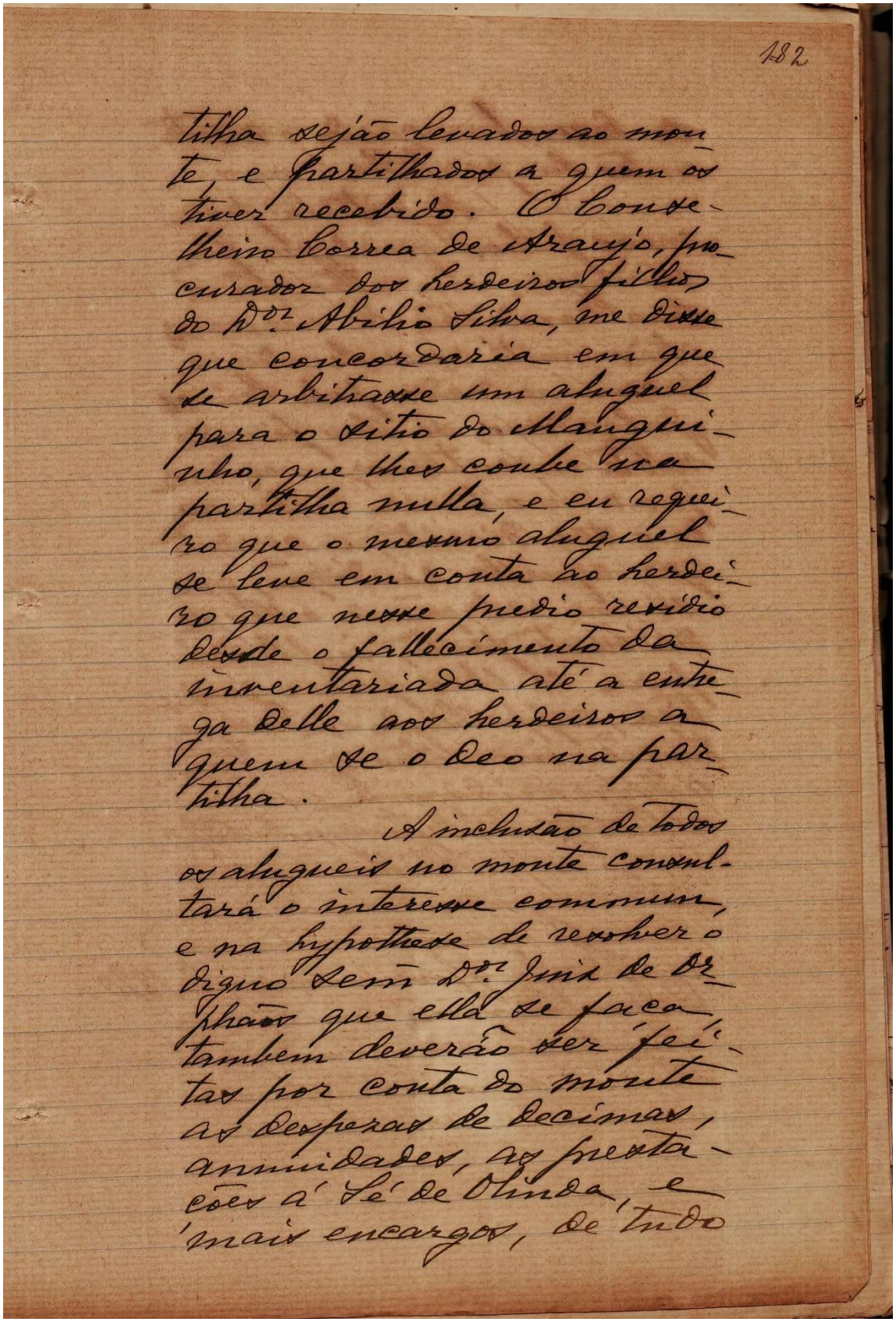
Fonte: IAHGP – *Coleção dos inventários e testamentos*, «[Inventário dos bens de D. Annunciada Camilla Alves da Silva]», 1888, fl. 3.



Fonte: IAHGP – *Coleção dos inventários e testamentos*, «[Inventário dos bens de D. Annunciada Camilla Alves da Silva]», 1888, fl. 4.



Fonte: IAHGP – *Coleção dos inventários e testamentos*, «[Inventário dos bens de D. Annunciada Camilla Alves da Silva]», 1888, fl. 4v.

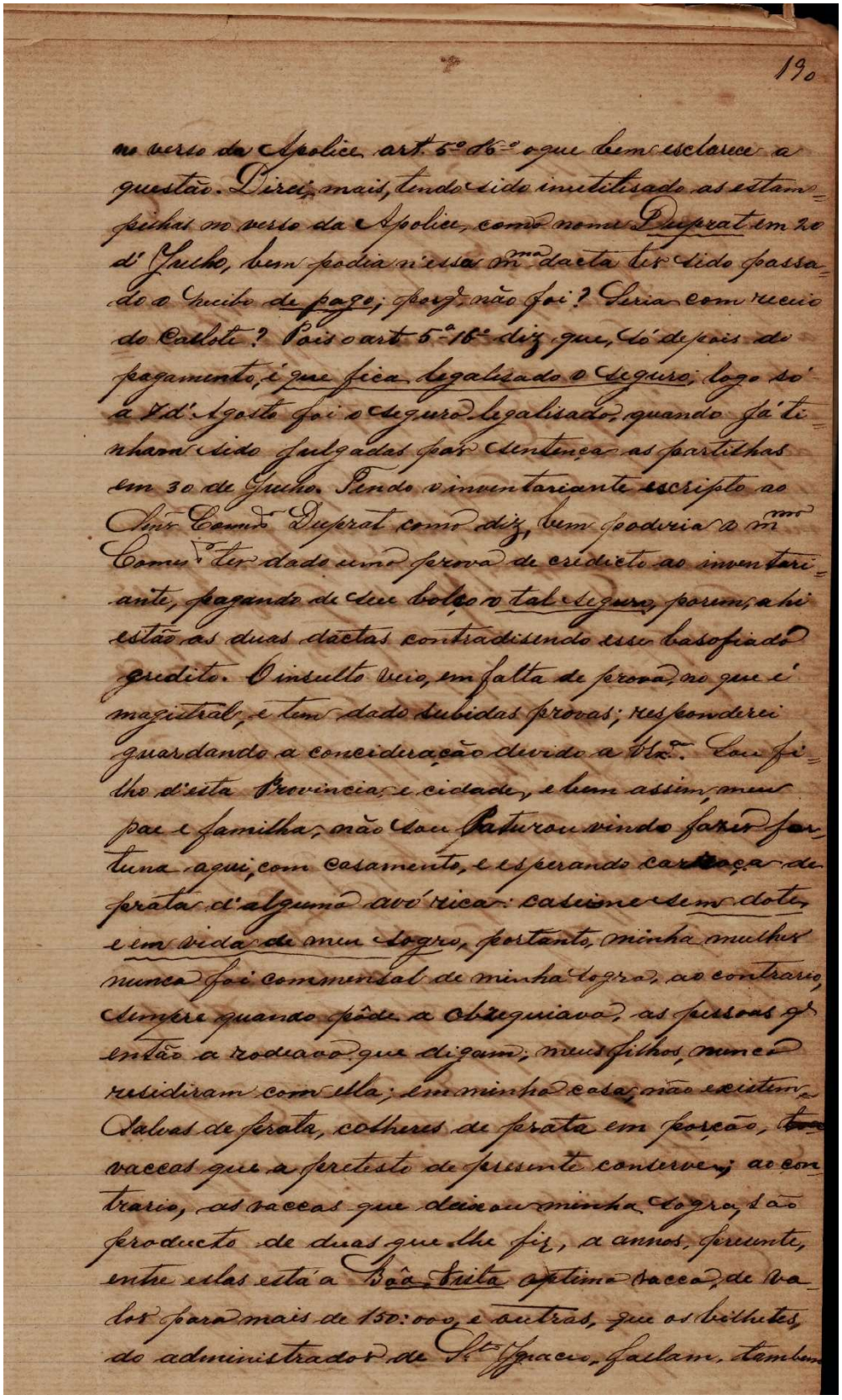


182

tilha sejão levados ao mon-
te, e partilhados a quem os
tiver recebido. O Conse-
lheiro Correa de Araujo, pro-
curador dos herdeiros filhos
do Dr. Abilio Silva, me disse
que concordaria em que
se arbitrasse um aluguel
para o sitio do Mangui-
nho, que lhes coube na
partilha nulla, e eu requei-
ro que o mesmo aluguel
se leve em conta ao herdei-
ro que nesse predio residio
desde o fallecimento da
inventariada até a entre-
ga delle aos herdeiros a
quem se o deo na par-
tilha.

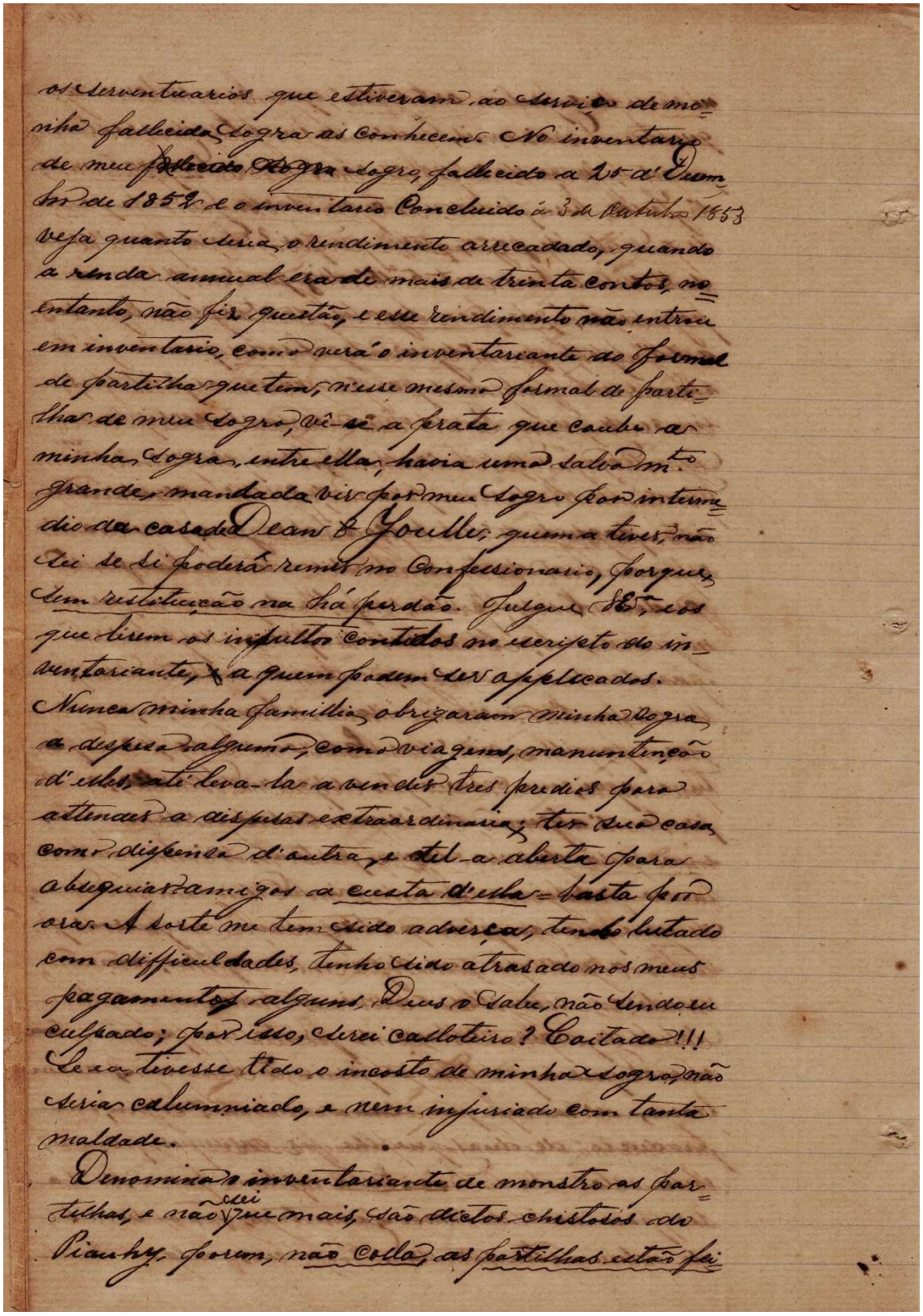
A inclusão de todos
os alugueis no monte consul-
tará o interesse commum,
e na hypothese de revolver o
digno Juiz Dr. Juiz de Di-
reito que ella se faça
tambem deverão ser jei-
tas por conta do monte
as despezas de decimas,
annuidades, ao presta-
dor á Sé de Olinda, e
mais encargos, de tudo

Fonte: IAHGP – *Coleção dos inventários e testamentos*, «[Inventário dos bens de D. Annunciada Camilla Alves da Silva]», 1888, fl. 182.


190

no verso da Apolice art. 5º 6ª o que bem esclarece a questão. Direi mais, tendo sido inutilisado as estampilhas no verso da Apolice, como nome Duprat em 30 d'Junho, bem podia n'essa m.ma data ter sido passado o Recibo de pagº; porq. não foi? Seria com receio do Calote? Pois o art. 5º 16º diz que, só depois de pagamento, é que fica legalisado o Seguro; logo só a 7 d'Agosto foi o Seguro legalisado, quando já tinham sido Julgadas por Sentença as partilhas em 30 de Junho. Sendo o inventariante escripto ao Snr. Comm.d Duprat como diz, bem podia o m.mo Comm.d ter dado uma prova de credito ao inventariante, pagando de uma bolçada tal Seguro, porem, ahi estão as duas datas contradizendo esse basofiado credito. O insulto veio, em falta de prova, no que é magistral, e tem dado subidas provas; responderei guardando a consideração devido a V.Sª. Sou filho d'esta Provincia, e cidade, e bem assim, meu pae e familia, não Sou Paturou vindo fazer fortuna aqui, com casamento, e esperando carroça de prata d'alguma avó rica: casei me sem dote, e em vida de meu Sogro, portanto, minha mulher nunca foi commensal de minha Sogra, ao contrario, sempre quando pôde a obsequiava, as pessoas q.e então a rodeavão que digam; meus filhos, nunca residiram com ella; em minha casa, não existem Salvas de prata, colheres de prata em porção, nem vaccas que a pretexto de presente conservem; ao contrario, as vaccas que deixou minha Sogra, são producto de duas que lhe fiz, a annos, presente, entre ellas está a Boa Vista a ultima vacca, de valor para mais de 150:000, e outras, que os bilhetes do administrador de S.ta Ignacio, falam, tambem

Fonte: IAHGP – *Coleção dos inventários e testamentos*, «[Inventário dos bens de D. Annunciada Camilla Alves da Silva]», 1888, fl. 190.



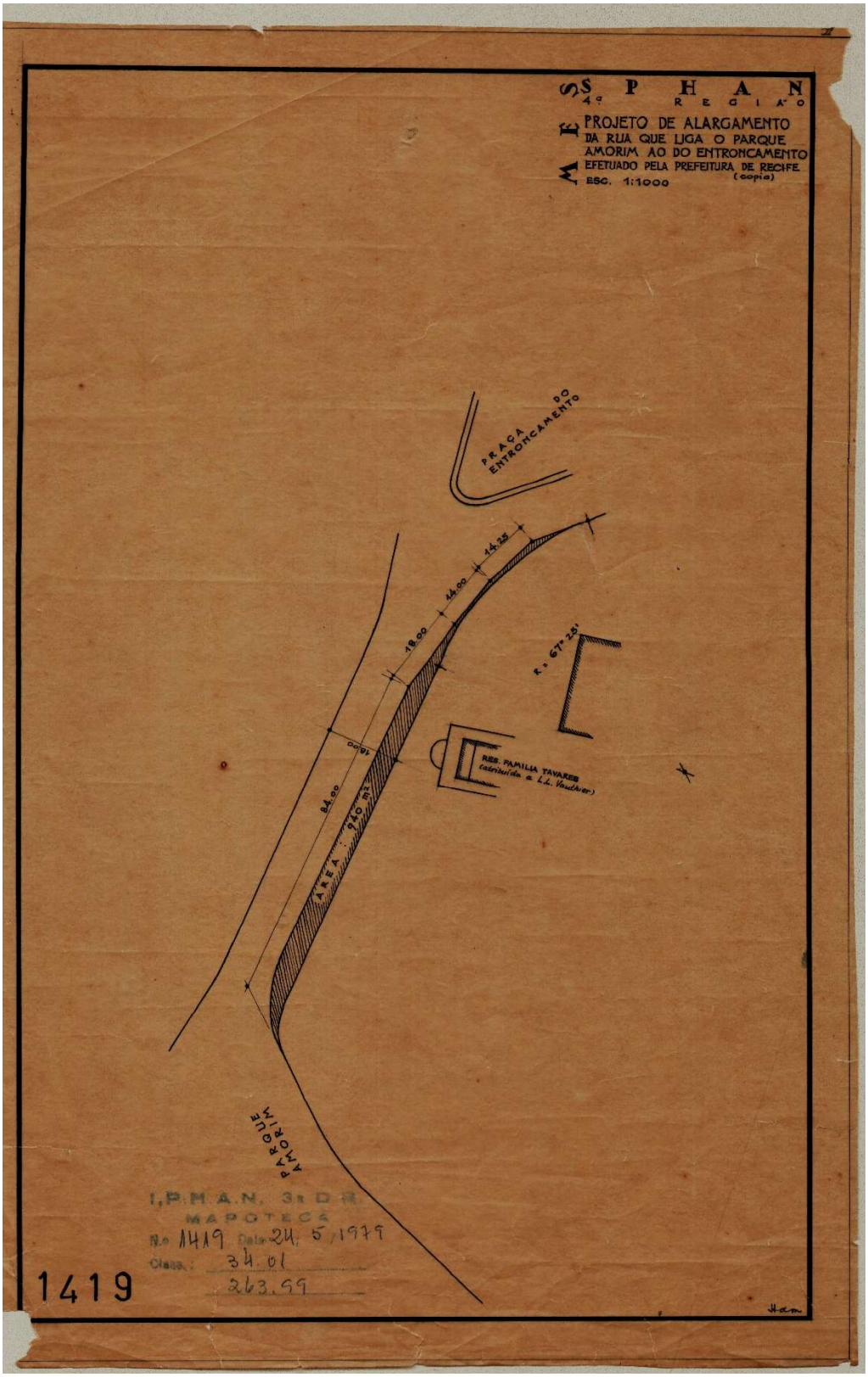
os serventuarios que estiveram ao serviço de mo-
nha falleida Sogra as conhecem. No inventario
de meu ~~falleido~~ Sogro Sogro, falleido a 25 d'Dezem
bro de 1852 e o inventario concluido a 3 de Fevereiro 1853
veja quanto seria o rendimento arrecadado, quando
a renda annual era de mais de trinta contos, no
entanto, não fiz questão, e esse rendimento não entrou
em inventario, como será o inventariante do formal
de partilha que tem; nesse mesmo formal de parti-
lha de meu Sogro, vê-se a prata que coube a
minha Sogra, entre ella, havia uma salva m.to
grande, mandada vir por meu Sogro por interme-
dio da casa de Dean & Goulle, quem a teve, não
sei se si poderá remir no confessionario, porque,
sem restituição não há perdão. Julgue SS.as os
que lerem os insultos contidos no escripto do in-
ventariante, a quem podem ser applicados.
Nunca minha familia, obrigaram minha Sogra
a despeza alguma, como viagens, manutenção
d'ellas, até leva-la a vender tres predios para
attender a despezas extraordinarias; ter sua casa,
como dispensa d'outra, e tel-a aberta para
abrigar amigos a custa d'ella = basta fa-
zer. A sorte me tem sido adversa, tenho lutado
com difficuldades, tenho sido atrasado nos meus
pagamentos alguns, Deus o sabe, não tendo eu
culpado; por isso, serei caloteiro? Caitado!!!
Se eu tivesse tido o imposto de minha Sogra, não
seria calumniado, e nem injuriado com tanta
maldade.

Denominão inventariante de monstro as par-
tilhas, e não sei que mais, são dictos christãos do
Piauhy, porem, não cella, as partilhas estão fei-

Fonte: IAHGP – *Coleção dos inventários e testamentos*, «[Inventário dos bens de D. Annunciada Camilla Alves da Silva]», 1888, fl. 190v.

Anexo 5 – Imagens, cartografias e afins

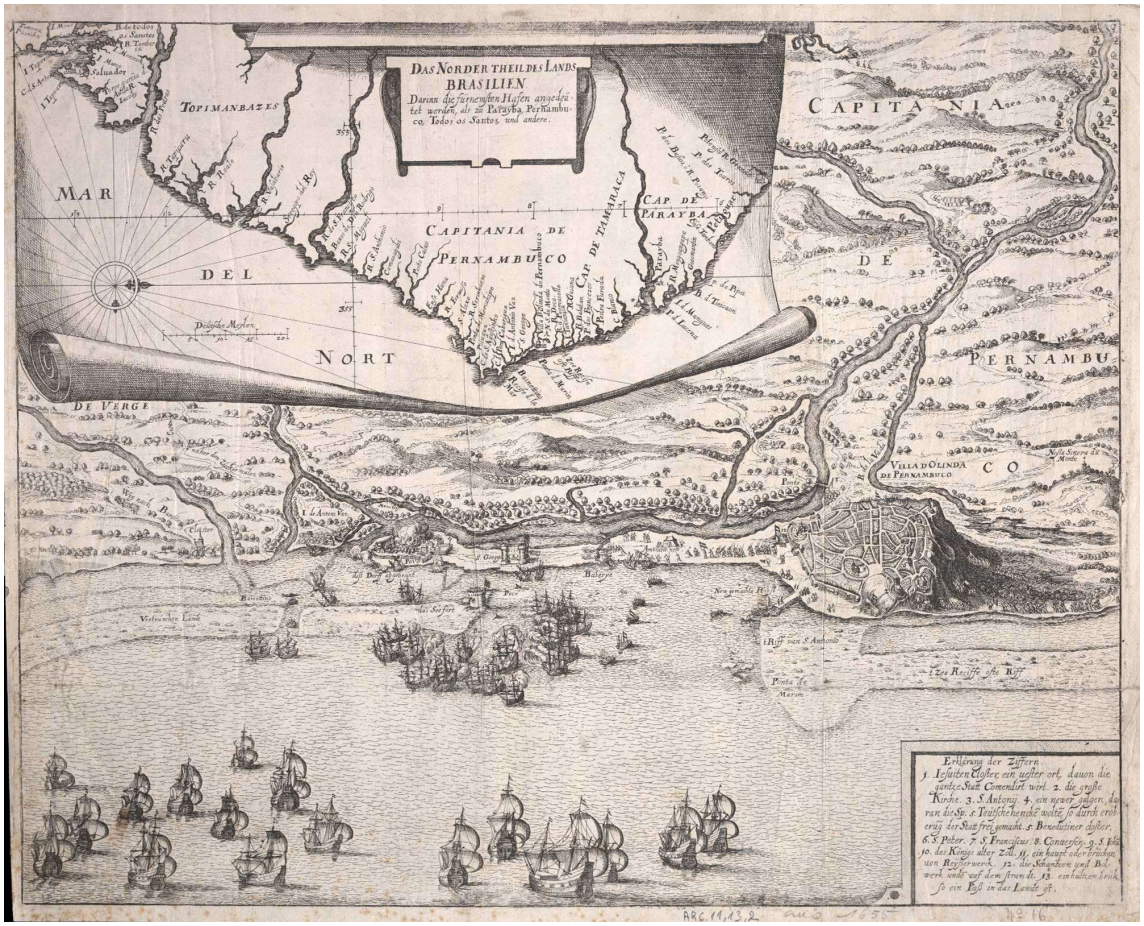
Fonte: Aspecto da frontaria do antigo solar de Herculano Alves da Silva. Prova digital a cores do autor. Recife, 18 de outubro de 2019.



Fonte: «Projeto de alargamento da rua que liga o Parque Amorim ao do Entroncamento efetuado pela Prefeitura do Recife (cópia)», escala: 1:1000, classificação: 34.01 / 263.99, n.º de registro: 1419. Data: 24 de maio de 1979. Acervo IPHAN – PE.

Fonte: «Loteamento do terreno do 'Sítio da Cruz'. Praça do Entroncamento. 'Esc:500'». Cópia fornecida pela Prefeitura Municipal do Recife, Assessoria de Planejamento, Setor de Cópias Heliográficas. Data: 9 de abril de 1968. Acervo IPHAN-PE.

Fonte: «Vila de Olinda e Porto do Recife», c. 1582-1585. Autor: Luís de Teixeira [atribuído]. Acervo Biblioteca da Ajuda (Portugal). Disponível em Wikimedia Commons.



Fonte: «Ataque e tomada de Olinda e do Recife pelos holandeses a mando do Almirante Hendrick Corneliszoon Lonck e do Coronel D. Van Weerdenburch». Local: Amsterdam. Data: [1630]. [Autor: Nicolau Jans Vischer]. 1 mapa, 35,3 x 44 cm em folha de 37 x 45,6. Acervo da Biblioteca Nacional (Brasil). Disponível em BNDB.

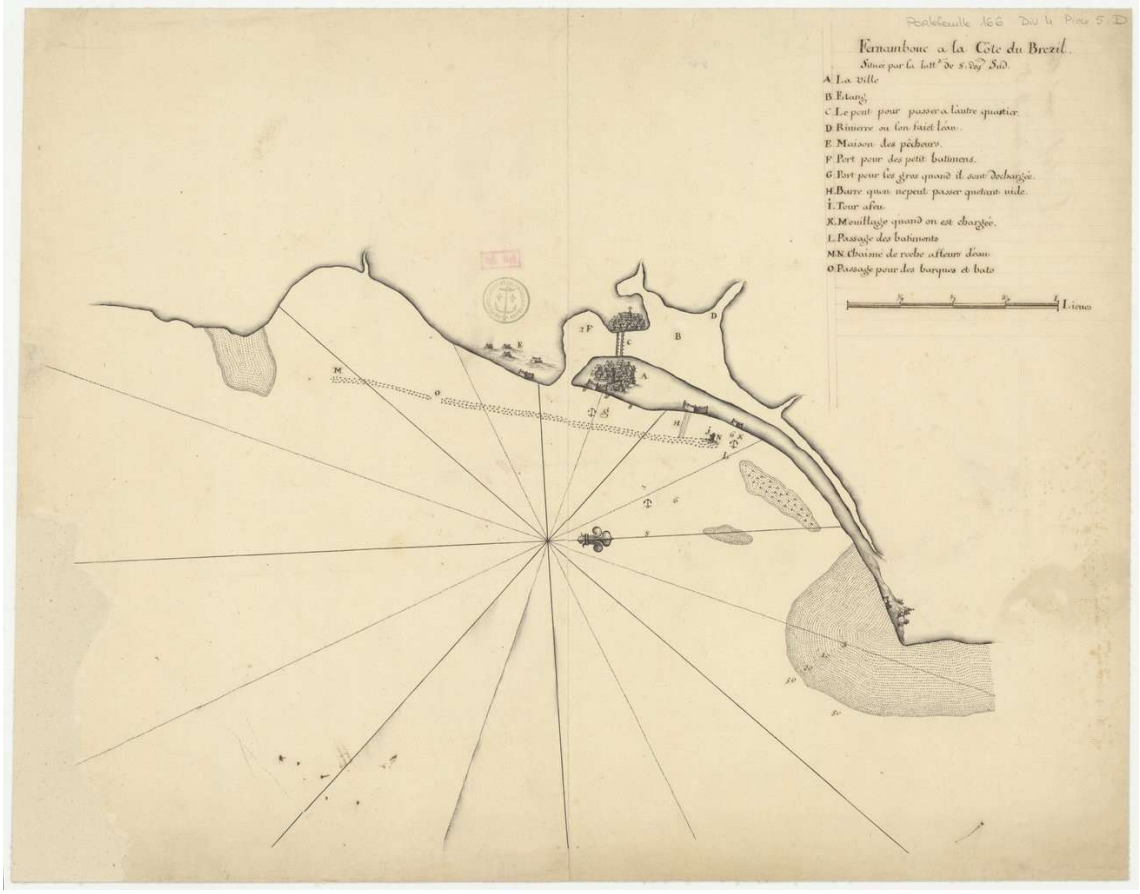
Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Fonte: carta «Nova totius Brasiliæ et locorum a Societate Indiæ Occidentalis captorum descriptio 1635». Autor: Wilhelmus Hondius. Data: 1635. Formato: oito arquivos em cores, montados em mural, 1440 x 1000. Acervo BNF. Disponível em Gallica.

Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

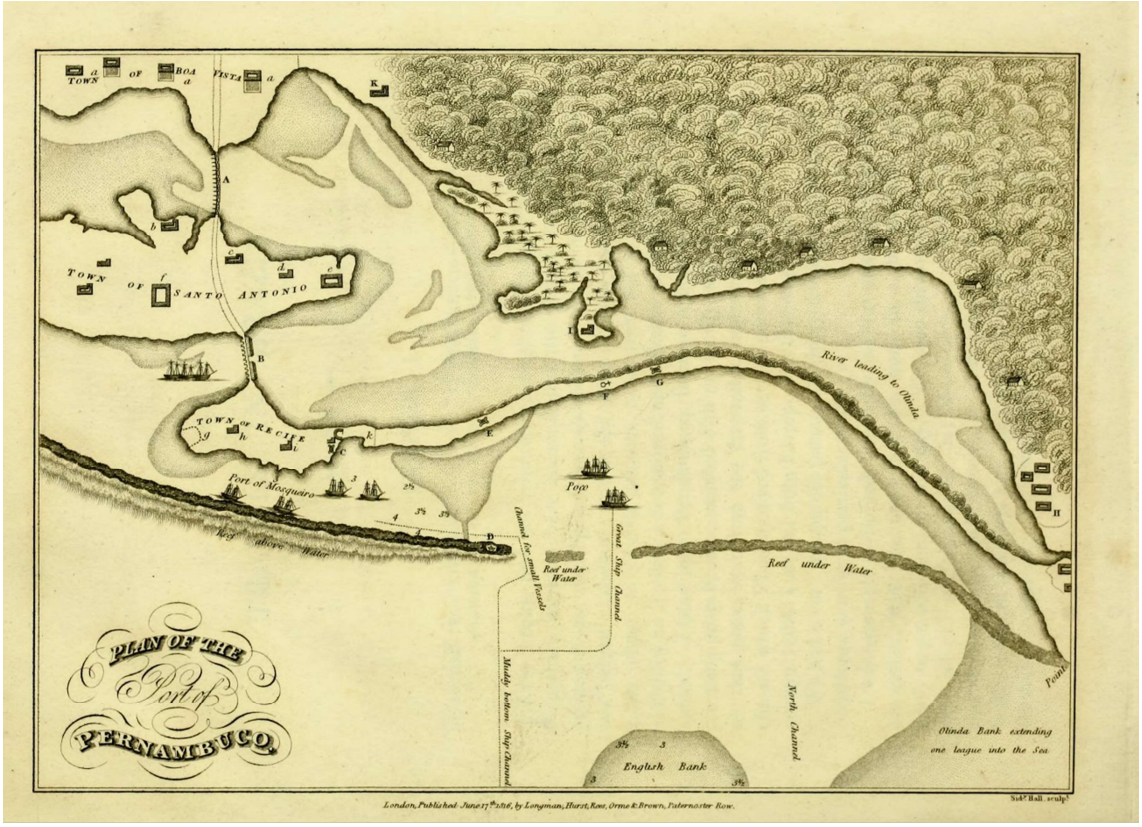
Fonte: «Friburgum». Autor: Frans Post. Data da edição: 1647. Dimensões: 43,5 x 54 cm. Tal iconografia consta no livro de Gaspar Barléu. Acervo BNF. Disponível em Gallica.

Fonte: «Perfect Caerte der Gelegen theyt van Olinda de Pharnambuco Mauritsstadt ende t'Reciffo gecartaert door Cornelis Golyath». Autor: Cornelis Golijath. Imprenta: Países Baixos, Claesz Yansz Visscher, 1648. Um mapa, gravura em metal, 46 x 4,3. Acervo da Biblioteca Nacional (Brasil). Disponível em BNDB.

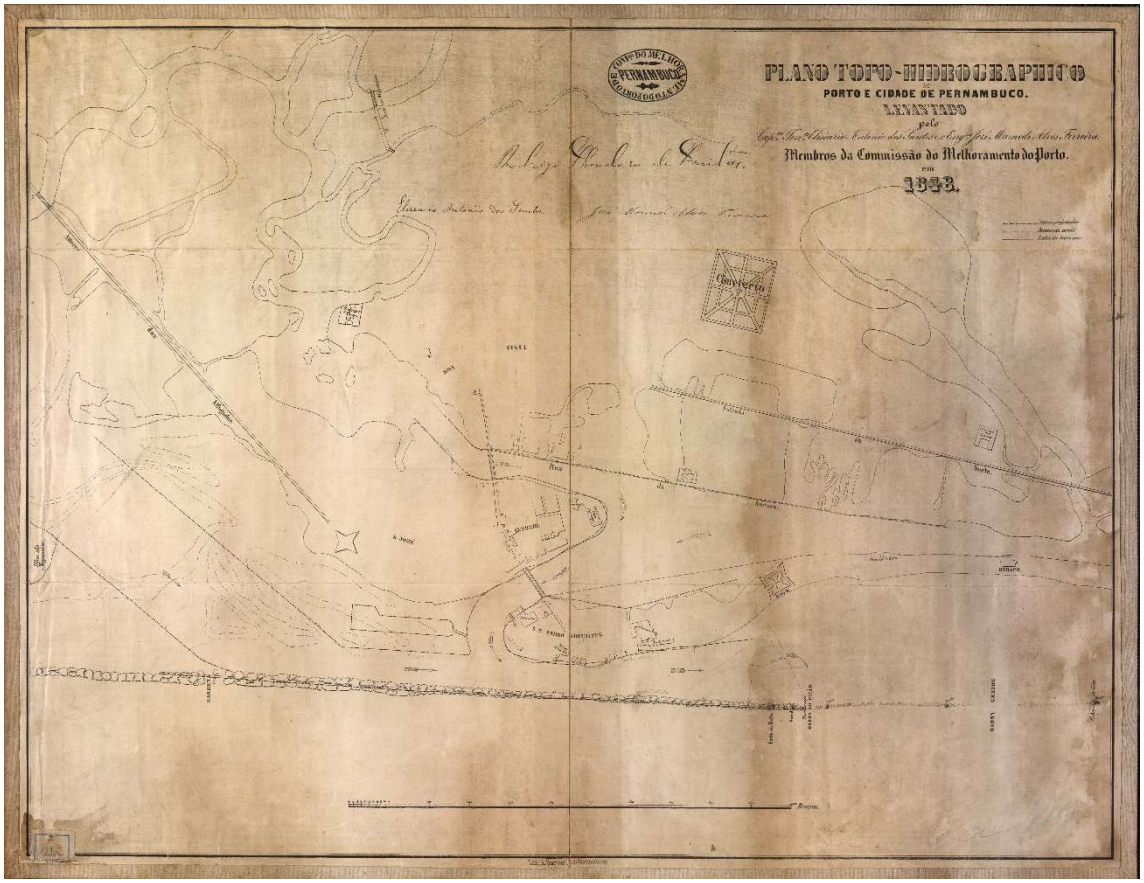


Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Fonte: «Fernambouc à la côte du Brézil. Située par la latt. de 8 deg. Sud». Data da edição: 1720. Uma carta, manuscrita, 45 x 60 cm. Acervo BNF. Disponível em Gallica.



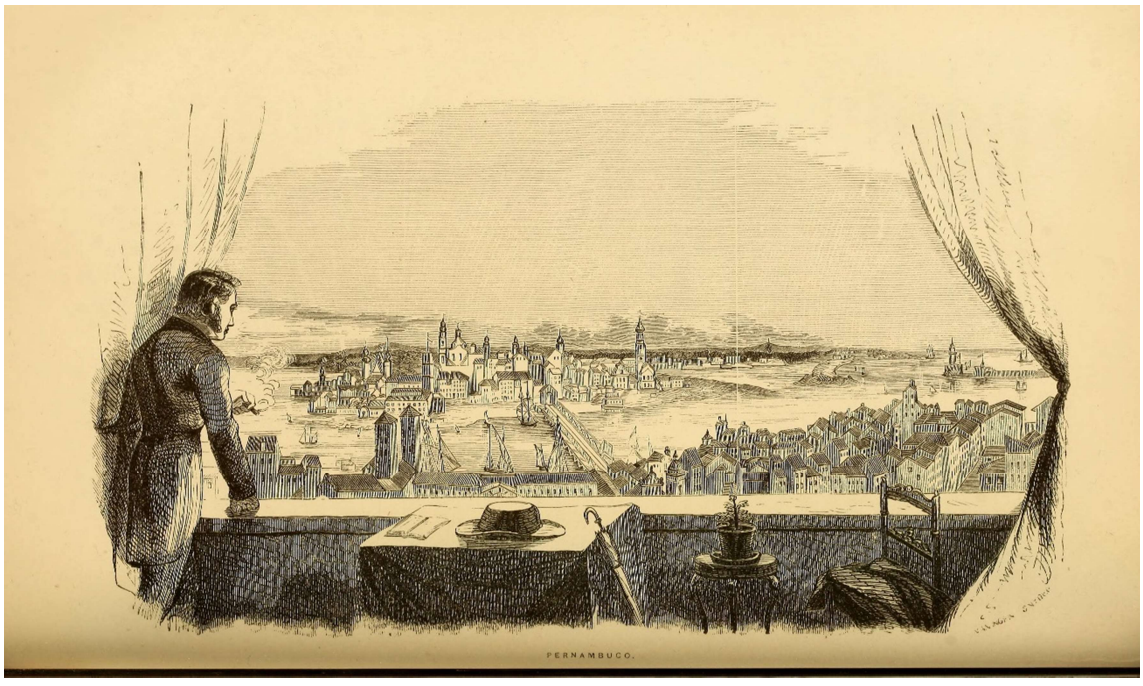
Fonte: «Plan of the Porto of Pernambuco». KOSTER, Henry (1816) – *Travels in Brazil.* London: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, Paternoster-Row, [pág. XI]. Disponível em Internet Archive.



Fonte: «Plano topo-hidrographico do porto e cidade de Pernambuco». Autores: Elisiario Antonio dos Santos e José Mamede Alves Ferreira. Data: 1848. Um mapa manuscrito, a nanquim, 41,7 x 58cm. Acervo da Biblioteca Nacional (Brasil). Disponível em BNDB.

Fonte: Digitalização da litografia «Praça da Bôa Vista». Desenho: L. Schlappriz. Litografia: F. H. Carls. Data: 1863. Medidas: 200 x 285mm. FERREZ, Gilberto (1981) – *O Álbum de Luís Schlappriz: Memória de Pernambuco: álbum para os amigos das artes, 1863*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, pág. 43.

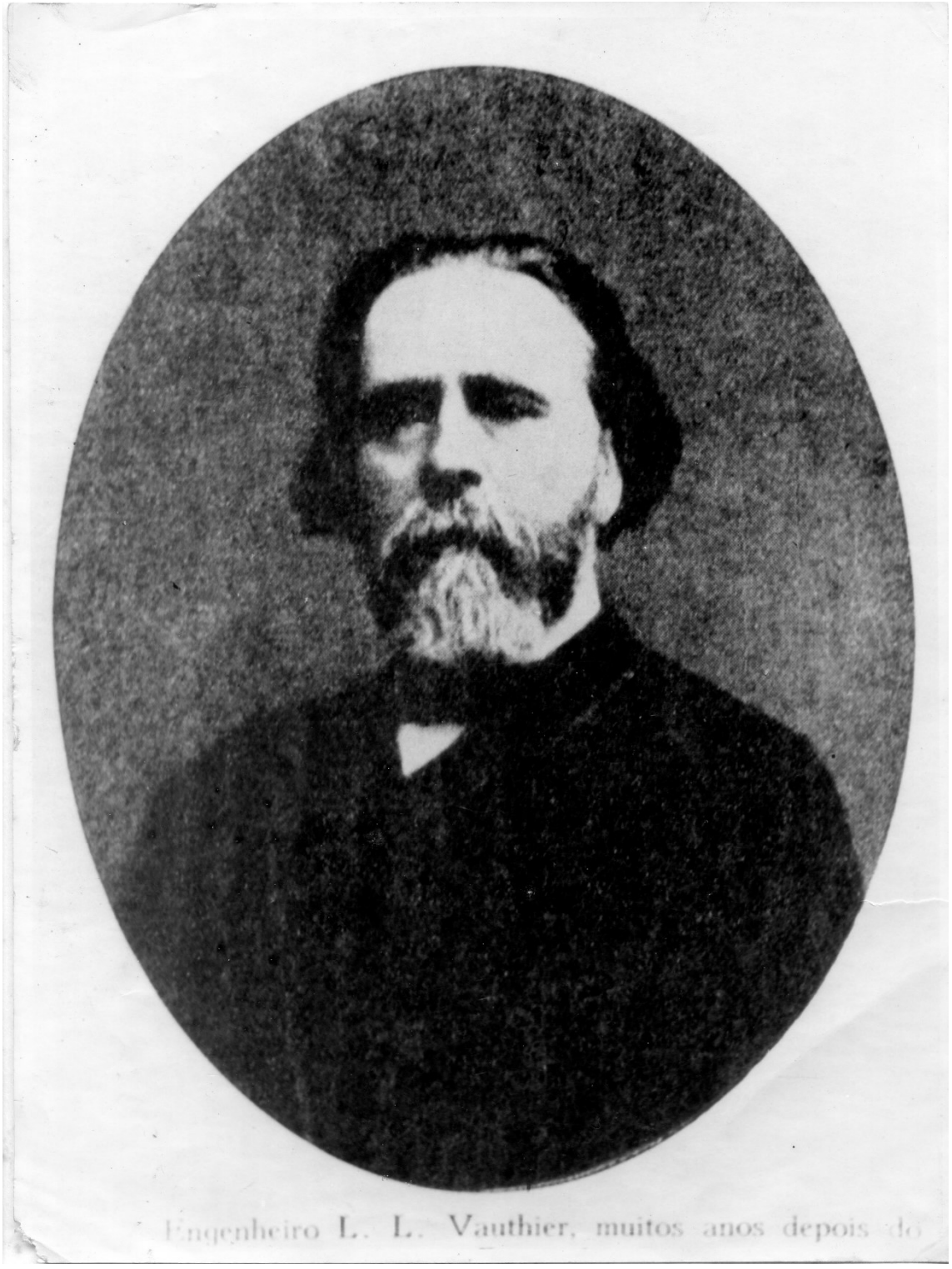
Fonte: Digitalização da estampa «Ponte da Bôa Vista». Medidas: 170 x 255 mm. Data: [1843-1855]. FERREZ, Gilberto (1984) – *Raras e preciosas vistas e panoramas do Recife: 1755-1855*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória e Recife: FUNDARPE, pág. 41.



Fonte: «Pernambuco.». Data: [c. 1838]. KIDDER, Daniel P., FLETCHER, James C. (1866) – *Brazil and the Brazilians portrayed in historical and descriptive sketches. Sixth Edition*. Boston: Little, Brown, and Company, pág. s/n [anterior à 513]. Disponível em Internet Archive.

Fonte: litografia «Barão da Boa Vista». Desenho: L. A. Boulanger. Litografia: Alf. Martinet. Lith. de Heaton e Rensgurg, Rua da Ajuda, 68, Rio de Janeiro. Data: [1840-1858]. Acervo Museu do Estado de Pernambuco/FUNDARPE.

Fonte: «Palácio da Presidência da Província». Autor: João Ferreira Villela. Data: 1875-1889. Papel albuminado, preto e branco, 22 x 37 cm em cartão-suporte de 43 x 54 cm. Acervo da Biblioteca Nacional (Brasil). Disponível em BNDB.



Fonte: O engenheiro L. L. Vauthier. Sem data. Acervo do Museu da Cidade do Recife/PCR.

Fonte: Vista da rua da Aurora a partir da Ponte da Maxambomba. Coleção Benício Dias. Código: BD_000454_a. Data: c. 1914. Acervo Fundação Joaquim Nabuco – Ministério da Educação – Brasil.

Fonte: «Teatro de Santa Isabel». Autor: Augusto Stahl. Data: c. 1855. Descrição: P&B, i: 20,3 cm x 26,0 cm, sp: 26,3 cm x 35,3 cm, albumina/prata. Acervo Instituto Moreira Salles. Disponível em Brasiliana Fotográfica.

Fonte: «Planta das cidades do Recife, Olinda e seus arrabaldes». Cartografia copiada por Ildefonso Ilídio de Souza. Data: [1850-1862]. Um mapa, 53 x 76. Acervo da Biblioteca Nacional (Brasil). Disponível em BNDB.

Fonte: «Bairro do Recife». Autor: João Ferreira Villela. Data: c. 1865. Descrição: gelatina/prata, i: 16,0 cm x 21,9 cm. Acervo Instituto Moreira Salles. Disponível em Brasiliana Fotográfica.

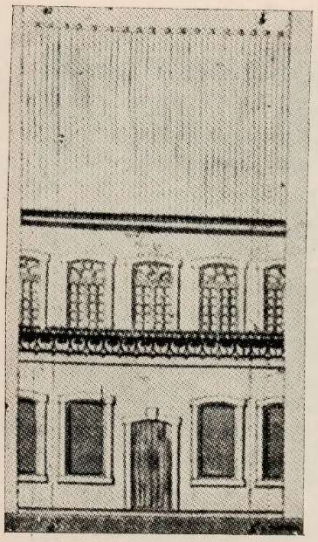


FIG. 6

Fachada principal. A casa é compreendida entre aa' e bb'. (Escala de 0m,006 por 1 m.)

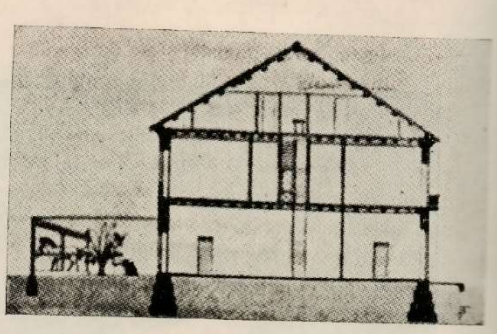


FIG. 5

Corte segundo o AB das plantas. (As figs. 2, 3, 4 e 5 estão em escala 0m,003 por 1 m.)

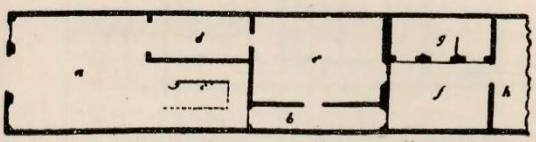


FIG. 7 — RÉS-DO-CHÃO

a - Vestíbulo. b - Corredor. c - Escada. d - Quarto de serviço do cavalariço. e - Dormitório do cocheiro e dos escravos homens. f - Pátio. g - Cocheira. h - Jardim.

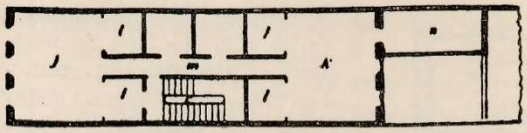


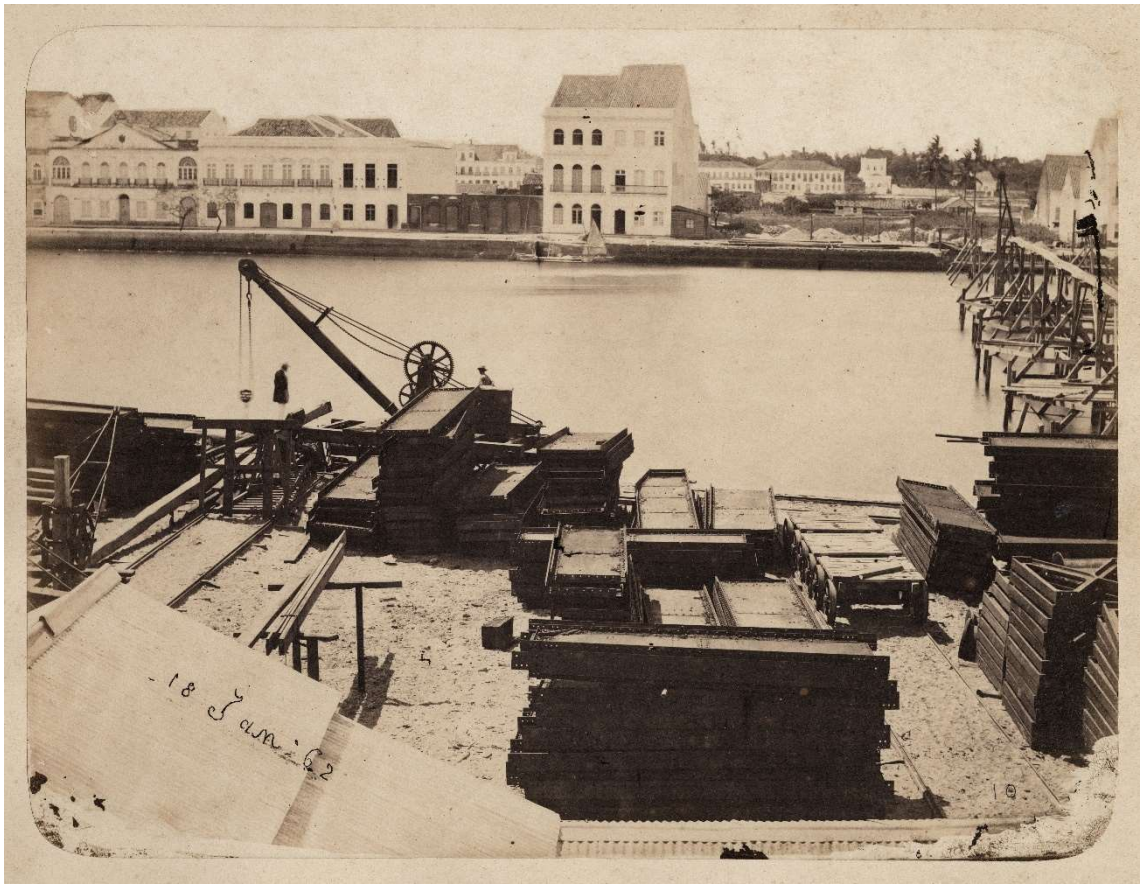
FIG. 8

	1.º Andar	2.º Andar	3.º Andar
i	Sacada		
j	Salão de recepções	Sala de visitas comum	Quarto das crianças
k	Sala de jantar de cerimônia	Quarto de dormir	Sala de jantar
l, l, l, l	Alcovas	Alcovas	Alcovas
m	Corredor	Corredor	Corredor
n	Copa	Escritório	Copa

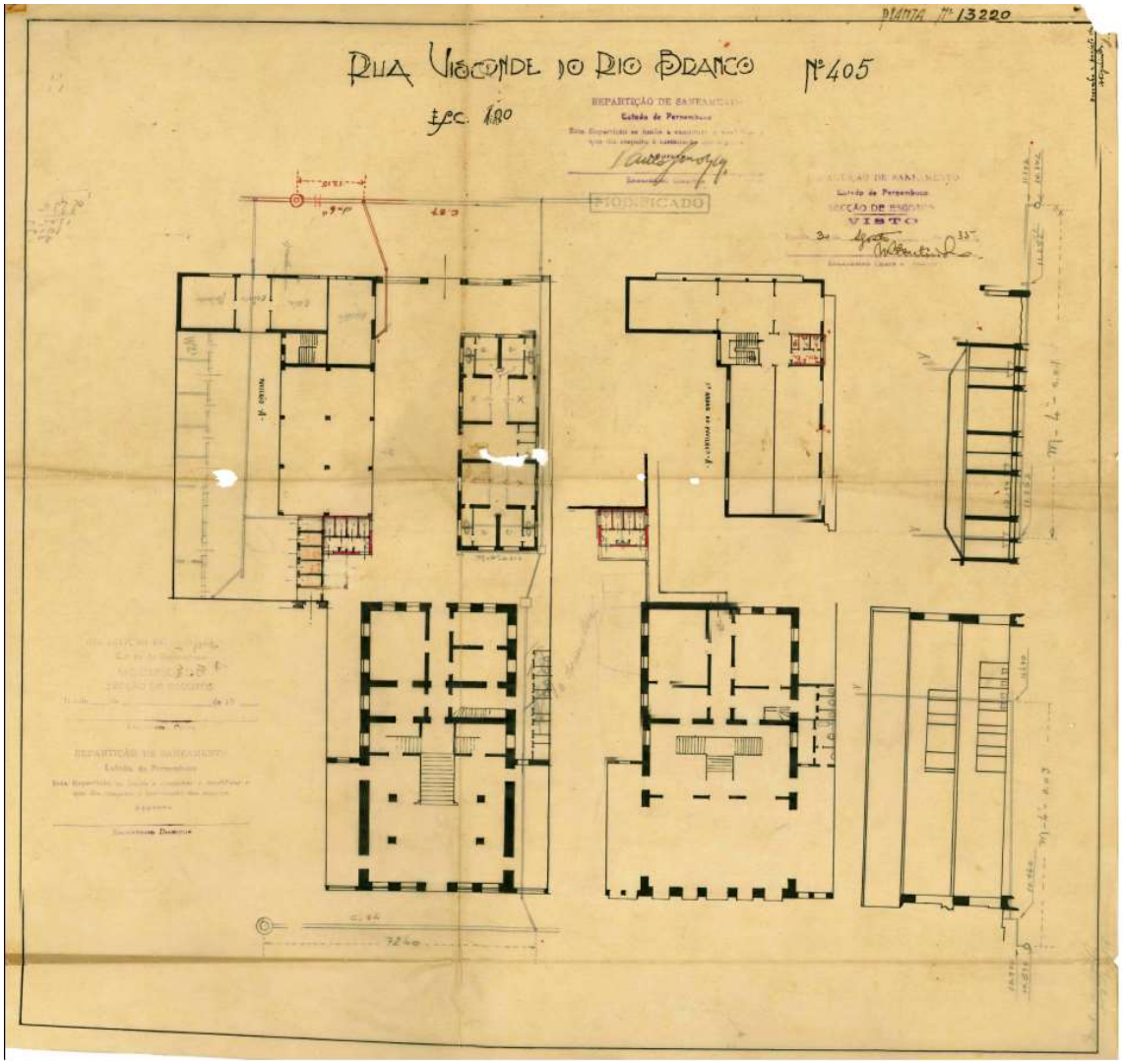
(As figs. 7 e 8 estão em escala 0m,003 por 1 m.)

Fonte: Digitalização de plantas riscadas por Vauthier com a distribuição dos cômodos de um sobrado de elite. VAUTHIER, Louis-Léger *in* FREYRE, Gilberto (1960b) – *Um engenheiro francês no Brasil. 2º tomo.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, pág. s/n [anterior à 813].

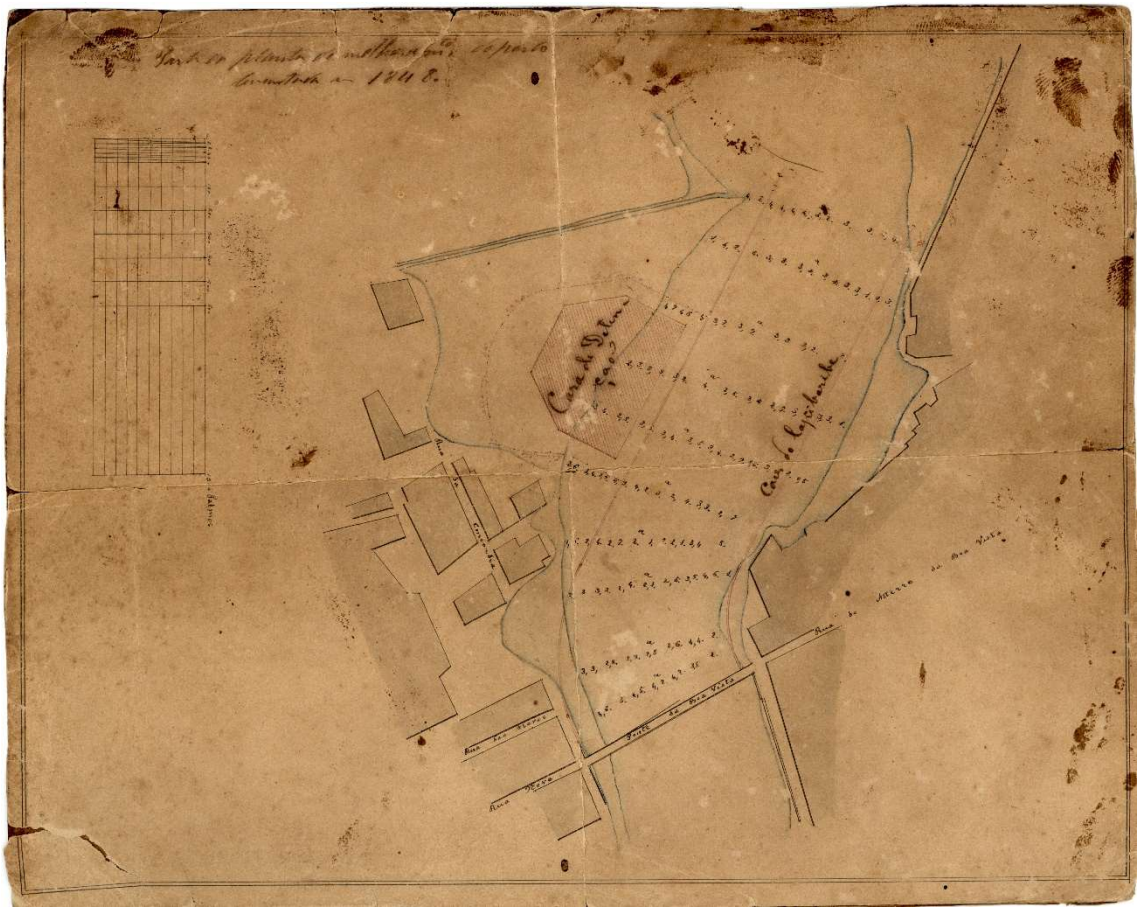
Fonte: «Sítio da Madalena, com armas imperiais». Autor: Augusto Stahl. Data: 1855. Descrição: preto e branco, i: 20,2 cm x 26,0 cm, sp: 26,1 cm x 34,9 cm, albumina/prata. Acervo Instituto Moreira Salles. Disponível em Brasiliana Fotográfica.



Fonte: «Rio Capeberibe». Foto: João Ferreira Villela. Data: 18 de janeiro de 1862. Descrição: Preto e branco, i: 19,7 cm x 25,9 cm, sp: 31,9 cm x 39,2 cm, albumina/prata. Acervo Instituto Moreira Salles. Disponível em Brasiliana Fotográfica.



Fonte: «Planta n.º 13220». Autor: A. Figueiredo. Data: 1935. Acervo DPPC/PCR.



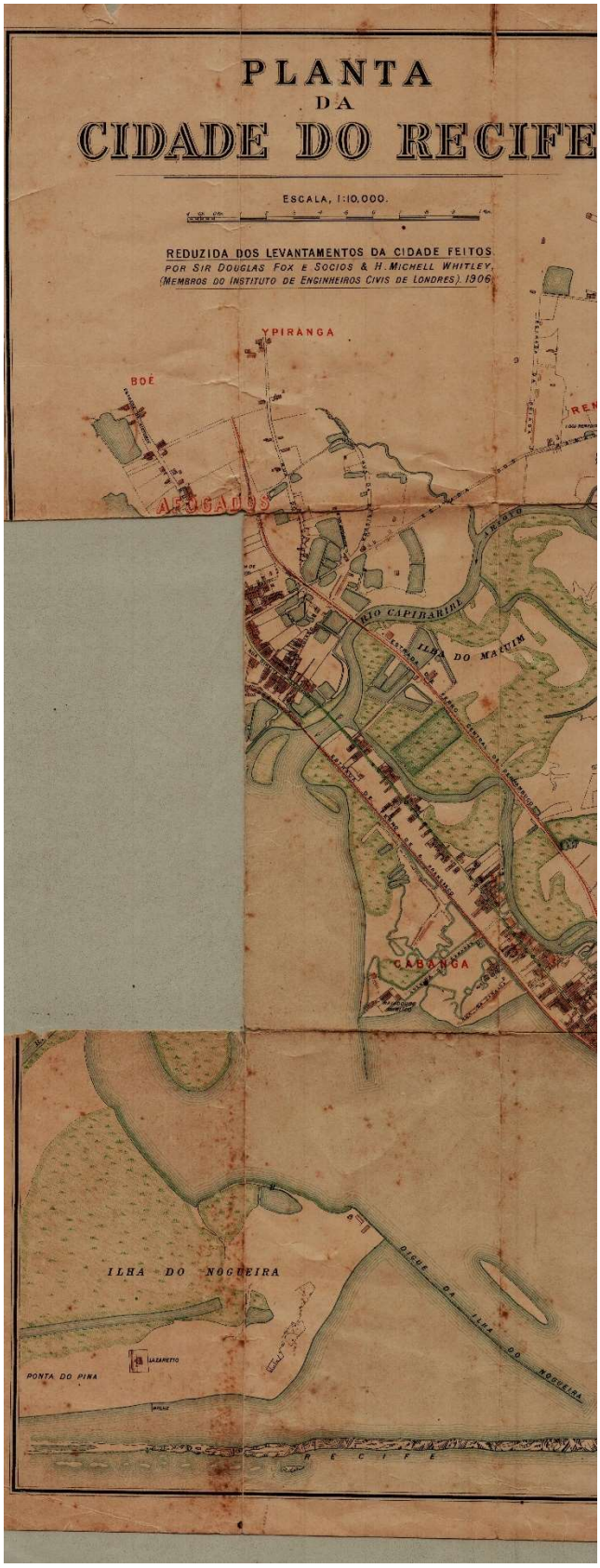
Fonte: «Parte da planta do Melhoramento do Porto do Recife». Autor: desconhecido. Data: 1848. Fundo: Mapas e Plantas. Acervo Museu do Estado de Pernambuco/FUNDARPE.

Fonte: Digitalização da litografia «Caes da Rua do Trapiche». Desenho: L. Schlappriz. Litografia: F. H. Carls. Data: 1863. Medidas: 174 x 285mm. FERREZ, Gilberto (1981) – *O Álbum de Luís Schlappriz: Memória de Pernambuco: álbum para os amigos das artes, 1863*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, pág. 27.

Fonte: «Planta da Cidade do Recife e seus arrebaldes». Autor: José Mamede Alves Ferreira. Data: 1855. CT_00928. Acervo Museu da Cidade do Recife/PCR.

Fonte: «Rua da Aurora e Ponte da Boavista.» constante no «Ansichten Pernambuco's». Autor: Moritz Lamberg. Data: 1880-1885. Descrição: uma foto, colódio(?), preto e branco, 15,4 x 20,9. Acervo da Biblioteca Nacional (Brasil). Disponível em BNDB.

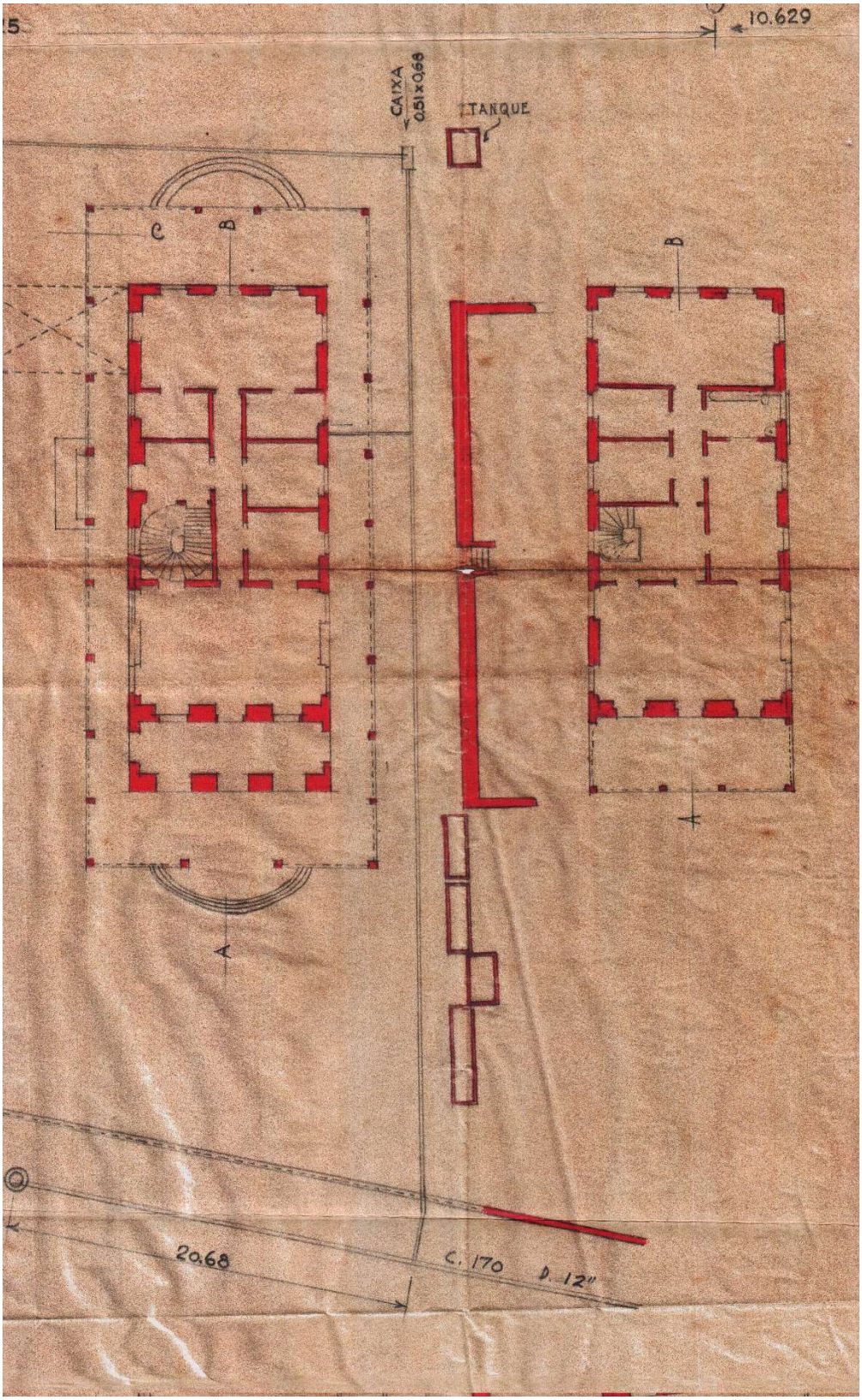
Fonte: «Ponte do Manguinho». Desenhista: Emil Bauch. [Gravador: F. Kaus.] Data: c. 1852. CT: 01597. Acervo Museu da Cidade do Recife/PCR.



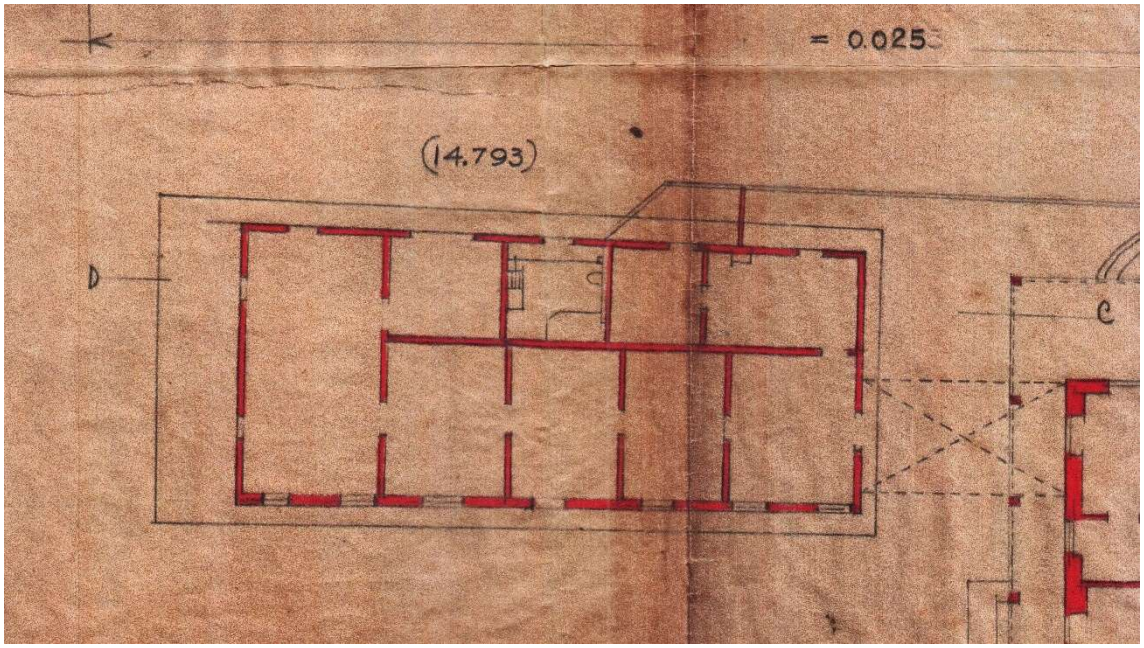
Fonte: parte 1 de 3 da «Planta da Cidade do Recife.». Autores: Sir Douglas Fox e H. Mitchell Whitley. Data: 1906. Escala: 1:10.000. Acervo IPHAN-PE.

Fonte: parte 2 de 3 da «Planta da Cidade do Recife.». Autores: Sir Douglas Fox e H. Mitchell Whitley. Data: 1906. Escala: 1:10.000. Acervo IPHAN-PE.

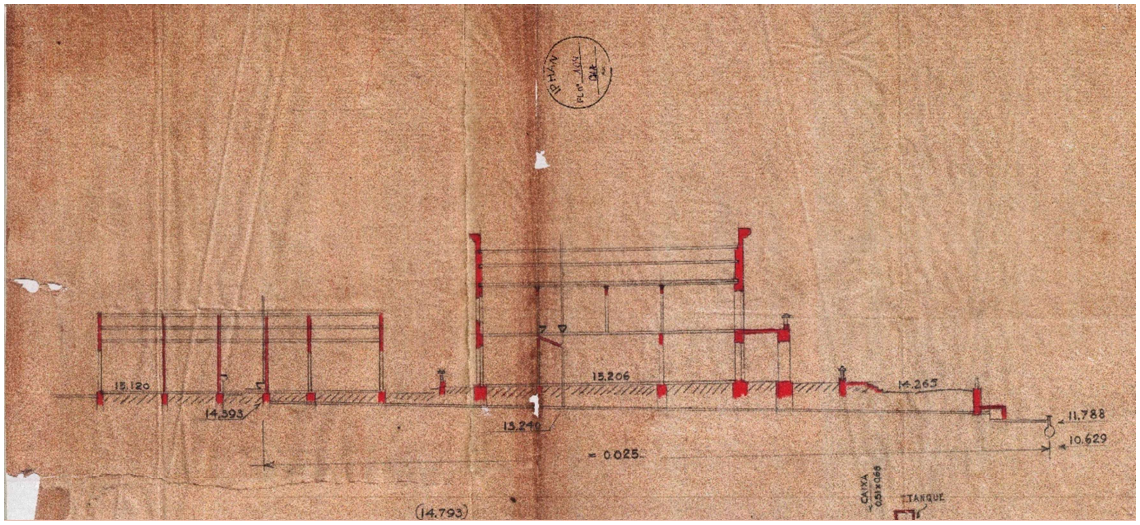
Fonte: parte 3 de 3 da «Planta da Cidade do Recife.». Autores: Sir Douglas Fox e H. Mitchell Whitley. Data: 1906. Escala: 1:10.000. Acervo IPHAN-PE.



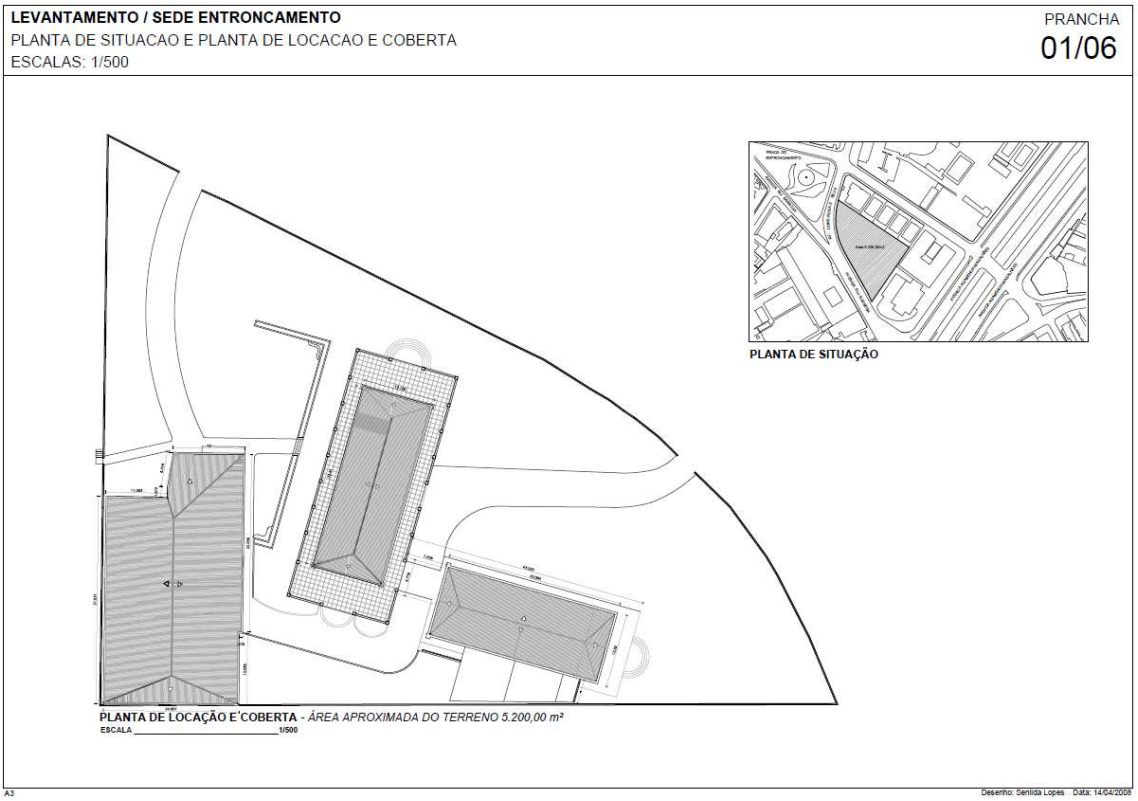
Fonte: plantas baixas e corte lateral do antigo solar do Manguinho e prédio anexo, parte 1 de 3. Data: [193?]. Digitalização do fac-símile anexo à versão física do processo SEI n. 01498.001912/2017-73, fl. 104. Acervo IPHAN-PE.



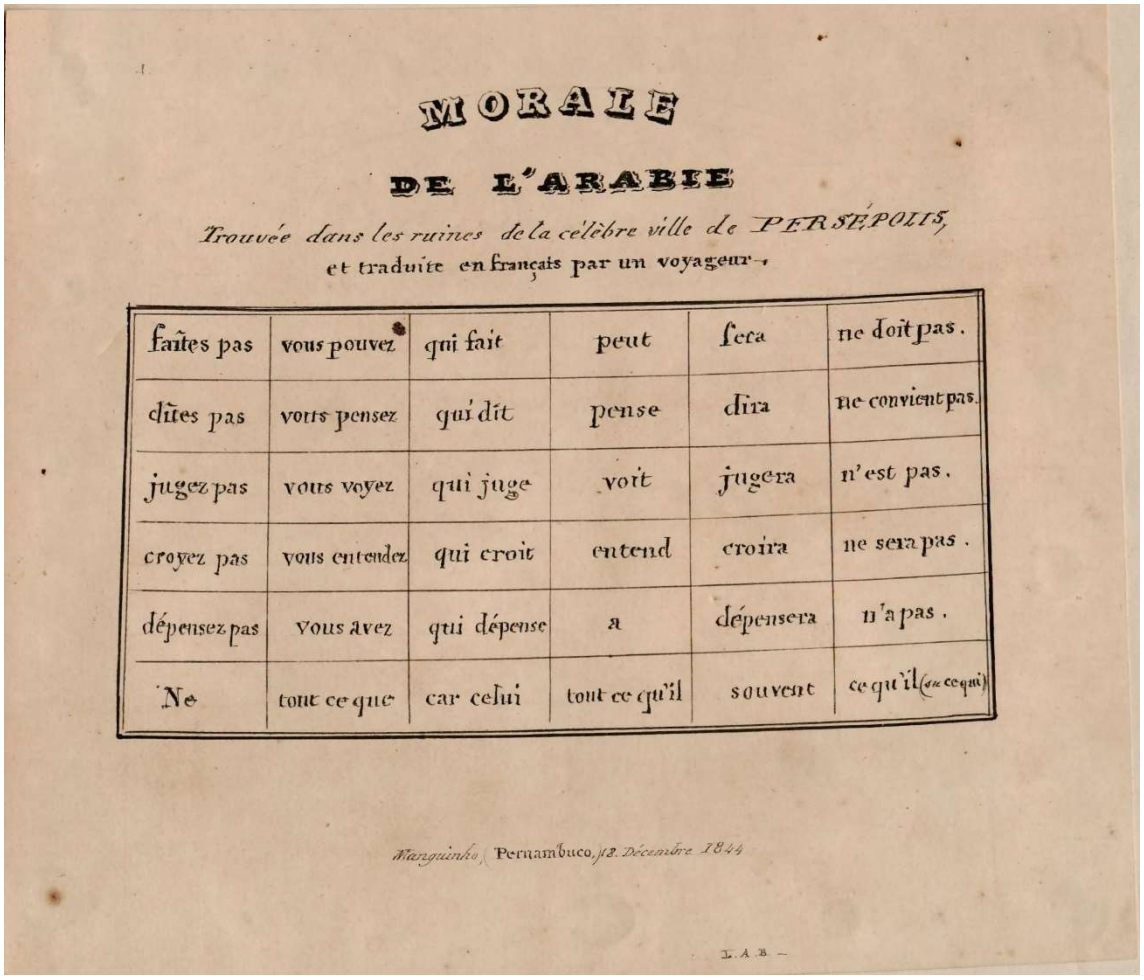
Fonte: plantas baixas e corte lateral do antigo solar do Manguinho e prédio anexo, parte 2 de 3. Data: [193?]. Digitalização do fac-símile anexo à versão física do processo SEI n. 01498.001912/2017-73, fl. 104. Acervo IPHAN-PE.



Fonte: Plantas baixas e corte lateral do antigo solar do Manguinho e prédio anexo, parte 3 de 3. Data: [193?]. Digitalização do fac-símile anexo à versão física do processo SEI n. 01498.001912/2017-73, fl. 104. Acervo IPHAN-PE.



Fonte: «Levantamento / Sede Entroncamento. Planta de situação e planta de locação e coberta. Escalas 1/500». Autora: Senilda Lopes. Data: 14 de abril de 2008. Acervo TRE-PE.



MORALE

DE L'ARABIE

Trouvée dans les ruines de la célèbre ville de PERSÉPOLIS,

et traduite en français par un voyageur.

faîtes pas	vous pouvez	qui fait	peut	fera	ne doit pas.
dîtes pas	vous pensez	qui dit	pense	dira	ne convient pas.
jugez pas	vous voyez	qui juge	voit	jugera	n'est pas.
croyez pas	vous entendez	qui croit	entend	croira	ne sera pas.
dépensez pas	vous avez	qui dépense	a	dépensera	n'a pas.
Ne	tout ce que	car celui	tout ce qu'il	souvent	ce qu'il (ou ce qui)

Manguinho, Pernambuco, 18. Décembre 1844

L. A. B —

Fonte: digitalização da iconografia «Morale de L'Arabie». Autor: L. A. Boulanger. Data: 18 de dezembro de 1844. Fonte: «Álbum pessoal de Annunciada Adelaide Alves da Silva, 1850/1854», fl. s/n. Acervo IAHGP.

Fonte: Estampa «Sitio de João José Rodrigues Mendes.» constante no livro «Album de Pernambuco e seus Arrabaldes». Data: 1878. [Autor: L. Krauss]. Gravador: F. H. Carls. Acervo Biblioteca José Antônio Gonsalves de Mello – IRB.

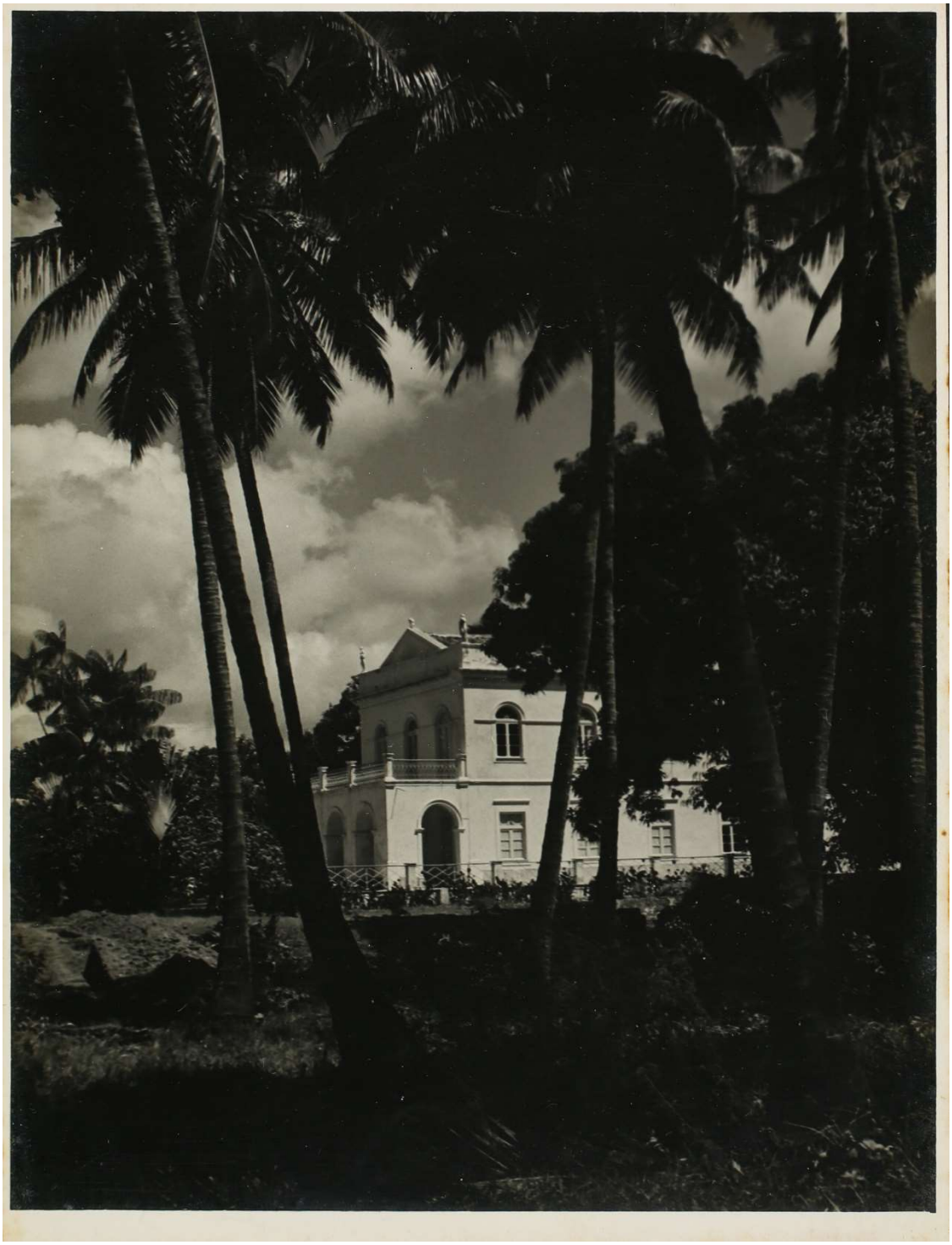
Fonte: O «Palacete da Benfica». Data: 1984. Documento: F05580. Acervo Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN.

Fonte: vulneração na parede do antigo solar do Manguinho comprovando o uso de tijolos em sua construção. Prova digital a cores do autor. Recife, 12 de agosto de 2019.

Fonte: «Casa Tavares (Fachada)». Autor: Marcel Gautherot. Data: 1952. Fotografia P&B; 17,9 x 24 cm. Documento n.º F041171. Acervo IPHAN. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN.

Fonte: «Casa Tavares – Fachada posterior e dependências». Autor: Marcel Gautherot. Data: 1952. Fotografia P&B; 17,9 x 23,9 cm. Acervo IPHAN. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN.

Fonte: «Sobrado do Sítio da Cruz – Praça do Entroncamento n.º 36». Autor: A.[lexandre] Berzin. Data: janeiro de 1952. Fotografia P&B; 11,7 x 17,7 cm. Documento n.º F040290. Acervo IPHAN. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN.



Fonte: «Casa Tavares». Autor: Marcel Gautherot. Data: 1952. Fotografia P&B; 24 x 18,2 cm. Documento n.º F041169. Acervo IPHAN. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN.

Fonte: «Casa Tavares. Recife – Fachada lateral direita.» Autor: Marcel Gautherot. Data: 1952. Fotografia P&B; 17,9 x 23,9 cm. Documento n.º F041173. Acervo IPHAN. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN.

Fonte: «Casa Tavares. Recife. Fachada posterior». Autor: Marcel Gautherot. Data: 1952. Fotografia P&B; 23,8 x 18,8 cm. Documento n.º F041178. Acervo IPHAN. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN

Fonte: «Casa Tavares. Recife. Fachada lateral». Autor: Marcel Gautherot. Data: 1952. Fotografia P&B; 17,7 x 23,3 cm. Documento n.º F041176. Acervo IPHAN. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN.

Fonte: «Casa Tavares – Recife. Chiqueiro e Parque». Autor: Marcel Gautherot. Data: 1952. Fotografia P&B; 17,9 x 23,7 cm. Documento n.º F41190. Acervo IPHAN. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN.

Fonte: «Casa Tavares. Recife. Fachada posterior». Autor: Marcel Gautherot. Data: 1952. Fotografia P&B; 17,7 x 23,6 cm. Documento n.º F041177. Acervo IPHAN. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN.

Fonte: «Casa Tavares. Recife. Dependencias». Autor: Marcel Gautherot. Data: 1952. Fotografia P&B; 17,7 x 23,6 cm. Documento n.º F041186. Acervo IPHAN. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN.

Fonte: «Casa: Rosa e Silva (av.), 36[.] Projeto atribuido a L. Vauthier». Autor: A.[lexandre] Berzin. Data: janeiro de 1952. Fotografia P&B; 17,4 x 11,3 cm. Documento n.º F040382. Acervo IPHAN. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN.

Fonte: «Casa Tavares. Recife – Vestibulo externo». Autor: Marcel Gautherot. Data: 1952. Fotografia P&B; 23,5 x 18 cm. Documento n.º F041180. Acervo IPHAN. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN.

Fonte: «Casa Tavares. Recife.» Autor: Marcel Gautherot. Data: 1952. Fotografia P&B; 17,9 x 24,4 cm. Documento n.º F041170. Acervo IPHAN. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN.

Fonte: «Casa: Rosa e Silva (av.), 36[.] Projeto atribuido a L. Vauthier». Autor: A.[lexandre] Berzin. Data: janeiro de 1952. Fotografia P&B; 17,3 x 11,3 cm. Documento n.º F040383. Acervo IPHAN. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN.

Fonte: «Sobrado do Sítio da Cruz – Praça do Entroncamento, n.º 36». Autor: A.[lexandre] Berzin. Data: janeiro de 1952. Fotografia P&B; 11,8 x 17 cm. Documento n.º F040291. Acervo IPHAN. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN.

Fonte: «Casa Tavares. Recife – Fachada posterior - detalhe». Autor: Marcel Gautherot. Data: 1952. Fotografia P&B; 17,9 x 23,8 cm. Documento n.º F041181. Acervo IPHAN. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN.

Fonte: «Casa Tavares. Recife – Fachada lateral. detalhe.» Autor: Marcel Gautherot. Data: 1952. Fotografia P&B; 23,8 x 17,8 cm. Documento n.º F041179. Acervo IPHAN. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN.

Fonte: «Casa Tavares – Detalhe» Autor: Marcel Gautherot. Data: 1952. Fotografia P&B; 23,6 x 18 cm. Documento n.º F041182. Acervo IPHAN. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN.

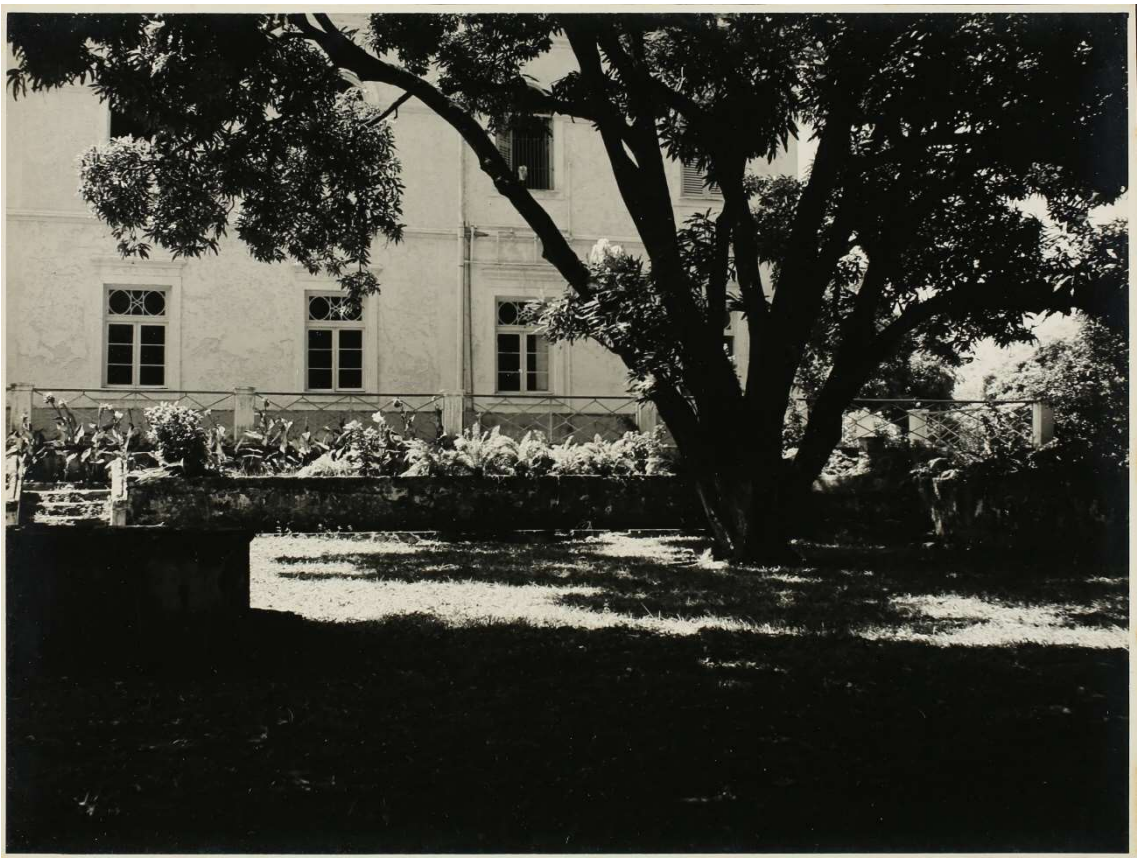
Fonte: «Casa Tavares. Recife – Fachada lateral.» Autor: Marcel Gautherot. Data: 1952. Fotografia P&B; 17,9 x 23,9 cm. Documento n.º F041175. Acervo IPHAN. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN.

Fonte: «Casa: Rosa e Silva (Av., 36 Projeto atribuido a L. Vauthier». Autor: A.[lexandre] Berzin. Data: janeiro de 1952. Fotografia P&B; 17,3 x 11,3 cm. Documento n.º F040380. Acervo IPHAN. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN.

Fonte: «Casa Tavares. Recife. Parque – detalhe duma escada.» Autor: Marcel Gautherot. Data: 1952. Fotografia P&B; 17,8 x 23,8 cm. Documento n.º F041185. Acervo IPHAN. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN.

Fonte: «Casa Tavares. Recife – dependencias.» Autor: Marcel Gautherot. Data: 1952. Fotografia P&B; 17,8 x 23,7 cm. Documento n.º F041187. Acervo IPHAN. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN.

Fonte: «Casa Tavares. Recife. Chiqueiro.» Autor: Marcel Gautherot. Data: 1952. Fotografia P&B; 17,9 x 17,7 cm. Documento n.º F041189. Acervo IPHAN. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN.



Fonte: «Casa Tavares. Recife.» Autor: Marcel Gautherot. Data: 1952. Fotografia P&B; 17,8 x 23,6 cm. Documento n.º F041184. Acervo IPHAN. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN.

Fonte: «Casa Tavares. Recife. Terraço.» Autor: Marcel Gautherot. Data: 1952. Fotografia P&B; 23,4 x 18 cm. Documento n.º F041183. Acervo IPHAN. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN.

Fonte: «Projeto atribuido a L. Vauthier (Fachada)». Autor: A.[lexandre] Berzin. Data: janeiro de 1952. Fotografia P&B; 17,3 x 11,3 cm. Documento n.º F040381. Acervo IPHAN. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN.

Fonte: «Casa Tavares. Recife. Sala - detalhe». Autor: Marcel Gautherot. Data: 1952. Fotografia P&B; 17,9 x 23,9 cm. Documento n.º F041194. Acervo IPHAN. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN.

Fonte: «Casa Tavares e dependencia – Recife». Autor: Marcel Gautherot. Data: 1952. Fotografia P&B; 17,9 x 23,9 cm. Documento n.º F041172. Acervo IPHAN. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN.

Fonte: «Casa Tavares. Recife. Parque.» Autor: Marcel Gautherot. Data: 1952. Fotografia P&B; 17,8 x 23,8 cm. Documento n.º F041168. Acervo IPHAN. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN.

Fonte: «Casa Tavares. Recife. Parque.» Autor: Marcel Gautherot. Data: 1952. Fotografia P&B; 24,3 x 17,8 cm. Documento n.º F041191. Acervo IPHAN. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN.

Fonte: «Casa Tavares. Recife. Chiqueiro.» Autor: Marcel Gautherot. Data: 1952. Fotografia P&B; 17,9 x 23,6 cm. Documento n.º F041188. Acervo IPHAN. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN.

Fonte: «Casa Tavares. Recife. Vista tomada do terraço». Autor: Marcel Gautherot. Data: 1952. Fotografia P&B; 18,2 x 24 cm. Documento n.º F041192. Acervo IPHAN. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN.

Fonte: «Casa Tavares. Recife. Sala detalhe.» Autor: Marcel Gautherot. Data: 1952. Fotografia P&B; 23,8 x 17,7 cm. Documento n.º F041193. Acervo IPHAN. Disponível em Rede de Arquivos IPHAN.

Fonte: [Aspecto da frontaria do antigo solar do Manguinho]. Código: ECL_060_000587. Coleção «Ecletismo». Acervo Fundação Joaquim Nabuco – Ministério da Educação – Brasil.

Fonte: [Aspecto da frontaria do antigo solar do Manguinho]. Código: ECL_060_000588. Coleção «Ecletismo». Acervo Fundação Joaquim Nabuco – Ministério da Educação – Brasil.

Fonte: [Aspecto da frontaria do antigo solar do Manguinho]. Código: ECL_060_000589. Coleção «Ecletismo». Acervo Fundação Joaquim Nabuco – Ministério da Educação – Brasil.

Fonte: «Residência da mãe de Arsenio Tavares». Autor: Alexandre Berzin. Data: 1955. Acervo do Museu da Cidade do Recife/PCR.

Apêndices

Apêndice 1 – Quadro «Bens imóveis do casal Francisco Antonio de Oliveira e Mª Gertrudes Carneiro»

Bens imóveis do casal Francisco Antonio de Oliveira e Mª Gertrudes Carneiro	
Endereço	Valor
R. da Cruz, Bairro do Recife	20:000$000
R. da Senzala Velha, Bairro do Recife	3:000$000
R. de Santo Amaro, Bairro de S° Antonio	2:000$000
R. de Santo Amaro, Bairro de S° Antonio	3:000$000
R. de Santo Amaro, Bairro de S° Antonio (esquina com o Beco da Praia)	10:000$000
R. de Santo Amaro, Bairro de S° Antonio	10:000$000
Beco da Praia, Bairro de S° Antonio	1:500$000
Beco da Praia, Bairro de S° Antonio	1:500$000
Beco da Praia, Bairro de S° Antonio	2:000$000
Fundo do Beco da Praia, Bairro de S° Antonio, n° 6.	1:200$000
Aterro dos Afogados, Bairro de S° Antonio	2:000$000
Aterro da Boa Vista, n° 1	20:000$000
Aterro da Boa Vista	20:000$000
Atrás da Matriz da Boa Vista, Bairro da Boa Vista	2:000$000
Atrás da Matriz da Boa Vista, Bairro da Boa Vista	2:000$000
Rua do "cebo", Bairro da Boa Vista, n° 11	4:400$000
Idem, n° 12	4:400$000
Idem, n° 13	4:400$000
Idem, n° 14	4:400$000
Idem, n° 15	4:400$000
Idem, n° 16	4:400$000
Idem, n° 17	6:500$000
Rua do "cebo", Bairro da Boa Vista	5:800$000
Idem, n° 18	2:000$000
Idem, n° 19 (esquina com a R. da Soledade)	2:000$000
R. da Soledade, Bairro da Boa Vista, n° 1	2:000$000
Idem, n° 2	3:300$000
Idem, n° 3	3:300$000
Idem, n° 4	3:300$000
Idem, n° 5	3:300$000
Idem, n° 6	2:000$000
R. da Aurora, Bairro da Boa Vista	3:500$000
R. da Aurora, Bairro da Boa Vista	5:000$000
R. da Aurora, Bairro da Boa Vista	3:000$000
R. da Aurora, Bairro da Boa Vista	2:500$000
R. da Aurora, Bairro da Boa Vista	2:500$000
R. da Aurora, Bairro da Boa Vista	2:000$000
R. da Aurora, Bairro da Boa Vista	2:000$000
R. da Aurora, Bairro da Boa Vista	2:000$000
R. da Aurora, Bairro da Boa Vista (terreno)	2:000$000
R. da Aurora, Bairro da Boa Vista (terreno)	6:000$000
Manguinhos (sitio)	28:000$000
Manguinhos (sitio)	6:000$000
Manguinhos (casa de vivenda)	8:000$000
Aflitos (sitio)	10:000$000
	Total: 242:600$000

Quadro 2: Bens imóveis do casal Francisco Antonio de Oliveira e Mª Gertrudes Carneiro. Fonte: IAHGP. Inventário de Maria Gertrudes Carneiro, 1845.

100

Fonte: GOMES, Amanda Barlavento (2016) – *A trajetória de vida do Barão de Beberibe, um traficante de escravos no Império do Brasil (1820 – 1855)*. Recife: Centro de Filosofia e Ciência Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, pág. 100. Dissertação de mestrado.